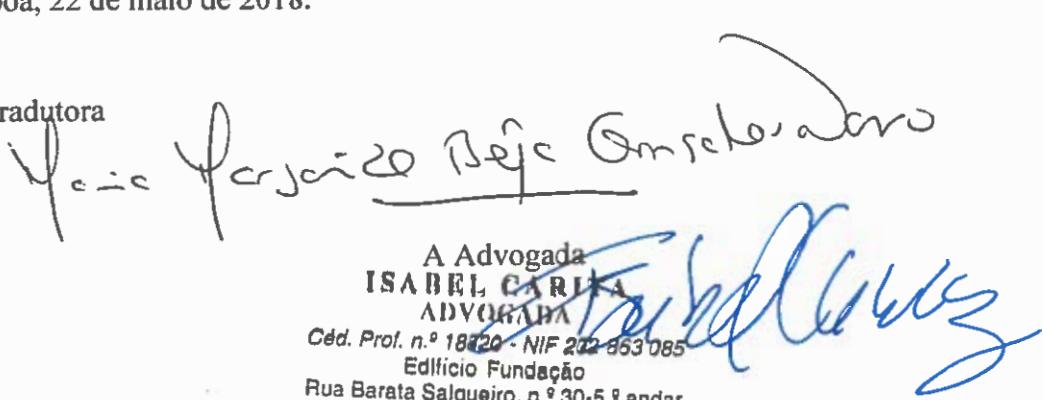


CERTIFICADO DE TRADUÇÃO

Isabel Maria de Sousa Carita Charraz, advogada, com domicílio profissional na Rua Barata Salgueiro, n.º 30, 5º andar em Lisboa, portadora da Cédula Profissional nº 18820, certifica, nos termos do número dois do artigo quinto do Decreto-Lei nº 237/2001, de 30 de agosto, do artigo trinta e oito do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março, do número três do artigo quarenta e quatro e do artigo cento e setenta e dois do Código do Notariado e da Portaria nº 657-B/2006, de 29 de junho, que nesta data, compareceu perante si Maria Margarida Beja Gonçalves Novo, divorciada, natural de Coimbra, freguesia de Sé Nova, com residência na Rua Henrique Lopes de Mendonça, nº 10, r/c dto., Cruz Quebrada-Dafundo, pessoa cuja identidade verifiquei por ser do meu conhecimento pessoal, a qual me apresentou a tradução anexa ao respectivo original, escrito em língua inglesa e traduzido para a língua portuguesa, estando todas as folhas rubricadas e numeradas por si de 1 a 99 tendo-me declarado, sob compromisso de honra, que a mesma foi por si feita e está fiel e exacta com o original, que é composto por 98 folhas, todas também numeradas e rubricadas por si.

Lisboa, 22 de maio de 2018.

A Tradutora


A Advogada
ISABEL CARITA CHARRAZ
Advogada
Céd. Prof. nº 18820 - NIF 212 863 085
Edifício Fundação
Rua Barata Salgueiro, n.º 30-5.º andar
1269-056 LISBOA

Número de Identificação do ato:

Este registo pode ser consultado em: <http://oa.pt7atos>
usando o código

Não sujeito a Imposto de Selo



ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Isabel Carita

CÉDULA PROFISSIONAL: 18820L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de traduções de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Citibank Europe Plc Sucursal em Portugal

NIPC n.º 980542790

OBSERVAÇÕES

Isabel Maria de Sousa Carita Charraz, advogada, com domicílio profissional na Rua Barata Salgueiro, n.º 30, 5º andar em Lisboa, portadora da Cédula Profissional nº 18820, certifica, nos termos do número dois do artigo quinto do Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de agosto, do artigo trinta e oito do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março, do número três do artigo quarenta e quatro e do artigo cento e setenta e dois do Código do Notariado e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho, que nesta data, compareceu perante si Maria Margarida Beja Gonçalves Novo, divorciada, natural de Coimbra, freguesia de Sé Nova, com residência na Rua Henrique Lopes de Mendonça, nº 10, r/c dto., Cruz Quebrada-Dafundo, pessoa cuja identidade verifiquei por ser do meu conhecimento pessoal, a qual me apresentou a tradução anexa ao respectivo original, escrito em língua inglesa e traduzido para a língua portuguesa, estando todas as folhas rubricadas e numeradas por si de 1 a 99 tendo-me declarado, sob compromisso de honra, que a mesma foi por si feita e está fiel e exacta com o original, que é composto por 98 folhas, todas também numeradas e rubricadas por si.

(sem custos)

EXECUTADO A: 2018-05-24 20:20

REGISTADO A: 2018-05-24 20:22

COM O N.º: 18820L/705

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>
usando o código 28758950-799416

1/2

1199
82.

CITIBANK EUROPE PLC

(Número de registo: 132781)

RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

8/2

21/09
Re

Índice

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES	3
RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC ..	9
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	14
DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL.....	15
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	16
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	17
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	18
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
1. Principais políticas contabilísticas.....	19
2. Uso de premissas e estimativas	35
3. Margem financeira	37
4. Resultados de comissões	38
5. Resultados de operações financeiras	38
6. Resultados de investimentos	39
7. Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	39
8. Outros proveitos operacionais	39
9. Remuneração dos auditores	39
10. Custos com o pessoal	40
11. Remuneração dos Administradores	40
12. Outros custos	41
13. Imposto sobre o lucro de atividades correntes	41
14. Obrigações relativas a pensões de reforma	42
15. Notas à Demonstração de Fluxos de Caixa	47
16. Ativos da carteira de negociação	47
17. Gestão de riscos	48
18. Ativos e passivos financeiros	70
19. Instrumentos financeiros derivados	81
20. Títulos da carteira de investimento	82
21. Ativos fixos tangíveis	83
22. Ativos fixos intangíveis	84
23. Impostos diferidos	85
24. Outros ativos	86
25. Participações em subsidiárias	86
26. Títulos de dívida em circulação	87
27. Provisões	87
28. Outros passivos	89
29. Operações descontinuadas e ativos e passivos disponíveis para venda	89
30. Capital social realizado	91
31. Planos de incentivos baseados em ações	91
32. Contas extrapatrimoniais	94
33. Envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas	95
34. Compromissos relativos a locações operacionais	96
35. Operações com partes relacionadas	96
36. Reservas	98
37. Casas-mãe	99
38. Eventos subsequentes	99
39. Aprovação das demonstrações financeiras	99

3/2

3199
R

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES

ADMINISTRADORES

Susan Dean – Presidente – não executiva
 Zdenek Turek – Administrador Delegado
 Barry O’Leary – Administrador não executivo independente
 Bo J. Hammerich – Administrador não executivo
 Breffni Byrne – Administrador não executivo independente
 Cecilia Ronan – Administradora executiva
 Deepak Jain – Administrador não executivo
 Ebru Pakcan – Administradora não executiva (nomeada em 1 de fevereiro de 2017)
 Jeanne Short – Administradora não executiva independente (nomeada em de julho de 2017)
 Jim Farrell – Administrador não executivo independente
 Mary Lambkin – Administradora não executiva independente (renunciou ao cargo em 29 de março de 2017)

SECRETÁRIA DA SOCIEDADE

Deirdre Pepper (renunciou ao cargo em 10 de fevereiro de 2017)
 Nigel Kemp (nomeado em 10 de fevereiro de 2017)
 Fiona Mahon (nomeada em 7de setembro de 2017)

SEDE

1 North Wall Quay, Dublin 1

ADVOGADOS

Arthur Cox Solicitors
 Earlsfort Centre, Earlsfort Terrace, Dublin 2

A&L Goodbody
 International Financial Services Centre, North Wall Quay, Dublin 1

Matheson
 70 Sir John Rogersons Quay, Dublin 2

AUDITOR

KPMG
 Statutory Auditor and Chartered Accountants
 1 Harbourmaster Place, IFSC, Dublin 1

BANCOS

Citibank NA, Sucursal em Londres
 Citigroup Centre, Canada Square,
 Canary Wharf, Londres, E14 5LB

4/2

4199
BC

CITIBANK EUROPE PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Os Administradores apresentam o seu relatório e as demonstrações financeiras do Citibank Europe plc (a “Sociedade” ou “CEP”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), conforme adotadas pela União Europeia.

Principais atividades

A Sociedade tem sede em Dublim e, para o exercício em análise, tinha sucursais em 20 países europeus, incluindo uma subsidiária. A última casa-mãe do Grupo é o Citigroup Inc. (doravante designado por “Citigroup” ou “Citi”).

A Sociedade, que tem uma licença bancária emitida pelo Banco Central da Irlanda ao abrigo da secção 9 da Lei do Banco Central de 1971, presta serviços financeiros a clientes e outras entidades do Citigroup em base mundial. A partir de 1 de janeiro de 2017, a Sociedade passou a ser regulada diretamente pelo Banco Central Europeu (“BCE”) (o “Regulador”) através do Mecanismo Único de Supervisão (“MUS”).

A Sociedade tem uma licença (*passaporte*) emitida ao abrigo da Diretiva de Consolidação Bancária da UE e, em consequência, pode desenvolver uma gama alargada de serviços bancários e financeiros no Espaço Económico Europeu (“EEE”) através das suas sucursais e numa base internacional.

As principais atividades da Sociedade compreendem o Grupo de Clientes Institucionais (“GCI”). Os principais segmentos de negócio do GCI são os Serviços de Tesouraria e Comércio (“STC”), os Serviços de Mercados e Títulos e os Serviços Bancários, prestando serviços a uma gama alargada de clientes em mercados-alvo, incluindo governos, entidades do setor público, empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, instituições financeiras e gestores de fundos.

Resultados da atividade

A Sociedade apresentou lucros depois de impostos num valor de \$600 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016: \$863 milhões). O decréscimo na rendibilidade deve-se à combinação de acontecimentos não recorrentes que afetaram os proveitos operacionais no exercício anterior e das perdas líquidas por imparidade em 2017.

Os resultados operacionais globais totais ascenderam a \$2.067 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016: \$2.169 milhões) e foram inferiores aos do exercício anterior essencialmente devido aos proveitos de uma operação isolada reportada nos proveitos líquidos de investimentos de 2016 e que não se repetiu em 2017. As principais fontes de receitas mantiveram-se inalteradas, com os resultados de comissões a gerarem 60% das receitas.

Os custos operacionais (com exclusão da imparidade líquida do crédito) caíram durante o exercício, devido principalmente ao desinvestimento em certos segmentos de negócio no final de 2016, o que foi parcialmente compensado pelo aumento nos custos de remunerações resultantes de mais contratações, principalmente nos centros de serviços partilhados. Os custos operacionais totais (com exclusão da imparidade líquida do crédito) ascenderam a \$1.164 milhões para o exercício findo em dezembro de 2017 (2016: \$1.222 milhões).

A Sociedade registou perdas líquidas de imparidade no valor de \$168 milhões para o exercício findo em dezembro de 2017 (2016: recuperação de imparidade líquida no valor de \$6 milhões). Esta situação deveu-se principalmente a acontecimentos não recorrentes e a uma alteração da metodologia de classificação do crédito com imparidade.

O total do ativo da Sociedade manteve-se geralmente estável face ao ano anterior, num valor de \$49,6 mil milhões (2016: \$49,3 mil milhões). Os decréscimos verificados no período em análise deveram-se principalmente a menores saldos de caixa e instrumentos derivados, compensados por um aumento no crédito sobre clientes.

5/2

5/99

31.

CITIBANK EUROPE PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Desenvolvimentos futuros

A Sociedade está a acompanhar de perto o potencial impacto da saída do Reino Unido da União Europeia (“UE”). Foram criadas estruturas de governação adequadas para desenvolver, pôr em prática e acompanhar as respostas estratégicas da Sociedade no período que vai até março de 2019.

Em 1 de janeiro de 2018, a nova norma de contabilidade NIRF 9 entrou em vigor. Uma avaliação detalhada da nova norma e do seu impacto na Sociedade figura na Nota 1 – “Principais políticas contabilísticas” anexa às demonstrações financeiras.

O rating de crédito de longo prazo da Sociedade manteve-se em A+ (Standard & Poor's e Fitch) e A1 (Moody's).

Principais indicadores de performance

Os principais indicadores financeiros da Sociedade durante o exercício situaram-se nos seguintes valores:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Variação
Lucros antes de impostos	735.438	953.096	-23%
Lucros depois de impostos	600.020	862.551	-30%
Eficiência operacional	55%	55%	0%
Situação líquida*	8.916.620	9.404.294	-5%
Rendibilidade do capital	8%	10%	-2%
Rácio de alavancagem	10%	11%	-1%

* A situação líquida baseia-se nas posições totais de capital efetivas da Sociedade, que não são idênticas aos fundos próprios para efeitos regulamentares.

Gestão do capital

A Sociedade tem fundos próprios para efeitos regulamentares no valor de US\$7,5 mil milhões (7,5\$ mil milhões em 31 de dezembro de 2016), compostos integralmente por fundos próprios de nível 1. O rácio de fundos próprios em 31 de dezembro de 2017 era 16,5% (17,5% em 31 de dezembro de 2016), o que excede os requisitos mínimos. O documento informativo sobre o Pilar 3 contém informações suplementares sobre os requisitos de capital da Sociedade e a gestão de riscos (<http://citigroup.com/citi/investor/reg.htm>). Para mais informações, ver Nota 17 – “Gestão de riscos”.

Dividendos

Propõe-se que não sejam pagos dividendos relativos aos resultados de 2017 (2016: \$1.075 mil milhões).

Governo societário

Contabilidade interna e controlos financeiros

Na Sociedade, o processo de contabilização envolve o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e a função financeira. Os Administradores são responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores e das demonstrações financeiras de acordo com as leis aplicáveis. O Conselho de Administração criou uma Comissão de Auditoria que funciona dentro de termos de referência específicos aprovados pelo Conselho de Administração. A função financeira da Sociedade é responsável por elaborar as demonstrações financeiras de acordo com as NIRF tal como adotadas pela UE e no respeito pelas obrigações legais locais.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é uma subcomissão do Conselho de Administração. O papel desta comissão é supervisionar a adequação do quadro de controlo interno estabelecido pela Administração relativamente às atividades

6/8
6/99
BL.

CITIBANK EUROPE PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

da Sociedade. A Comissão de Auditoria também ajuda o Conselho de Administração a cumprir as suas responsabilidades de supervisão em matéria de integridade das demonstrações financeiras, processo de relato financeiro e sistemas de contabilidade interna e mecanismos de controlo financeiro da Sociedade. A Comissão de Auditoria apoia-se no trabalho da Auditoria Interna e da alta direção da Sociedade.

Comissão de Risco

A Comissão de Risco é uma subcomissão do Conselho de Administração. O papel desta comissão é aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência presente e futura da Sociedade pelo risco, tendo em conta a apetência global da Sociedade pelo risco e a posição financeira presente e futura da Sociedade. A Comissão de Risco também procede à revisão das alterações às políticas de risco da Sociedade e é responsável por acompanhar o capital económico e os riscos relevantes, bem como por adotar os desenvolvimentos regulamentares de uma perspetiva do risco. A Comissão de Risco apoia-se no trabalho do Departamento de Risco interno e da alta direção da Sociedade.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos é uma subcomissão do Conselho de Administração. É responsável por ajudar o Conselho de Administração em decisões relativas a vencimentos, incluindo as que tenham implicações para a gestão do risco na Sociedade.

Comissão de Nomeações

A Comissão de Nomeações é uma subcomissão do Conselho de Administração. É responsável por ajudar o Conselho de Administração em decisões relativas à nomeação de Administradores e membros da alta direção e matérias relacionadas, incluindo planeamento da sucessão, diversidade, adequação e probidade e análises da performance.

Comissão de Concessão de Crédito a Partes Relacionadas

A Comissão de Concessão de Crédito a Partes Relacionadas é responsável por ajudar a Sociedade a cumprir as suas obrigações decorrentes do Código de Práticas de Concessão de Crédito a Partes Relacionadas de 2013 (“Código de Práticas”) publicado pelo Banco Central da Irlanda.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva toma as principais decisões relativas à gestão da Sociedade, em consonância com o plano estratégico e as orientações do Conselho de Administração da Sociedade.

Comissão de Ativos e Passivos

A Comissão de Ativos e Passivos é responsável pelo acompanhamento e gestão da Demonstração da Posição Financeira, incluindo o capital, o financiamento, a liquidez e o risco de mercado das carteiras que não são de negociação. Nesta matéria, a comissão funciona como um fórum para a alta direção garantir o cumprimento das políticas e procedimentos da Sociedade, dos requisitos regulamentares e dos compromissos com agências de rating, bem como, quando necessário, recomendar e aplicar planos de financiamento adequados.

Código de Governo Societário para Instituições de Crédito e Companhias Seguradoras

A Sociedade é considerada uma instituição de crédito de Impacto Alto ao abrigo do Código de Governo Societário para Instituições de Crédito e Companhias Seguradoras de 2013 (o “Código de Governo”). Como tal, a Sociedade tem de cumprir os requisitos adicionais aplicáveis às instituições de Impacto Alto.

A Sociedade foi classificada como Outra Entidade de Importância Sistémica (*Other Systemically Important Institution, O-SII*). De acordo com o n.º 1 do artigo 121.º do Instrumento Regulamentar do Banco da Irlanda de 2014 relativo ao Regulamento da União Europeia sobre Requisitos de Fundos Próprios (S.I. n.º 158 de 2014) (“Regulamento DRFP”), o Banco da Irlanda foi designado como autoridade encarregue de identificar as O-SIIs autorizadas no seu território.

Donativos de natureza política

Durante o exercício, a Sociedade não fez nenhum donativo de natureza política (2016: zero).

7/2
7/29
82.

CITIBANK EUROPE PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Administradores, Secretaria da Sociedade e interesses respetivos

Nem os Administradores nem a Secretaria da Sociedade têm interesses económicos no capital social da Sociedade. Nem os Administradores nem a Secretaria da Sociedade detiveram participações superiores a 1% do valor nominal do capital social emitido da última casa-mãe da Sociedade durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016: zero).

Registos contabilísticos

Os Administradores estão convictos de terem cumprido o requisito previsto nas secções 281 a 285 da Lei das Sociedades de 2014 relativamente a registos contabilísticos adequados, uma vez que empregaram pessoal de contabilidade com os devidos conhecimentos e disponibilizaram recursos adequados à função financeira. Os registos contabilísticos da Sociedade estão guardados em 1 North Wall Quay, Dublim 1.

Auditores

De acordo com o n.º 2 da secção 383 da Lei das Sociedades de 2014, os auditores, KPMG, Statutory Auditors and Chartered Accountants, vão manter-se em funções.

Os Administradores tomaram todas as medidas a que estão obrigados para tomarem conhecimento de toda a informação de auditoria e para se assegurarem de que os auditores têm conhecimento de toda essa informação. Tanto quanto é do conhecimento dos Administradores, não existe informação de auditoria relevante de que os auditores não tenham conhecimento, de acordo com a secção 330, n.ºs 1 a 3 da Lei das Sociedades de 2014.

Declaração de Cumprimento dos Administradores

Conforme exigido pela secção 225 da Lei das Sociedades de 2014, os Administradores reconhecem expressamente que são responsáveis por garantir o cumprimento pela Sociedade das suas “obrigações relevantes” (tal como definidas na legislação referida). Os Administradores mais confirmam que foi elaborada uma declaração de política de cumprimento e que foram postos em prática esquemas e estruturas adequados, os quais, na opinião dos Administradores, foram concebidos para assegurar o cumprimento material das obrigações relevantes. No exercício a que o presente relatório diz respeito, realizou-se uma revisão desses esquemas e estruturas.

Declaração das responsabilidades dos Administradores a respeito do Relatório dos Administradores e das demonstrações financeiras auditadas

Os Administradores são responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores e das demonstrações financeiras de acordo com as leis e os regulamentos aplicáveis.

O direito societário obriga os Administradores a prepararem demonstrações financeiras para cada exercício. De acordo com a referida legislação, os Administradores decidiram preparar demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

De acordo o direito societário, os Administradores só devem aprovar as demonstrações financeiras se estiverem convencidos de que estas dão uma imagem fiel e verdadeira dos ativos, dos passivos e da posição financeira da Sociedade, bem como dos seus lucros ou prejuízos para o exercício em causa. Na preparação das demonstrações financeiras, os Administradores têm de:

- selecionar políticas contabilísticas adequadas e depois aplicá-las de maneira uniforme;
- proceder a juízos e elaborar estimativas que sejam razoáveis e prudentes;
- declarar se foram preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela UE; e
- preparar as demonstrações financeiras no pressuposto da continuação da atividade, salvo se não for adequado partir do princípio que a Sociedade irá continuar em atividade.

Os Administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos adequados que mostrem, a todo o tempo e com um grau razoável de exatidão, os ativos, os passivos, a posição financeira e os lucros ou prejuízos da Sociedade e lhes permitam assegurar-se de que as demonstrações financeiras da Sociedade cumprem as disposições da Lei das Sociedades de 2014 e os requisitos do Regulamento de 2015 relativo às Demonstrações Financeiras das Instituições de Crédito nos termos do direito da União Europeia.

8/2
8/99
81.

CITIBANK EUROPE PLC

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Também são responsáveis por salvaguardar os ativos da Sociedade e, por conseguinte, tomar medidas razoáveis para prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades. Os Administradores também são responsáveis por preparar um Relatório dos Administradores que cumpra as obrigações previstas na Lei das Sociedades de 2014.

Por ordem do Conselho de Administração:

29 de março de 2017

Zdenek Turek
Administrador

Jim Farrell
Administrador

Breffi Byrne
Administrador

Fiona Mahon
Secretária

9/06
9199
301

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC

1. Opinião: a nossa opinião mantém-se inalterada

Auditámos as demonstrações financeiras do Citibank Europe Plc (“a Sociedade”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e que compreendem a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Variações nos Capitais Próprios, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as notas relacionadas, incluindo as políticas contabilísticas descritas na Nota 1 – “Principais políticas contabilísticas”. A regulamentação sobre prestação de informações de natureza financeira aplicada à sua preparação é composta pela lei irlandesa e pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“NIRF”) adotadas pela União Europeia.

Na nossa opinião:

- as demonstrações financeiras dão uma imagem fiel e verdadeira dos ativos, dos passivos e da posição financeira da Sociedade à data de 31 de dezembro de 2017, bem como dos seus lucros para o exercício findo nessa data;
- as demonstrações financeiras foram devidamente preparadas de acordo com as NIRF, tal como adotadas pela União Europeia;
- as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades de 2014; e
- as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os requisitos do Regulamento de 2015 relativo às Demonstrações Financeiras das Instituições de Crédito nos termos do direito da União Europeia.

Base da opinião

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as Normas de Auditoria (Irlanda) e a lei aplicável. As nossas responsabilidades ao abrigo das referidas normas estão descritas em maior pormenor na secção “Responsabilidades do Auditor” do nosso relatório. Consideramos que os elementos de auditoria que obtivemos constituem uma base suficiente e adequada para a nossa opinião. A nossa opinião de auditoria é consentânea com o nosso relatório destinado à Comissão de Auditoria.

Fomos nomeados auditores pelos Administradores em 17 de junho de 2016. O prazo total de contratação ininterrupta corresponde aos 2 anos findos em 31 de dezembro de 2017. Cumprimos as nossas responsabilidades éticas e mantivemos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos aplicáveis na Irlanda, incluindo as Normas Éticas da autoridade de supervisão da auditoria e da contabilidade irlandesa, a Irish Auditing and Accounting Supervisory Authority (“IAASA”), tal como aplicadas a entidades de interesse público. Não foram prestados nenhuns serviços diferentes dos serviços de auditoria, proibidos por essas normas.

2. Principais matérias de auditoria: a nossa avaliação dos riscos de distorções materiais

As principais matérias de auditoria correspondem às matérias que, na nossa opinião profissional, têm maior importância na auditoria das demonstrações financeiras e abrangem os riscos de distorções materiais (devido a fraude ou a outros motivos) mais importantes avaliados identificados por nós, incluindo os que têm o impacto maior na estratégia global da auditoria, na afetação de recursos na auditoria e no direcionamento dos esforços da equipa afeta ao trabalho. Estas matérias foram avaliadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não sendo objeto de uma opinião separada.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC

10/01/95
JL.

Para chegar à nossa opinião de auditoria referida acima, as principais matérias de auditoria foram as seguintes, por ordem decrescente de relevância para a auditoria:

Provisões para perdas esperadas de crédito, \$250 milhões (2016 - \$135 milhões)

Ver Nota 1 – “Principais políticas contabilísticas” e Notas 17 – “Gestão de riscos” e 18 – “Ativos e passivos financeiro”.

Principal matéria de auditoria

O valor escriturado do crédito sobre clientes e sobre bancos detido ao custo amortizado pode ser objeto de distorção material se as provisões para perdas esperadas de crédito não forem devidamente identificadas e estimadas.

A identificação do crédito com imparidade e o apuramento das provisões para perdas esperadas de crédito envolvem um grau de apreciação significativa por parte da Administração, especialmente em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros e do cálculo das provisões gerais.

Como é que a matéria foi tratada na nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Testar a conceção, aplicação e eficácia operacional dos principais mecanismos de controlo relativos aos processos de avaliação, acompanhamento e provisionamento do crédito.
- Obtenção de uma amostra de revisões de crédito executadas por gestores de crédito, distribuída por graduações de crédito, segmentos setoriais e localização geográfica e avaliação da razoabilidade do juízo da Administração sobre:
 - os *ratings* aplicados pela Administração (que influenciam depois o cálculo da imparidade coletiva); e
 - as decisões sobre imparidade (quando um critério de imparidade específica se verifica), formando a nossa própria opinião sobre os factos e circunstâncias individuais.
- Testar a adequação do modelo de provisões coletivas em conjunção com o nosso especialista em modelação:
 - testando as entradas de dados subjacentes;
 - avaliando a metodologia do modelo, as principais premissas e a exatidão matemática do modelo; e
 - comparando os resultados gerados pelo modelo com o historial de perdas da Sociedade observado.
- Rever a adequação das provisões específicas da Sociedade.
- Avaliar de uma perspetiva crítica se as divulgações constantes das demonstrações financeiras refletem adequadamente a exposição da Sociedade ao risco de crédito e cumprem as NIRF.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que as provisões para imparidade são aceitáveis.

Reconhecimento de proveitos de comissões, \$432 milhões (2016 - \$412 milhões)

Ver Nota 1 – “Principais políticas contabilísticas” e Nota 4 – “Resultados de comissões”

Principal matéria de auditoria

A Sociedade tem várias fontes de proveitos, muitas com elevados volumes de operações de margens baixas.

Embora os produtos subjacentes que geram estes proveitos sejam relativamente simples, o cálculo das receitas das operações Worldlink e FXLM é complexo.

Verifica-se risco quanto à existência e à exatidão das comissões.

Como é que a matéria foi tratada na nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Testar a conceção, aplicação e eficácia operacional dos principais mecanismos de controlo relativos ao processo de receitas, desde o seu início até ao registo nas demonstrações financeiras.
- Executar procedimentos de auditoria substantivos em relação aos proveitos e comissões, em base de amostragem.
- Como parte dos nossos procedimentos substantivos, também utilizámos procedimentos detalhados de análise de dados para testar os fluxos de receitas relevantes.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os proveitos de comissões são aceitáveis.

11/12
11/ago
81-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC

3. Aplicação da materialidade e descrição genérica do âmbito da nossa auditoria

A materialidade para as demonstrações financeiras da Sociedade como um todo foi fixada em \$50 milhões (2016: \$70 milhões). Este valor foi calculado com base num referencial de resultados antes de impostos (dos quais representa cerca de 6 por cento (2016: 6 por cento)), que cremos ser uma das principais considerações para os utilizadores das demonstrações financeiras avaliarem a performance financeira da Sociedade.

O nosso processo de auditoria incluiu reportar à Comissão de Auditoria todas as distorções corrigidas e não corrigidas que detetámos durante o trabalho de auditoria com um valor superior a \$2,5 milhões (2016: \$3,5 milhões), apesar de outras distorções em termos de auditoria abaixo desse valor que julgamos deverem ser reportadas com base em fundamentos qualitativos.

Configurámos o âmbito da nossa auditoria para assegurar que aplicámos um nível suficiente de procedimentos de auditoria para podermos expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras como um todo, tendo em conta a estrutura da Sociedade, os processos e controlos contabilísticos e o setor em que a Sociedade desenvolve a sua atividade.

A equipa do Grupo (atuando a KPMG Dublim como revisor oficial de contas) deu instruções aos auditores de componentes no Reino Unido, na República Checa, na Hungria e na Roménia quanto às áreas relevantes a serem cobertas nas suas análises, incluindo os riscos relevantes descritos acima. Os componentes restantes foram cobertos pela equipa do Grupo.

A equipa do Grupo fixou os níveis de materialidade dos auditores de componentes, em níveis que variaram entre \$15 milhões e \$40 milhões (2016: entre \$25 milhões e \$50 milhões), tendo em conta tanto a dimensão como o perfil de risco dos componentes.

Os componentes para os quais foi executada uma auditoria de um ou mais saldos de contas estão indicados no quadro seguinte e foram responsáveis pelas seguintes percentagens dos resultados da Sociedade:

	Proveitos	Resultados antes de impostos	Total do ativo
Auditórias de um ou mais saldos de contas			
2017	96%	98%	95%
2016	92%	98%	99%

Estes componentes são significativos em termos individuais ou foram incluídos para assegurar uma maior cobertura da Demonstração de Resultados e da Demonstração da Posição Financeira da Sociedade.

Para além do já referido, demos instruções a equipas da KPMG noutras localizações para executarem procedimentos de auditoria específicos de: (a) mecanismos de controlo interno e mecanismos de controlo informático executados nos centros de serviços partilhados; e (b) modelos informáticos e de avaliação, cujos testes estão centralizados nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Para os componentes residuais, a equipa do Grupo procedeu a uma análise ao nível agregado do grupo para reexaminar na sua avaliação se não existiam riscos significativos de distorções materiais dentro desses componentes.

4. Não temos nada a reportar quanto à continuidade da atividade

Temos a obrigação de vos informar se concluímos que a utilização do pressuposto de continuação da atividade era inadequada ou se houver alguma incerteza material não divulgada que possa levantar sérias dúvidas quanto à utilização desse pressuposto base para um período não inferior a doze meses a contar da data de aprovação das demonstrações financeiras. Não temos nada a reportar a este respeito.

5. Não temos nada a reportar quanto a outras informações contidas no relatório anual

Os Administradores são responsáveis pelas outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras. As outras informações compreendem as incluídas no Relatório dos Administradores. A nossa opinião não cobre as outras informações.

12/12
12/99
81.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC

informações e, em consequência, não expressamos uma opinião de auditoria nem, exceto conforme indicado expressamente abaixo, nenhuma conclusão em termos de garantia quanto às mesmas.

A nossa responsabilidade é ler as outras informações e, nesse contexto, avaliar se, com base no nosso trabalho de auditoria relativo às demonstrações financeiras, as informações aí contidas apresentam alguma distorção relevante ou são incoerentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento de auditoria. Com base exclusivamente nesse trabalho, não identificámos distorções materiais nas outras informações.

Com base exclusivamente nesse trabalho, reportamos que:

- não identificámos distorções materiais no Relatório dos Administradores;
- na nossa opinião, as informações dadas no Relatório dos Administradores são consentâneas com as demonstrações financeiras;
- na nossa opinião, o Relatório dos Administradores foi preparado de acordo com a Lei das Sociedades de 2014.

6. A nossa opinião sobre outras matérias prescritas na Lei das Sociedades de 2014 mantém-se inalterada

Obtivemos todas as informações e explicações que considerámos necessárias para a finalidade da nossa auditoria.

Na nossa opinião, os registos contabilísticos da Sociedade mostraram-se suficientes para permitir uma auditoria expedita e adequada das demonstrações financeiras e a Demonstração da Posição Financeira e a Demonstração de Resultados da Sociedade são coerentes com os registos contabilísticos.

7. Nada temos a reportar quanto a matérias sobre as quais temos de reportar por exceção

A Lei das Sociedades de 2014 exige que reportemos a V. Exas. se, na nossa opinião, não foi prestada a informação sobre a remuneração dos Administradores e as operações exigida ao abrigo das secções 305 a 312 dessa lei.

8. Responsabilidades respetivas

Responsabilidades dos Administradores

Conforme explicado em maior pormenor na sua declaração contida nas páginas 7 e 8, os Administradores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras, incluindo ficarem convencidos de que são uma imagem fiel e verdadeira; pelo controlo interno que considerarem necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras sem distorções materiais, devido a fraude ou erro; avaliar a capacidade da Sociedade de se manter em atividade, divulgando, na medida aplicável, matérias relacionadas com a continuação da atividade; e por preparar as contas no pressuposto da continuação da atividade, salvo se tencionarem liquidar a Sociedade, cessar a atividade ou não tiverem nenhuma alternativa realista a não ser fazê-lo.

Responsabilidades dos auditores

Os nossos objetivos são obter garantias razoáveis quanto a saber se as demonstrações financeiras, como um todo, estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir a nossa opinião num relatório de auditoria. Garantias razoáveis significa um nível de garantia alto, mas não garante que uma auditoria realizada de acordo com as Normas de Auditoria em vigor na Irlanda irá detetar em todos os casos as distorções materiais que eventualmente existam. As distorções materiais podem resultar de fraude, de outras irregularidades ou de erros e são consideradas materiais se, isoladamente ou em conjunto, puderem, numa avaliação razoável, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude ou outras irregularidades é maior do que uma que resulte de erro, já que pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou evasão de controlos internos e pode envolver qualquer área legislativa ou regulamentar e não apenas as que afetam diretamente as demonstrações financeiras.

O site da IAASA, https://www.iaasa.ie/getmedia/b2389013-1cf6-458b-9b8f-a98202dc9c3a/Description_of_auditors_responsibilities_for_audit.pdf, contém uma descrição mais completa das nossas responsabilidades.

B/az
13/99
JM.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA OS ACIONISTAS DO CITIBANK EUROPE PLC

9. Finalidade do nosso trabalho de auditoria e perante quem somos responsáveis

Este relatório destina-se exclusivamente aos acionistas da Sociedade como um todo, de acordo com a secção 391 da Lei das Sociedades de 2014. O nosso trabalho de auditoria foi levado a cabo de forma a podermos relatar aos acionistas da Sociedade as questões que estamos obrigados a comunicar-lhes no relatório de auditoria, mas não para quaisquer outros fins. Na máxima medida permitida por lei, não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade em relação ao nosso trabalho de auditoria, a este relatório e às opiniões que formámos perante pessoas que não sejam a Sociedade e os seus acionistas, como um todo.

N. Marshall
Em representação de:
KPMG
Técnicos Oficiais de Contas, Auditores Oficiais
1 Harbourmaster Place
IFSC
Dublim 1

23 de março de 2018

14/k

14/99

21.

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Nota	2017 \$000	2016* \$000
Proveitos de juros		433.763	417.341
Custos de juros		(61.670)	(59.192)
Margem financeira	3	372.093	358.149
Resultados de comissões	4	1.053.164	1.109.903
Resultados de operações financeiras	5	211.494	161.248
Resultados de investimentos	6	42.563	149.617
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	7	261	32.887
Outros proveitos operacionais	8	387.614	356.995
Proveitos operacionais		2.067.189	2.168.799
(Perdas)/recuperações de crédito líquidas	17	(168.062)	5.909
Custos com o pessoal	10	(643.477)	(614.865)
Outros custos	12	(520.212)	(606.747)
Lucros antes de impostos		735.438	953.096
Custos com impostos sobre o rendimento	13	(145.741)	(124.743)
Lucros do exercício de operações continuadas		589.697	828.353
Lucros de operações descontinuadas, líquidos de impostos	29	10.323	34.198
Lucros do exercício		600.020	862.551

* Determinadas rubricas dos números comparativos foram atualizadas exclusivamente para efeitos de apresentação.

As notas constantes das páginas 19 a 99 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018 e assinadas em sua representação por:

15/02

CITIBANK EUROPE PLC

15/02
31.

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Nota	2017 \$000	2016 \$000
Lucros do exercício		600.020	862.551
Rubricas que não irão ser reclassificadas em resultados			
Perdas na remensuração de ativos/passivos por pensões de benefício definido	14	(8.207)	(55.699)
Impostos relacionados	23	1.027	11.500
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados			
Conversão cambial		8.082	(25.734)
Coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro (parte eficaz)		14.806	(15.628)
Ganhos ou perdas de avaliação levados a capital		5.153	85.832
Transferido para lucros ou perdas		(41.657)	(115.874)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)		(36.504)	(30.042)
Impostos relacionados		10.613	(8.593)
Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos		(10.183)	(124.196)
Total de rendimento integral do exercício		589.837	738.355

As notas constantes das páginas 19 a 99 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018 e assinadas em sua representação por:

Zdenek Turek
Administrador

Jim Farrell
Administrador

Breffni Byrne
Administrador

Fiona Mahon
Secretária

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA Em 31 de dezembro de 2017

16/02
IC/99
31.

		31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
	Nota		
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	15	14.589.546	16.423.472
Ativos da carteira de negociação	16,18	967.414	1.095.380
Instrumentos financeiros derivados	18,19	1.603.601	2.147.168
Títulos da carteira de investimento	20	2.887.331	3.064.088
Crédito sobre bancos	18	7.264.565	7.487.475
Crédito sobre clientes	18	17.999.036	14.588.945
Ativos associados com alienação do grupo de disponíveis para venda	29	-	194.389
Participações em subsidiárias	25	14.175	14.876
Ativos por impostos correntes	24	39.282	5.883
Outros ativos	23	3.788.345	3.470.643
Ativos por impostos diferidos	21	304.740	289.981
Ativos fixos tangíveis	22	57.075	144.076
Goodwill e ativos fixos intangíveis	22	102.853	358.682
Total do ativo		49.617.963	49.285.058
Passivo			
Depósitos de bancos	18	7.134.623	7.695.263
Contas de clientes	18	26.192.250	24.065.741
Instrumentos financeiros derivados	18,19	1.667.005	2.191.961
Títulos de dívida em circulação	26	-	71
Passivos associados com alienação do grupo de disponíveis para venda	29	-	639.331
Passivos por impostos correntes		34.639	35.650
Provisões	27	93.885	55.419
Passivos por impostos diferidos	23	18.084	-
Outros passivos	28	5.560.857	5.197.328
Total do passivo		40.701.343	39.880.764
Situação líquida			
Capital social	30	10.532	10.532
Prémios de emissão	30	1.962.747	1.962.747
Outras reservas (líquidas)	36	843.880	849.394
Resultados transitados		6.099.461	6.581.621
Total do capital imputável a acionistas		8.916.620	9.404.294
Total do passivo e da situação líquida		49.617.963	49.285.058

As notas constantes das páginas 19 a 99 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018 e assinadas em sua representação por:

Zdenek Turek
Administrador

Jim Farrell
Administrador

Breffni Byrne
Administrador

Fiona Mahon
Secretária

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

17/09
31

Nota	Imputável a titulares de capital no Grupo								Resultados transitados	Total
	Capital social	Prémios de emissão de ações	Reserva de capital	Reserva de fusão	Reserva de conversão	Reserva de justo valor	Reserva de fundos próprios			
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	10 071	1.593.607	824.123	-	(58.695)	14.111	3.139	5.763.269	8.149.625	
Total de outro rendimento/(custo) integral:									862.551	862.551
Lucros do exercício										
Outro rendimento/(custo) integral, líquido de impostos:	14								(44.199)	(44.199)
Remensuração de passivos/(ativos) por pensões de benefício definido										
Diferenças de conversão cambial para operações no estrangeiro					(25.734)					(25.734)
Perdas líquidas em coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro					(15.628)					(15.628)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)						(38.635)				(38.635)
Total de outro rendimento/(custo) integral					(41.362)	(38.635)		(44.199)	(124.196)	
Total de rendimento/(custo) integral					(41.362)	(38.635)		818.352	738.355	
Operações com acionistas, registadas diretamente no capital										369.601
Emissão de ações ordinárias relacionadas com a fusão	461	369.140	-	-						
Aumento/redução dos capitais próprios resultante da fusão					57.578	19.283	69.717			146.578
Pagamentos baseados em ações liquidados em capital	31	-	-	-				135		135
Opções exercidas										
Total de entradas recebidas e distribuições pagas a acionistas	461	369.140	-	57.578	19.283	69.717	135			516.314
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10 532	1.962.747	824.123	57.578	(80.774)	45.193	3.274	6.581.621	9.404.294	
Saldo em 1 de janeiro de 2017	10 532	1.962.747	824.123	57.578	(80.774)	45.193	3.274	6.581.621	9.404.294	
Total de outro rendimento/(custo) integral:								600.020	600.020	
Lucros do exercício										
Outro rendimento/(custo) integral, líquido de impostos:	14							(7.180)	(7.180)	
Remensuração de passivos/(ativos) por pensões de benefício definido										
Diferenças de conversão cambial para operações no estrangeiro					8.082	-				8.082
Ganhos líquidos em coberturas de investimentos líquidos em operações no estrangeiro					14.806	-				14.806
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)						(25.891)				(25.891)
Total de outro rendimento/(custo) integral					22.888	(25.891)		(7.180)	(10.183)	
Total de rendimento/(custo) integral					22.888	(25.891)		592.840	589.837	
Operações com acionistas, registadas diretamente no capital										
Entradas recebidas e distribuições pagas a acionistas:										
Emissão de ações ordinárias relacionadas com a fusão		-	-	-						
Aumento/redução dos capitais próprios resultante da fusão		-	-	-		-	-	(2.511)		(2.511)
Pagamentos baseados em ações liquidados em capital	31	-	-	-		-	-		(1.075.000)	(1.075.000)
Dividendos/transferências		-	-	-		-	-	(2.511)	(1.075.000)	(1.077.511)
Total de entradas recebidas e distribuições pagas a acionistas		-	-	-		-	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10 532	1.962.747	824.123	57.578	(57.886)	19.302	763	6.099.461	8.916.620	

As notas constantes das páginas 19 a 99 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

CITIBANK EUROPE PLC

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

18/12
18/29
31.

	Nota	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucros depois de impostos		600 020	862.551
<i>Ajustamentos relativos a:</i>			
Impostos sobre o rendimento pagos	13 12, 21,	145.741	129.590
Reintegrações e amortizações	22	105.236	162.766
Perdas/(recuperações) líquidas de imparidade do crédito	17	168.062	(5.909)
Perdas na alienação de ativos fixos tangíveis		49	975
Provisões estornadas e outros movimentos do exercício	27	49.286	8.647
Custos relacionados com pagamentos baseados em ações	10	9.801	14.584
Custos relacionados com os planos de benefício definido pós emprego	14	6.915	5.894
Proveitos de juros	3	(433.763)	(417.341)
Custos de juros	3	61.670	59.192
Ganhos em títulos da carteira de investimento		(28.548)	(82.404)
Variação em ativos da carteira de negociação	16	127.966	328.093
Variação em ativos por instrumentos financeiros derivados	19	543.567	(488.802)
Variação em crédito sobre bancos (superior a 3 meses)		1.188.512	5.062.091
Variação em crédito sobre clientes	17	(3.410.091)	(532.671)
Fluxos de caixa operacionais de operações descontinuadas	29	-	102.514
Variação em outros ativos	24	(317.702)	21.565
Variação em depósitos de bancos	18	(560.640)	(6.506.393)
Variação em saldos de contas de clientes	18	2.126.509	806.783
Variação em passivos por instrumentos financeiros derivados	19	(524.956)	402.023
Variação em títulos da carteira de investimento	20	605.063	658.623
Variação em títulos de dívida em circulação	26	(71)	(554.699)
Variação em outros passivos	28	363.529	249.042
Provisão utilizadas durante o exercício	27	(10.820)	(13.734)
		<u>815.335</u>	<u>272.980</u>
Juros recebidos	3	433.763	417.341
Juros pagos	3	(61.670)	59.192
Impostos sobre o rendimento pagos		(97.132)	(92.150)
Pagamento de pagamentos relacionados com ações		(10.327)	(9.937)
Pagamento relacionado com pensões de benefício definido	14	(2.502)	(2.940)
Efeito da conversão cambial e outros ajustamentos		35.767	(23.924)
		<u>1.113.234</u>	<u>620.562</u>
Caixa líquida de atividades operacionais			
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de títulos da carteira de investimento		2.429.034	(3.167.693)
Alienação de títulos da carteira de investimento		(2.828.791)	4.084.856
Aquisição de ativos fixos tangíveis	21	(42.706)	(79.027)
Produto da alienação de ativos fixos tangíveis		(49)	-
Aquisição de ativos fixos intangíveis	22	(19.106)	(104.213)
Dividendos recebidos de participações		-	1.327
Adições de transferências de segmentos de negócio		-	-
Produto da venda de segmentos de negócio descontinuados		(444.942)	(443.641)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos ganhos durante a fusão		-	12.966.267
		<u>(906.560)</u>	<u>13.257.876</u>
Caixa líquida (usada em) / de atividades de investimento			
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos à casa mãe		(1.075.000)	-
Resgate de dívida emitida		-	(22.347)
Caixa líquida (usada em) atividades de financiamento		<u>(1.075.000)</u>	<u>(22.347)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(868.324)</u>	<u>13.856.090</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15	20.893.892	7.037.802
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	15	<u>20.025.568</u>	<u>20.893.892</u>

15/01

19/09
32

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Principais políticas contabilísticas

A Sociedade apresentou uniformemente as políticas contabilísticas descritas seguidamente a todos os períodos apresentados nas presentes demonstrações financeiras.

a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), tal como adotadas pela UE, e o direito das sociedades da República da Irlanda.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuação da atividade e de acordo com a convenção de custos históricos, alterada para incluir o justo valor de determinados instrumentos financeiros na medida exigida ou permitida de acordo com as normas contabilísticas e conforme indicado nas políticas contabilísticas relevantes.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas em dólares norte-americanos (USD), que é a moeda funcional da Sociedade.

c) Alterações da política contabilística e divulgações

Normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor

Existem algumas normas contabilísticas que foram alteradas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), mas que ainda não se aplicam à Sociedade. A Sociedade não está a pensar proceder à adoção antecipada destas normas. São as seguintes:

- NIRF 9 – Instrumentos Financeiros

Introdução

NIRF 9 – *Instrumentos Financeiros*. A NIRF 9 inclui um modelo para classificação e mensuração de ativos financeiros, um modelo prospetivo de imparidade de perdas esperadas para instrumentos de dívida e uma abordagem substancialmente reformulada à contabilização das coberturas. A norma substitui as orientações existentes na NIC 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A NIRF 9 entra em vigor em 1 de janeiro de 2018, pode ser aplicada em momento anterior e foi adotada pela UE em 22 de novembro de 2016.

- Com base nas atuais estimativas, espera-se que a adoção da NIRF 9 tenha como consequência um aumento dos resultados transitados, à data de 1 de janeiro de 2018, num valor entre \$55 e \$65 milhões. Este aumento deve-se principalmente à redução das provisões para perdas esperadas de crédito ao abrigo dos novos requisitos em matéria de imparidade. A Sociedade vai continuar a acompanhar e aperfeiçoar o impacto da NIRF 9 em 2018.

Esta avaliação pode não ser totalmente representativa do impacto em 1 de janeiro de 2018 porque, embora esteja num estádio avançado, a Sociedade ainda está a finalizar os seus trabalhos de aplicação e de avaliação.

Transição

Os requisitos de imparidade, classificação e mensuração da NIRF 9 irão ser aplicados retroativamente ajustando o Balanço da Sociedade à data de 1 de janeiro de 2018, a data de aplicação inicial da NIRF 9, sendo a diferença entre os valores escriturados anteriores e os valores escriturados na data de aplicação inicial levados a resultados transitados. Não existe nenhuma obrigação de reformular os períodos comparativos, exceto para efeitos de contabilização das coberturas.

Para gerir a transição para a NIRF 9, a Sociedade pôs em prática um programa abrangente que cobre toda a empresa, liderado pelo Departamento Financeiro e pelo Departamento de Gestão do Risco, que se centra nas principais áreas de impacto, incluindo o relato financeiro, os dados, os sistemas e os processos, bem como as comunicações e a formação.

A Sociedade pôs em prática um estrutura de governação dedicada para acompanhar, avaliar de forma contínua e preparar-se para o impacto da nova norma nos processos e sistemas internos. A Sociedade apoiou-se em iniciativas de projeto globais com governação local para garantir que a abordagem é adequada para a Sociedade.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20/05
20199
BR

Classificação e mensuração

De uma perspetiva de classificação e mensuração, a nova norma exige que todos os ativos financeiros, com exceção dos instrumentos de capital e dos instrumentos derivados, sejam avaliados com base numa combinação do modelo de negócio da entidade para gerir os ativos financeiros e das características dos seus fluxos de caixa contratuais (quando os fluxos de caixa contratuais são unicamente pagamentos de capital e juros ("UPCJ")).

As características de mensuração da NIC 39 irão ser substituídas pelo justo valor através de resultados ("JVARI"), pelo justo valor através de outro rendimento integral ("JVAORI") e pelo custo amortizado. A NIRF 9 também vai permitir às entidades continuar a designar irrevogavelmente ao JVARI instrumentos elegíveis para serem classificados ao custo amortizado ou ao JVAORI, se tal eliminar ou reduzir de forma substancial um desfasamento contabilístico.

A Sociedade acredita que os resultados da classificação e mensuração irão ser semelhantes aos decorrentes da NIC 39, embora se possam verificar algumas diferenças. O impacto esperado na Sociedade devido às alterações na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros decorrentes da NIRF 9 em 1 de janeiro de 2018 é descrito seguidamente:

- Os ativos financeiros detidos para negociação irão ser classificados e mensurados ao JVARI.
- Os ativos financeiros designados ao justo valor irão continuar a ser classificados como mensurados ao JVARI devido à avaliação do modelo de negócio ou ao facto de que a designação elimina ou reduz substancialmente um desfasamento contabilístico.
- O crédito sobre bancos e clientes atualmente classificado e mensurado ao custo amortizado irá continuar a ser mensurado e classificado ao custo amortizado, exceto se não passar no teste do modelo de negócio ou de UPCJ.
- Os títulos de dívida da carteira de investimento atualmente classificados como disponíveis para venda e mensurados ao JVAORI consistem em obrigações de emitentes públicos e privados que são detidas por um prazo indeterminado, uma vez que podem ser vendidas para responder a necessidades de liquidez ou alterações nas taxas de juro ou de câmbio. Estes títulos de dívida irão ser classificados e mensurados ao JVAORI, uma vez que são detidos ao abrigo de modelos de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros, exceto se não passarem no critério de UPCJ.
- Os títulos da carteira de investimento atualmente classificados como detidos até ao vencimento serão classificados e mensurados ao custo amortizado, dado que os ativos financeiros são detidos ao abrigo de um modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais que preencham o critério de UPCJ.
- Os títulos de capital da carteira de investimento atualmente classificados como disponíveis para venda e mensurados ao JVAORI irão ser classificados como JVARI ao abrigo da NIRF 9. A Sociedade fez a escolha contabilística de não optar por classificar e mensurar irrevogavelmente ao JVAORI os instrumentos de capital que não são da carteira de negociação, dado que todos os montantes reconhecidos no ORI nunca podem ser reclassificados em lucros ou perdas.
- Na data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não tinham sido identificados impactos significativos na classificação e mensuração de ativos financeiros resultantes do modelo de negócio ou dos testes de UPCJ. Por conseguinte, os ajustamentos de transição relativos à classificação e mensuração não deverão ser significativos para as demonstrações financeiras.

Para os passivos financeiros, a NIRF 9 mantém em grande medida os requisitos de classificação e mensuração pré-existentes anteriormente incluídos na NIC 39. No entanto, ao abrigo da NIRF 9, as alterações no justo valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados imputáveis a alterações no risco de crédito do passivo devem ser apresentados no outro rendimento integral.

Imparidade

A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do modelo de perdas incorridas ao abrigo da NIC 39 e que deverá resultar num reconhecimento precoce das perdas de crédito no futuro.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Âmbito

Ao abrigo da NIRF 9, o mesmo modelo de imparidade aplica-se a todos os ativos financeiros, exceto aos ativos financeiros classificados ou designados ao JVVAR e aos títulos de capital designados ao JVAORI, que não estejam sujeitos a avaliação da imparidade. O âmbito do modelo de imparidade de perdas esperadas de crédito da NIRF 9 abrange os ativos financeiros ao custo amortizado, os títulos de dívida classificados em crédito da NIRF 9 e os compromissos de concessão de crédito e garantias financeiras extrapatrimoniais anteriormente previstos na NIC 37 – Provisões, Passivos Eventuais e Ativos Eventuais.

Modelo de imparidade das perdas esperadas de crédito

Ao abrigo da NIRF 9, as provisões para perdas esperadas de crédito devem ser mensuradas em cada data de relato de acordo com um modelo de imparidade das perdas esperadas de crédito com três fases, em que cada ativo financeiro é classificado numa das seguintes fases:

- Fase 1 – Desde o reconhecimento inicial de um ativo financeiro até à data em que o ativo sofra um aumento significativo do risco de crédito face ao seu reconhecimento inicial, deve ser reconhecida uma provisão para perdas igual às perdas esperadas de crédito resultantes de incumprimentos esperados num prazo até 12 meses. Os juros são calculados com base na quantia escriturada bruta do ativo.
- Fase 2 – A seguir a um aumento significativo do risco de crédito do ativo financeiro face ao risco no momento do seu reconhecimento inicial, deve ser reconhecida uma provisão para perdas igual às perdas de crédito totais esperadas durante a vida remanescente do ativo. Os juros são calculados com base na quantia escriturada bruta do ativo.
- Fase 3 – Quando um ativo financeiro for considerado com imparidade em termos de crédito, deve ser reconhecida uma provisão para perdas igual às perdas de crédito esperadas durante a vida total do ativo. Os proveitos de juros devem ser calculados com base na quantia escriturada do ativo, líquido das provisões para perdas, e não com base na sua quantia escriturada bruta.

As provisões para perdas de crédito da Fase 1 e da Fase 2 substituem efetivamente as provisões para perdas incorridas mas não identificadas avaliadas coletivamente e registadas ao abrigo da NIC 39, ao passo que as provisões para perdas de crédito da Fase 3 substituem efetivamente as provisões para crédito com imparidade avaliado individualmente.

Em coerência com a NIC 39, o crédito é abatido quando não existir nenhuma probabilidade realista de recuperação. Em consequência, a política da Sociedade relativa ao momento em que os ativos financeiros são abatidos não deverá alterar-se significativamente com a adoção da NIRF 9.

O reconhecimento e a mensuração da imparidade deverão ser mais virados para o futuro do que ao abrigo da NIC 39. A estimativa das perdas de crédito esperadas deve ser objetiva e ponderada em função da probabilidade, incluindo informação sobre eventos passados, as condições vigentes e previsões razoáveis e justificáveis sobre eventos e condições económicas futuras na data do relato. A estimativa também deve ter em conta o valor temporal do dinheiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas deve ser primariamente apurada através da avaliação da probabilidade de incumprimento, das perdas em caso de incumprimento e da exposição em incumprimento do ativo financeiro e de indicadores macroeconómicos projetados. Para ativos financeiros da Fase 1, a Sociedade irá utilizar uma probabilidade de incumprimento até 12 meses, ao passo que para os ativos financeiros da Fase 2 irá utilizar uma probabilidade de incumprimento para a vida total do ativo de forma a estimar a provisão para imparidade. Para os ativos financeiros de crédito com imparidade da Fase 3, a Sociedade irá continuar a aperfeiçoar os processos existentes.

Exposições classificáveis por grosso geridas

Serão estimadas provisões para imparidade do crédito sobre empresas a um nível individual recorrendo a modelos sofisticados, dependendo da dimensão relativa, da qualidade e da complexidade das carteiras.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

22/02
22/02
81.

Exposições com incidentes geridas

As provisões para imparidade das carteiras de crédito a particulares de pequena dimensão serão estimadas recorrendo a uma abordagem menos sofisticada que seja razoável e proporcionada depois de ter em consideração fatores ao nível da entidade e da carteira. Em especial, para a carteira de crédito a particulares, quando a Sociedade não tiver acesso a informação histórica e/ou experiência detalhadas em termos de perdas, irá adotar uma abordagem simplificada recorrendo a limitadores e outras informações qualitativas específicas de cada carteira.

Outras abordagens simplificadas a ativos financeiros

Para outros ativos financeiros de curto prazo e de natureza simples, a Sociedade vai adotar uma abordagem de mensuração não modelada que pode diferir da já descrita acima. Os modelos vão constituir um melhoramento dos sistemas existentes usados atualmente a nível global para efeitos de testes de esforço e relato dos fundos próprios regulamentares, mas irão incorporar componentes desenvolvidas especificamente para que as estimativas cumpram a NIRF 9. Estes modelos foram validados e testados durante 2017.

Aumento significativo do risco de crédito ("ASRC")

Os ativos financeiros movimentar-se-ão da Fase 1 para a Fase 2 se houver um aumento significativo do risco de crédito face ao reconhecimento inicial. A partir de 1 de janeiro de 2018 e em cada data de relato subsequente, a Sociedade irá avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O apuramento de se se verificou um aumento significativo do risco de crédito vai exigir uma apreciação qualitativa. Nesta avaliação, a Sociedade vai considerar o aumento do risco de incumprimento (tanto em termos relativos como absolutos) durante a vida esperada do ativo financeiro. Uma determinada alteração do risco de incumprimento em termos absolutos desde o reconhecimento inicial será mais significativa para instrumentos financeiros com um risco inicial de incumprimento menor, comparado com os que apresentam um risco inicial de incumprimento maior. A alteração da probabilidade de incumprimento do devedor é influenciada principalmente pelo *rating* de crédito do devedor. As categorias internas de *rating* de risco de crédito vão refletir os indicadores suplementares qualitativos que atuam como limitadores.

Faseamento

Os ativos financeiros podem mover-se em qualquer sentido nas Fases do modelo de imparidade da NIRF 9. Pode verificar-se uma transferência quando houver um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou se a imparidade de crédito do ativo se alterar posteriormente.

Para determinar a fase de relato das perdas de crédito esperadas relativas a uma obrigação, a Sociedade irá verificar se o ativo já tem imparidade (Fase 3) ou não (Fases 1 e 2). A Fase 2 será determinada pela existência de uma deterioração (ou melhoria) significativa do crédito comparada com o *rating* de crédito no reconhecimento inicial. Os ativos da Fase 1 não têm uma deterioração do crédito significativa comparada com o reconhecimento inicial.

As alterações das provisões exigidas para perdas de crédito, incluindo o impacto de movimentos entre a Fase 1 (PEC até 12 meses) e a Fase 2 (PEC durante toda a vida dos ativos) serão registadas em lucros ou perdas como um ajustamento à provisão para perdas de crédito.

Vida esperada

Quando medir as perdas de crédito esperadas, a Sociedade tem de considerar o prazo contratual máximo durante o qual está exposta a risco de crédito, incluindo eventuais saques e a maturidade esperada do ativo financeiro. Para determinadas linhas de crédito sem vencimento fixo, a vida esperada é estimada com base no prazo durante o qual a Sociedade está exposta a risco de crédito e em que as perdas de crédito não seriam mitigadas por medidas da Administração.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23/29
21-

Definição de incumprimento da Fase 3

Conforme já referido acima, para determinar se um instrumento deve passar para perdas de crédito esperadas durante toda a sua vida, a alteração no risco de um incumprimento se verificar durante a vida esperada do instrumento financeiro tem de ser considerada. A NIRF 9 não define o termo “incumprimento”, mas, ao invés, exige que cada entidade o faça. De acordo com a NIRF 9, a Sociedade tem de aplicar uma definição de incumprimento coerente com a utilizada para efeitos internos de gestão do risco de crédito para o instrumento financeiro relevante e considerar indicadores qualitativos (por exemplo, compromissos financeiros), quando apropriado. A definição de incumprimento usada para este efeito tem de ser aplicada uniformemente a todos os instrumentos financeiros, exceto se ficar disponível informação que demonstre que outra definição de incumprimento é mais apropriada para um determinado instrumento financeiro.

A Sociedade classifica uma exposição como exposição em incumprimento (“EI”) se preencher um ou ambos os critérios seguintes:

1. haver exposições substanciais que já estão em mora há mais de 90 dias;
2. considera-se que é pouco provável que o devedor pague as suas dívidas integralmente sem execução das garantias, independentemente de haver quantias em mora ou o número de dias de mora.

Informação previsional (“IP”) e cenários económicos múltiplos

As estimativas têm de ter em consideração informação sobre eventos passados, as condições vigentes e estimativas razoáveis e justificáveis relativas a eventos e condições económicas futuros. A aplicação de IP obriga a um exercício de apreciação. A Sociedade desenvolveu modelos que vão incluir cenários económicos múltiplos que tomam em consideração a variabilidade e a incerteza das perdas esperadas, incluindo fatores tais como a taxa de crescimento do PIB e as taxas de desemprego, fornecidos pelos economistas da Gestão Global do Risco País do Citi. Estas estimativas baseiam-se em dados da carteira que refletem os atuais atributos de risco dos devedores e dos instrumentos de dívida combinados com projeções de perdas derivadas da migração entre *ratings*, da probabilidade de incumprimento e de modelos de perdas construídos para estimar perdas de crédito sob esforço das carteiras da banca por grosso. Tal como já referido acima, estes modelos incorporaram componentes desenvolvidos especificamente para que as estimativas cumpram a NIRF 9. Os modelos de probabilidade de incumprimento, perdas em caso de incumprimento e dos fatores de conversão do crédito são calibrados pelos padrões de incumprimento e perdas observados historicamente ao longo de vários anos e associados a fatores económicos. O modelo reflete diferentes probabilidades e gravidades das perdas em função de diferentes previsões económicas.

A Sociedade não vai usar o cenário mais otimista nem o mais pessimista, mas sim avaliar um número representativo de cenários (pelo menos 3 quando aplicar uma abordagem sofisticada e quando se considerar que os cenários múltiplos têm um impacto material não linear) e ponderar estes cenários pela probabilidade para apurar as perdas de crédito esperadas.

Contabilização de coberturas

Os novos requisitos para contabilização de coberturas destinam-se a simplificar a contabilização de coberturas, alinhar a contabilização com a estratégia de gestão de riscos da entidade e permitir que a contabilização de coberturas se aplique a uma maior variedade de instrumentos de cobertura e riscos. No entanto, devido ao IASB ainda se estar a debater sobre a contabilização de atividades de macro cobertura através de um projeto separado, a NIRF 9 inclui a possibilidade de optar pela política contabilística de continuar a contabilizar as coberturas de acordo com a NIC 39 até que o projeto de macro cobertura seja finalizado. A Sociedade vai optar por continuar a aplicar a contabilização de coberturas ao abrigo da NIC 39.

- **NIRF 15 – Proveitos de Contratos com Clientes.** Em maio de 2014, o IASB publicou a NIRF 15, que define princípios de relato relativos à natureza, montante, calendarização e incerteza de proveitos e fluxos de caixa decorrentes de contratos da entidade com clientes. Esta norma cria um modelo único em cinco passos, baseado em princípios, para o reconhecimento de proveitos e a ser aplicado a contratos com clientes, com exceção de proveitos decorrentes de rubricas tais como instrumentos financeiros, contratos de seguro e locações. A NIRF 15 entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018 e foi adotada pela UE em 22 de setembro de 2016. A nova norma veio definir princípios de relato relativos à natureza, montante, calendarização e

CITIBANK EUROPE PLC

24/10
26/10
31.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

incerteza de proveitos e fluxos de caixa decorrentes de contratos da entidade com clientes. Esta norma cria um modelo único em cinco passos, baseado em princípios, para o reconhecimento de proveitos e a ser aplicado a contratos com clientes, com exceção de proveitos decorrentes de rubricas tais como instrumentos financeiros cobertos pela NIRF9. Para gerir a aplicação, a Sociedade iniciou um programa de projeto liderado pela Equipa Financeira que se centra nas principais áreas de impacto incluindo relato financeiro, sistemas e processos, formação e comunicações. Com exceção das mudanças necessárias para cumprir os requisitos acrescidos em termos de apresentação e divulgação, não esperamos nenhum impacto substancial da NIRF 15 nos resultados financeiros da Sociedade.

- **NIRF 16 – Contratos de Locação.** Em janeiro de 2016, o IASB publicou a NIRF 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de locação. A norma elimina o atual requisito aplicável aos contratos de locação de serem classificadas como locação financeira ou locação operacional e veio introduzir um modelo único para contabilização dos contratos de locação que exige o reconhecimento dos ativos de locação e dos passivos de locação no balanço para a maioria dos contratos. Os locatários também terão de reconhecer os custos de reintegração dos ativos de locação e os custos de juros dos passivos de locação na Demonstração de Resultados. Não há alterações significativas à contabilização do lado do locador, com exceção de requisitos de divulgação acrescidos. A NIRF 16 entra em vigor em 1 de janeiro de 2019 e está sujeita a adaptação pela UE. A Sociedade está a avaliar o potencial impacto nas suas demonstrações financeiras resultante desta norma.
- **Alterações à NIRF 2 – Pagamentos baseados em ações.** As alterações cobrem (i) a mensuração de pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro; (ii) a classificação de pagamentos baseados em ações liquidados líquidos de impostos por retenção na fonte; e (iii) a contabilização da alteração dos pagamentos baseados em ações de pagamentos liquidados em dinheiro para pagamentos liquidados em títulos de capital. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2018 ou data posterior, sendo permitido adotá-la em data anterior. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo na Sociedade.
- **IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento para efeitos de imposto sobre o rendimento.** A interpretação prevê requisitos em acréscimo aos previstos na NIC 12 – Impostos sobre o rendimento, especificando a forma de refletir a incerteza na contabilização dos impostos sobre o rendimento. Esta interpretação aplica-se aos períodos anuais de relato com início em 1 de janeiro de 2019 ou data posterior, sendo permitido adotá-la em data anterior. Não se espera que esta interpretação venha a ter um impacto significativo na Sociedade.

d) Proveitos e custos líquidos de juros

Os proveitos e custos de juros de ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração de Resultados usando o método da taxa de juro efetiva. De acordo com este método, as comissões e os custos diretamente imputáveis à originação, refinanciamento ou reestruturação de empréstimos e compromissos de crédito são diferidos e amortizados aos juros ganhos no crédito durante a vida do instrumento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- a quantia escriturada bruta do ativo financeiro; ou
- o custo amortizado do passivo financeiro.

Quando calcula a taxa de juro efetiva, a Sociedade estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito futuras.

Os proveitos e custos de juros apresentados na Demonstração de Resultados incluem:

- juros sobre ativos e passivos financeiros ao custo amortizado com base na de juro efetiva;
- juros sobre títulos da carteira de investimento disponíveis para venda; e
- juros sobre saldos de caixa.

e) Resultados de comissões

Os proveitos e custos de comissões que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva de um ativo ou passivo financeiro são incluídos no cálculo da taxa de juro efetiva (ver Nota 1 d) acima).

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25/12
25/199
21.

Os outros proveitos de comissões, incluindo comissões de processamento de operações, comissões de gestão de contas, comissões de vendas, comissões de colocação e comissões de sindicação, são reconhecidos à medida que os serviços são prestados. Estas comissões são registadas em proveitos de comissões à medida que são ganhas. Na medida em que forem capitalizadas comissões à cabeça, mas posteriormente se verificar uma venda de parte do ativo relacionado, as comissões são levadas a resultados proporcionalmente ao valor do crédito vendido.

Se não se esperar que um compromisso de concessão de crédito venha a resultar no saque de um empréstimo, a comissão de imobilização relacionada deve ser reconhecida em quotas constantes durante o prazo do compromisso.

Os outros custos de comissões dizem essencialmente respeito a comissões de operações e serviços, que são levadas a custos à medida que os serviços forem recebidos.

f) Resultados de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras compreendem todos os ganhos e perdas relativos a ativos e passivos da carteira de negociação e incluem todas as alterações do justo valor realizadas, juntamente com os juros, dividendos e diferenças cambiais relacionados.

g) Resultados de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados

Os resultados de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados compreendem todos os ganhos e perdas relacionados com ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e incluem todas as alterações do justo valor realizadas, juntamente com os juros, dividendos e diferenças cambiais relacionados.

h) Proveitos de dividendos

Os proveitos de dividendos são reconhecidos quando o direito a receber os proveitos é criado. Os dividendos são apresentados em resultados de operações financeiras quando decorrem de ativos da carteira de negociação.

i) Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento

A Sociedade reconhece inicialmente o crédito e os depósitos na data em que o fluxo de caixa se verifica (ou seja, na data de liquidação). Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são mensurados inicialmente ao justo valor acrescidos, para as rubricas não mensuradas ao justo valor através de resultados, dos custos das operações diretamente imputáveis à aquisição ou emissão.

Ativos da carteira de negociação

A carteira de negociação da Sociedade é composta por todas as posições em instrumentos financeiros e mercadorias detidas com a intenção de as negociar ou para cobrir outros elementos da carteira de negociação e que estão livres de obrigações restritivas quanto à sua negociação ou podem ser cobertas. As posições detidas com a intenção de as negociar correspondem às posições detidas intencionalmente para revenda no curto prazo e/ou com a intenção de beneficiar de diferenças de preços no curto prazo entre os preços de compra e os preços de venda ou de outras variações nos preços ou taxas de juro. O termo "posições" abrange as posições decorrentes de serviços prestados a clientes e de atividades de criação de mercado. A intenção de negociação é evidenciada com base nas estratégias, políticas e procedimentos definidos pela Sociedade para gerir a posição ou a carteira.

Crédito, valores a receber e outros ativos

O crédito e valores a receber é composto por ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo nem classificados como ativos disponíveis para venda e a Sociedade não tenciona vendê-los num futuro imediato ou próximo. Compreendem caixa, crédito sobre bancos, crédito sobre clientes e outros ativos.

O crédito é inicialmente reconhecido pelo seu justo valor, que é igual aos fundos dados para originar o empréstimo, líquido dos custos da operação, e posteriormente avaliado pelo seu custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva, menos eventuais perdas por imparidade. Quando substancialmente todo o risco e

CITIBANK EUROPE PLC

26/99
M -

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

benefícios relativos aos valores a receber ao abrigo de contratos de empréstimo forem transferidos para terceiros, nem os valores a receber ao abrigo do empréstimo nem os valores a pagar à outra parte são reconhecidos nas demonstrações financeiras como ativos e passivos e só a diferença positiva entre os juros recebidos e os juros pagos é refletida na Demonstração de Resultados.

Instrumentos financeiros designados ao justo valor

A Sociedade pode designar instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no caso de:

- tal eliminar ou reduzir significativamente incoerências de avaliação ou reconhecimento que surgiram de outro modo da avaliação de ativos ou passivos financeiros ou de reconhecer ganhos e prejuízos relativos aos mesmos em bases diferentes;
- grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou combinações de ambos serem geridos com base no justo valor e a sua performance ser avaliada nessa base de acordo com uma estratégia de gestão de riscos ou de investimento documentada e a informação sobre grupos de instrumentos financeiros ser reportada à Administração nessa base; ou
- instrumentos financeiros que contêm um ou mais instrumentos derivados embutidos que alterem significativamente os fluxos de caixa resultantes de tais instrumentos financeiros.

Contratos de instrumentos derivados

Os instrumentos derivados são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor na data em que o contrato correspondente é celebrado e são subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. Os justos valores são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos ou recorrendo a técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de fixação de preços de opções, consoante for adequado. Todos os instrumentos derivados são contabilizados como ativos quando o seu justo valor é positivo e passivos quando este é negativo. As alterações do justo valor são reconhecidas na Demonstração de Resultados.

Determinados instrumentos derivados podem estar embutidos noutros contratos ("contratos hospedeiros"). A Sociedade contabiliza os instrumentos derivados embutidos separadamente do contrato hospedeiro quando este último não é ele próprio contabilizado ao justo valor através de resultados e as características do instrumento derivado não estão estreitamente relacionadas com o contrato hospedeiro. Os instrumentos derivados embutidos separados são contabilizados em função da sua classificação e são apresentados na Demonstração da Posição Financeira juntamente com o contrato hospedeiro.

Quando um instrumento derivado ou um passivo financeiro não derivado é designado como instrumento de cobertura na cobertura de um investimento líquido em operações no estrangeiro, a parte eficaz de alterações do justo valor do instrumento de cobertura é reconhecida nas outras rubricas do resultado integral, na reserva de conversão. A parte ineficaz das alterações do justo valor do instrumento derivado é reconhecida imediatamente em resultados, como um ajustamento de reclassificação na venda de operações no estrangeiro.

Titulos da carteira de investimento

Disponíveis para venda

Os títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são aqueles que se prevê serem detidos por um prazo indeterminado e que podem ser vendidos para responder a necessidades de liquidez ou alterações das taxas de juro, taxas de câmbio ou preços das ações.

Os ativos financeiros que não sejam classificados ao justo valor através de resultados ou como crédito e valores a receber são classificados como detidos para venda. Um ativo financeiro classificado como disponível para venda é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos da operação diretamente imputáveis à sua aquisição. Os ativos detidos para venda são contabilizados ao justo valor, sendo as alterações do justo valor registadas em outro rendimento integral. Para instrumentos de dívida detidos para venda, as alterações da quantia escriturada relativas a variações das taxas de câmbio são reconhecidas na Demonstração de Resultados e as alterações de outra natureza à quantia escriturada são reconhecidas em outro rendimento integral, conforme referido supra. Para ativos financeiros classificados como detidos para venda que não sejam ativos monetários (títulos de capital), os ganhos ou perdas reconhecidos em outro rendimento integral incluem a eventual componente cambial relacionada.

Quando os títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são vendidos ou ficam com imparidade, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente e reconhecidos no capital são transferidos para a Demonstração de Resultados e relevados nos resultados de investimentos.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

27/09
27/09
B1 -

Quando a Sociedade vende um instrumento financeiro e simultaneamente celebra um contrato para recomprar o ativo (ou um ativo semelhante) a um preço fixo numa data futura, o contrato é contabilizado como um depósito e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os títulos de capital não cotados cujo valor não pode ser mensurado com fiabilidade são contabilizados ao custo.

Títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento

Trata-se de ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos que a Administração da Sociedade tem a intenção e capacidade de deter até ao vencimento. Os títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor, incluindo os custos diretamente imputáveis, e posteriormente avaliados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva menos eventuais perdas por imparidade. Os eventuais ganhos ou perdas cambiais das operações com títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento são reconhecidos na Demonstração de Resultados. A venda ou reclassificação de títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento levaria à reclassificação de todos os títulos da carteira de investimento detidos até ao vencimento para títulos da carteira de investimento disponíveis para venda e impediria a Sociedade de classificar títulos da carteira de investimento como títulos detidos até ao vencimento no exercício em curso e nos dois exercícios seguintes. A venda ou reclassificação é permitida nos casos seguintes:

- vendas ou reclassificações que estejam tão próximas do vencimento que as alterações da taxa de juro de mercado não teriam um efeito importante no justo valor do ativo financeiro;
- vendas ou reclassificações depois de a entidade ter recebido substancialmente a totalidade do capital original do instrumento; ou
- vendas ou reclassificações imputáveis a acontecimentos isolados não recorrentes fora do controlo da entidade que não poderiam ter sido previstos com razoabilidade.

Acordos de revenda

Quando a Sociedade compra um instrumento financeiro e simultaneamente celebra um contrato para revender o ativo ou um ativo substancialmente semelhante a um preço fixo numa data futura, o contrato é contabilizado como crédito concedido e o ativo subjacente não é reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Passivos financeiros

Os depósitos de bancos, as contas de clientes, os acréscimos de proveitos e os proveitos diferidos, os títulos de dívida emitidos e os outros passivos são mensurados ao custo amortizado. Os outros passivos são compostos primariamente por valores a pagar entre sociedades do Grupo e organizações terceiras. Quando os passivos financeiros decorrem de operações de vendas a descoberto, também são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos da operação relacionados são levados diretamente à Demonstração de Resultados. Os ganhos e perdas decorrentes de alterações posteriores do justo valor são reconhecidos diretamente na Demonstração de Resultados, em resultados de operações financeiras.

Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido refletido na Demonstração da Posição Financeira se e apenas se existir um direito juridicamente eficaz de proceder a tal compensação dos valores reconhecidos e uma intenção de proceder à liquidação numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os proveitos e os custos são apresentados em base líquida apenas quando permitido ao abrigo das IFRS ou quanto aos ganhos e perdas decorrentes de um conjunto de operações semelhantes, por exemplo na atividade de negociação da Sociedade.

Mensuração do justo valor

O “justo valor” é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa operação ordeira entre participantes no mercado na data de mensuração no mercado principal ou, na sua falta, no mercado a que a Sociedade tenha acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflete o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, a Sociedade mede o justo valor de um instrumento recorrendo ao preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações relativas ao ativo ou passivo se realizarem com frequência e houver volumes suficientes para fornecer regularmente informação sobre os preços.

Se não houver preço cotado num mercado ativo, a Sociedade recorre a técnicas de avaliação que maximizam a utilização de dados observáveis relevantes e minimizam o recurso a dados não observáveis. A técnica de avaliação

CITIBANK EUROPE PLC

28/05
LB/CS
201.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

escolhida incorpora todos os fatores que os participantes no mercado tomariam em consideração para definir o preço de uma operação.

A melhor prova do justo valor de um instrumento financeiro no momento do seu reconhecimento inicial é normalmente o preço da operação – ou seja, o justo valor da contrapartida paga ou recebida. Se a Sociedade apurar que o justo valor no momento do reconhecimento inicial difere do preço da operação e o justo valor não for evidenciado por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que utilize exclusivamente dados de mercados observáveis, o instrumento financeiro é mensurado inicialmente ao justo valor, ajustado para tomar em consideração a diferença entre o justo valor no momento do reconhecimento inicial e o preço da operação. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida em proveitos ou custos numa base adequada durante a vida do instrumento.

O valor de um depósito à ordem não pode ser inferior à quantia devida à ordem, descontada a partir da primeira data em que pode ser exigida.

A Sociedade reconhece transferências entre níveis de hierarquia de justo valor no termo do período de relato durante o qual a alteração se verificou.

i) Imparidade de ativos financeiros

Imparidade do crédito

Em cada data da Demonstração da Posição Financeira, a Sociedade avalia se existem sinais objetivos de imparidade do crédito. Considera-se que o crédito está com imparidade e que se verificam perdas por imparidade se e só se existirem sinais objetivos de imparidade em consequência de um ou mais eventos de perdas verificados depois do reconhecimento inicial do ativo e antes da data da Demonstração de Posição Financeira (um “evento de perdas”) e se o evento ou eventos de perdas tiverem/tiverem tido um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou da carteira que pode ser estimado com fiabilidade.

Os sinais objetivos de imparidade incluem dados observáveis que cheguem ao conhecimento da Sociedade tais como:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou devedor;
- incumprimento de um contrato, tal como falta de pagamento ou mora no pagamento de juros ou capital;
- se se tornar provável que o mutuário entre em falência ou fique sujeito a outro tipo de processo especial de recuperação de empresas;
- desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis que indiquem que se verifica um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial de tais ativos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado nos ativos financeiros individuais da carteira, incluindo:
 - alterações negativas do estatuto em termos de pagamentos dos mutuários que compõem a carteira; e
 - condições económicas nacionais ou locais com correlação com incumprimentos nos ativos da carteira.

A Sociedade avalia primeiro se existem sinais objetivos de imparidade individualmente para crédito que seja significativo em termos individuais e individual ou coletivamente para os ativos financeiros que não sejam significativos em termos individuais. Se a Sociedade apurar que não existem sinais objetivos de imparidade para crédito avaliado individualmente, independentemente de ser significativo ou não, inclui o ativo num conjunto de créditos com características de risco de crédito semelhante e avalia-o coletivamente em termos de imparidade. O crédito que é avaliado individualmente em termos de imparidade e para o qual são ou continuam a ser reconhecidas perdas por imparidade não é incluído na avaliação coletiva da imparidade.

Para o crédito, o montante das perdas por imparidade é mensurado como correspondendo à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados tendo em conta as garantias e descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. O valor das perdas é reconhecido numa conta de provisões ou abatido ao saldo do crédito, sendo o valor das perdas levado à Demonstração de Resultados.

Depois de se identificar a imparidade, os proveitos de juros são reconhecidos usando a taxa de juro efetiva original. A Sociedade desconta os fluxos de caixa futuros para efeitos de mensurar as perdas por imparidade recorrendo à taxa de juro efetiva original aplicada à quantia escriturada revista.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

29/02
29/02
29/02

Abate de crédito

O crédito (e as contas de provisões para imparidade relacionadas) normalmente é abatido total ou parcialmente quando deixam de haver perspetivas realísticas de recuperação. Quando o crédito está garantido, esta situação geralmente verifica-se depois de ser recebido o produto da execução das garantias. No casos em que o valor líquido realizável das garantias tiver sido apurado e não houver expetativas razoáveis de recuperar mais nada, o abate pode realizar-se mais cedo.

A recuperação posterior de valores abatidos é contabilizada por contrapartida de perdas do crédito líquidas na Demonstração de Resultados.

Estorno de imparidades

Se, num período posterior, o montante das perdas por imparidade diminuir e tal diminuição se puder relacionar objetivamente com um facto que se verificou depois de a imparidade ter sido reconhecida, as perdas por imparidade reconhecidas em momento anterior são estornadas através de um ajustamento à conta de provisões. O montante do estorno é reconhecido na Demonstração de Resultados por contrapartida de perdas de crédito líquidas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados em cada data do Balanço para identificar sinais objetivos de imparidade. Se estes sinais existirem em consequência de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo financeiro (um "evento de perdas") e esse evento de perdas tiver um impacto, que pode ser mensurado com fiabilidade, nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, reconhecem-se perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em títulos da carteira de investimento disponíveis para venda são reconhecidas através da transferência para a Demonstração de Resultados das perdas acumuladas que foram reconhecidas diretamente no capital. As perdas acumuladas que são retiradas do capital e reconhecidas na Demonstração de Resultados correspondem à diferença entre o custo de aquisição, líquido de reembolsos de capital e amortizações, e o justo valor corrente, menos eventuais perdas por imparidade anteriormente reconhecidas na Demonstração de Resultados. As variações nas provisões para imparidade imputáveis à aplicação do valor do tempo à taxa de juro efetiva são refletidas como uma componente dos proveitos de juros.

As metodologias de imparidade para ativos financeiros disponíveis para venda são descritas seguidamente:

- Títulos de dívida disponíveis para venda. Na avaliação de sinais objetivos de imparidade na data do relato, a Sociedade toma em consideração todos os elementos disponíveis, incluindo dados observáveis ou informação sobre eventos especificamente relativos aos títulos que podem dar origem a défices na recuperação de fluxos de caixa futuros. As dificuldades financeiras do emitente, bem como outros fatores, tais como informação sobre a exposição dos emitentes a risco de liquidez, comercial e financeiro, os níveis e tendências em termos de incumprimento para ativos financeiros semelhantes, as tendências e condições económicas locais e nacionais e o justo valor do colateral e das garantias podem ser considerados individualmente ou combinados para apurar se existem sinais objetivos de imparidade.
- Títulos de capital disponíveis para venda. Os sinais objetivos de imparidade podem ser informação específica sobre o emitente conforme descrito acima, mas também podem traduzir-se em informação sobre alterações significativas na tecnologia, nos mercados, na economia ou na legislação que indiquem que o custo dos títulos de capital pode não ser recuperado.

Um declínio significativo ou prolongado do justo valor do título de capital para um valor inferior ao seu custo também constitui um sinal objetivo de imparidade. Na avaliação de se é significativo, o declínio do justo valor é avaliado face ao custo original do ativo no momento do reconhecimento inicial.

Depois de as perdas por imparidade terem sido reconhecidas, o tratamento contabilístico subsequente das variações no justo valor desse ativo depende do tipo de ativo:

- Para títulos de dívida disponíveis para venda, um declínio subsequente do justo valor do instrumento é reconhecido na Demonstração de Resultados quando houver sinais objetivos de imparidade em consequência de diminuições suplementares nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Quando não houver mais sinais objetivos de imparidade, o declínio do justo valor do ativo financeiro é reconhecido em outro rendimento integral. Se o justo valor de um título de dívida aumentar num período posterior e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento que se verificou depois de as perdas por imparidade terem sido reconhecidas na Demonstração de Resultados ou o instrumento deixar

CITIBANK EUROPE PLC

30/09
26.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de estar com imparidade, as perdas por imparidade são estornadas através da Demonstração de Resultados.

- Para títulos de capital disponíveis para venda, todos os aumentos posteriores do justo valor do instrumento são tratados como uma reavaliação e reconhecidos em outro rendimento integral. As perdas por imparidade reconhecidas quanto a títulos de capital não são estornadas através da Demonstração de Resultados. As diminuições posteriores do justo valor de títulos de capital disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração de Resultados, na medida em que tenham sido sofridas mais perdas por imparidade acumuladas.

j) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quanto o direito de receber os fluxos de caixa dos ativos cessem ou a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua titularidade. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando se extinguem, ou seja, quando a obrigação é cumprida, cancelada ou expira.

k) Locação financeira e operacional

Quando a Sociedade dá bens de locação e se verifica uma transmissão para o locatário de substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, a operação é contabilizada como uma locação financeira. Todas as outras operações são contabilizadas como locações operacionais.

Locação financeira e operacional – enquanto locatário

Os ativos detidos ao abrigo de contratos de locação financeira e locação-compra são capitalizados e reintegrados conforme descrito na Nota 1 m) infra. Os encargos financeiros são imputados aos períodos contabilísticos de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da obrigação para cada exercício. As rendas devidas ao abrigo de contratos de locação operacional são levadas à Demonstração de Resultados em prestações constantes ao longo do prazo da locação e são contabilizadas na rubrica de despesas gerais e administrativas.

Locação financeira e operacional – enquanto locador

O investimento líquido em operações de locação financeira está incluído na rubrica de crédito sobre clientes. Os proveitos brutos ganhos durante o prazo da locação são imputados de forma a produzir uma taxa de rendibilidade periódica e constante sobre o investimento líquido. Os custos diretos de montagem das operações de locação são adicionados ao valor inicial reconhecido a receber da operação de locação. As rendas recebidas são contabilizadas na rubrica de proveitos de juros e proveitos equiparados.

Os ativos detidos para efeitos de locação a terceiros ao abrigo de contratos de locação operacional estão contabilizados na rubrica de imobilizado corpóreo e são reintegrados em quotas constante durante as suas vidas úteis estimadas. As rendas recebidas são contabilizadas em prestações constantes ao longo do prazo da locação na rubrica de outros proveitos operacionais.

Valores residuais

A exposição a valores residuais verifica-se devido à natureza incerta do valor do bem no termo do contrato. Durante a vida do bem, o seu valor residual varia devido à incerteza quanto ao mercado futuro e às alterações tecnológicas ou versões mais modernas do produto, bem como às condições económicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início da locação com base nas expectativas da Administração relativas ao valor futuro do bem. Durante o prazo da locação, os valores residuais são revistos anualmente de forma a identificar uma potencial imparidade. As reduções do valor residual que levem à imparidade de um bem locado são identificadas no âmbito destas revisões e são reconhecidas imediatamente.

m) Ativos fixos tangíveis

O ativos fixos tangíveis, incluindo benfeitorias em imóveis próprios e arrendados, são contabilizados pelo seu custo menos as reintegrações e as perdas por imparidade acumuladas (ver infra). As reintegrações são calculadas para abater o custo menos o valor residual estimado de cada bem em quotas constantes ao longo da sua vida útil estimada. As vidas úteis estimadas de veículos, mobiliário e equipamento variam entre um e dez anos.

31/02

31/02
21.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Imóveis próprios	50 anos
Imóveis arrendados	prazo do arrendamento
Benfeitorias em imóveis arrendados	10 anos ou o prazo do arrendamento, consoante o que for menor
Veículos, mobiliário e equipamento	entre 1 e 10 anos
Bens locados	entre 1 e 20 anos

Os custos posteriores são incluídos na quantia escriturada do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, consoante for apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros associados ao ativo revertam para a Sociedade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros custos com reparações e manutenção são levados à conta de exploração no exercício em que são incorridos.

n) Ativos fixos intangíveis

Goodwill

O *goodwill* decorrente de aquisições representa a parte do custo de aquisição que excede o justo valor da quota-parte da Sociedade nos ativos líquidos identificáveis da subsidiária adquirida na data de aquisição. Os ganhos e perdas realizados aquando da alienação de uma entidade incluem a quantia escriturada do *goodwill* relativo à entidade vendida. O *goodwill* é registado pelo seu valor de custo menos as eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Software

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um ativo quanto a Sociedade é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade para concluir o desenvolvimento e usar o software de uma forma que gere benefícios económicos e pode mensurar com fiabilidade os custos para concluir o desenvolvimento. O custo capitalizado de software desenvolvido internamente inclui todos os custos internos e externos diretamente imputáveis ao desenvolvimento do software e é amortizado ao longo da sua vida útil.

As amortizações são levadas à Demonstração de Resultados e levadas a outras despesas usando os métodos que melhor refletem os benefícios económicos ao longo das suas vidas económicas úteis estimadas e os valores residuais são revistos no termo de cada exercício e ajustados, se tal se justificar. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Licenças de <i>software</i> adquiridas	3 - 5 anos
Desenvolvimento de <i>software</i>	1 - 10 anos

Outros ativos fixos intangíveis - relacionados com clientes

Os ativos fixos intangíveis adquiridos pela Sociedade são contabilizados ao seu valor de custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os outros ativos fixos intangíveis relacionados com clientes são ativos identificáveis e são reconhecidos ao seu valor atual com base em projeções de fluxos de caixa decorrentes de direitos contratuais adquiridos relativamente a relacionamentos com clientes.

As amortizações são levadas à Demonstração de Resultados e levadas a outras despesas usando os métodos que melhor refletem os benefícios económicos ao longo das suas vidas económicas estimadas e os valores residuais são revistos no termo de cada exercício e ajustados, se tal se justificar. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativos fixos intangíveis relacionados com clientes 3 - 5 anos

o) Imparidade de ativos não financeiros

Em cada data de prestação de informações, a Sociedade avalia se existem sinais de que o seu *goodwill* ou os seus ativos fixos intangíveis ou tangíveis estão com imparidade. Estes ativos não financeiros são avaliados em termos de imparidade todos os anos ou com uma frequência maior se alguns factos ou alterações das circunstâncias indiciarem que podem estar com imparidade. O *goodwill* é afetado a unidades geradoras de caixa para efeitos da avaliação da sua imparidade. As perdas por imparidade relativos ao *goodwill* não são estornadas. As perdas por imparidade são reconhecidas na Demonstração de Resultados.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

p) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento devidos sobre os resultados são reconhecidos como um custo com base nas leis fiscais aplicáveis em cada jurisdição no período a que tais resultados dizem respeito. O efeito fiscal de perdas fiscais disponíveis para transitar para exercícios subsequentes é reconhecido como um ativo por impostos diferidos se for provável que existam lucros fiscais futuros disponíveis para absorver.

São reconhecidos ativos e passivos por impostos diferidos para as diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis entre as bases fiscais dos ativos e passivos e a quantia escriturada nas demonstrações financeiras. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis que permitam a utilização de tais diferenças. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados às taxas de imposto esperadas no período em que o ativo vai ser realizado ou o passivo vai ser liquidado, com base nas taxas de imposto em vigor ou substancialmente em vigor à data da Demonstração da Posição Financeira..

Os ativos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que deixe de ser provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como benefícios ou custos fiscais na Demonstração de Resultados.

q) Taxas

O governo aplica taxas à Sociedade de acordo com a legislação, para além de impostos sobre o rendimento, multas ou outras sanções por violação da lei. A Sociedade reconhece um passivo de pagar uma taxa na data prevista na legislação que dá origem à obrigação. As taxas são contabilizadas em despesas administrativas gerais na Demonstração de Resultados da Sociedade.

r) Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas à taxa de câmbio na data da operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente do dólar norte-americano são convertidos para essa moeda às taxas de câmbio à vista no fecho do exercício. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda diferente do dólar norte-americano classificados como detidos para negociação ou designados ao justo valor são convertidos para dólares norte-americanos à taxa de câmbio à vista no fecho do exercício. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda diferente do dólar norte-americano e que não são mensurados ao justo valor foram convertidos às taxas de câmbio históricas relevantes. Os ganhos ou perdas cambiais são levados à conta de exploração na data da sua realização como tendo sido realizados, exceto os ganhos e perdas em ativos financeiros classificados investimentos em capital disponíveis para venda, que são reconhecidos em outro rendimento integral como instrumentos não monetários.

Os ativos e passivos de sucursais no exterior são convertidos para a moeda de apresentação da Sociedade à taxa de câmbio na data da Demonstração da Posição Financeira e as suas demonstrações de resultados são convertidas às taxas de câmbio médias do exercício. As diferenças cambiais decorrentes da conversão são levadas diretamente a uma componente separada do capital.

s) Regalias dos empregados

Planos de benefício definido

A Sociedade participa e continua a gerir planos de pensões de benefício definido para empregados na Grécia, nos Países Baixos, na Bélgica, em Espanha, na Áustria, na Irlanda, em França e na Noruega. Os empregados não fazem contribuições em relação às pensões de base. Em relação aos planos de benefício definido no estrangeiro, o passivo líquido reconhecido na Demonstração da Posição Financeira é igual ao valor atual, calculado utilizando métodos atuariais, da obrigação de pagar prestações de benefício definido na data da Demonstração da Posição Financeira deduzido do justo valor dos ativos do plano.

A obrigação de pagar prestações de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método da unidade de crédito projetada. O valor atual da obrigação de pagar prestações de benefício definido é determinado descontando as saídas de fluxos de caixa futuras estimadas, usando taxas de juro de obrigações de emitentes privados de grande qualidade, denominadas na moeda em que as prestações serão pagas e com prazos até ao vencimento aproximados do prazo da responsabilidade por pensões relacionada.

Os ganhos e perdas de remensuração são reconhecidos imediatamente na Demonstração do Rendimento Integral. Para obrigações de benefício definido, os custos de serviços presentes e de eventuais serviços passados são incluídos na conta de exploração, nos custos operacionais, e os proveitos de juros dos ativos do plano de pensões,

CITIBANK EUROPE PLC

33/2
33/59
21.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

líquidos do impacto dos custos de juros dos passivos do plano de pensões, são incluídos nos outros proveitos financeiros.

Reconhece-se um excedente na Demonstração da Posição Financeira quando um benefício económico fica disponível sob a forma de uma redução das contribuições futuras ou um reembolso à Sociedade.

Planos de contribuição definida

A Sociedade gera vários planos de pensões de contribuição definida. As contribuições anuais da Sociedade são levadas à Demonstração de Resultados no período a que dizem respeito. Os ativos do plano de pensões são detidos em fundos separados geridos por fiduciários.

Prestações de curto prazo

As obrigações relativas a prestações de curto prazo devidas aos empregados são mensuradas numa base não descontada e levadas a custos à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecida uma provisão para a quantia que se espera pagar ao abrigo de bónus de curto prazo em dinheiro se a Sociedade tiver uma obrigação presente jurídica ou implícita de pagar essa quantia em consequência de serviços passados prestados pelos empregados e a mesma puder ser estimada com fiabilidade.

Prestações em caso de rescisão de contrato

As prestações em caso de rescisão de contrato são reconhecidas como um custo quanto a Sociedade se tiver comprometido de uma forma demonstrável, sem possibilidade realística de recuo, quanto a um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da idade normal de reforma ou pagar indemnizações por rescisão do contrato em consequência de uma oferta efetuada para incentivar as rescisões por mútuo acordo. As prestações em caso de rescisão de contrato por mútuo acordo são reconhecidas como parte de um programa de reestruturação se a Sociedade tiver feito uma oferta para rescisão por mútuo acordo, for provável que a oferta seja aceite e o número de aceitações possa ser estimado com fiabilidade.

t) Planos de incentivos baseados em ações

A Sociedade participa em alguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup, ao abrigo dos quais o Citigroup concede ações aos empregados da Sociedade. Ao abrigo de um acordo separado (o Acordo de Participação de Afiliada nos Planos de Ações – “APAPA”), a Sociedade procede a um pagamento em dinheiro ao Citigroup equivalente ao justo valor dos bónus sob a forma de incentivos baseados em ações entregues aos empregados da Sociedade de acordo com esses planos.

A Sociedade adotou uma contabilização liquidada em ações para os seus planos de incentivos baseados em ações, com uma contabilização separada das obrigações associadas de fazer pagamentos ao Citigroup. A Sociedade reconhece o justo valor dos bónus na data da sua concessão como despesas de remuneração ao longo do período de cristalização, com um crédito correspondente na reserva de fundos próprios como uma prestação de capital do Citigroup. Todas as quantias pagas ao Citigroup e as obrigações associadas ao abrigo do APAPA são reconhecidas na reserva de fundos próprios ao longo do período de cristalização. As alterações posteriores do justo valor de todos os direitos não exercidos e do APAPA são revistas anualmente e as eventuais alterações de valor são reconhecidas na reserva de fundos próprios, mais uma vez ao longo do período de cristalização.

Para os planos de incentivos baseados em ações do Citigroup que têm um período de cristalização escalonado, cada tranche do bónus é tratada como um bónus separado; quando o programa prevê uma cristalização em pico, o bónus tem uma só tranche. A despesa é reconhecida no primeiro ano de diferimento.

Período de cristalização do bónus	Percentagem de despesa reconhecida			
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
2 anos (2 tranches)	75%	25%		
2 anos (1 tranche)	50%	50%		
3 anos (3 tranches)	61%	28%	11%	
3 anos (1 tranche)	33%	33%	33%	
4 anos (4 tranches)	52%	27%	15%	6%
4 anos (1 tranche)	25%	25%	25%	25%

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

34
/a

34/25
n.

No entanto, os empregados que preencham determinados requisitos em termos de idade e anos de serviço (empregados elegíveis para reforma) podem cessar o serviço ativo e continuar a beneficiar da cristalização dos seus bónus desde que cumpram determinadas disposições específicas em matéria de não concorrência. O custo dos planos de incentivos baseados em ações são reconhecidos ao longo do período de serviço necessário. Para os bónus concedidos a empregados elegíveis para reforma, os serviços são prestados antes da data de concessão e, posteriormente, os custos são objeto de acréscimo no exercício anterior à data da concessão.

u) Contabilização de subsídios governamentais

Os subsídios são levados a crédito na Demonstração de Resultados em contrapartida dos custos relacionados. Os subsídios recebidos, que são reembolsáveis se determinadas condições pré-definidas não forem cumpridas, são levados a crédito na Demonstração de Resultados em quotas constantes ao longo do período em causa.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a caixa e os equivalentes de caixa compreendem saldos com um prazo original inferior a três meses, incluindo: saldos de caixa sujeitos e sujeitos a restrições junto de bancos centrais, bilhetes do tesouro e outras obrigações elegíveis e crédito sobre bancos.

w) Provisões

São criadas provisões quando é provável que seja necessária uma saída de recursos económicos para liquidar uma obrigação legal ou interpretativa efetiva resultante de acontecimentos passados e se pode fazer uma estimativa razoável do montante de tal obrigação.

x) Subsidiárias

As participações em subsidiárias, incluindo ações não cotadas, são contabilizadas ao seu preço de custo deduzido de provisões para imparidade.

y) Operações sob controlo comum

A Sociedade contabiliza as concentrações de atividades entre entidades sob controlo comum ao seu valor contabilístico. Os números para efeitos comparativos não foram reformulados nem preparados em base *pro forma*, exceto se o contrário for indicado.

z) Operações descontinuadas

As operações descontinuadas são componentes do negócio da Sociedade que representam segmentos de negócio ou áreas geográficas de operações relevantes e separadas que cumprem as condições necessárias para serem classificadas como disponíveis para venda.

Os resultados das operações descontinuadas foram divulgados separadamente como um valor único na Demonstração de Resultados para os períodos relevantes apresentados, incluindo os lucros ou perdas depois de impostos das operações descontinuadas e os ganhos ou perdas depois de impostos reconhecidos na mensuração ao justo valor menos o custo de venda. As divulgações do período anterior foram atualizadas para distinguir entre operações continuadas e operações descontinuadas. Para mais informações, consultar a Nota 29 – “Operações descontinuadas”.

aa) Atividades fiduciárias

A Sociedade atua regularmente como *trustee* ou noutras qualidades fiduciárias que levam à detenção ou colocação de ativos por conta de particulares, *trusts*, planos de reforma e outras instituições.

bb) Títulos de dívida em circulação

A Sociedade designou ao justo valor através de resultados determinados títulos de dívida em circulação que contêm instrumentos derivados de ações, taxas de juro e crédito embutidos que teriam de outro modo de ser divididos e contabilizados separadamente ao justo valor. O justo valor dos títulos de dívida em circulação também tem em conta as provisões para os riscos de crédito próprios da Sociedade. Para mais pormenores, consultar a Nota 18 – “Ativos e passivos financeiros”.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Uso de premissas e estimativas

Os resultados da Sociedade são sensíveis às políticas contabilísticas, às premissas e às estimativas subjacentes à preparação das suas demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas acima em pormenor.

A preparação das demonstrações financeiras obriga ao recurso a juízos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores comunicados dos ativos, passivos, proveitos e custos. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

As estimativas e as premissas subjacentes são revistas regularmente. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que se verificam e nos períodos futuros afetados.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o direito das sociedades irlandês, os Administradores são responsáveis por selecionar políticas contabilísticas adequadas e proceder a juízos e estimativas que sejam razoáveis e prudentes. As políticas contabilísticas consideradas críticas para os resultados e a posição financeira da Sociedade ao abrigo das NIRF, em termos de materialidade das rubricas a que a política se aplica ou que envolvem um elevado grau de juízo ou estimativa são as seguintes:

Imparidade do crédito

Para determinar se certas perdas por imparidade devem ser registadas na conta de exploração, a Sociedade avalia se existem dados observáveis que indiquem que se verifica um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de uma determinada carteira de crédito ou de créditos individualmente significativos. As estimativas baseiam-se na experiência histórica em termos de perdas em ativos com características de risco de crédito e sinais objetivos de imparidade semelhantes aos da carteira, quando se estimam os seus fluxos de caixa futuros. A imparidade é debatida e apresentada em maior pormenor na Nota 17 – “Gestão de riscos”.

Avaliação de ativos fixos intangíveis

Pode ser necessário recorrer a premissas na avaliação de determinado ativos fixos intangíveis relevantes e a Administração pode recorrer a aconselhamento externo especializado para a auxiliar neste processo.

Planos de incentivos baseados em ações

A Sociedade participa em alguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup Inc. Os bónus concedidos através do Programa de Opções sobre Ações do Citigroup são mensurados aplicando um modelo de fixação de preços de opções, tendo em conta os termos e as condições do programa. A análise do comportamento no exercício anterior, o historial de dividendos do Citigroup Inc. e a volatilidade histórica são dados cruciais considerados no modelo de avaliação. Para mais pormenores, consultar a Nota 31 – “Planos de incentivos baseados em ações”.

Obrigações relativas a pensões de reforma

A Sociedade participa em planos de benefício definido geridos localmente para as suas sucursais europeias. Os planos de benefício definido são avaliados numa base atuarial, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto e a mortalidade. De acordo com a NIC 19 revista, a rendibilidade esperada dos ativos do plano é calculada aplicando a taxa de desconto de obrigações de emitentes privados com um *rating* AA. As taxas de inflação são selecionadas por referência aos objetivos do Banco Central Europeu para a inflação. As premissas relativas à mortalidade baseiam-se nas normas relevantes do setor e nas tabelas de mortalidade nacionais. As taxas de desconto baseiam-se em índices específicos de obrigações de emitentes privados que refletem a curva de rendibilidade subjacente a cada plano. É necessária uma avaliação por parte da Administração para estimar a taxa de crescimento futuro dos salários. Todas as premissas são imparciais, mutuamente compatíveis e baseadas em expectativas do mercado na data de relato. A sensibilidade das principais premissas é debatida na Nota 14 – “Obrigações relativas a pensões de reforma”.

Avaliação de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos é determinado recorrendo a técnicas de avaliação. Tanto quanto possível, os modelos só usam dados observáveis; quando tal não é possível, pode ser necessário recorrer a estimativas. A Nota 18 - “Ativos e passivos financeiros” fornece mais elementos sobre a abordagem à avaliação dos instrumentos financeiros.

Impostos diferidos

A política contabilística da Sociedade relativa ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos está descrita na Nota 1 p) –”Principais políticas contabilísticas”. É reconhecido um ativo por impostos diferidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros adequados a que possam ser abatidas as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo por impostos diferidos depende de julgamentos da Administração relativo à probabilidade e

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

suficiência de lucros tributáveis futuros adequados, ao estorno das diferenças temporárias tributáveis existentes e a estratégias de planeamento.

O valor dos ativos por impostos diferidos reconhecidos baseia-se nos indícios disponíveis sobre a situação na data do Balanço e obriga a Administração a fazer julgamentos da maior importância, especialmente os que se baseiam nas suas projeções para o crescimento da atividade, prejuízos do crédito e duração da recuperação económica em geral.

As projeções da Administração sustentam a premissa que é provável que os resultados futuros da Sociedade gerem lucros tributáveis suficientes e adequados para que os ativos por impostos diferidos possam ser utilizados.

Ajustamentos de avaliação do crédito ("AAC"), ajustamentos de avaliação do financiamento ("AAF") e ajustamentos de avaliação da dívida ("AAD")

O AAC e o AAF aplicam-se aos instrumentos derivados do mercado de balcão (*over-the-counter*, "OTC") em que a avaliação de base geralmente desconta os fluxos de caixa esperados usando a curva base de taxas de juro relevante para a moeda do instrumento derivado (por exemplo, a LIBOR para instrumentos derivados em USD não garantidos). Dado que nem todas as contrapartes apresentam o mesmo risco de crédito que o implícito na curva base relevante, é necessário um AAC para incorporar na avaliação a visão do mercado tanto do risco de crédito da contraparte, como do próprio risco de crédito do Citi. O AAF reflete um prémio de risco de financiamento de mercado inerente à parte não garantida das carteiras de instrumentos derivados e a instrumentos derivados garantidos quando os termos do contrato não permitem a reutilização das garantias recebidas.

A metodologia de AAC do Citi é composta por dois passos. Primeiro, é determinado o perfil de exposição de crédito para cada contraparte usando os termos de todas as posições individuais em instrumentos derivados e uma simulação Monte Carlo ou outra análise quantitativa para gerar uma série de fluxos de caixa esperados em pontos futuros no tempo. O cálculo deste perfil de exposição considera o efeito de fatores de mitigação do risco de crédito, incluindo penhores de dinheiro ou outras garantias, e o eventual direito jurídico de compensação que exista com uma contraparte através de acordos, tais como acordos de liquidação em base líquida. Os contratos individuais de instrumentos derivados que são objeto de um acordo-quadro de liquidação em base líquida com uma contraparte são agregados para este efeito, dado que são estes fluxos de caixa agregados que estão sujeitos a risco de incumprimento.

Este processo identifica fluxos de caixa específicos num determinado ponto no futuro que estão sujeitos a risco de incumprimento, em vez de usar o ativo ou passivo líquido reconhecido como base para medir o AAC. Seguidamente, a visão do mercado quanto à probabilidade de incumprimento derivada das margens de crédito observadas no mercado de swaps de incumprimento de crédito (*credit default swaps* ou "CDS") é aplicada aos fluxos de caixa futuros esperados apurados no passo um. O AAC do crédito do próprio Citi é apurado utilizando margens de CDS específicas do Citi para o prazo relevante. Em geral, o AAC da contraparte é determinado usando índices de margem de CDS para cada rating e prazo de crédito. Para determinados conjuntos de compensação identificados em que a análise individual é possível (por exemplo, exposições a contrapartes com CDS líquidos), são usadas as margens de CDS específicas da contraparte.

O AAC e o AAF destinam-se a incorporar a visão do mercado do risco de crédito e do risco de financiamento, respetivamente, inerente à carteira de instrumentos derivados. No entanto, a maioria dos instrumentos derivados não garantidos são contratos bilaterais negociados e normalmente não são transmitidos a terceiros. Os instrumentos derivados são normalmente liquidados de acordo com o contrato ou, se forem resolvidos antecipadamente, são liquidados a um valor negociado bilateralmente entre as contrapartes. Por conseguinte, tanto o AAC como o AAF podem não ser realizados aquando da liquidação ou resolução no exercício normal da atividade. Além disso, a totalidade ou parte destes ajustamentos pode ser estornada ou ajustada em períodos futuros em caso de alterações do risco de crédito ou de financiamento associado aos instrumentos derivados.

São reconhecidos ajustamentos de avaliação da dívida ("AAD") própria para os títulos de dívida em circulação designados ao justo valor, usando as margens de crédito do Citigroup observadas nos mercados obrigacionistas. Em consequência, o justo valor dos títulos de dívida em circulação é afetado pelo estreitamento ou alargamento das margens de crédito do Citigroup.

Tanto o AAC como o AAD podem não ser realizados aquando da liquidação ou resolução no exercício normal da atividade. Além disso, a totalidade ou uma parte dos ajustamentos de avaliação do crédito pode ser estornada ou ajustada em períodos futuros em caso de alterações do risco de crédito do Citigroup ou das suas contrapartes ou de alterações dos fatores de mitigação do crédito (garantias e acordos de liquidação em base líquida) associados aos instrumentos derivados.

A Sociedade designou vários instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. De acordo com a NIRF 13, a Sociedade tem de considerar o seu próprio risco de crédito para determinar o justo valor destes passivos.

37/2

37/25

37.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante 2017, a Sociedade registou ganhos de AAC/AAF/AAD num valor aproximado de \$7,6 milhões (2016: prejuízos de \$4,5 milhões).

3. Margem financeira

	2017	2016
	\$000	\$000
Proveitos de juros e proveitos equiparados		
Caixa e equivalentes de caixa	470	1.132
Crédito sobre bancos	73.805	77.258
Crédito sobre clientes	305.491	293.719
Títulos da carteira de investimento - disponíveis para venda	31.469	44.116
Outros proveitos de juros	22.528	1.116
Total de proveitos de juros	<u>433.763</u>	<u>417.341</u>
 Custos de juros e custos equiparados		
Depósitos de bancos	11.983	11.929
Contas de clientes	14.100	25.880
Títulos de dívida em circulação	-	740
Outros juros pagos	35.587	20.643
Total de custos de juros	<u>61.670</u>	<u>59.192</u>
 Margem financeira	<u>372.093</u>	<u>358.149</u>

Os proveitos de juros incluem um total de \$14,5 milhões (2016: \$1,2 milhões) recebidos de crédito com imparidade.

38/4

38199
81.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. Resultados de comissões

	2017	2016*
	\$000	\$000
Títulos	-	8 448
Compensação e liquidação	43.665	51.728
Gestão de ativos	1.752	1.750
Custódia e operações fiduciárias	208.094	187.241
Serviços de pagamento	309.661	319.767
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	133.164	150.329
Financiamentos estruturados	94.832	96.028
Compromissos de concessão de crédito dados	100.329	109.745
Outros proveitos	262.964	266.114
Total de proveitos de comissões	1.154.461	1.191.150
Compensação e liquidação	(43.023)	(36.296)
Custódia	(25.942)	(19.834)
Outros custos	(32.332)	(25.117)
Total de custos de comissões	(101.297)	(81.247)
Resultados de comissões	1.053.164	1.109.903

* Determinadas rubricas dos números comparativos foram atualizadas exclusivamente para efeitos de apresentação.

Os proveitos de comissões incluem comissões ganhas pela Sociedade em atividades fiduciárias ao abrigo das quais a Sociedade detém ativos por conta dos seus clientes. Estes proveitos de comissões ascenderam a \$148 milhões em 2017 (2016: \$149 milhões).

5. Resultados de operações financeiras

	2017	2016
	\$000	\$000
Instrumentos derivados	175.040	85.585
Títulos de dívida	25.872	74.123
Crédito	10.582	1.540
Total de resultados de operações financeiras	211.494	161.248

O aumento em resultados de operações financeiras deve-se essencialmente às operações de derivados das afiliadas.

39/10

39/25
31 -

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. Resultados de investimentos

	2017 \$000	2016 \$000
Ganhos líquidos em ativos financeiros disponíveis para venda	41.657	148.290
Dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda	906	1.327
Total de resultados de investimentos	42.563	149.617

7. Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados

	2017 \$000	2016 \$000
Crédito	261	33.039
Títulos de dívida em circulação	-	(152)
Total de resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	261	32.887

8. Outros proveitos operacionais

	2017 \$000	2016* \$000
Recuperações entre sociedades	387.614	356.995
Total de outros proveitos operacionais	387.614	356.995

* Determinadas rubricas dos números comparativos foram atualizadas exclusivamente para efeitos de apresentação.

Uma parte significativa dos custos da Sociedade resulta dos serviços prestados pelo Centro de Serviços do Citi (“CSC”) a outras entidades do Citi, tanto global como regionalmente. Estes custos são afetos às áreas de negócio e entidades jurídicas com base em vários fatores. Todos estes contratos de transferência de preços são revistos regularmente quanto à sua adequação. Estas recuperações são reconhecidas nos outros proveitos operacionais.

9. Remuneração dos auditores

	2017 \$000	2016 \$000
Comissões de auditoria	742	699
Outras garantias	349	270
Serviços de consultoria fiscal	2	33
Outros serviços não relacionados com auditoria	-	-
	1 093	1.002

As comissões suplementares pagas a outras firmas da KPMG fora da Irlanda por serviços prestados incluem comissões de auditorias locais, no valor de \$1,2 milhões (do qual \$1 milhão foi pago aos escritórios envolvidos na auditoria obrigatória da Sociedade), outras comissões relativas a garantias, no valor de \$0,1 milhões, comissões de consultoria fiscal, no valor de \$0,04 milhões, e outros serviços não relacionados com auditoria, no valor de \$0,16 milhões.

VO / R
Wolc
PML

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10. Custos com o pessoal

O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade durante o exercício foi 8.915 (2016: 9.158). Inclui 8.805 empregados diretos a tempo inteiro e 110 empregados diretos a tempo parcial. O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade em operações continuadas durante o exercício foi 8.915 (2016: 8.604). O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade em operações descontinuadas durante o exercício foi zero (2016: 554).

O quadro seguinte mostra o número médio de empregados por função durante 2017 e 2016:

	2017	2016
Banca de investimento	619	600
Banca de retalho	315	805
Funções societárias	2.952	2.411
Funções de controlo independentes	293	256
Outras funções	4.736	5.086
Número total de empregados	8.915	9.158

As outras funções dizem respeito principalmente às Operações e a Informática, que estão baseadas nos Centros de Serviços da Sociedade.

A Sociedade tem 11 planos de pensões de contribuição definida, dos quais 7 são planos de benefício definido. Em 2017 foram feitas contribuições no valor de \$26 milhões (2016: \$22 milhões) para estes planos.

	2017	2016
	\$000	\$000
Salários	505.840	452.944
Contribuições para a segurança social	91.705	89.454
Custos com pagamentos baseados em ações	9.801	14.584
Pensões e regalias pós-reforma	25.736	22.082
Custos de reestruturação	10.395	35.801
Total de custos com o pessoal	643.477	614.865

11. Remuneração dos Administradores

	2017	2016
	\$000	\$000
A remuneração dos Administradores foi a seguinte:		
Por serviços elegíveis	3.157	2.615
Por planos de incentivos a longo prazo	-	-
Planos de pensões	98	112
- Plano de contribuição definida	-	1.392
Indemnização por perda de cargo	3.255	4.119

Em 31 de dezembro de 2017, dois Administradores (2016: três) beneficiavam de planos de reforma.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

41/02
41/09
81.

12. Outros custos

	2017 \$000	2016 \$000
Investigação e desenvolvimento	5.502	4.926
Reintegrações	36.072	48.257
Amortizações	69.164	114.509
Comunicações e tecnologia	111.438	97.596
Fornecedores	45.545	47.014
Impostos e taxas	51.191	57.157
Instalações	48.532	48.616
Outros custos administrativos	152.768	188.672
Total de outros custos	520.212	606.747

13. Imposto sobre o lucro de atividades correntes

(a) Análise do encargo fiscal do exercício:

	2017 \$000	2016 \$000
Impostos correntes:		
Imposto sobre as pessoas coletivas sobre os lucros do exercício	(101.202)	(149.944)
Total de impostos correntes:	(101.202)	(149.944)
Impostos diferidos:		
Impostos do ano corrente diferidos	(45.913)	20.354
Total de impostos diferidos (Nota 23)	(45.913)	20.354
Total de impostos	(147.115)	(129.590)
- dos quais: operação continuada	(145.741)	(124.743)

CITIBANK EUROPE PLC

42/00
42/05
21.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(b) Reconciliação da taxa de imposto efetiva:

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Lucros de operações continuadas antes de impostos	735.438	953.096
Lucros de operações descontinuadas antes de impostos	11.697	39.045
Total de lucros antes de impostos	747.135	992.141
Imposto sobre o rendimento à taxa de imposto sobre as pessoas coletivas irlandês de 12,5%	(93.392)	(124.018)
Efeitos de:		
Impostos sobre o rendimento pagos em jurisdições estrangeiras	4.979	(644)
Provisões de capital e outras diferenças temporárias	5.070	29.674
Custos não dedutíveis	(17.859)	(32.998)
Impostos pagos a uma taxa mais elevada	-	(21.958)
Total de impostos sobre o rendimento correntes	(101.202)	(149.944)
- dos quais: operação continuada	(99.828)	(145.097)
- dos quais: operação descontinuada	(1.374)	(4.847)

14. Obrigações relativas a pensões de reforma

A Sociedade participa em planos de pensões de benefícios e contribuições definidos geridos localmente para as suas sucursais europeias. As sucursais na Grécia, Holanda, Bélgica, Espanha, Áustria, Irlanda, França e Noruega têm planos de benefício definido geridos localmente. Em alguns países europeus, a entidade patronal paga contribuições para o fundo de pensões gerido pelo Estado. A Sociedade cumpre as suas obrigações a este respeito conforme exigido pela legislação local. No seio da Sociedade, vários países participam em planos de contribuição definida.

As contribuições da entidade patronal para o plano de benefício definido ascenderam a \$3 milhões em 2017 (2016: \$3 milhões). Em 2018, a Sociedade espera fazer contribuições num valor aproximado de \$2 milhões. As obrigações relativas a planos de benefício definido abrangem os atuais empregados, os antigos empregados e os atuais pensionistas. A vida média destas obrigações é de 18,4 anos. Os planos principais providenciam prestações relacionadas com o salário perto da reforma ou da saída do serviço em momento anterior.

As alterações, rescisões e liquidações relevantes durante 2016 e 2017 abrangem o seguinte:

Na sequência da fusão do Citibank International Limited com o Citibank Europe Plc, um acordo interno que aumentava as indemnizações por reforma exigidas ao abrigo do contrato coletivo foi terminado em França. Esta situação, reduziu as obrigações do plano em \$1,4 milhões (€1,2 milhões) em 2017 e irá resultar em pequenas reduções nas despesas no futuro.

A idade da reforma na Holanda alterou-se no final de 2017 de 67 para 68 anos, sem alteração da taxa de acréscimo. A transferência das prestações acrescidas com a idade da reforma aos 67 anos para prestações com a idade da reforma aos 68 anos levou a um pequeno aumento das obrigações do plano no valor de \$0,2 milhões (€0,2 milhões).

Em 2016, houve uma reestruturação na Grécia que levou à saída de alguns empregados do plano de pensões e do plano de saúde. O impacto destas saídas traduziu-se numa redução no valor de \$1,7 milhões nas obrigações relativas ao plano de benefício definido que tinham sido reconhecidas como crédito por serviços passados em 2016.

Os montantes reconhecidos no Balanço foram apurados como segue:

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

43/02
43/05
B.

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Valor atual de obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido financiados	(537.821)	(466.681)
Justo valor dos ativos do plano	<u>315.302</u>	<u>282.858</u>
Défice	<u>(222.519)</u>	<u>(183.823)</u>
Valor atual de obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido não financiados	(17.103)	(14.703)
Passivo líquido reconhecido no Balanço (Nota 28)	<u>(239.622)</u>	<u>(198.526)</u>
Ativos por impostos diferidos (Nota 23)	<u>29.953</u>	<u>49.980</u>
Passivos líquidos por pensões	<u><u>(209.669)</u></u>	<u><u>(148.546)</u></u>

O débito na Demonstração de Resultados tem a seguinte composição:

	2017 \$000	2016 \$000
Custos operacionais:		
Custos com serviços correntes	3.383	2.847
Crédito por serviços passados (incluindo rescisões)	(1.176)	(1.743)
Custos administrativos	1.071	1.057
Custos de financiamento:		
Custos de juros de obrigações relativas a pensões de benefício definido	8.692	10.767
Juros de ativos do plano	<u>(5.055)</u>	<u>(7.034)</u>
Custos reconhecidos na Demonstração de Resultados	<u>6.915</u>	<u>5.894</u>
dos quais imputáveis a operações descontinuadas	-	-
Despesas com operações continuadas reconhecidas na Demonstração de Resultados	<u>6.915</u>	<u>5.894</u>

CITIBANK EUROPE PLC

44/2
4499
R1.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As alterações do valor atual das obrigações relativas a planos de benefício definido durante o exercício foram as seguintes:

	2017 \$000	2016 \$000
Valor inicial de obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido	(481.384)	-
Obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido na data da fusão	-	(428.871)
Ajustamentos cambiais	(67.219)	16.549
Custos com serviços correntes	(3.383)	(2.847)
Custos de juros de obrigações relativas a pensões de benefício definido	(8.692)	(10.767)
Perdas de remensuração devidas a alterações das premissas financeiras	(4.956)	(71.986)
Perdas de remensuração devidas a alterações das premissas demográficas	(835)	(1.241)
Ganhos de remensuração devidos a alterações de experiência em termos de passivos	(6.216)	1.189
Contribuições dos participantes	(45)	(44)
Benefícios líquidos pagos	16.630	14.891
Custos com serviços passados (incluindo rescisões)	1.176	1.743
 Valor final de obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido	 (554.924)	 (481.384)

As alterações do justo valor dos ativos do plano durante o exercício foram as seguintes:

	2017 \$000	2016 \$000
Justo valor inicial dos ativos do plano	282.858	-
Justo valor dos ativos do plano na data da fusão	-	281.697
Ajustamentos cambiais	38.743	(9.248)
Proveitos de juros de ativos do plano	5.055	7.034
Rendibilidade de ativos do plano com exclusão de proveitos de juros	3.800	16.339
Contribuições da entidade patronal	2.502	2.940
Contribuições dos participantes	45	44
Benefícios líquidos pagos	(16.630)	(14.891)
Custos administrativos incorridos	(1.071)	(1.057)
 Justo valor final dos ativos do plano	 315.302	 282.858

A rendibilidade efetiva dos ativos do plano foi a seguinte:

	2017 \$000	2016 \$000
Proveitos de juros de ativos do plano	5.055	7.034
Rendibilidade de ativos do plano com exclusão de proveitos de juros	3.800	16.339
Rendibilidade total dos ativos do plano	 8.855	 23.373

CITIBANK EUROPE PLC

45799
31.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os proveitos de juros de ativos do plano é fixado recorrendo a premissas quanto à taxa de desconto. Em 2017, verificou-se um pequeno aumento do valor dos ativos, que levou a um ganho de remensuração no valor de \$4 milhões. Em 2016, o valor dos ativos cresceu mais do que tinha sido assumido, o que levou a ganhos de remensuração totais no valor de \$16 milhões, à medida que as rendibilidades das obrigações caíram.

A decomposição das quantias reconhecidas fora da Demonstração de Resultados e divulgadas na Demonstração do Resultado Integral é a seguinte:

	2017 \$000	2016 \$000
Total de perdas de remensuração	(8.207)	(55.699)
Total de perdas na Demonstração do Rendimento Integral	<u>(8.207)</u>	<u>(55.699)</u>
Valor acumulado de perdas reconhecido na Demonstração do Rendimento Integral	<u>(63.906)</u>	<u>(55.699)</u>

O historial em termos de valores dos ativos, obrigações relativas a pensões definidas, défice do plano e experiência de ganhos e perdas da Sociedade é o seguinte:

	2017 \$000	2016 \$000
Justo valor dos ativos do plano	315.302	282.858
Obrigações relativas a planos de pensões de benefício definido	(554.924)	(481.384)
Défice do plano	<u>(239.622)</u>	<u>(198.526)</u>
	2017 \$000	2016 \$000
Ganhos de remensuração de ativos do plano	3.800	16.339
Experiência de ganhos/ (perdas) em obrigações	(6.216)	1.189
Premissa de perdas relativa às obrigações	<u>(5.791)</u>	<u>(73.227)</u>
Total de perdas de remensuração de passivos do plano	<u>(12.007)</u>	<u>(72.038)</u>
Total de perdas de remensuração	<u>(8.207)</u>	<u>(55.699)</u>

As premissas com maior impacto nos resultados da avaliação são as relativas à taxa de desconto dos passivos do plano e às taxas de mortalidade. A esperança de vida dos participantes no plano é uma premissa crucial. No entanto, espera-se que as premissas relativas à mortalidade variem de um país para outro devido a variações na mortalidade da população subjacente, bem como a variações no perfil do participante típico nos planos de pensões da Sociedade. A esperança de vida média de uma pessoa que se reforme aos 65 anos é de 22 anos para os indivíduos do sexo masculino e 23 anos para os do sexo feminino.

Através do seu plano de pensões de benefício definido, a Sociedade está exposta a alguns riscos, de que detalhamos os mais significativos a seguir:

- a possibilidade que a rendibilidade das obrigações se altere, o que afetaria a dimensão das obrigações e o nível dos custos com pensões;
- a possibilidade que a rendibilidade dos ativos seja inferior ao esperado;

CITIBANK EUROPE PLC

46/02
66/02
31.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- o risco de alteração das tabelas de mortalidade, dado que a maioria das obrigações relativas a planos de benefício definido da Sociedade são de pagar prestações durante a vida do participante e um aumento da esperança de vida implicaria um aumento das responsabilidades;
- dado que o plano de pensões grego está integrado na Segurança Social grega, as eventuais alterações das pensões da Segurança Social grega poderiam levar potencialmente a pensões mais elevadas.

As premissas financeiras médias ponderadas utilizadas no cálculo das responsabilidades à data de 31 de dezembro foram as seguintes:

	2017	2016
Taxa de desconto para avaliação dos passivos do plano	1,70%	1,70%
Aumentos futuros dos salários	2,10%	2,10%
Taxa de aumento para pensões a pagamento	2,00%	1,80%
Premissa quanto à taxa de inflação	1,90%	1,70%

O justo valor dos ativos do plano é o seguinte:

Justo valor dos ativos do plano

	\$000		\$000	
	2017	Do qual: não cotados em mercados ativos	2016	Do qual: não cotados em mercados ativos
Total do justo valor				
Ações	74.033	-	48.045	-
Imóveis	132	-	-	-
Obrigações de emitentes públicos	85.361	-	119.547	-
Obrigações de emitentes privados	106.124	-	98.351	-
Outros	49.652	3.613	16.914	3.392
Total do justo valor dos ativos	315.302	3.613	282.857	3.392

A principal premissa usada para a NIC 19 é a taxa de desconto, apesar de os resultados também serem sensíveis a outras premissas, embora em menor medida. Se fossem usadas premissas diferentes, poderia haver um efeito material nos resultados divulgados. As análises de sensibilidade baseiam-se na alteração de uma premissa mantendo-se todas as outras constantes.

A sensibilidade das principais premissas usadas para avaliar as obrigações é a seguinte:

	2017 \$000	2016 \$000
Efeito de diminuir 1% na premissa da taxa de desconto para passivos	(110.080)	(93.751)
Efeitos nos passivos de os participantes viverem mais um ano do que o esperado	(18.475)	(14.803)
Efeito nos passivos de aumentar 1% na taxa de aumento das pensões	(40.285)	(34.405)

CITIBANK EUROPE PLC

47/02
47/02
31.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As prestações futuras projetadas que se espera serem pagas pelos planos de pensões são os seguintes:

	2018 \$000	2019 \$000	2020 \$000	2021 \$000	2022 \$000	2023-2027 \$000
Pagamentos de benefícios esperados	15.579	16.928	17.924	16.935	16.714	95.437

15. Notas à Demonstração de Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e os equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos, que se vencem num prazo de três meses. A Sociedade não inclui as obrigações de emitentes públicos de países de fora da OCDE nos equivalentes de caixa, mesmo que se vençam num prazo de três meses.

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Caixa e saldos junto de bancos centrais	11.138.682	12.272.858
Outros depósitos à ordem	3.450.864	4.150.614
Caixa e equivalentes de caixa	14.589.546	16.423.472
Crédito sobre bancos com prazo inferior a 3 meses	5.436.022	4.470.420
Total	20.025.568	20.893.892

b) Variação em passivos decorrentes de atividades de financiamento

	Contratos de recompra \$000
31 de dezembro de 2016	-
Produtos de contratos de recompra (líquidos)	120.240
31 de dezembro de 2017	120.240

16. Ativos da carteira de negociação

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Obrigações de emitentes públicos	709.448	404.458
Obrigações de emitentes privados	6.219	6.688
Papel comercial europeu	-	455.359
Crédito	251.747	228.875
Total de ativos da carteira de negociação	967.414	1.095.380

CITIBANK EUROPE PLC

48/07
31.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17. Gestão de riscos

17.1 Missões, organização e governação da gestão de riscos

Quadro de gestão de riscos

A Sociedade tem um quadro de gestão de riscos abrangente para garantir que os riscos são identificados, bem compreendidos, devidamente mensurados, controlados e geridos de forma dinâmica em todos os níveis da organização de forma que a capacidade financeira da Sociedade seja salvaguardada.

O quadro aplica-se à Sociedade na sua totalidade, incluindo todos os segmentos de negócio, funções e sucursais. Para apoiar este quadro, foram postos em prática quadros e políticas aprovados pelo Conselho de Administração que definem os principais princípios, papéis e responsabilidades e esquemas de governação através dos quais os riscos materiais da Sociedade são geridos.

Os aspectos centrais da abordagem à gestão de riscos são descritos abaixo.

Governação do risco

O quadro de gestão de riscos baseia-se num modelo de governação com "três linhas de defesa", em que cada linha tem um papel específico e responsabilidades definidas de maneira tal que a execução de tarefas é separada do seu controlo. As três linhas de defesa também colaboramumas com as outras em fóruns estruturados e através de processos documentados para congregar as várias perspetivas e conduzir a Sociedade para resultados que sejam no interesse dos clientes e dos acionistas, criem valor económico e sejam responsáveis em termos sistémicos:

Cada segmento de negócio da Sociedade (a primeira linha de defesa) é responsável e gere os riscos inerentes ou decorrentes da atividade e é responsável por estabelecer e gerir mecanismos de controlo para mitigar os principais riscos, executar avaliações de gestão da conceção e eficácia dos mecanismos de controlo interno e promover uma cultura de cumprimento das normas e de controlo.

As funções de controlo independentes da Sociedade (a segunda linha de defesa), incluindo os departamentos de Gestão Independente do Risco, Análise de Crédito Fundamental ("ACF"), Financeiro, *Compliance*, Jurídico e Recursos Humanos ("RH"), definem normas segundo as quais as funções de negócio, operações e controlo têm de gerir e supervisionar riscos, incluindo cumprimento das leis, obrigações regulamentares, políticas e normas éticas de conduta. Estas funções estão envolvidas na identificação, mensuração, monitorização ou controlo de riscos agregados e são independentes das unidades da linha da frente.

A função de Auditoria Interna da Sociedade (a terceira linha de defesa) revê de forma independente as atividades das duas primeiras linhas de defesa, com base num plano de auditoria baseado no risco e numa metodologia aprovada pela Comissão de Auditoria.

Este quadro de governação assegura que o risco é gerido de forma consentânea com a apetência pelo risco e distribuído por toda a Sociedade.

Apetência pelo risco

A Declaração de Apetência pelo Risco da Sociedade corresponde a uma articulação formal do nível agregado e dos tipos de risco que a Sociedade está disposta a aceitar para alcançar os seus objetivos estratégicos, o que inclui a manutenção de uma posição financeira forte. Inclui declarações qualitativas e níveis de revisão dos riscos associados, bem como declarações quantitativas e limites de risco associados.

O objetivo é assegurar que estes riscos são consentâneos com a Missão, a Proposta de Valor e os Princípios de Financiamento Responsável da Sociedade e que são identificados, compreendidos, quantificados, mitigados, comunicados e registados.

CITIBANK EUROPE PLC

49/2
49/29
RJ.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Gestão do Risco analisa e apresenta em base regular a utilização da apetência pelo risco da Sociedade face aos limites estabelecidos à Comissão de Risco do Conselho de Administração, que recomenda anualmente a aprovação da apetência pelo risco, sob a forma de uma Declaração de Apetência pelo Risco, ao Conselho de Administração.

Processo de identificação e avaliação de riscos

A identificação de riscos na Sociedade é um processo contínuo. A Sociedade tem um processo documentado para identificação e avaliação de riscos materiais em todo o banco, coerente com o modelo de três linhas de defesa.

Trata-se de um processo evolutivo que dá à Sociedade a oportunidade de considerar os riscos que enfrenta, aumentando simultaneamente a consciencialização desses riscos através de uma participação alargada no seio da Sociedade.

Este processo garante que a visão da Sociedade de riscos identificados, avaliados e emergentes evoluí a par das alterações do perfil de risco da Sociedade e das condições de mercado em mutação.

O processo de identificação e avaliação de riscos materiais suporta o Plano Estratégico da Sociedade e, por sua vez, os processos de definição da apetência pelo risco e outros processos formais relativos aos riscos, incluindo entre outros, o ICAAP (processo de autoavaliação da adequação do capital interno), o ILAAP (processo de autoavaliação da adequação da liquidez interna) e o planeamento da recuperação.

Testes de esforço (stress)

O programa de testes de esforço faz parte integrante do quadro de gestão de riscos da Sociedade e é suportado por uma infraestrutura eficaz. Os testes de esforço estão integrados nos processos de gestão de riscos da Sociedade.

O programa de testes de esforço é acionável e suporta o processo decisório a todos os níveis de gestão relevantes da Sociedade. O programa de testes de esforço, como parte de uma gama de ferramentas de gestão de riscos, suporta diferentes decisões e processos comerciais, incluindo decisões estratégicas.

A eficácia e robustez dos testes de esforço é avaliada regularmente, tanto qualitativa como quantitativamente, à luz de condições externas em mutação, para garantir que estão atualizadas. A frequência da avaliação de diferentes partes do programa de testes de esforço é definida anualmente. O programa de testes de esforço é sólido e robusto, incluindo a conceção, cenários, uso de juízos e resultados.

O Conselho de Administração da Sociedade tem a responsabilidade última por garantir que um quadro de testes de esforço adequado é posto em prática. O Conselho de Administração revê os cenários dos testes de esforço antes de os testes serem realizados e os resultados dos testes de esforço são comunicados ao Conselho de Administração.

17.2 Risco de crédito

Definição

O risco de crédito corresponde ao potencial de perdas financeiras decorrentes de um mutuário ou contraparte não honrar as suas obrigações financeiras ou contratuais. O risco de crédito decorre de muitas atividades da Sociedade, incluindo:

- crédito;
- vendas e negociação;
- instrumentos derivados;
- serviços de pagamento;
- liquidação;
- operações com títulos; e
- quando a Sociedade atua como intermediária por conta dos seus clientes e terceiros.

Governação e organização

A Gestão do Risco de Crédito na Sociedade faz parte integrante da segunda linha de defesa (o *front office* é a primeira e a Auditoria Interna a terceira) e alinha a assunção de risco de crédito pelo planeamento estratégico do Grupo.

De uma perspetiva de aprovação de crédito pela Sociedade, a aprovação do crédito novo e existente cumpre as políticas globais do Citi e do CEP. A Sociedade pôs em prática políticas de risco de crédito e gestão corretiva específicas.

Em linha com o quadro referido acima, a Sociedade tem um processo para prestação de informações sobre a carteira de crédito. O risco de crédito da Sociedade é apresentado à Comissão de Risco de Crédito em todas as reuniões agendadas e é subsequentemente relatado à Comissão de Risco do Conselho de Administração do Grupo para revisão.

CITIBANK EUROPE PLC

50%
50/99
2r.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mensuração do risco

A mensuração do risco de crédito baseia-se essencialmente em sistemas internos introduzidos e desenvolvidos no âmbito do quadro de Basileia. Um *rating* interno é atribuído a cada contraparte por um analista de risco de crédito, recorrendo a ferramentas de *rating* específicas. Este *rating* corresponde a uma avaliação do nível de risco de incumprimento da contraparte, expresso por meio de uma escala de *rating* interna. A avaliação do *rating* é um fator crucial no processo de concessão de crédito. Os *ratings* são revistos pelo menos anualmente, possibilitando assim a identificação de contrapartes que exijam um maior grau de atenção.

Para gerir o perfil de risco de crédito geral e limitar as concentrações de riscos, são definidos limites de crédito para cada contraparte, definindo o máximo aceitável para cada uma delas. A Gestão do Risco também pode impor limites por setor económico e produto. A Gestão do Risco pode congelar determinados limites em qualquer altura, com vista a tomar em consideração os acontecimentos mais recentes.

Provisionamento para imparidade

São criadas provisões específicas e coletivas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (crédito e valores a receber, investimentos detidos até ao vencimento), quando considerado necessário / quando os fatores desencadeantes de imparidade não estiverem preenchidos.

Os ativos financeiros são avaliados para se apurar se exibem sinais objetivos de imparidade, independentemente de serem ou não significativos em termos individuais. Considera-se que um ativo financeiro está com imparidade e que se verificam perdas por imparidade se e só se existirem sinais objetivos de imparidade em consequência de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial da exposição (um "evento de perdas") e se esse evento ou eventos de perdas tiverem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou conjunto de ativos financeiros que pode ser estimado com fiabilidade.

A Sociedade avalia primeiro se existem sinais objetivos de imparidade individualmente para ativos financeiros que sejam significativos em termos individuais e individual ou coletivamente para os ativos financeiros que não sejam significativos em termos individuais.

- Uma provisão específica decorrente de uma exposição malparada corresponde a uma avaliação individual de imparidade quando existem sinais objetivos de que o ativo financeiro sofreu um incumprimento em consequência de um ou mais fatores desencadeantes de imparidade. Neste caso, a Sociedade atribui um *rating* de risco igual a 8, 9 ou 10. São criadas provisões específicas se a exposição a um mutuário ultrapassar o limite, que varia em função da unidade de negócio. As provisões são calculadas com base em vários cenários e premissas. O nível das provisões é atualizado em função das análises trimestrais. Os fluxos de caixa descontados são mensurados quando ocorre um fator de risco relevante que pode ser calculado. Os fluxos de caixa futuros baseiam-se nas melhores estimativas de quando ou se as recuperações se irão verificar. As recuperações podem ser de qualquer fonte, tal como venda de garantias, fluxos de caixa regulares, venda de um negócio/subsidiária, etc. Se a exposição a um mutuário ficar abaixo do limite, a provisão é calculada por gestores de riscos usando o seu próprio juízo para escolher o método mais adequado, por exemplo: modelo de fluxos de caixa descontados, justo valor das garantias ou preços de mercado observáveis do empréstimo.
- Uma provisão específica será registada como uma exposição malparada sem incumprimento. Esta situação surge quando um devedor apresenta critérios avaliados como malparado, mas não violou as obrigações contratuais relativas ao cumprimento da exposição. Um *rating* de risco 7 é atribuído a estes devedores, bem como uma probabilidade de incumprimento média baseada em dados empíricos da carteira da Sociedade.
- É efetuada uma avaliação coletiva da imparidade para a carteira de crédito "regular", a título de estimativa ou substituto das perdas/incumprimentos que já se tenham eventualmente verificado na carteira, mas que a Sociedade ainda não apurou ou reconheceu. O horizonte temporal da probabilidade de incumprimento usado no cálculo das provisões coletivas refere-se ao período durante o qual um ativo está com imparidade (em incumprimento), mas ainda não está reconhecido como tal – devido à ausência de sinais objetivos – até ao momento em que os sinais objetivos de imparidade ocorrem e se tornam disponíveis para a Sociedade ("período de emergência").

A Gestão do Risco procede a uma análise trimestral para apurar o nível adequado de provisões coletivas e custos dos riscos, sendo essa análise fornecida ao Grupo de Trabalho de Imparidade para revisão.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

51/ok
51/99
BC

Exposição ao risco

Crédito vivo

A quantia escriturada total que figura neste quadro inclui crédito sobre bancos e clientes de acordo com a Nota 18 – “Ativos e passivos financeiros”. A decomposição por categoria figura no quadro seguinte.

	Nota	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Crédito sobre bancos			
Crédito - terceiros	18	3.509.836	2.326.248
Crédito sobre clientes			
Crédito comercial	18	17.663.177	14.067.871
Crédito ao justo valor através de resultados	18	322.861	507.836
Crédito sobre clientes		<u>17.986.038</u>	<u>14.575.707</u>
Crédito sobre terceiros		<u><u>21.495.874</u></u>	<u><u>16.901.955</u></u>
Crédito - partes relacionadas		3.767.727	5.174.465
Crédito		<u><u>25.263.601</u></u>	<u><u>22.076.420</u></u>

Ao nível da Sociedade, existem análises regulares pela Comissão de Risco de Crédito, centradas em devedores individuais e carteiras. A decomposição do total de exposição da Sociedade a crédito, incluindo compromissos, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Exposição bruta		
- Compromissos e garantias (terceiros)	37.768.131	35.170.990
- Exposição no balanço (terceiros)	41.418.070	36.679.618
Total da exposição	<u>79.186.201</u>	<u>71.850.608</u>

Crédito ao justo valor através de resultados

Os pormenores das variações do justo valor do crédito imputáveis ao risco de crédito são indicados a seguir.

Variações do justo valor imputáveis ao risco de crédito	Para o exercício de 2017 \$ 000	Acumulado de 2017 \$ 000	Para o exercício de 2016 \$ 000	Acumulado de 2016 \$ 000
Crédito ao justo valor através de resultados	270	10.674	(16.251)	(16.251)
Crédito negociado	36.570	9.915		-

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exposição a risco de crédito - crédito sobre terceiros

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Valor bruto	21.668.582	17.003.138
<i><u>Individualmente com imparidade</u></i>		
Em dia ou em mora há menos de 90 dias	1.121.500	78.951
91 - 179 dias em mora	16.335	5.419
180 dias ou mais em mora	31.612	125.960
Valor bruto	<u>1.169.447</u>	<u>210.330</u>
Provisão para imparidade para crédito individualmente com imparidade	(94.263)	(30.472)
Quantia escriturada do crédito individualmente com imparidade	1.075.184	179.858
<i><u>Avaliado coletivamente</u></i>		
Em dia ou em mora há menos de 90 dias	20.499.135	16.792.808
91 - 179 dias em mora	-	-
180 dias ou mais em mora	-	-
Valor bruto	<u>20.499.135</u>	<u>16.792.808</u>
Provisão para imparidade para crédito avaliado coletivamente	<u>(78.445)</u>	<u>(70.712)</u>
Quantia escriturada do crédito avaliado coletivamente	20.420.690	16.722.096
Quantia escriturada do crédito em dia e sem mora	-	-
Total das provisões para imparidade	<u><u>(172.708)</u></u>	<u><u>(101.184)</u></u>
Total da quantia escriturada	<u><u>21.495.874</u></u>	<u><u>16.901.955</u></u>
Provisão para imparidade de compromissos não sacados	(77.437)	(33.987)
Total de imparidade de compromissos sacados e não sacados	(250.145)	(135.171)

O aumento do crédito individualmente com imparidade deve-se principalmente à alteração da metodologia de classificação do crédito com imparidade.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

53/02
53/95
3n

Perdas líquidas do crédito levadas à Demonstração de Resultados do período em curso

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Variação líquida em provisões individuais do exercício	(102.576)	31.016
Variação líquida em provisões coletivas do exercício	(11.222)	(4.701)
Recuperações de crédito reconhecidas diretamente na Demonstração de Resultados	11.861	13.484
Abates reconhecidos diretamente na Demonstração de Resultados	(66.125)	(33.890)
(Perdas)/recuperações de crédito líquidas	(168.062)	5.909

Movimentos em provisões para saldos de imparidade

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Provisões para imparidade		
Provisões para imparidade individual		
Saldo inicial	(30.472)	(24.465)
Transferência em	-	(39.854)
Dotação do exercício	(129.634)	(8.923)
Estorno	1.619	8.046
Efeito de movimentos cambiais	(325)	2.830
Abates	24.938	31.894
Outros movimentos	189	-
Saldo final	(133.685)	(30.472)
Provisões para imparidade coletiva		
Saldo inicial	(104.699)	(46.157)
Transferência em	-	(52.365)
Dotação do exercício	(19.676)	(27.257)
Estorno	7.530	22.557
Efeito de movimentos cambiais	385	(1.477)
Saldo final	(116.460)	(104.699)
Total de provisões para imparidade	(250.145)	(135.171)

A reestruturação de uma facilidade é considerada uma reestruturação de dívida em dificuldades quando o devedor estiver a passar por dificuldades financeiras e a Sociedade lhe fizer concessões que não faria noutras circunstâncias. A reestruturação de dívida em dificuldades pode resultar de várias medidas tomadas pela Sociedade, tais como receber garantias, conceder facilidades novas ou reestruturadas para satisfação total ou parcial da facilidade ou modificar os termos da facilidade existente.

CITIBANK EUROPE PLC

54/05
81

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro seguinte mostra a decomposição da qualidade de crédito sobre empresas reestruturado e não reestruturado e das provisões associadas por tipo conforme descrito na página 50 *Provisionamento para imparidade*.

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016* \$ 000
Total de crédito sobre empresas, bancos e clientes	25.436.309	22.177.604
Total de provisões para crédito sobre empresas, bancos e clientes	172.708	101.184
Total de crédito sobre empresas, bancos e clientes líquido	<u>25.263.601</u>	<u>22.076.420</u>
Crédito reestruturado		
Crédito sobre empresas bruto	38.509	133.230
Regular	-	-
Malparado sem incumprimento	-	-
Malparado em incumprimento	38.509	133.230
Provisões coletivas	-	-
Regular	-	-
Malparado sem incumprimento	-	-
Malparado em incumprimento	-	-
Provisões específicas	4.321	24.207
Regular	-	-
Malparado sem incumprimento	-	-
Malparado em incumprimento	4.321	24.207
Crédito sobre empresas líquido	34.188	109.023
Crédito não reestruturado		
Crédito sobre empresas bruto	25.397.800	22.044.374
Regular	24.283.613	22.026.411
Malparado sem incumprimento	797.664	-
Malparado em incumprimento	316.523	17.963
Provisões coletivas	78.445	70.712
Regular	78.445	70.712
Malparado sem incumprimento	-	-
Malparado em incumprimento	-	-
Provisões específicas	89.942	6.265
Regular	-	-
Malparado sem incumprimento	32.949	-
Malparado em incumprimento	56.993	6.265
Crédito sobre empresas líquido	25.229.413	21.967.397

* Determinadas rubricas dos números comparativos foram atualizadas exclusivamente para efeitos de apresentação.

CITIBANK EUROPE PLC

55/55
31

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Qualidade do crédito – carteira de negociação

A qualidade de crédito dos ativos financeiros da Sociedade é mantida através do cumprimento das políticas da Sociedade sobre concessão de crédito a contrapartes. A Sociedade monitoriza os *ratings* de crédito das suas contrapartes e o quadro que se segue apresenta a decomposição da carteira de negociação de papel comercial europeu, obrigações de emitentes privados e obrigações de emitentes públicos da Sociedade por designação de agência de *rating*, baseada nos *ratings* da Standard & Poor's em 31 de Dezembro:

Carteira de negociação

	Crédito negociado	Papel comercial europeu	Obrigações de emitentes públicos	Total
	% 2017	% 2017	% 2017	% 2017
AAA a AA-	-	-	-	-
A+ a A-	-	-	8	8
Inferior a A-	22	-	65	87
Sem rating	5	-	-	5
Total	27	-	73	100
	2016	2016	2016	2016
AAA a AA-	-	40	14	54
A+ a A-	-	3	1	4
Inferior a A-	11	-	24	35
Sem rating	7	-	-	7
Total	18	43	39	100

CITIBANK EUROPE PLC

56/
82
56/85
82

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Qualidade do crédito – Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda

	Obrigações de emitentes públicos	Obrigações de emitentes privados	Títulos de capital mensurados ao justo valor	Total
	%	%	%	%
	2017	2017	2017	2017
AAA a AA-	31	14	-	45
A+ a A-	2	-	-	2
Inferior a A-	51	-	-	51
Sem rating	-	-	2	2
Total	84	14	2	100
	2016	2016	2016	2016
AAA a AA-	45	12	-	57
A+ a A-	3	-	-	3
Inferior a A-	39	-	-	39
Sem rating	-	-	1	1
Total	87	12	1	100

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As concentrações de risco de crédito por setor na Demonstração da Posição Financeira da Sociedade (dentro do balanço) são as seguintes:

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Indústria extrativa	382.225	672.888
Indústria transformadora	6.861.512	5.663.774
Fornecimento de eletricidade, gás, água, vapor e ar condicionado	526.339	500.074
Construção	184.236	196.830
Comércio por grosso e a retalho	2.149.311	1.786.445
Transportes e armazenagem	882.613	1.013.922
Hotéis e restauração	71.006	61.090
Informação e comunicação	2.047.780	1.670.870
Instituições de crédito e seguradoras	17.711.524	17.932.457
Atividades imobiliárias	552.231	528.869
Atividades profissionais, científicas e técnicas	389.465	190.313
Serviços administrativos e de apoio	1.303.643	544.111
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	3.818.346	2.197.064
Famílias/Retalho	1.391.302	1.289.226
Administrações gerais	35.392	1.334.154
Outros serviços	3.111.145	1.097.531
	<u>41.418.070</u>	<u>36.679.618</u>

A exposição a risco de crédito inclui caixa e equivalentes de caixa, ativos da carteira de negociação, instrumentos financeiros derivados, crédito, títulos da carteira de investimento e outros ativos.

O quadro seguinte mostra as concentrações de risco de crédito por região na Demonstração da Posição Financeira:

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Europa Central	2.134.252	2.604.621
Europa Ocidental	35.010.970	30.420.459
Médio Oriente / África	1.336.869	1.153.653
América Central / do Sul	781.667	923.961
América do Norte	1.068.987	991.672
Ásia	1.085.325	585.252
	<u>41.418.070</u>	<u>36.679.618</u>

CITIBANK EUROPE PLC

58/2
58/59
82.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Decomposição de ativos onerados e não onerados

Este quadro sumariza os ativos onerados e não onerados por categoria de ativos.

Ativos	Onerado \$ milhões	Não onerado \$ milhões	Total \$ milhões
Caixa e equivalentes de caixa	2.038	12.551	14.589
Instrumentos de capital	-	48	48
Títulos da carteira de investimento e instrumentos de dívida da carteira de negociação	152	3.396	3.548
- dos quais: obrigações cobertas	-	-	-
- dos quais: títulos garantidos por ativos	-	7	7
- dos quais: de administrações gerais	116	3.021	3.137
- dos quais: de sociedades financeiras	37	386	423
- dos quais: de sociedades não financeiras	-	3	3
Crédito sem ser à ordem	1.039	24.245	25.284
Outros ativos	616	5.551	6.167
Subtotal de ativos	3.845	45.791	49.636
 Garantias recebidas	 Onerado \$ milhões	 Não onerado \$ milhões	 Total \$ milhões
Caixa e equivalentes de caixa			-
Instrumentos de capital			-
Títulos da carteira de investimento	1.299	3.120	4.419
- dos quais: obrigações cobertas	-	-	-
- dos quais: títulos garantidos por ativos	-	-	-
- dos quais: de administrações gerais	1.299	3.120	4.419
- dos quais: de sociedades financeiras	-	-	-
- dos quais: de sociedades não financeiras	-	-	-
Crédito sem ser à ordem	-	-	-
Outras garantias recebidas	-	715	715
Subtotal de garantias recebidas	1.299	3.835	5.134
Total dos ativos e garantias recebidas	5.144	49.626	54.770

As garantias detidas pela Sociedade para estas operações incluem:

- garantias físicas, tais como títulos negociáveis;
- garantias físicas, tais como imóveis, equipamento, mobiliário e equipamento, navios;
- outros tipos de garantias de crédito, tais como contas a receber.

A qualidade de crédito dos ativos é controlada regularmente e comunicada à Administração sénior e ao Conselho de Administração trimestralmente. Além disso, as informações sobre exposições de risco elevado são comunicadas à Administração sénior mensalmente. Os incidentes de crédito súbitos são remetidos prontamente a responsáveis seniores pelo risco e questões comerciais.

CITIBANK EUROPE PLC

59/0
59/0
BL.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Instrumentos financeiros sujeitos a compensação

Os elementos dos instrumentos financeiros sujeitos a compensação de acordo com a NIC 32, acordos-quadros de liquidação em base líquida juridicamente eficazes e acordos semelhantes são os seguintes:

Tipos de ativos financeiros

Descrição	Em 31 de dezembro de 2017	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)
		Valor bruto	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF (d) i. Instrumentos financeiros	(d) ii. Garantias em dinheiro recebidas
		\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	1.876.714		(273.113)	1.603.601	-	-
Acordos de revenda e empréstimo de títulos e acordos semelhantes	-		-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros	-		-	-	-	-
Total	1.876.714		(273.113)	1.603.601	-	1.603.601

Tipos de passivos financeiros

Descrição	Em 31 de dezembro de 2017	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)
		Valor bruto	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF (d) i. Instrumentos financeiros	(d) ii. Penhores de dinheiro
		\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	1.940.118		(273.113)	1.667.005	-	-
Outros instrumentos financeiros	-		-	-	-	-
Total	1.940.118		(273.113)	1.667.005	-	1.667.005

60/
ok60/89
81.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)	
Descrição	Valor bruto	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF (d) i. Instrumentos financeiros	Valores relacionados não compensados na DPF (d) ii. Garantias em dinheiro recebidas	Valor líquido
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	2.128.130	-	2.128.130	364.216	9.832	1.754.082
Acordos de revenda e empréstimo de títulos e acordos semelhantes	3.416.803	-	3.416.803	-	-	3 416 803
Outros instrumentos financeiros	3.759	-	3.759	3.759	-	-
Total	5.548.692	-	5.548.692	367.975	9.832	5.170.885

Tipos de passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)=(c)-(d)	
Descrição	Valor bruto	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos compensados na DPF	Valor líquido apresentado na DPF	Valores relacionados não compensados na DPF (d) i. Instrumentos financeiros	Valores relacionados não compensados na DPF (d) ii. Penhores de dinheiro	Valor líquido
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados	2.105.083	-	2.105.083	364.216	18.867	1.722.000
Outros instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Total	2.105.083	-	2.105.083	364.216	18.867	1.722.000

17.3 Risco de mercado

Definição

O risco de mercado corresponde ao potencial de perdas decorrentes de variações no valor dos ativos e passivos da Sociedade resultantes de alterações em variáveis de mercado, como taxas de juro, taxas de câmbio e outros preços de mercado. O risco cambial é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a variações das taxas de câmbio. O risco de taxa de juro é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a variações das taxas de juro de mercado. O risco de outros preços é o risco para

61/
61/99
B.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

o justo valor ou fluxos de caixa futuros devido a variações em fatores de mercado diferentes do risco cambial e do risco de taxa de juro.

Fontes de risco de mercado

Carteira de negociação

A carteira de negociação contém posições com a intenção de serem negociadas no curto prazo, em que se procuram aproveitar diferenças entre os preços de compra e os de venda. Estas posições decorrem principalmente de fluxos de clientes. Os produtos negociados incluem câmbios à vista, swaps, operações a prazo (*forwards*) e obrigações de emitentes públicos.

As principais fontes de risco de mercado da carteira de negociação incluem, nomeadamente, o seguinte:

- risco de taxa de juro: o risco de avaliação resultante de alterações diretas ou indiretas das taxas de juro;
- risco cambial: o risco de avaliação resultante de alterações diretas ou indiretas dos preços de divisas;
- risco de margem do crédito: o risco de avaliação resultante de alterações diretas ou indiretas da margem do crédito.

Carteira que não é de negociação

A carteira que não é de negociação inclui posições que não são detidas com intenção de serem negociadas e decorrem principalmente de fluxos de clientes. Os principais produtos da carteira que não é de negociação incluem crédito detido ao custo amortizado, depósitos, títulos disponíveis para venda e garantias detidas até ao vencimento. As principais fontes de risco de mercado da carteira que não é de negociação incluem, nomeadamente, o seguinte:

- alterações das taxas de juro que dão origem a um potencial impacto na margem financeira antes de impostos;
- alterações do justo valor do instrumento devido a alterações do fator de risco de mercado subjacente.

Governação e organização

Como parte integrante do Quadro de Risco de Mercado, as seguintes comissões e subcomissões desempenham um papel de supervisão para matérias relacionadas com risco de mercado:

- Comissão de Risco do Conselho de Administração
- Comissão de Ativos e Passivos (“ALCO”)
- Comissão Executiva
- Subcomissão de Risco de Mercado
- Comissão de Análise de Produtos

A Comissão de Ativos e Passivos e a sua subcomissão, a Subcomissão de Risco de Mercado, são as duas principais comissões encarregues de gerir o risco de mercado na Sociedade. Todos os segmentos de negócio/produtos novos a serem introduzidos na Sociedade têm de ser aprovados pela Comissão de Análise de Produtos. A Comissão Executiva assegurar que as devidas considerações em matéria de risco são incorporadas no processo de planeamento estratégico. A Comissão de Risco do Conselho de Administração supervisiona a aplicação da estratégia de risco de mercado e a função de gestão de risco de mercado da Sociedade.

O Diretor de Risco de Mercado reporta diretamente ao Diretor-Coordenador de Risco (“DCR”) da Sociedade e é responsável pela segunda linha de defesa, supervisão e gestão da carteira de risco de mercado da Sociedade.

O Diretor de Risco de Mercado é apoiado por vários gestores de risco de mercado específicos dos segmentos de negócio para gerir no dia a dia as responsabilidades relacionadas com risco de mercado, em linha com o quadro e as diretrizes consagradas nas políticas.

Mensuração do risco

Na Sociedade, o risco de mercado é mensurado de acordo com as metodologias standard do setor, que são concebidas para:

- promover a transparência e comparabilidade de atividades que tomam risco de mercado;

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- criar um quadro coerente para mensurar a exposição a risco de mercado para facilitar a análise da performance dos segmentos de negócio.

Da perspetiva da Sociedade, as principais mensurações por fonte de risco incluem, nomeadamente, o seguinte:

Carteira de negociação

A principal abordagem de mensuração para o risco de mercado é o valor em risco (*value at risk*, “VaR”).

Valor em risco (VaR)

O VaR estima o potencial declínio no valor de uma posição ou de uma carteira, em condições normais de mercado, dentro de um determinado intervalo de confiança e durante um determinado prazo.

O VaR é calculado segundo uma abordagem Monte Carlo, em que são geradas 10.000 simulações de taxas ou preços de mercado. As volatilidades e as correlações são atualizadas pelo menos trimestralmente com base em dados de mercado abrangendo três anos.

Os principais parâmetros usados para calcular o VaR incluem:

- o período passado histórico usado para calcular as volatilidades e correlações históricas;
- o prazo de detenção, ou seja, o número de dias de variações nos fatores de risco de mercado a que a carteira está sujeita; e
- um intervalo de confiança que é apurado para estimar as potenciais perdas, para efeitos de gestão do risco da Sociedade.

O VaR pode não dar necessariamente um indicação da dimensão potencial das perdas quando se verificarem eventos extremos. Por isso, é usado um conjunto abrangente de limites dos fatores de sensibilidade, para além dos limites do VaR. Estes limites são complementados pelo VaR e por fatores desencadeantes de sensibilidade que garantem que os níveis acrescidos de riscos são discutidos atempadamente entre a gestão de riscos e a gestão comercial.

Carteira que não é de negociação

Os conceitos de mensuração críticos associados à carteira que não é de negociação são descritos abaixo:

- Métricas de proveitos: medem o potencial impacto antes de impostos na margem financeira, para posições de acréscimo, devido a determinados movimentos nas taxas de juro durante um determinado período de relato.
 - Exposição à taxa de juro: mede o potencial impacto nos resultados, durante um determinado período de relato, de um conjunto definido e estandardizado de variações paralelas na curva de taxas de juro. A exposição em termos de taxas de juro é calculada separadamente para cada moeda e reflete os desfasamentos de refixação de taxas da posição, bem como as posições de opções, tanto explícitas como embbebidas. São definidos limites para determinados países e atividades comerciais que são monitorizados pela Gestão do Risco de Mercado.
- Métricas de avaliação: medem o impacto de alterações das taxas de juro no capital da Sociedade.
 - Sensibilidade dos fatores: são usadas sensibilidades dos fatores para mensurar a sensibilidade de um instrumento a movimentos de 1 ponto base em obrigações disponíveis para venda.
 - Valor económico do capital: o valor atual líquido de todos os ativos inscritos no balanço e fora de balanço, menos o valor atual de todos os passivos relevantes inscritos no balanço e fora de balanço.
 - Sensibilidade do valor económico: a alteração do valor económico do capital em função de uma alteração pré-definida da curva de rendibilidades.
- Capital de risco: o capital de risco de taxa de juro da carteira bancária (“RTJCB”) é mensurado recorrendo a um modelo de capital de risco de gestão de ativos e passivos que usa as sensibilidades dos fatores das taxas de juro para as exposições capitalizadas no balanço subjacentes.

63/
63/99
DZ.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Risco de taxa de juro

A Sociedade procede à mensuração do risco de taxa de juro usando tanto métricas de proveitos e de avaliação. Estas métricas dão visões complementares do impacto do risco de taxa de juro no balanço em horizontes temporais variáveis. A medida da exposição à taxa de juro utilizada no quadro seguinte é uma medida estática baseada nas posições existentes, correspondente à variação na margem financeira esperada em cada moeda exclusivamente em consequência de variações imprevistas nas taxas de juro. Fatores como alterações dos volumes e das margens e o impacto de decisões de fixação de preços anteriores ao período considerado não são tomados em conta nesta medida, que assume que a função comercial não irá fazer alterações adicionais aos preços ou saldos em resposta a alterações não previstas das taxas.

Risco cambial

É política da Sociedade reduzir o risco cambial que surge no exercício normal da atividade. A Sociedade negocia em instrumentos financeiros em várias moedas e daí decorrem posições cambiais abertas para desfasamentos de financiamento e acréscimos de juros e provisões para custos em moedas diferentes do USD. A Tesouraria acompanha as posições cambiais abertas diariamente, assegurando-se de que a exposição não ultrapassa os limites definidos alocados.

Exposição ao risco

Risco de preço da carteira de negociação

O quadro seguinte resume o risco de preço da carteira de negociação da Sociedade e mostra a exposição mais alta, média e mais baixa da carteira de negociação da Sociedade ao VaR durante o período de relato, bem como a exposição em 31 de dezembro:

VaR	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Em curso	Máximo	000	000
VaR da Carteira	2.187	4.005	1.423	2.317
				1.571

Risco de preço das carteiras que não são de negociação

Risco de taxa de juro

O quadro seguinte mostra os lucros / (perdas) esperadas em consequência de um aumento de 100 pontos base nas taxas de juro para todos os prazos.

Relatório sobre exposição à taxa de juro

Moeda	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	12 meses	2 anos	12 meses	2 anos
USD	\$000	\$000	\$000	\$000
	2.301	9.949	(11.432)	(5.099)
EUR	(3.961)	448	(9.438)	(12.044)
RON	226	1.488	(413)	(259)
CZK	3.062	7.033	2.608	5.868
HUF	(7.926)	(15.673)	(7.446)	(14.424)
GBP	10.139	22.967	10.728	23.060
JPY	(8)	(8)	(8)	(8)
Outras	(1.473)	(1.662)	(967)	(1.175)

64/02
06/09
32

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Risco cambial

Com base nas exposições líquidas no fecho do período, o quadro seguinte mostra o impacto, em termos de Demonstração de Resultados, nestas exposições líquidas decorrente de movimentos prováveis nas moedas respetivas face ao dólar norte-americano, mantendo-se constantes todas as outras variáveis:

	31 de dezembro de 2017		Impacto na Demonstração de Resultados \$000
	Exposição líquida \$000	(%)	
EUR	76.504	1,71%	1.305
HUF	5.056	2,42%	122
RON	82.838	1,80%	1.487
GBP	73.712	1,21%	893

	31 de dezembro de 2016		Impacto na Demonstração de Resultados \$000
	Exposição líquida \$000	(%)	
EUR	72.117	2,06%	1.489
HUF	236.402	2,41%	3.833
RON	97.711	2,50%	637
GBP	14.306	2,78%	659

17.4 Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez é definido como o risco de a Sociedade enfrentar dificuldades em cumprir as suas obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados através do pagamento em dinheiro ou entrega de outros ativos financeiros. Surge risco de liquidez devido à possibilidade de a Sociedade ser incapaz de fazer face às suas obrigações de pagamento nas suas datas de vencimento, tanto em condições normais como em condições de stress.

Os objetivos de financiamento e liquidez da Sociedade são manter liquidez suficiente para financiar a sua base de ativos existente, bem como o crescimento da sua atividade central, mantendo simultaneamente liquidez suficiente, devidamente estruturada, para poder continuar a operar numa gama alargada de condições de mercado, incluindo perturbações no mercado, tanto em situações de stress de curto como de longo prazo.

Governação e organização

A gestão da liquidez é da responsabilidade do Tesoureiro da Sociedade, cuja missão é garantir que todas as obrigações de disponibilização de fundos são cumpridas nas suas datas de vencimento.

O fórum para as questões de liquidez é a Comissão de Ativos e Passivos ("ALCO"), que conta com a participação de executivos da alta direção da Sociedade. A ALCO revê as necessidades atuais e projetadas de financiamento da Sociedade, bem como a posição de capital e a Demonstração da Posição Financeira. A responsabilidade última pela liquidez pertence ao Conselho de Administração.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Um plano de liquidez é preparado anualmente e o perfil de liquidez é monitorizado em base permanente e comunicado diariamente.

Mensuração do risco

O fórum para as questões de liquidez é a Comissão de Ativos e Passivos (“ALCO”), que conta com a participação de executivos da alta direção da Sociedade.

A Sociedade tem de cumprir os requisitos de liquidez impostos pelo Regulador.

A Sociedade também tem métricas de liquidez internas, incluindo rácios de liquidez, que comparam as reservas de liquidez com os défices de liquidez. Todos estes indicadores são avaliados de acordo com vários cenários, nas principais moedas.

As métricas de liquidez relacionadas com a Diretiva sobre requisitos prudenciais conhecida por DRFP IV são monitorizadas e relatadas, a saber, o rácio de cobertura de liquidez (“RCL”) e o rácio de financiamento líquido estável (“RFLE”). O RCL mede as existências de ativos líquidos face às saídas líquidas de caixa num cenário de esforço de 30 dias. O RFLE destina-se a garantir que uma empresa tem um montante aceitável de financiamento estável para suportar a os seus ativos e atividades no médio prazo (período de um ano).

Exposição ao risco

Decomposição dos ativos e passivos financeiros por prazo remanescente

O quadro seguinte mostra a decomposição dos ativos e passivos financeiros em função da data em que se espera que sejam recuperados ou liquidados ao abrigo dos contratos respetivos.

	Menos de 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2017	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	14.589.546	-	14.589.546
Crédito sobre bancos	7.013.341	251.224	7.264.565
Crédito sobre clientes	12.016.952	5.982.084	17.999.036
Instrumentos financeiros derivados	616.806	986.795	1.603.601
Ativos da carteira de negociação	30.386	937.028	967.414
Títulos da carteira de investimento	270.862	2.616.469	2.887.331
Ativos não correntes - detidos para venda	-	-	-
Outros ativos financeiros	3.312.750	-	3.312.750
Total de ativos financeiros	37.850.643	10.773.600	48.624.243
Passivo			
Depósitos de bancos	7.116.577	18.046	7.134.623
Contas de clientes	26.192.150	100	26.192.250
Instrumentos financeiros derivados	673.935	993.070	1.667.005
Titulos de dívida em circulação	-	-	-
Passivos não correntes - detidos para venda	-	-	-
Outros passivos financeiros	5.089.103	-	5.089.103
Total de passivos financeiros	39.071.765	1.011.216	40.082.981

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

66/
66/99
D1 -

	Menos de 12 meses \$000	Mais de 12 meses \$000	Total \$ 000
Em 31 de dezembro de 2016			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	16 423 472	-	16 423 472
Crédito sobre bancos	5.650.198	1.837.277	7.487.475
Crédito sobre clientes	9.990.819	4.598.126	14.588.945
Instrumentos financeiros derivados	972.492	1.174.676	2.147.168
Ativos da carteira de negociação	680.642	414.738	1.095.380
Títulos da carteira de investimento	1.339.272	1.724.816	3.064.088
Ativos não correntes detidos para venda	194.389	-	194.389
Outros ativos financeiros	3.148.833	-	3.148.833
Total de ativos financeiros	<u>38.400.117</u>	<u>9.749.633</u>	<u>48.149.750</u>
Passivo			
Depósitos de bancos	7.695.263	-	7.695.263
Contas de clientes	24.043.271	22.470	24.065.741
Instrumentos financeiros derivados	1.006.936	1.185.025	2.191.961
Titulos de dívida em circulação	71	-	71
Passivos não correntes - detidos para venda	639.331	-	639.331
Outros passivos financeiros	4.739.598	-	4.739.598
Total de passivos financeiros	<u>38.124.470</u>	<u>1.207.495</u>	<u>39.331.965</u>

CITIBANK EUROPE PLC

67/08
67/09
82.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Prazos contratuais de fluxos de caixa não descontados de passivos financeiros

O quadro seguinte mostra a decomposição dos fluxos de caixa não descontados contratuais da Sociedade por grupos de prazos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2017	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
Passivos				
Depósitos de bancos	7.219.419	8.684	10.400	7.238.503
Contas de clientes	26.570.653	102	-	26.570.755
Instrumentos financeiros derivados	683.673	401.436	654.067	1.739.176
Títulos de dívida em circulação	-	-	-	-
Passivos não correntes - detidos para venda	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	5.162.648	-	-	5.162.648
Total de passivos financeiros não descontados	39.636.393	410.222	664.467	40.711.082
Em 31 de dezembro de 2016	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
Passivos				
Depósitos de bancos	7.779.505	-	-	7.779.505
Contas de clientes	24.306.480	16.757	6.431	24.329.668
Instrumentos financeiros derivados	1.017.960	823.813	402.325	2.244.098
Títulos de dívida em circulação	72	-	-	72
Passivos não correntes - detidos para venda	646.330	-	-	646.330
Outros passivos financeiros	4.791.483	-	-	4.791.483
Total de passivos financeiros não descontados	38.541.830	840.570	408.756	39.791.156

68/
xx
66/59
xx

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro seguinte mostra a decomposição dos compromissos e garantias da Sociedade por prazos relevantes, com base no prazo remanescente desde a data da Demonstração da Posição Financeira até à data de vencimento contratual: Estes instrumentos podem ser acionados em qualquer momento antes do seu vencimento contratual.

31 de dezembro de 2017	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
Cartas de crédito	12.090.077	2.708.551	342.711	15.141.339
Compromissos de concessão de crédito não sacados	4.372.548	15.977.754	817.504	21.167.806
Outros compromissos e garantias	-	1.733.004	97.503	1.830.507
Total de compromissos e garantias	16.462.625	20.419.309	1.257.718	38.139.652

31 de dezembro de 2016	1 ano e menos \$000	>1 ano e < 5 anos \$000	Mais de 5 anos \$000	Total \$000
Cartas de crédito	11.541.260	3.181.721	64	14.723.045
Compromissos de concessão de crédito não sacados	3.595.058	14.905.101	609.538	19.109.697
Outros compromissos e garantias	1.668.462	623.403	-	2.291.865
Total de compromissos e garantias	16.804.780	18.710.225	609.602	36.124.607

17.5 Risco operacional

Definição

O risco operacional é o risco de perdas resultantes de processos, sistemas ou fatores humanos inadequados ou que falharam ou de acontecimentos externos. Abrange o risco para a reputação e o risco para a empresa associados a práticas comerciais ou conduta no mercado em que a Sociedade esteja envolvida. Também abrange o risco de incumprimento de leis, regulamentos, normas deontológica e atos administrativos dos reguladores aplicáveis ou de políticas da Sociedade. O risco operacional não abrange o risco estratégico nem o risco de perdas decorrente exclusivamente de juízos autorizados relativos à assunção de risco de crédito, mercado, liquidez ou seguros.

O risco operacional é inerente às atividades comerciais da Sociedade e, como sucede com outros tipos de riscos, é gerido através de um quadro de controlo que compreende três linhas de defesa:

- responsabilidade descentralizada pelo risco com responsabilização da gestão do negócio;
- supervisão por funções de gestão de riscos e controlo independentes; e
- avaliação independente pela Auditoria Interna.

Quadro de risco operacional

Para prever, mitigar e controlar o risco operacional, a Sociedade mantém um sistema de políticas e definiu um quadro coerente para monitorização, avaliação e comunicação dos riscos operacionais e da eficácia global do ambiente de controlo interno.

O quadro de gestão do risco operacional compreende as seguintes componentes para identificar, avaliar e gerir o risco operacional:

- Avaliação Anual do Risco;
- Análise de Cenários de Risco Operacional;
- Registo de Dados de Eventos de Risco Operacional;

69/2
69/99
3/2

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Programa de Garantias Formais;
- Plano de Ação de Questões e Medidas Corretivas

A avaliação do controlo da administração (“ACA”) é uma ferramenta de diagnóstico utilizada na gestão dos riscos operacionais, como componente essencial dos fatores de ambiente de negócios e controlo interno exigidos de acordo com as normas sobre requisitos mínimos de capital de Basileia. Usa dados das componentes do quadro de gestão do risco operacional para proporcionar uma visão geral do perfil de risco operacional de uma entidade, seja ela uma empresa, um país ou uma pessoa coletiva.

Governação e organização

O quadro de gestão do risco operacional da Sociedade sustenta-se numa governação forte, com papéis e responsabilidades claramente definidos.

As comissões seguintes são responsáveis pelo risco operacional ao nível da Sociedade :

- Comissão de Risco: Supervisiona os aspectos previsionais do risco operacional, incluindo, nomeadamente: parâmetros do quadro de gestão do risco operacional, modelo de capital de risco operacional e a componente de risco operacional do processo de aprovação da adequação do capital interno. A comissão também recebe informação atualizada da Comissão de Risco Operacional do Grupo relativamente a estas matérias.
- Comissão de Auditoria: Supervisiona os aspectos forenses do risco operacional, incluindo perdas operacionais individuais, as causas e remédios e os resultados da ACA.
- Comissão de Risco Operacional (“CRO”): é o principal fórum que assegura a supervisão da adequação e eficácia do quadro de risco operacional e das políticas associadas, com vista à previsão e mitigação de riscos operacionais e a devida gestão da subcontratação e das tecnologias da informação todos os segmentos de negócio da Sociedade.

17.6 Gestão do capital

O Regulador da Sociedade define e monitoriza os requisitos de fundos próprios da Sociedade.

No contexto da aplicação dos atuais requisitos de fundos próprios, o Regulador exige que a Sociedade mantenha um determinado rácio entre o total de fundos próprios e os ativos ponderados pelo risco.

A política da Sociedade é manter uma forte base de capital para assegurar a confiança dos investidores, dos credores e dos clientes e suportar o desenvolvimento futuro da atividade. O impacto do nível de capital na rendibilidade para os acionistas também é reconhecido, juntamente com a necessidade de manter o equilíbrio entre as rendibilidades mais altas que seriam eventualmente possíveis com um maior endividamento e as vantagens e a segurança asseguradas por uma posição de capital sólida.

Fundos próprios mínimos (não auditado)

A posição de fundos próprios regulamentares não auditada da Sociedade em 31 de dezembro era a seguinte:

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Fundos próprios regulamentares	7.470.315	7.473.993
Rácio de capital de nível 1	16,5%	17,5%

O Regulador exige que a Sociedade mantenha um capital adequado e a Sociedade está sujeita ao risco de ter recursos de capital insuficientes para cumprir os seus requisitos de fundos próprios regulamentares mínimos. Os requisitos de fundos próprios mínimos da Sociedade são calculados de acordo com os requisitos prudenciais da DRFP IV. A Sociedade cumpriu os seus requisitos de fundos próprios durante todo o período.

70/2
70/201
Br

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18. Ativos e passivos financeiros

Os quadros seguintes mostram o total de ativos e passivos financeiros detidos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Instrumentos financeiros derivados	1.603.601	2.147.168
Ativos da carteira de negociação	967.414	1.095.380
Investimentos financeiros disponíveis para venda	2.880.640	3.056.092
Crédito designado ao justo valor através de resultados	322.861	507.836
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	5.774.516	6.806.476
Caixa e equivalentes de caixa	14.589.546	16.423.472
Crédito ao custo amortizado	24.940.740	21.568.584
Outros ativos financeiros	3.319.441	3.148.834
Total de ativos financeiros não detidos ao justo valor	42.849.727	41.140.890
Total de ativos financeiros	48.624.243	47.947.366
	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Instrumentos financeiros derivados	1.667.005	2.191.961
Títulos de dívida	-	71
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	290.838	231.454
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	1.957.843	2.423.486
Depósitos de bancos	7.134.623	7.695.263
Contas de clientes	26.192.250	24.065.741
Outros passivos e títulos de dívida em circulação	4.798.265	5.147.545
Total de passivos financeiros não detidos ao justo valor	38.125.138	36.908.549
Total de passivos financeiros	40.082.981	39.332.035

Definição do justo valor

A NIRF 13 – Mensuração do Justo Valor define o justo valor, estabelece um quadro para mensurar o justo valor e exige divulgações sobre as mensurações do justo valor. O justo valor é definido como o preço que seria recebido por vender um ativo ou pago para transmitir um passivo numa operação ordinária entre participantes no mercado na data de mensuração. Entre outras coisas, a norma exige que a Sociedade maximize o recurso a dados observáveis e minimize o recurso a dados não observáveis no contexto da mensuração do justo valor.

Ao abrigo da NIRF 13, a probabilidade de incumprimento de uma contraparte é incorporada na avaliação das posições de instrumentos derivados e inclui o impacto do risco de crédito próprio da Sociedade nos instrumentos derivados e outros passivos mensurados ao justo valor.

71/29
M.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Hierarquia do justo valor

A NIRF 13 especifica uma hierarquia de dados em função de os dados serem observáveis ou não observáveis. Os dados observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, ao passo que os não observáveis refletem as premissas de mercado da Sociedade.

Os dois tipos de dados deram origem à seguinte hierarquia do justo valor:

- Nível 1: preços de mercado cotados para instrumentos *idênticos* em mercados ativos.
- Nível 2: preços de mercado cotados em mercados ativos para instrumentos *semelhantes*; preços cotados para instrumentos idênticos ou semelhantes em mercados não considerados ativos; e avaliações derivadas de modelos em que todos os dados significativos ou fatores de valor significativos são *observáveis* em mercados ativos.
- Nível 3: avaliações derivadas de técnicas de avaliação em que um ou mais dados significativos ou fatores de valor significativos *não são observáveis*.

Esta hierarquia exige o recurso a dados de mercado observáveis sempre que possível. Sempre que possível, a Sociedade considera preços de mercado relevantes e observáveis nas suas avaliações. A frequência das operações e a dimensão da margem entre os preços de oferta e de procura quando se compararam operações semelhantes são todos fatores considerados na determinação da liquidez dos mercados e da relevância dos preços observados nesses mercados.

A política da Sociedade quanto a transferências entre níveis da hierarquia do justo valor é reconhecê-las nos níveis de saída e entrada no fim do período de relato.

Determinação do justo valor

A Sociedade geralmente usa preços de mercado cotados em mercados ativos para calcular o justo valor de um ativo ou passivo financeiro e classifica-o no Nível 1. Em alguns casos, em que exista um preço de mercado, a Sociedade recorre a expedientes práticos aceitáveis (tais como matrizes de preços) para calcular o justo valor, caso em que o ativo ou passivo financeiro em causa é classificado no Nível 2.

Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, os justos valores baseiam-se em técnicas de avaliação desenvolvidas internamente que usam, sempre que possível, parâmetros de mercado baseados em mercados atuais ou de fontes independentes, tais como taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidades das opções. Os ativos ou passivos avaliados com recurso a estas técnicas de avaliação desenvolvidas internamente são classificados de acordo com o nível do dado ou do fator de valor mais baixo que seja significativo para a avaliação.

Quando existam, a Sociedade também pode usar preços cotados para atividades de negociação recentes de posições com características idênticas ou semelhantes às avaliadas. A frequência e a dimensão das operações e a dimensão da margem entre os preços de oferta e de procura estão entre os fatores considerados para determinar a liquidez dos mercados e a relevância dos preços observados nesses mercados. Se forem relevantes e estiverem disponíveis preços observáveis, estas avaliações devem ser classificadas como sendo de Nível 2. Se não houver preços disponíveis, devem ser usadas outras técnicas de avaliação e o ativo ou passivo em causa deve ser classificado no Nível 3.

As estimativas do justo valor decorrentes de técnicas de avaliação internas são verificadas, sempre que possível, face a preços obtidos de operadores ou corretores independentes. As avaliações de operadores e corretores podem basear-se numa variedade de fatores, que vão desde preços observados a modelos de avaliação próprios.

A Sociedade usa os seguintes procedimentos para determinar o justo valor dos ativos e passivos financeiros, independentemente de serem detidos para negociação ou terem sido designados ao justo valor, incluindo uma indicação do nível da hierarquia do justo valor em que cada instrumento financeiro está geralmente classificado. Quando apropriado, a descrição inclui elementos dos modelos de avaliação, os principais fatores desses modelos e as premissas importantes.

72/25
72/25
72

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ajustamentos de valor de mercado

São aplicados ajustamentos de liquidez aos itens dos Níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor para garantir que o justo valor reflete a liquidez ou falta de liquidez do mercado. A reserva de liquidez pode utilizar a margem entre a oferta e a procura para um instrumento como um dos fatores.

São aplicados ajustamentos de risco de crédito da contraparte aos instrumentos derivados, tais como instrumentos derivados não garantidos do mercado de balcão, em que a avaliação de base usa parâmetros de mercado baseados nas curvas de base das taxas de juro relevantes. Nem todas as contrapartes têm o mesmo risco de crédito que o implícito na curva de base relevante, de modo que é necessário considerar a visão do mercado do risco de crédito de uma contraparte para estimar o justo valor de um item desta natureza.

São aplicados ajustamentos de risco de crédito bilateral ou do crédito “próprio” para refletir o risco de crédito da própria Sociedade quando se avaliam instrumentos derivados e passivos mensurados ao justo valor. Os ajustamentos de risco de crédito da contraparte ou de risco de crédito próprio consideram os fluxos de caixa futuros esperados entre a Sociedade e as suas contrapartes ao abrigo dos termos do instrumento e o efeito do risco de crédito na avaliação desses fluxos de caixa, em vez de uma avaliação num determinado ponto no tempo do ativo ou passivo líquido corrente reconhecido. Além disso, os ajustamentos de risco de crédito tomam em conta o efeito de mitigantes do risco de crédito, tais como garantias dadas de penhor e o eventual direito jurídico de compensação (na medida em que tal compensação exista) com uma contraparte através de acordos, tais como acordos de liquidação em base líquida.

Em geral, a unidade de conta para um instrumento financeiro é o instrumento financeiro individual. A Sociedade aplica ajustamentos de valor de mercado coerentes com a unidade de conta, o que não inclui ajustamentos devido à dimensão da posição da Sociedade, exceto conforme descrito seguidamente. A NIRF 13 permite uma exceção, através de uma escolha de política contabilística, de mensurar o justo valor de uma carteira de ativos financeiros e passivos financeiros com base na posição de risco líquido em aberto quando determinados critérios estiverem preenchidos. O Citi decidiu mensurar determinadas carteiras de instrumentos financeiros, tais como os instrumentos derivados, que preenchem esses critérios com base na posição de risco líquida em aberto. A Sociedade aplica ajustamentos de avaliação do mercado, incluindo ajustamentos para tomar em consideração a dimensão da posição de risco líquida em aberto, consentâneos com as premissas de participante no mercado e de acordo com a unidade de conta.

Instrumentos derivados

A maioria dos instrumentos derivados contratados pela Sociedade são transacionados em mercado de balcão e, por conseguinte, são avaliados recorrendo a uma combinação de preços externos e técnicas de avaliação internas, incluindo preços de referência fornecidos por outros operadores. As técnicas de avaliação e os fatores considerados dependem do tipo de instrumento derivado e da natureza do instrumento subjacente.

As principais técnicas utilizadas para avaliar estes instrumentos são abordagens usadas em todo o sector, como fluxos de caixa descontados, modelação e abordagens numéricas.

O tipo de dados considerados pode incluir curvas de rendibilidade das taxas de juro, margens de crédito, taxas de câmbio, volatilidades e correlações.

A Sociedade incorpora curvas de *swap* indexados ao *overnight* (“OIS”) como fatores para a mensuração do justo valor de determinados instrumentos derivados garantidos relacionados com taxas de juro. O Citi usa a curva de referência relevante para a moeda do instrumento derivado (por exemplo a LIBOR do USD para instrumentos derivados em USD) como taxa de desconto para instrumentos derivados não garantidos. O Citi incorpora o AAC na mensuração do justo valor devido ao que julga ser uma migração do setor para a incorporação da visão que o mercado tem do prémio do risco de financiamento nos instrumentos derivados do mercado de balcão. A metodologia de AAC do Citi apoia-se na metodologia de AAC existente para estimar um perfil de exposição ao financiamento. O cálculo deste perfil de exposição considera os contratos de garantias em que os termos não permitem que a empresa reutilize as garantias recebidas, incluindo quando as contrapartes colocam as garantias sob a custódia de terceiros.

Ativos da carteira de negociação

Quando existam, a Sociedade usa preços de mercado cotados para determinar o justo valor dos ativos da carteira de negociação, sendo tais ativos classificados no Nível 1 da hierarquia do justo valor. Trata-se, por exemplo, de obrigações de emitentes públicos. Para as obrigações de emitentes privados, o papel comercial europeu e o crédito, a Sociedade

73/2

73/29
21

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

geralmente determina o justo valor recorrendo a técnicas de avaliação internas. As estimativas do justo valor resultantes de técnicas de avaliação internas são verificadas, sempre que possível, face a preços obtidos junto de operadores independentes. Os operadores compilam preços de diversas origens e podem aplicar matrizes de preços para obrigações ou empréstimos semelhantes para os quais não existam preços observáveis. Se existirem, a Sociedade também pode usar preços cotados para atividades de negociação recentes de ativos com características semelhantes às obrigações ou empréstimos objeto de avaliação. Os preços das obrigações de emitentes públicos e privados, do papel comercial europeu e do crédito derivados destes métodos são geralmente classificados no Nível 2.

No entanto, quando há menos liquidez, o preço cotado está desatualizado ou os preços obtidos junto de fontes independentes não são uniformes, são geralmente classificados no Nível 3.

Titulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor por referência a preços de mercado cotados. Nestes casos, podem ser classificados no Nível 1.

Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é estimado com base noutras técnicas de avaliação reconhecidas. Os dados principais dependem do tipo de título de investimento e da natureza dos dados considerados na técnica de avaliação. Os títulos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo.

Crédito e outros financiamentos

O justo valor do crédito e de outros financiamentos é estimado recorrendo a técnicas de avaliação internas, tais como análises dos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa são descontados usando as taxas LIBOR e EURIBOR. Se possível, a Sociedade também pode usar preços cotados para operações de negociação recentes com ativos com características semelhantes às do crédito que está a ser avaliado. Os créditos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo. Em determinados casos, o justo valor aproxima-se do valor escriturado porque os instrumentos são de curto prazo por natureza ou têm datas de refixação de preços frequentes.

Titulos de dívida em circulação

O justo valor de títulos de dívida em circulação é mensurado usando fluxos de caixa descontados à LIBOR ou à EURIBOR. Os instrumentos são colocados no Nível 2 ou 3, dependendo da observabilidade dos dados significativos usados no modelo.

Os ajustamentos de avaliação da dívida própria são reconhecidos nos passivos da Sociedade para os quais se escolheu a opção de justo valor usando as margens de crédito do Citi observadas no mercado obrigacionista. O justo valor de passivos para os quais a opção de justo valor é escolhida (que não sejam passivos sem recurso nem passivos semelhantes) é afetado pelo estreitamento ou alargamento das margens de crédito do Citigroup.

Outros ativos e passivos financeiros

O justo valor dos passivos relativos a depósitos de clientes, empréstimos subordinados e outros ativos e passivos é estimado com recurso aos fluxos de caixa descontados, aplicando taxas de mercado, quando possível. Nos casos em que se usam taxas de mercado, as mesmas são ajustadas pela margem de crédito do Citigroup.

A quantia escriturada da caixa e depósitos junto de bancos centrais é uma aproximação razoável do justo valor devido ao prazo curto destes ativos.

7/2
2019
BR

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Instrumentos financeiros ao justo valor

O quadro seguinte mostra a decomposição dos instrumentos financeiros registados ao justo valor por nível da hierarquia do justo valor:

31 de dezembro de 2017	Justo valor			
	Nível 1 \$000	Nível 2 \$000	Nível 3 \$000	Total \$000
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	1.603.601	-	1.603.601
Ativos da carteira de negociação	-	929.945	37.469	967.414
Títulos da carteira de investimento	1.080.881	1.751.588	48.171	2.880.640
Crédito ao justo valor através de resultados	-	322.861	-	322.861
Ativos financeiros ao justo valor	1.080.881	4.607.995	85.640	5.774.516
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	1.667.005	-	1.667.005
Títulos de dívida em circulação	-	-	-	-
Outros passivos financeiros detidos para negociação	-	290.838	-	290.838
Passivos financeiros ao justo valor	-	1.957.843	-	1.957.843
31 de dezembro de 2016				
	Nível 1 \$000	Nível 2 \$000	Nível 3 \$000	Total \$000
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	2.147.168	-	2.147.168
Ativos da carteira de negociação	-	889.641	205.739	1.095.380
Títulos da carteira de investimento	1.520.388	1.500.677	35.027	3.056.092
Crédito ao justo valor através de resultados	-	491.166	16.670	507.836
Ativos financeiros ao justo valor	1.520.388	5.028.652	257.436	6.806.476
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivados	-	2.191.961	-	2.191.961
Títulos de dívida em circulação	-	71	-	71
Outros passivos financeiros detidos para negociação	-	231.454	-	231.454
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor	-	2.423.486	-	2.423.486

75/2
25/09
JN

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Crédito ao justo valor através de resultados no valor de \$323 milhões (2016: \$447 milhões) está incluído na Demonstração da Posição Financeira, na rubrica de crédito sobre clientes.

Os justos valores desta nota referem-se a uma data específica e podem ser substancialmente diferentes dos valores que serão efetivamente pagos nas datas de vencimento ou liquidação dos instrumentos.

Tal como já referido acima, a Sociedade classifica instrumentos financeiros no Nível 3 da hierarquia de justo valor quando se recorre a pelo menos um dado significativo não observável no modelo de avaliação. Para além destes dados não observáveis, os modelos de avaliação dos instrumentos financeiros do Nível 3 tipicamente também recorrem a um determinado número de dados que são facilmente observáveis diretamente ou indiretamente. Os ganhos e perdas apresentados seguidamente incluem alterações do justo valor relacionadas tanto com dados observáveis, como com dados não observáveis.

A Sociedade muitas vezes cobre posições com posições de compensação que estão classificadas num nível diferente. Por exemplo, os ganhos e perdas para os ativos e passivos do Nível 3 apresentados nos quadros seguintes não refletem o efeito da compensação de perdas e ganhos de instrumentos de cobertura classificados pela Sociedade no Nível 1 e no Nível 2. Além disso, a Sociedade cobre itens classificados no Nível 3 com instrumentos também classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor.

Processo de avaliação para a mensuração do justo valor do Nível 3

Para as mensurações do justo valor de virtualmente todos os ativos e passivos detidos pela Sociedade, as várias unidades de negócio são responsáveis por avaliar os ativos e passivos das contas de negociação e o Controlo de Produtos, dentro do Departamento Financeiro, executa procedimentos independentes de verificação de preços para avaliar essas mensurações do justo valor. O Controlo de Produtos é independente das várias unidades de negócio e reporta ao Diretor Global do Controlo de Produtos. As mensurações do justo valor de ativos e passivos são efetuadas recorrendo a diversas técnicas, incluindo, nomeadamente, fluxos de caixa descontados e modelos internos, tais como modelos de opções e correlações.

Com base na observabilidade dos dados usados, o Controlo de Produtos classifica o inventário no Nível 1, 2 ou 3 da hierarquia de justo valor. Quando uma posição envolve um ou mais dados significativos que não são diretamente observáveis, são aplicados procedimentos adicionais de verificação de preços. Estes procedimentos podem incluir a análise de dados históricos relevantes, a análise de lucros e perdas, a avaliação individual de cada componente de uma operação estruturada e a identificação de valores de referência, entre outros procedimentos.

Os relatórios do inventário do Nível 3 de cada linha de negócio da Sociedade são distribuídos à direção do Departamento Financeiro, do Risco e das várias linhas de negócio. Os relatórios são distribuídos à Comissão de Risco da Europa, Médio Oriente e África em reuniões mensais com a alta direção. Sempre que é necessário um ajustamento de valor para corrigir o preço de um ativo ou passivo para o seu preço de saída, o Controlo de Produtos comunica-o à Administração, juntamente com outros resultados da verificação de preços.

Além disso, os modelos de preços usados na mensuração do justo valor regem-se por um quadro de controlo independente. Embora os modelos sejam desenvolvidos e testados pelas várias unidades de negócio, são validados de forma independente pela Unidade de Validação de Modelos da Gestão do Risco e revistos pelo Departamento Financeiro no que diz respeito ao seu impacto nos procedimentos de verificação de preços. O objetivo deste quadro de controlo independente é avaliar o risco dos modelos decorrente da correção teórica dos modelos, as técnicas de calibragem (quando necessárias) e a adequação do modelo para um determinado produto num determinado mercado. Para garantir que continuam a ser aplicáveis, os modelos são revistos anualmente. Além disso, a Gestão do Risco aprova e mantém uma lista dos produtos que podem ser avaliados através de cada modelo aprovado para um determinado segmento negócio.

Movimentos em instrumentos financeiros do Nível 3 mensurados ao justo valor

A Sociedade classifica instrumentos financeiros no Nível 3 da hierarquia de justo valor quando se recorre a pelo menos um dado significativo não observável no modelo de avaliação. Os ganhos e perdas apresentados seguidamente incluem alterações do justo valor relacionadas tanto com dados observáveis, como com dados não observáveis.

26/02
26/02
Pm

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Ativos da carteira de negociação	Crédito sobre clientes	Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	Total	Ativos da carteira de negociação	Crédito sobre clientes	Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	Total
Ativo								
Saldo em 1 de janeiro	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Adições devido à fusão Reclassificação de crédito ao JVAR em ativos da carteira de negociação	205.739	16.670	35.027	257.436	8.845	386.030	20.623	415.498
Transferências para o Nível 3	-	-	-	-	105.309	428.583	59.727	593.619
Compras	16.670	(16.670)	-	-	-	-	-	-
Emissões	87.433	-	-	87.433	297.735	-	18.079	315.814
Vendas	(259.370)	-	(626)	(259.996)	(197.373)	(371.817)	-	(569.190)
Liquidações	(6.241)	-	-	(6.241)	10.994	(55.897)	(92.508)	(137.411)
Total de ganhos/(perdas) - em lucros ou perdas	(6.762)	-	3.798	(2.964)	(19.771)	(28.130)	92.508	44.607
- em ORI	-	-	9.972	9.972	-	-	(63.402)	(63.402)
Saldo em 31 de dezembro	37.469	-	48.171	85.640	205.739	16.670	35.027	257.436

Durante o exercício, a Sociedade não teve instrumentos do Nível 3 transferidos para o Nível 2 nem para o Nível 1.

O total de ganhos e perdas para o exercício é apresentado na Demonstração de Resultados como segue:

	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Ativos da carteira de negociação	Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	Total	Ativos da carteira de negociação	Crédito sobre clientes	Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	Total	
				\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Proventos de juros	-	-	-	1.540	-	-	-	1.540
Total de ganhos e perdas	(6.762)	3.798	(2.964)	(19.771)	(28.130)	92.508	44.607	
Ganhos e perdas realizados								
- Resultados de operações financeiras	(6.762)	-	(6.762)	(19.283)	(28.058)	-	(47.341)	
- Resultados de investimentos	-	3.798	3.798	-	-	92.317	92.317	
Ganhos e perdas não realizados								
- Resultados de operações financeiras	-	-	-	(488)	-	-	(488)	
- Resultados de investimentos	-	-	-	-	-	191	191	
- Resultados de outros instrumentos financeiros ao JVAR	-	-	-	-	(72)	-	(72)	
Total	(6.762)	3.798	(2.964)	(18.231)	(28.130)	92.508	46.147	

77/2
77/29
BR

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Um dos principais fatores que contribuiu para os movimentos nas existências do Nível 3 foram os ativos da carteira de negociação, nos casos em que a Sociedade tem a intenção de os vender num futuro próximo. Este ativos representaram \$372 milhões de vendas.

Análise qualitativa das gamas de dados significativos não observáveis

A secção seguinte descreve as gamas de dados não observáveis mais significativos usados pela Sociedade nas mensurações de justo valor do Nível 3. O nível de agregação e a diversidade dos instrumentos detidos pela Sociedade leva a um vasto intervalo de dados não observáveis que podem não estar distribuídos de forma uniforme no inventário do Nível 3.

Rendibilidade

As gamas de dados de rendibilidade variam de forma significativa dependendo do tipo de título. Por exemplo, títulos que tenham tipicamente rendibilidades mais baixas, como as obrigações emitidas por autarquias locais, vão cair na banda inferior do intervalo, ao passo que títulos menos líquidos ou com menor qualidade em termos de crédito, como determinados títulos garantidos por ativos de algumas tranches residuais, vão ter dados de rendibilidade muito mais elevados.

Margem de crédito

A margem de crédito é essencialmente relevante para os instrumentos de taxa fixa e de crédito. No entanto, o alcance dos dados relativos à margem de crédito pode variar de um instrumento para outro. Por exemplo, determinados instrumentos de taxa fixa tipicamente têm margens de crédito mais baixas, ao passo que determinados instrumentos com contrapartes de risco alto estão tipicamente sujeitos a margens de crédito mais elevadas quando não são garantidos ou têm um prazo mais longo. Outros instrumentos, que são dependentes ou derivados de um ou mais instrumentos subjacentes, também têm margens de crédito que variam em função dos atributos do devedor subjacente. As empresas mais fortes têm margens de crédito mais estreitas, ao passo que as empresas mais fracas têm margens de crédito mais alargadas.

Preço

Os dados relativos aos preços são dados significativos não observáveis para determinados instrumentos de taxa fixa. Para estes instrumentos, os dados relativos aos preços são expressos em percentagem do valor abstrato, em que um preço de 100 significa que o instrumento está avaliado ao par. Para a maior parte destes instrumentos, o preço varia entre zero e ligeiramente acima de 100. Os ativos relativamente ilíquidos que tenham sofrido perdas significativas desde a emissão, como determinados títulos garantidos por ativos, estão na banda inferior do intervalo, ao passo que a maior parte de obrigações de empresas com grau de investimento estão na banda média ou superior do intervalo. Os dados relativos aos preços também são dados significativos não observáveis para determinados instrumentos de capital. No entanto, o intervalo de dados de preços varia em função da natureza da posição, do número de ações em circulação e de outros fatores.

2017	Justo valor		Metodologia	Dados	Baixo	Alto
	\$000					
Ativo						
Ativos da carteira de negociação	37.469	Bascados em preços	Preços	0,0	246,0	
Títulos de capital da carteira de investimento	48.171	Preço de mercado, se existir, a que foi aplicado um desconto por iliquidez e variabilidade da taxa de conversão	A taxa final de conversão foi aplicada às ações preferenciais da série B para ações ordinárias da classe A	Sem desconto por variabilidade da taxa de conversão; só com desconto por iliquidez	100% de desconto por variabilidade da taxa de desconto	

Os títulos de capital da carteira de investimento correspondem principalmente a ações preferenciais da série B da Visa Inc..

78/02
78/03
78/04

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sensibilidade a dados não observáveis e inter-relações entre dados não observáveis

Os impactos de dados não observáveis cruciais das mensurações de justo valor do Nível 3 podem não ser independentes uns dos outros. Além disso, o montante e sentido do impacto numa mensuração do justo valor para uma determinada alteração de um dado não observável depende da natureza do instrumento, bem como de se a Sociedade detém o instrumento como um ativo ou um passivo. Para determinados instrumentos, a cobertura de preços e a gestão de riscos são sensíveis à correlação entre os vários dados, mais do que à análise e agregação dos vários dados.

A secção seguinte descreve as sensibilidades e inter-relações entre os dados não observáveis mais significativos usados pela Sociedade nas mensurações de justo valor do Nível 3.

Rendibilidade

A rendibilidade ajustada é, em geral, utilizada para descontar os fluxos de caixa projetados futuros de capital e juros de instrumentos como empréstimos. A rendibilidade ajustada é afetada por alterações na conjuntura de taxas de juro e pelas margens de crédito relevantes.

Em alguns casos, a rendibilidade de um instrumento não é observável no mercado e tem de ser estimada a partir de dados históricos ou das rendibilidades de títulos semelhantes. Esta rendibilidade estimada pode ter de ser ajustada para levar em consideração as características do título que está a ser avaliado. Noutros casos, a rendibilidade estimada pode não representar liquidez suficiente no mercado e também pode ter de ser ajustada. Sempre que o montante do ajustamento seja significativo para o valor do título, a mensuração do justo valor é classificada no Nível 3.

Margem de crédito

A margem de crédito é uma componente do título que representa a qualidade do crédito em causa. A margem de crédito reflete a percepção que o mercado tem de alterações nas taxas de reembolso antecipado, incidentes e recuperação, refletindo portanto o impacto de outras variáveis no justo valor. As variações na margem de crédito afetam o justo valor de títulos de forma diferente, dependendo das características e do perfil de vencimento do título em causa. Por exemplo, a margem de crédito é um fator mais significativo na mensuração do justo valor de obrigações de alta rendibilidade comparado com as obrigações com grau de investimento. Em geral, a margem de crédito para obrigações com grau de investimento também é mais observável e menos volátil do que a da sua equivalente nas obrigações de alta rendibilidade.

A incerteza da avaliação é calculada trimestralmente para todos os instrumentos financeiros. A metodologia usada para derivar o impacto para cada produto é determinada aplicando ajustamentos de sensibilidade ao preço ou parâmetros significativos do modelo usados na avaliação. Os ajustamentos são tipicamente calculados por referência a análises de dados de substituição de terceiros. Alguns exemplos da abordagem usada para derivar os ajustamentos de sensibilidade são descritos seguidamente:

- **taxas:** a incerteza da avaliação é mensurada com base numa combinação de dados de mercados consensuais e análises de substituição com dados de terceiros;
- **mercados de crédito e titularização:** a incerteza da avaliação é mensurada com base numa combinação de dados de mercados consensuais, dados de intermediários e análises de substituição com dados de terceiros.

Justo valor estimado de instrumentos financeiros não contabilizados ao justo valor

O quadro seguinte contém uma comparação por classe dos valores escriturados e dos justos valores dos instrumentos financeiros da Sociedade que não são contabilizados ao justo valor nas demonstrações financeiras. Este quadro não inclui os justos valores de ativos não financeiros nem de passivos não financeiros.

Os outros ativos financeiros são compostos essencialmente por saldos a receber das soluções de tesouraria e negociação da Sociedade e dos seus negócios de mercados e serviços relacionados com títulos.

Segue-se um resumo dos métodos e premissas utilizados para estimar o justo valor dos ativos financeiros e dos passivos financeiros usados nos quadros anteriores:

79/2
2019
BVR

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Os instrumentos financeiros derivados, ativos da carteira de negociação e títulos de dívida em circulação são mensurados ao justo valor por referência a preços de mercado cotados em mercados ativos. Se não houver preços cotados no mercado, os justos valores são estimados com base noutras técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de determinação de preços de opções. O preço de mercado inclui, quando apropriado, ajustamentos de valor do crédito.
- Os títulos da carteira de investimento classificados como disponíveis para venda ou designados ao justo valor através de resultados são mensurados ao justo valor por referência a preços de mercado cotados, quando estes existam. Se não estiverem disponíveis preços de mercado cotados, o justo valor é estimado com base noutras técnicas de avaliação reconhecidas.
- O justo valor do crédito e de outros financiamentos é estimado recorrendo a técnicas de avaliação internas, tais como análises dos fluxos de caixa descontados. Se possível, a Sociedade também pode usar preços cotados para operações de negociação recentes com ativos com características semelhantes às do crédito que está a ser avaliado. Em determinados casos, o valor escriturado aproxima-se do justo valor porque os instrumentos são de curto prazo por natureza ou têm datas de refixação de preços frequentes.
- O justo valor de títulos de dívida em circulação classificados ao custo amortizado é mensurado utilizando fluxos de caixa descontados.
- Os justos valores de contas de cliente de passivos de depósitos, outros ativos e outros passivos são estimados usando fluxos de caixa descontados, aplicando taxas de mercado, quando possível, ou taxas oferecidas pela Sociedade na data relevante para depósitos com prazos remanescentes semelhantes. Nos casos em que se usam taxas de mercado, não são feitos ajustamentos relativos à margem de crédito da contraparte.
- A quantia escriturada da caixa e depósitos junto do Banco Central é uma aproximação razoável do justo valor devido ao prazo curto destes ativos.

80/02
80/03
R/L

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro seguinte mostra o justo valor estimado, nos Níveis 1, 2 e 3, dos ativos e passivos não detidos ao justo valor na Demonstração da Posição Financeira. Os números apresentados abaixo não foram auditados.

	31 de dezembro de 2017		Justo valor estimado		
	Valor escriturado	Justo valor estimado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	14.589.546	14.589.546	14.589.546	-	-
Crédito sobre bancos	7.264.565	7.264.298	-	7.264.298	-
- do qual: entre sociedades do Grupo	3.754.729	3.754.729	-	3.754.729	-
Crédito sobre clientes	17.676.175	17.567.090	-	-	17.567.090
- do qual: entre sociedades do Grupo	12.998	12.998	-	-	12.998
Outros ativos financeiros	3.319.441	3.319.440	-	-	3.319.440
Total de ativos financeiros	42.849.727	42.740.374	14.589.546	7.264.298	20.886.530

	31 de dezembro de 2017		Justo valor estimado		
	Valor escriturado	Justo valor estimado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Passivo					
Depósitos de bancos	7.134.623	7.106.013	-	7.106.013	-
Contas de clientes	26.192.250	26.087.219	-	26.087.219	-
Outros passivos financeiros	4.798.265	4.779.024	-	3.033.527	1.745.497
Total de passivos financeiros	38.125.138	37.972.256	-	36.226.759	1.745.497

	31 de dezembro de 2016		Justo valor estimado		
	Valor escriturado	Justo valor estimado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	16.423.472	16.423.472	16.423.472	-	-
Crédito sobre bancos	7.487.475	7.246.793	-	7.246.793	-
- do qual: entre sociedades do Grupo	5.161.227	5.006.390	-	5.006.390	-
Crédito sobre clientes	14.081.109	13.465.092	-	-	13.465.092
- do qual: entre sociedades do Grupo	13.238	12.841	-	-	12.841
Outros ativos financeiros	3.148.834	3.049.822	-	476.513	2.573.310
Total de ativos financeiros	41.140.889	40.185.179	16.423.472	7.723.306	16.038.402
Passivo					
Depósitos de bancos	7.695.263	7.637.826	-	7.637.826	-
Contas de clientes	24.065.741	23.886.118	-	23.886.118	-
Outros passivos financeiros	5.147.547	5.109.126	-	581.676	4.527.450
Total de passivos financeiros	36.908.551	36.633.070	-	32.105.620	4.527.450

81/ok
81/99
M

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19. Instrumentos financeiros derivados

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Valor	Justo valor		Valor	Justo valor	
	nacional			nacional		
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados detidos para negociação	88.138.081	1.600.257	1.667.005	65.605.141	2.147.168	2.182.385
Instrumentos derivados detidos para gestão de riscos	179.895	3.344	-	158.115	-	9.576
Total	88.317.976	1.603.601	1.667.005	65.763.256	2.147.168	2.191.961
 Instrumentos derivados - negociação						
Câmbios	44.090.480	1.184.186	1.234.144	51.448.287	1.832.730	1.844.758
- <i>Mercado de balcão</i>	44.090.480	1.184.186	1.234.144	51.448.287	1.832.730	1.844.758
- <i>Mercado organizado</i>	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juro	43.329.277	411.499	419.563	13.480.405	299.542	314.627
- <i>Mercado de balcão</i>	43.329.277	411.499	419.563	13.480.405	299.542	314.627
- <i>Mercado organizado</i>	-	-	-	-	-	-
Capital	491.012	3.833	3.833	415.580	7.820	7.891
- <i>Mercado de balcão</i>	491.012	3.833	3.833	415.580	7.820	7.891
- <i>Mercado organizado</i>	-	-	-	-	-	-
Crédito	204.202	-	8.726	237.014	88	8.122
Mercadorias	23.110	739	739	23.855	6.988	6.987
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	88.138.081	1.600.257	1.667.005	65.605.141	2.147.168	2.182.385

Ver na Nota 17 – “Gestão de riscos” mais elementos sobre a forma como a Sociedade usa instrumentos financeiros derivados como parte integrante das suas políticas e procedimentos de gestão de riscos.

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Valor	Justo valor		Valor	Justo valor	
	nacional			nacional		
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Instrumentos derivados detidos para gestão de riscos						
<i>Tipo de instrumento:</i>						
Câmbios	179.895	3.344	-	158.115	-	9.576
Total	179.895	3.344	-	158.115	-	9.576

82/07
88/07
D21

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade tem uma cobertura para os investimentos líquidos com vista a reduzir o seu risco cambial das sucursais cuja moeda funcional é o EUR. Os contratos de cobertura são renovados de 3 em 3 meses no vencimento e os ganhos ou perdas dos contratos são reconhecidos na reserva de justo valor e serão levados à Demonstração de Resultados aquando da alienação dos investimentos.

20. Títulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento são compostos essencialmente por títulos de emitentes públicos.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	\$000	\$000
Detidos até ao vencimento	6.691	7.996
Disponíveis para venda	2.880.640	3.056.092
Total de títulos da carteira de investimento	2.887.331	3.064.088
<hr/>		
(a) Detidos até ao vencimento		
Obrigações de emitentes privados	6.691	7.996
Total	6.691	7.996
<hr/>		
(b) Títulos da carteira de investimento disponíveis para venda		
Obrigações de emitentes públicos	2.416.804	2.618.713
Obrigações de emitentes privados	415.665	402.351
Subtotal	2.832.469	3.021.064
<hr/>		
Títulos de capital mensurados ao justo valor	48.171	35.028
Total de títulos da carteira de investimento disponíveis para venda	2.880.640	3.056.092
<hr/>		

83/07
83/09
2014

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21. Ativos fixos tangíveis

	Benfeitorias em imóveis arrendados \$000	Veículos, mobiliário e equipamento \$000	Total \$000
Custos			
Em 1 de janeiro de 2016	15.413	25.743	41.156
Adições da fusão	30.128	797.954	828.082
Adições	8.345	72.434	80.779
Alienações	(3.630)	(129.470)	(133.100)
Abates	(1.865)	(3.882)	(5.747)
Câmbios	(1.382)	(126.389)	(127.771)
Em 31 de dezembro de 2016	47.009	636.390	683.399
Adições	6.157	34.081	40.238
Aquisições	689	1.780	2.469
Alienações	(7.224)	(650.820)	(658.044)
Abates	(481)	(1.048)	(1.529)
Câmbios	5.804	61.202	67.006
Em 31 de dezembro de 2017	51.954	81.585	133.539
Reintegrações			
Em 1 de janeiro de 2016	10.034	18.610	28.644
Adições da fusão	10.084	647.914	657.998
Dotação do exercício	5.800	42.457	48.257
Alienações	(3.397)	(79.698)	(83.095)
Abates	(1.660)	(3.316)	(4.976)
Câmbios	(1.648)	(105.857)	(107.505)
Em 31 de dezembro de 2016	19.213	520.110	539.323
Dotação do exercício	5.760	30.312	36.072
Aquisições	-	43	43
Alienações	(5.504)	(548.618)	(554.122)
Abates	(239)	(221)	(460)
Câmbios	3.204	52.404	55.608
Em 31 de dezembro de 2017	22.434	54.030	76.464
Valor contabilístico líquido			
Em 31 de dezembro de 2017	29.520	27.555	57.075
Em 31 de dezembro de 2016	27.797	116.280	144.076

84/
84/99
D/R

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não houve custos de financiamentos obtidos capitalizados relacionados com a aquisição de imobilizado corpóreo durante o exercício (2016: \$0).

22. Ativos fixos intangíveis

	Goodwill \$ 000	Software \$ 000	Outro ativos fixos intangíveis \$ 000	Total \$ 000
Custos				
1 de janeiro de 2016	-	169.075	10.846	179.921
Adições da fusão	49.669	651.032	23.507	724.208
Adições	-	104.213	-	104.213
Alienações	-	(103.726)	-	(103.726)
Abates	-	(1.180)	-	(1.180)
Câmbios	<u>(7.442)</u>	<u>(108.332)</u>	<u>(1.075)</u>	<u>(116.849)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>42.227</u>	<u>711.082</u>	<u>33.278</u>	<u>786.587</u>
Adições	-	19.106	-	19.106
Alienações	-	(638.600)	-	(638.600)
Abates	-	(1.315)	338	(977)
Câmbios	<u>5.546</u>	<u>59.285</u>	<u>1.297</u>	<u>66.128</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u><u>47.773</u></u>	<u><u>149.558</u></u>	<u><u>34.913</u></u>	<u><u>232.244</u></u>
Amortizações e perdas por imparidade				
1 de janeiro de 2016	-	78.763	1.694	80.457
Adições da fusão	28.183	334.103	23.507	385.793
Amortizações	-	113.376	1.132	114.508
Alienações	-	(83.262)	(11)	(83.273)
Abates	-	(640)	-	(640)
Câmbios	<u>(3.718)</u>	<u>(64.374)</u>	<u>(848)</u>	<u>(68.940)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>24.465</u>	<u>377.966</u>	<u>25.474</u>	<u>427.905</u>
Amortizações	-	68.000	1.164	69.164
Alienações	-	(406.692)	-	(406.692)
Abates	-	659	338	997
Câmbios	<u>2.702</u>	<u>35.006</u>	<u>309</u>	<u>38.017</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u><u>27.167</u></u>	<u><u>74.939</u></u>	<u><u>27.285</u></u>	<u><u>129.391</u></u>
Valor escriturado líquido				
Em 31 de dezembro de 2017	<u>20.606</u>	<u>74.619</u>	<u>7.628</u>	<u>102.853</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>17.762</u>	<u>333.116</u>	<u>7.804</u>	<u>358.682</u>

Para efeitos de testar o *goodwill* em termos de imparidade, a Sociedade determina o valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa com base no valor em uso e uma análise do valor recuperável por parte da Administração. O valor recuperável é determinado recorrendo a um modelo baseado no método dos fluxos de caixa descontados. As projeções de fluxos de caixa baseiam-se em planos de negócio aprovados pela Administração e que cobrem um período de cinco anos ou prazos mais longos, se tal for considerado adequado pela Administração.

Foram imputadas *goodwill* aos Países Baixos e ao Reino Unido. As projeções de fluxos de caixa relativas aos Países Baixos (negócios de custódia direta e compensação) cobrem um período de dez anos e as projeções relativas ao Reino Unido (negócio de gestão de fundos) cobrem um período de cinco anos de fluxos de caixa descontados da atividade de mercados e títulos com base na avaliação da Administração.

CITIBANK EUROPE PLC

85/ok
85/ok
31

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os fluxos de caixa usados para estimar as projeções dos lucros operacionais refletem a avaliação corrente de mercado do risco das unidades geradoras de caixa. Os lucros operacionais representam os lucros operacionais constantes dos planos de negócio aprovados pela Administração e, como tal, refletem as melhores estimativas dos lucros futuros com base tanto na experiência histórica, como nas taxas de crescimento esperadas.

A taxa de desconto utilizada para estimar os fluxos de caixa dos Países Baixos é a EURIBOR. A taxa de desconto utilizada para estimar os fluxos de caixa do negócio de gestão de fundos do Reino Unido baseia-se numa análise de sociedades comparáveis e em dados de mercado relevantes. A média de 10 anos dos títulos do tesouro a 10 anos do Reino Unido é usada como taxa de juro sem risco e a volatilidade do preço das ações de sociedades comparáveis é usada como taxa de risco de mercado. As principais premissas refletem a experiência passada ou, se adequado, tomam em consideração fontes de informação externas.

Não se verificaram sinais de imparidade decorrentes da análise do *goodwill* para os Países Baixos e para o Reino Unido. Um resumo da afetação do *goodwill* entre as unidades é apresentado seguidamente:

Unidade geradora de caixa	Goodwill \$000	Taxa de crescimento	Taxa de desconto 2017	Taxa de desconto 2016
Grupo de Clientes Institucionais				
- Países Baixos (negócios de custódia direta e compensação)	13.733	-3%	-0,186	-0,083
- Reino Unido (negócio de gestão de fundos)	6.500	-	-	-
- Grécia (negócios de custódia direta e compensação)	372	-3%	-0,186	-0,083

O modelo é sensível a alterações da taxa de crescimento. A taxa de crescimento negativa corresponde a uma avaliação conservadora da Administração da perda de clientes. A plataforma de liquidação Target2-Securities ("T2S") foi lançada em 2016 e, embora os clientes tenham a opção de proceder a autoliquidação, o impacto no negócio é mitigado pela adesão lenta e pela desagregação de tabelas de comissões aplicáveis aos serviços relacionados com ativos fora da T2S.

Os resultados da análise indicaram que não era necessária imparidade para o *goodwill*. A Administração acredita que alterações razoáveis das principais premissas utilizadas para determinar os valores recuperáveis não teriam como consequência situações de imparidade substanciais.

23. Impostos diferidos

Os movimentos na rubrica de impostos diferidos foram os seguintes:

	Saldo em 1 de janeiro de 2017 \$000	Reconhecido na Demonstração de Resultados \$000	Reconhecido em outro rendimento integral \$000	Saldo em 31 de dezembro de 2017 \$000
Reintegração acelerada para efeitos fiscais / dedução do Grupo	279 960	(15 344)	-	264 616
Titulos disponíveis para venda	(12 726)	-	10 613	(2 113)
Pensões e outras prestações por reforma	49 980	(21 054)	1.027	29.953
Provisões para perdas do crédito	1.520	-	-	1.520
Prejuízos fiscais reportados	116	-	-	116
Outras diferenças temporárias	17.118	(9.515)	-	7.603
Conversão cambial	(45 987)	-	30.948	(15.039)
Total de impostos diferidos	289.981	(45.913)	42.588	286.656
- do qual: ativos por impostos diferidos				304.740
- do qual: passivos por impostos diferidos				18.084

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

86/ax
BLR99
Shl

	Saldo em 1 de janeiro de 2016 \$000	Transferência devido a concentrações de atividades \$000	Reconhecido na Demonstração de Resultados \$000	Reconhecido em outro rendimento integral \$000	Saldo em 31 de dezembro de 2016 \$000
Reintegração acelerada para efeitos fiscais / dedução do Grupo	3.500	254.560	21.900	-	279.960
Títulos disponíveis para venda Pensões e outras prestações por reforma	(4.833)	700	-	(8.593)	(12.726)
Provisões para perdas do crédito	1.520	-	-	-	1.520
Prejuízos fiscais reportados	116	-	-	-	116
Outras diferenças temporárias	2.384	16.280	(1.546)	-	17.118
Conversão cambial	-	6.500	-	(52.487)	(45.987)
Total de impostos diferidos	2.687	316.520	20.354	(49.580)	289.981

24. Outros ativos

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Valores a receber de operações de liquidação regular ainda não liquidadas	254.984	1.328.580
Linhos de compensação para liquidação	563.053	646.827
Valores a receber de contas de margem	621.235	493.637
Negociação de crédito em mercado secundário	1.873.477	679.789
Outros saldos	475.596	321.810
	3.788.345	3.470.643

Os valores a receber de operações de liquidação regular (“regular-way trades”) ainda não liquidadas e de saldos de negociação de crédito em mercado secundário correspondem a valores a receber de curto prazo relativos a papel comercial europeu ou outras operações com títulos de negociação e a liquidação verifica-se entre dois e três dias depois da data da operação.

As linhas de compensação para liquidação decorrem do cronograma de operações de curto prazo entre o ponto de financiamento e o prazo de liquidação no negócio de serviços transacionais da Sociedade. Os outros saldos representam valores a receber e outros ativos financeiros registados.

25. Participações em subsidiárias

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Início do período	14.876	1.378
Aumento devido à fusão	-	14.876
Alienação	(701)	(1.378)
Fim do período	14.175	14.876

87/12

87/99

87/

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade tem uma participação na seguinte subsidiária:

Nome	País de constituição	Natureza da atividade	Termo do exercício	Sede	Percentagem de participação
CitiCapital Leasing (March) Limited	Inglaterra	Locação financeira	31 de março	Reino Unido	100%

Na sequência da fusão com o CIL em 1 de janeiro de 2016, as 17 subsidiárias designadas do CIL também se tornaram subsidiárias da Sociedade.

26. Títulos de dívida em circulação

Historicamente, a Sociedade emitiu dívida para efeitos de mitigação de riscos. Estes instrumentos estavam cotados na Bolsa de Valores da Irlanda. A última emissão em circulação venceu-se em 12 de abril de 2017.

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Designados ao justo valor através dos resultados (no reconhecimento inicial)	-	71
Total de títulos de dívida	-	71

27. Provisões

As provisões registadas para reestruturação dizem respeito, em grande medida, a indemnizações por despedimento. São devidas indemnizações por despedimento quando o contrato de trabalho é rescindido antes da idade normal de reforma ou quando um empregado aceita uma rescisão por mútuo acordo em troca de uma indemnização.

As provisões para custos de imóveis dizem essencialmente respeito a provisões para contratos onerosos. São registadas provisões para contratos onerosos quando os custos inevitáveis para cumprir a obrigação ao abrigo do contrato excedem os benefícios económicos esperados do mesmo, tendo primeiro em conta a imparidade do ativo fixo tangível.

São registadas provisões para compromissos e garantias concedidas para o crédito firme, em que a Sociedade tem uma obrigação contratual de mutuar fundos a clientes, ou para compromissos contratuais não registados no Balanço.

São reconhecidas provisões quando existe uma obrigação presente em consequência de um acontecimento passado, se for provável que seja necessária uma saída de recursos que se traduza em benefícios económicos para liquidar a obrigação e se se puder proceder a uma estimativa fiável do valor da obrigação. As provisões são mensurados ao valor atual da melhor estimativa da Administração para os custos necessários para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

CITIBANK EUROPE PLC

88/ax
88/xx
SL

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Provisão para reestruturação \$ 000	Provisão para custos com imóveis \$ 000	Outras provisões \$ 000	Compromissos e garantias \$ 000	Total \$ 000
31 de dezembro de 2017					
Saldo inicial	15.742	1.837	3.853	33.987	55.419
Aumento / redução devido à concentração de atividades	-	-	-	-	-
Provisões feitas durante o exercício	10.949	2.994	3.073	50.980	67.996
Provisões utilizadas durante o exercício	(7.551)	(2.740)	(529)	-	(10.820)
Provisões estornadas durante o exercício	(10.550)	(125)	(1.331)	(7.530)	(19.536)
Ajustamentos cambiais	549	(41)	6	-	514
Outros movimentos	141	(12)	183	-	312
Saldo final	9.280	1.913	5.255	77.437	93.885

	Provisão para reestruturação \$ 000	Provisão para custos com imóveis \$ 000	Outras provisões \$ 000	Compromissos e garantias \$ 000	Total \$ 000
31 de dezembro de 2016					
Saldo inicial	3.149	379	1.761	12.924	18.213
Aumento / redução devido à concentração de atividades	238	1.041	14.968	26.047	42.294
Provisões feitas durante o exercício	24.660	980	655	2.984	29.279
Provisões utilizadas durante o exercício	(11.251)	(24)	(2.459)	-	(13.734)
Provisões estornadas durante o exercício	(2.628)	(552)	(10.890)	(8.592)	(22.662)
Ajustamentos cambiais	(112)	(8)	(519)	(24)	(663)
Outros movimentos	1.686	21	337	648	2.692
Saldo final	15.742	1.837	3.853	33.987	55.419

89/ax
82149
ShU

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28. Outros passivos

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Outros passivos		
Valores a pagar	3.672.983	3.593.985
Obrigações relacionadas com contas de margem	889.267	648.422
Vendas a descoberto	287.231	204.850
Obrigações por reforma (Nota 14)	239.622	198.526
Outros passivos	<u>471.754</u>	<u>551.545</u>
Total de outros passivos	<u>5.560.857</u>	<u>5.197.328</u>

As contas a pagar dizem essencialmente respeito a obrigações decorrentes do negócio de serviços transacionais da Sociedade. Os outros saldos incluem valores a pagar a outras instituições financeiras, empresas e outras entidades do Grupo, essencialmente relacionados com participações de risco pré-pago, rubricas em curso de liquidação e obrigações relacionadas com contas de margem. A liquidação destas contas é de curto prazo por natureza, os saldos podem flutuar dependendo da atividade comercial subjacente.

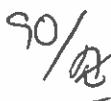
As obrigações decorrentes de contas de margem refletem a obrigação de a Sociedade devolver colateral aos clientes no momento da liquidação por estes de pedidos de margem quando esses pedidos são efetuados.

As vendas a descoberto representam valores a pagar decorrentes de vendas a descoberto, em que são vendidos títulos e instrumentos do mercado monetário que ainda não se têm no momento da operação.

29. Operações descontinuadas e ativos e passivos disponíveis para venda

Em março de 2017, a sucursal na Hungria relatou ganhos no valor de \$20,4 milhões relativos à venda do seu segmento de crédito ao consumo.

Em consonância com a política da Sociedade relativa a "ativos não correntes disponíveis para venda e operações descontinuadas", os resultados do crédito a particulares na Hungria são atualmente mostrados como operações descontinuadas nas demonstrações financeiras da Sociedade.





CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro seguinte mostra a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativos às operações descontinuadas.

A. Demonstração de Resultados

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	\$000	\$000
Resultados de operações descontinuadas		
Total de proveitos	7.900	60.393
- dos quais: proveitos de juros	7.546	39.211
- dos quais: resultados de comissões	354	13.067
Total de custos	(17.202)	(52.532)
- dos quais: custos de juros	(116)	(48)
- dos quais: custos com o pessoal	2.190	(21.784)
Recuperações de crédito líquidas	(69)	11.780
Ganhos da venda da operação descontinuada	21.068	19.404
Lucros antes de impostos	<u>11.697</u>	<u>39.045</u>
(Custos)/créditos de impostos	(1.374)	(4.847)
Total de outro rendimento/(custo) integral do exercício	<u>10.323</u>	<u>34.198</u>

O total de proveitos representa a soma dos proveitos de juros, resultados de comissões, proveitos de dividendos, resultados de operações financeiras, resultados de participações e outros proveitos operacionais.

B. Fluxos de Caixa e Demonstração da Posição Financeira

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	\$000	\$000
Fluxos de caixa de (usados na) operação descontinuada		
Caixa líquida de atividades operacionais	-	102.514
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	-	102.514

91/AC
91/99
81.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro seguinte mostra os ativos e passivos em relação aos ativos disponíveis para venda no exercício de 2017.

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Demonstração da Posição Financeira		
Ativo		
Crédito sobre clientes	-	185.505
Ativos por impostos diferidos	-	382
Outros ativos	-	8.502
Total do ativo	-	194.389
Passivo		
Contas de clientes	-	621.087
Passivos por impostos diferidos	-	-
Outros passivos	-	18.244
Total do passivo	-	639.331

30. Capital social realizado

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
5.000.000.000 ações ordinárias de €1 cada	4.691.500	4.691.500

Atribuído, solicitado e integralmente pago

Saldo inicial: 9.741.290 (2016: 9.318.254) ações ordinárias de €1 cada	10.532	10.071
Emissão de ações ordinárias	-	461
Saldo final 9.741.290 (2016: 9.741.290) ações ordinárias de €1 cada	10.532	10.532

Prémios de emissão

Saldo inicial	1.962.747	1.593.607
Da emissão de ações ordinárias	-	369.140
Saldo final	1.962.747	1.962.747

Em 1 de janeiro de 2016, a Sociedade, como parte integrante da fusão com o Citibank International Limited (“CIL”), emitiu mais 423.036 ações ordinárias com um valor de €1 cada, a título de parte da contrapartida devida ao Citi Overseas Holdings Bahamas Limited (“COHBL”), que utilizou essas ações como entrada no Citibank Holding Ireland Limited (“CHIL”). No atual período de relato, não foram emitidas mais ações.

31. Planos de incentivos baseados em ações

Como parte do seu programa de remuneração, a Sociedade participa em alguns planos de incentivos baseados em ações do Citigroup. Estes planos envolvem a concessão de opções sobre ações, ações sujeitas a restrições ou diferimento e pagamentos em ações. Estes bónus são usados para atrair, reter e motivar os quadros e os empregados e dar-lhes incentivos para o seu contributo para a performance e o crescimento da Sociedade no longo prazo, bem como alinhar os seus interesses com os dos acionistas. Os programas de incentivos são geridos pela Comissão de Pessoal e Remunerações do

92/xx

92/99

31.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conselho de Administração do Citigroup Inc., que é composta integralmente por Administradores sem o estatuto de assalariados.

No programa de concessão de ações, o Citigroup emite ações ordinárias sob a forma de ações sujeitas a restrições, ações sujeitas a diferimento e pagamentos em ações. Para todos os programas de concessão de ações, durante o período de cristalização aplicável, as ações não são emitidas a favor do empregado (no caso de concessão de ações sujeitas a diferimento) ou não podem ser vendidas nem transmitidas pelos participantes (no caso de ações sujeitas a restrições) até que as condições para cristalização estejam preenchidas. As pessoas que recebem ações sujeitas a diferimento não têm nenhuns dos direitos dos acionistas até que as ações lhes sejam entregues, mas em geral têm o direito de receber pagamentos equivalentes a dividendos durante o período de cristalização. As pessoas que recebem ações sujeitas a restrições têm direitos de voto limitados e o direito a receber dividendos ou pagamentos equivalentes a dividendos durante o período de cristalização. Depois de as ações se cristalizarem, podem ser transmitidas livremente, mas no caso de determinados empregados, podem estar sujeitas a restrições quanto à transmissão devido aos seus termos ou compromissos de manter a sua titularidade.

(a) Programa de concessão de ações

A Sociedade participa no Programa de Acumulação de Capital ("PAC") do Citigroup, ao abrigo do qual são concedidas ações ordinárias do Citigroup aos empregados participantes, sob a forma de ações sujeitas a restrições ou diferimento.

Em geral, as ações sujeitas a restrições ou a diferimento concedidas ao abrigo do PAC constituem uma percentagem da remuneração anual a título de incentivo e cristalizam-se ao longo de um período de três ou quatro anos com início no primeiro aniversário da data de concessão ou numa data próxima. Geralmente, é necessário manter o emprego no Citigroup sem interrupções para que as ações concedidas ao abrigo do PAC e de outros programas de concessão de ações se cristalizem.

O programa prevê que os empregados que preencham determinados critérios em termos de idade e anos de serviço (empregados elegíveis para reforma) podem cessar os seus serviços ativos e continuar a beneficiar da cristalização dos seus bónus, desde que cumpram determinadas disposições específicas em termos de não concorrência. Os bónus concedidos a empregados elegíveis para reforma são objeto de acréscimo no ano anterior à data da concessão da mesma maneira que os bónus em dinheiro, de forma que na prática não existem condições para cristalização.

Para todos os programas de concessão de ações, durante o período de cristalização aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas nem transmitidas pelo empregado e o bónus fica sujeito a cancelamento se o contrato de trabalho do participante cessar. Depois de o bónus se cristalizar, as ações são livremente transmissíveis (sujeito ao compromisso de manter a sua titularidade, por parte dos quadros superiores). A partir da data da concessão, os empregados que recebam ações sujeitas a restrições podem determinar o sentido de voto das ações e receber dividendos regulares, na medida em que sejam pagos dividendos sobre as ações ordinárias do Citigroup. Os empregados que recebam ações sujeitas a diferimento recebem pagamentos equivalentes a dividendos, na medida em que sejam pagos dividendos sobre as ações ordinárias do Citigroup, mas não podem votar.

As informações relativas aos bónus de ações concedidos no exercício são as seguintes:

	2017	2016
Ações concedidas	163.116	258.105
Justo valor de mercado médio ponderado por ação	\$59,56	\$37,35
	\$000	\$000
Custos de compensação debitados em proveitos	9.801	14.584
Ajustamentos de justo valor registados no capital	2.511	(135)
Total da quantia escriturada de passivos por operações liquidadas em capital	22.920	22.051

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2017 \$ milhões	2016 \$ milhões
<u>Concessão de ações</u>		
Concedidas em 2017	8,5	-
Concedidas em 2016	1,4	9,7
Concedidas em 2015	0,7	1,9
Concedidas em 2014	0,2	0,7
Concedidas em 2013	0,0	0,2
Concedidas em 2012 e anos anteriores	-	0,0
 <u>Acréscimos de caixa</u>	 -	 2,0
 Total de custos	 9,8	 14,5

(a) Programa de opções sobre ações

Historicamente, a Sociedade ofereceu vários programas de opções sobre ações do Citigroup aos seus empregados. Só foram concedidas opções sobre ações a participantes no PAC que tenham optado por receber opções sobre ações em vez de ações sujeitas a restrições ou diferimento. Todas as opções sobre ações são concedidas sobre ações ordinárias do Citigroup com preços de exercício iguais ao justo valor de mercado na data da concessão.

Desde 2009, a Sociedade fez concessões discricionárias de opções a empregados elegíveis de acordo com o Programa de Concessão de Opções a Empregados do Citigroup (“PCOEC”) de base alargada, ao abrigo do Plano de Incentivos em Ações do Citigroup. Ao abrigo do PCOEC, as opções em geral cristalizam-se durante um prazo de três anos e têm prazos de 6 anos a contar da data da sua concessão. As ações adquiridas na sequência do exercício das opções não estão sujeitas a restrições de venda.

Os movimentos nas opções sobre ações em 2017 e 2016 relativos ao programa de opções sobre ações do Citigroup foram os seguintes:

	2017	2016		
	Opções	Preço de exercício médio ponderado \$	Opções	Preço de exercício médio ponderado \$
Em curso, início do exercício	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Expiradas	-	-	-	-
Em curso, fim do exercício	-	-	-	-
 Exercitáveis, fim do exercício	 -	 -	 -	 -

A Sociedade não reportou nenhuma opção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

CITIBANK EUROPE PLC

94/02
94/99
82

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Premissas quanto ao justo valor

As operações de recarga foram tratadas como bónus separados dos bónus originais relacionados. A consequência deste programa é que os empregados geralmente exercem as opções logo que podem e, por conseguinte, as mesmas têm vidas esperadas mais curtas. As vidas mais curtas têm como resultado avaliações menores usando um modelo binomial de opções. No entanto, estes valores são levados a custos mais depressa devido ao período de cristalização mais curto das opções de recarga. Além disso, dado que as opções de recarga são tratadas como bónus separados, a existência da característica de recarga leva a que um maior número de opções seja avaliado.

As ações recebidas através do exercício de opções ao abrigo do programa de recarga, assim como determinadas outras opções concedidas, estão sujeitas a restrições à venda. Foram aplicados descontos ao justo valor de opções concedidas para refletir estas restrições à venda.

Apresentamos seguidamente mais informações sobre a avaliação e as premissas do plano de opções do Citigroup. O Citigroup usou um modelo binomial para avaliar as suas opções sobre ações. A volatilidade foi estimada com base na volatilidade histórica das opções do Citigroup transacionadas, ajustada no caso de fatores conhecidos que podem afetar a volatilidade futura.

	2017	2016
Justo valor médio ponderado no fecho do exercício das opções concedidas durante o exercício	N/A	N/A
Vida média esperada ponderada		
Vida da opção	<u>Todas expiradas</u>	<u>Todas expiradas</u>
Premissas de avaliação		
Volatilidade esperada	N/A	N/A
Taxa de juro sem risco	N/A	N/A
Rendibilidade esperada de dividendos	N/A	N/A
Cancelamentos anuais esperados	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>

32. Contas extrapatrimoniais

Os quadros que se seguem apresentam os valores nominais do capital e os valores ponderados pelo risco das contas extrapatrimoniais. Os valores nominais do capital indicam o volume de operações em curso à data da Demonstração da Posição Financeira e não representam os valores em risco.

	Valor contratual 31 de dezembro de 2017 \$000	Valor contratual 31 de dezembro de 2016 \$000
Linhas de crédito não sacadas	21.167.806	19.109.697
Outros compromissos:		
- inferiores a 1 ano	12.090.077	13.209.722
- iguais ou superiores a 1 ano	4.881.769	3.805.188
Total	<u>38.139.652</u>	<u>36.124.607</u>

95/ok

95/94

BPL

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os outros compromissos dizem essencialmente respeito ao segmento de negociação na Irlanda. A Sociedade tinha uma provisão para imparidade coletiva no valor de \$77,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 (2016: \$33,9 milhões), a respeito dos seus compromissos.

33. Envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas

Natureza, fim e extensão dos interesses da Sociedade em entidades estruturadas não consolidadas

A Sociedade envolve-se em diversas atividades comerciais com entidades estruturadas que são concebidas para alcançar um determinado fim comercial específico. Uma entidade estruturada é uma entidade criada de forma que os direitos de voto ou direitos semelhantes não sejam o fator dominante para decidir quem controla a entidade. Um exemplo desta situação é quando os direitos de voto dizem exclusivamente respeito a tarefas administrativas e as atividades relevantes são desenvolvidas ao abrigo de acordos contratuais.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre a Sociedade e as entidades estruturadas indica que estas últimas são controladas pela Sociedade. As entidades cobertas por esta divulgação não são consolidadas porque a Sociedade não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão dos interesses da Sociedade em entidades estruturadas não consolidadas varia em função do tipo de entidade estruturada.

Financiamento baseado em ativos

A Sociedade concede empréstimos e outras formas de financiamento a entidades estruturadas que detêm ativos. Estes empréstimos estão sujeitos à mesma aprovação de crédito que todos os outros empréstimos originados ou comprados pela Sociedade.

A Sociedade não tem o poder de dirigir as atividades com maior impacto na performance económica dessas entidades estruturadas e, por conseguinte, não as consolida. Estes veículos são normalmente financiados através de sindicatos de mutuários.

O quadro seguinte contém uma análise da quantia escriturada dos interesses detidos pela Sociedade em entidades estruturadas não consolidadas e a exposição máxima a perdas. Todas as exposições estão incluídas no crédito sobre clientes e estão financiadas.

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Quantia escriturada		
Financiamento baseado em ativos	994.840	1.012.860
Total	<u>994.840</u>	<u>1.012.860</u>

A exposição que figura acima é composta por 32 entidades (2016: 32) com um ativo total de entidades de finalidade especial no valor de \$4.246 milhões (2016: \$3.980 milhões) e compromissos suplementares no valor de \$1 milhão (2016: \$3 milhões).

Durante o exercício, a Sociedade não deu apoio financeiro a entidades estruturadas não consolidadas e atualmente não tem a intenção de dar apoio financeiro ou de outra natureza a entidades estruturadas não consolidadas nem de as ajudar a obter apoio financeiro.

A exposição máxima financiada representa a quantia escriturada no Balanço do investimento da Sociedade nas entidades estruturadas. Reflete a quantia inicial investida nas entidades estruturadas ajustada em função de acréscimos de juros e reembolsos de capital recebidos. A quantia escriturada também pode ser ajustada em função de aumentos ou reduções no justo valor ou imparidades no valor reconhecidos na Demonstração de Resultados. A exposição máxima de posições não financiadas representa o montante remanescente não sacado, incluindo facilidades de liquidez e crédito concedidas pela Sociedade.

CITIBANK EUROPE PLC

26/08
07/09
32

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

34. Compromissos relativos a locações operacionais

	31 de dezembro de 2017 \$000	31 de dezembro de 2016 \$000
Vencimento:		
- até 1 ano	8.515	7.826
- entre 1 e 5 anos	15.533	12.831
- 5 ou mais anos	3.470	994
	<hr/> 27.518	<hr/> 21.651

35. Operações com partes relacionadas

A Sociedade é uma subsidiária integralmente detida pelo Citibank Holdings Ireland Limited, uma sociedade constituída na Irlanda. O maior grupo em que os resultados da Sociedade são consolidados é encabeçado pelo Citigroup Inc., uma sociedade constituída nos Estados Unidos. A Sociedade define as partes relacionadas como sendo os membros do Conselho de Administração, a alta direção, os seus familiares próximos, as casas-mãe, as sociedades subsidiárias e as sociedades associadas. A Sociedade considera que o seu principal órgão de administração é o Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2017, não havia exposição a Administradores pendente, incluindo empréstimos (2016: \$0).

São celebradas algumas operações em termos de mercado com outras sociedades do Citigroup. Estas operações incluem empréstimos e depósitos que proporcionam fundos a outras sociedades do Citigroup, bem como contratos de instrumentos derivados usados para cobrir riscos residuais incluídos nos saldos de outros ativos e de outros passivos. São prestados vários serviços entre partes relacionadas, sendo estes também prestados em termos de mercado. O quadro seguinte resume os saldos com partes relacionadas.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

97/xc
97/99
BR

	31 de dezembro de 2017		
	Entidades da casas-mãe \$000	Outras entidades do Citigroup \$000	Total \$000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.165.464	3.165.464
Crédito sobre bancos	-	3.754.729	3.754.729
Crédito sobre clientes	-	12.998	12.998
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	-	-
Outros ativos	-	132.390	132.390
Instrumentos derivados	-	616.190	616.190
Passivo			
Depósitos de bancos	-	6.134.311	6.134.311
Contas de clientes	-	249.722	249.722
Acréscimos e diferimentos de proveitos	-	-	-
Provisões	-	-	-
Outros passivos	-	223.571	223.571
Instrumentos derivados	-	1.213.382	1.213.382
Compromissos e garantias	-	371.521	371.521
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	31.873	31.873
Juros a pagar	-	-	-
Resultados de comissões	-	221.934	221.934
Outros proveitos operacionais	-	377.311	377.311
Resultados de operações financeiras	-	611.449	611.449
Outros custos	-	(149.703)	(149.703)

98/R
98/99
ZL

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2016		
	Entidades da casas-mãe \$000	Outras entidades do Citigroup \$000	Total \$000
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.017.617	4.017.617
Crédito sobre bancos	-	5.161.227	5.161.227
Crédito sobre clientes	-	13.238	13.238
Adiantamentos e acréscimos de proveitos	-	-	-
Outros ativos	-	1.288.752	1.288.752
Instrumentos derivados	-	1.116.719	1.116.719
Passivo			
Depósitos de bancos	-	6.089.302	6.089.302
Contas de clientes	-	557.644	557.644
Acréscimos e diferimentos de proveitos	-	-	-
Provisões	-	18.275	18.275
Outros passivos	-	190.763	190.763
Instrumentos derivados	-	1.116.719	1.116.719
Compromissos e garantias			
Demonstração de Resultados			
Proveitos de juros e proveitos equiparados	-	35.569	35.569
Juros a pagar	-	(12.169)	(12.169)
Resultados de comissões	-	330.314	330.314
Outros proveitos operacionais	-	273.010	273.010
Resultados de operações financeiras	-	(213.921)	(213.921)
Outros custos	-	(174.548)	(174.548)

36. Reservas

A natureza dos saldos de reservas apresentados na Demonstração de Variações nos Capitais Próprios é descrita abaixo:

Reserva de conversão

A reserva de conversão representa os ganhos e perdas acumulados decorrentes da conversão dos investimentos líquidos da Sociedade em operações no estrangeiro, excluindo a eventual ineficácia de instrumentos derivados de cobertura de investimentos. Os ganhos e perdas acumulados nesta reserva são levados à Demonstração de Resultados quando a Sociedade perde o controlo, o controlo comum ou a influência significativa sobre a operação no estrangeiro ou no momento de alienação total ou parcial da operação.

Reserva de justo valor

A reserva de justo valor representa os ganhos ou perdas líquidos não realizados, líquidos de impostos, decorrentes do reconhecimento na Demonstração da Posição Financeira de investimentos financeiros ao justo valor disponíveis para venda.

99/

99/99

BR

CITIBANK EUROPE PLC

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reserva de fundos próprios

A reserva de fundos próprios representa quantias levadas a custos na Demonstração de Resultados relativamente a pagamentos baseados em ações, líquidos de transferências para resultados transitados no exercício, bónus em ações caducados ou cancelados.

Reserva de capital

A reserva de capital representa entradas de capital recebidas das casas-mãe.

Reserva de fusão

A reserva de fusão representa a diferença entre o justo valor e a quantia escriturada e saldos de reservas transferidos decorrentes da fusão com o CIL.

37. Casas-mãe

A Sociedade é uma subsidiária do Citibank Holding Ireland Limited (“CHIL”), uma sociedade constituída na Irlanda.

O maior grupo em que os resultados da Sociedade são consolidados é o Citigroup Inc. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas do Citigroup Inc. são disponibilizadas ao público anualmente de acordo com os regulamentos da Securities and Exchange Commission e podem ser obtidas em http://www.citigroup.com/citi/investor/corporate_governance.html

O grupo mais pequeno em que os resultados da Sociedade são consolidados é o CHIL. Cópias das contas do Grupo são disponibilizadas ao público e podem ser obtidas nos seus escritórios em 1 North Wall Quay, IFSC, Dublin 1.

38. Eventos subsequentes

Em 5 de março de 2018, a Sociedade comprou o negócio de custódia direta e compensação ao Citigroup Global Markets Deutschland AG (“CGMD”) por uma contrapartida de \$33,5 milhões.

39. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018.

Aprovado:

Marcos Faria Braga Gonçalves

100%
100% PLC.

CITIBANK EUROPE PLC

(Registered Number: 132781)

ANNUAL REPORT AND FINANCIAL STATEMENTS

for the year ended 31 December 2017

101/0
101/81.

Table of Contents

BOARD OF DIRECTORS AND OTHER INFORMATION	3
DIRECTORS' REPORT	4
INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC	9
INCOME STATEMENT	14
STATEMENT OF OTHER COMPREHENSIVE INCOME	15
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION	16
STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY	17
STATEMENT OF CASH FLOWS	18
NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS	19
1. Principal accounting policies	19
2. Use of assumptions and estimates	36
3. Net interest income	38
4. Net fee and commission income	39
5. Net trading income	39
6. Net investment income	40
7. Net income from other financial instruments designated at fair value through profit or loss	40
8. Other operating income	40
9. Auditor's remuneration	40
10. Personnel expenses	41
11. Directors' emoluments	41
12. Other expenses	42
13. Tax on profit on ordinary activities	42
14. Retirement benefit obligation	43
15. Notes to the cash flows statement	47
16. Trading assets	47
17. Risk management	48
18. Financial assets and liabilities	70
19. Derivative financial instruments	82
20. Investment securities	83
21. Property and equipment	84
22. Intangible assets	85
23. Deferred tax	86
24. Other assets	87
25. Shares in subsidiaries	87
26. Debt securities in issue	87
27. Provisions	88
28. Other liabilities	89
29. Discontinued operations and asset and liabilities held for sale	89
30. Called up share capital	91
31. Share-based incentive plans	91
32. Contingent liabilities and commitments	94
33. Involvement with unconsolidated structured entities	95
34. Operating lease commitments	95
35. Related party transactions	96
36. Reserves	98
37. Parent companies	98
38. Subsequent Events	98
39. Approval of financial statements	98

102/12

102/12.

BOARD OF DIRECTORS AND OTHER INFORMATION

DIRECTORS

Susan Dean – Chairperson – Non-Executive
Zdenek Turek – Chief Executive Officer
Barry O'Leary -Independent Non-Executive
Bo J. Hammerich – Non-Executive
Breffni Byrne – Independent Non-Executive
Cecilia Ronan – Executive
Deepak Jain – Non-Executive
Ebru Pakcan – Non-Executive (appointed 1st February 2017)
Jeanne Short – Independent Non-Executive (appointed 11th July 2017)
Jim Farrell – Independent Non-Executive
Mary Lambkin – Independent Non-Executive (resigned 29th March 2017)

COMPANY SECRETARY

Deirdre Pepper (resigned 10th February 2017)
Nigel Kemp (appointed 10th February 2017)
Fiona Mahon (appointed 7th September 2017)

REGISTERED OFFICE

1 North Wall Quay, Dublin 1

SOLICITORS

Arthur Cox Solicitors
Earlsfort Centre, Earlsfort Terrace, Dublin 2

A&L Goodbody
International Financial Services Centre, North Wall Quay, Dublin 1

Matheson
70 Sir John Rogersons Quay, Dublin 2

AUDITOR

KPMG
Statutory Auditor and Chartered Accountants
1 Harbourmaster Place, IFSC, Dublin 1

BANKERS

Citibank NA, London Branch
Citigroup Centre, Canada Square,
Canary Wharf, London, E14 5LB

103/xx
103/81.

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT

For the year ended 31 December 2017

The Directors present their report and the annual financial statements of Citibank Europe plc ("the Company" or "CEP") for the year ended 31 December 2017, which have been prepared in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union ("IFRS").

Principal Activities

The Company is headquartered in Dublin and for the year under review had branches across 20 European countries, including one subsidiary. Its ultimate parent is Citigroup Inc. (hereafter referred to as either "Citigroup" or "Citi").

The Company, which holds a banking licence from the Central Bank of Ireland under Section 9 of the Central Bank Act 1971, provides financial services to clients and other Citigroup businesses on a worldwide basis. From 1 January 2017 the Company has been directly regulated by European Central Bank ("ECB") through the Single Supervisory Mechanism ("SSM" or The Regulator).

The Company is passported under the EU Banking Consolidation Directive and accordingly is permitted to conduct a broad range of banking and financial services activities across the European Economic Area ("EEA") through its branches and on a cross-border basis.

The core activities of the Company comprise the Institutional Clients Group ("ICG"). The principal ICG businesses are Treasury and Trade Services ("TTS"), Markets and Securities Services and Banking, servicing a wide range of target market clients including governments, public sector clients, multinational corporations, large local corporates, financial institutions and fund managers.

Business Results

The Company reported profit after tax of \$600 million for the year to 31 December 2017 (2016: \$863 million). The decrease in profitability is due to a combination of one off items impacting operating income in the prior year and net impairment losses in 2017.

Overall operating income was \$2,067 million for the year to 31 December 2017 (2016: \$2,169 million) and was lower than prior year primarily due to income from a one-off transaction reported in 2016 in Net Investment Income and not repeated in 2017. The principal sources of revenue, remained unchanged with Net Fee and Commission Income and Net Interest Income generating over 60 % of revenues.

Operating expenses (excluding Net Impairments on Loans and Advances) decreased during the year primarily due to the divestiture of certain businesses in the later part 2016, partially offset by increases in compensation costs driven by additional headcount mainly in shared services centres. Overall operating expenses (excluding Net Impairments on Loans and Advances) were \$1,164 million for the year to December 2017 (2016: \$1,222 million).

The Company recorded net impairment losses of \$168 million for the year to December 2017 (2016: impairment recovery of \$6 million). This was driven principally by episodic events and a change in the impaired loan classification methodology.

The Company's total assets have remained broadly static year on year at \$49.6 billion (2016: \$49.3 billion). Decreases through the reporting period have been primarily due to reduced Cash and Derivative Instrument Balances, offset through increases in Loans and Advances to Customers.

104/nk
104/DL

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT (continued)

For the year ended 31 December 2017

Future Developments

The Company is closely monitoring the potential impacts of the United Kingdom's exit from the European Union ("EU"). Appropriate Governance structures have been established to develop, implement and monitor the Company's strategic responses in the period up to March 2019.

On 1 January 2018 the new accounting standard IFRS 9 became effective. A detailed assessment of the new standard and its impact on the Company is provided in Note 1 – 'Principal accounting policies' to the financial statements.

The long-term credit rating for the Company remains at A+ (Standard & Poor's and Fitch) and A1 (Moody's).

Key performance indicators

The Company's key financial indicators during the year were as follows:

	31 December 2017	31 December 2016	Variance
Profit before Income Tax	735,438	953,096	-23%
Profit after Income Tax	600,020	862,551	-30%
Operating Efficiency	55%	55%	0%
Shareholders' Funds*	8,916,620	9,404,294	-5%
Return on Capital Employed	8%	10%	-2%
Leverage Ratio	10%	11%	-1%

* The Shareholders' Funds are based on the Company's actual total equity positions which are different from the regulatory capital.

Capital management

The Company has regulatory capital resources of \$7.5 billion (\$7.5 billion as at 31 December 2016) which are entirely made up of Tier One equity. The capital ratio at 31 December 2017 was 16.5% (17.5% as at 31 December 2016) which exceeds the minimum requirement. Further information on the Company's capital requirements and risk management is available in the Pillar 3 disclosure document (<http://citigroup.com/citi/investor/reg.htm>). For further details please refer to Note 17 – 'Risk management'.

Dividend

No dividend is proposed in relation to 2017 earnings (2016: \$1.075 billion).

Corporate Governance

Internal Accounting and Financial Controls

Within the Company, the accounting process comprises the Board, the Audit Committee and the finance function. The Directors are responsible for preparing the Directors' report and the Company financial statements in accordance with applicable law. The Board has established an Audit Committee that operates within specific terms of reference approved by the Board. The Company's finance function is responsible for preparing the financial statements in accordance with IFRS and with respect to local legal requirements.

Audit Committee

The Audit Committee is a sub-committee of the Board of Directors. Its role is to oversee the adequacy of the internal control environment established by management in relation to the Company's businesses. The Audit Committee also assists the Board of Directors in fulfilling its oversight responsibility relating to the integrity of the Company's financial statements, financial reporting process and systems of internal accounting and financial controls. The Audit Committee draws on the work of Internal Audit and the Company's senior management.

105/105
105/105.

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT (continued)

For the year ended 31 December 2017

Risk Committee

The Risk Committee is a sub-committee of the Board of Directors. Its role is to advise the Board on the Company's overall current and future risk appetite, taking account of the overall risk appetite of the Company and the current and future financial position of the Company. The Risk Committee also reviews amendments to Company risk policies and is responsible for monitoring of economic capital and material risks along with adopting any regulatory developments from a risk perspective. The Risk Committee draws on the work of the internal Risk Department and the Company's senior management.

Remuneration Committee

The Remuneration Committee is a sub-committee of the Board of Directors. It is responsible for assisting the Board on decisions regarding remuneration, including those which have implications for risk management of the Company.

Nomination Committee

The Nomination Committee is a sub-committee of the Board. It is responsible for assisting the Board on decisions regarding the appointment of Directors and Senior Management and related matters including succession planning, diversity, fitness and probity and performance reviews.

Related Party Lending Committee

The Related Party Lending Committee is responsible for assisting the Company in the discharge of its obligations under the Code of Practice in lending to Related Parties 2013 (Code) issued by the Central Bank of Ireland.

Executive Committee

The Executive Committee takes key decisions regarding the management of the Company, in line with the strategic plan and as directed by the Board of the Company.

Assets and Liabilities Committee

The Assets and Liabilities Committee is responsible for the monitoring and managing of the statement of financial position, including capital, funding, liquidity and the market risk of the non-trading portfolios. In this regard, the Committee functions as a forum for senior management to ensure adherence to Company-wide policies and procedures, regulatory requirements, rating agency commitments and as necessary to recommend and implement appropriate funding plans.

Corporate Governance Code for Credit Institutions and Insurance undertakings

The Company is designated as a High Impact credit institution per the Corporate Governance Code for Credit Institutions and Insurance Undertakings 2013 ("the Code"). As such, the Company has complied with the additional requirements for High Impact designated institutions.

The Company is rated as an Other Systemically Important Institution (O-SII). Under Regulation 121(1) of the European Union (Capital Requirements) Regulations 2014 (S.I. No. 158 of 2014) ("CRD Regulations"), the Central Bank of Ireland is designated as the authority in charge of identifying O-SIIs which have been authorised within the State.

Political Donations

During the year the Company did not make any political donations (2016: nil).

Directors, secretary and their interests

Neither the Directors, nor the Company Secretary, have any beneficial interest in the share capital of the Company. Neither the Directors, nor the Company Secretary, had an interest in more than 1% of the nominal value of the ultimate holding Company's issued share capital during the year ended 31 December 2017 (2016: nil).

106/1A
106/1B

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT (continued)

For the year ended 31 December 2017

Accounting records

The Directors believe that they have complied with the requirement of Sections 281 to 285 of the Companies Act 2014 with regard to adequate accounting records by employing accounting personnel with appropriate expertise and by providing adequate resources to the financial function. The adequate accounting records of the Company are maintained at 1 North Wall Quay, Dublin 1.

Auditor

In accordance with Section 383(2) of the Companies Act 2014, the auditors, KPMG, Statutory Auditors and Chartered Accountants, will continue in office.

The Directors have taken all steps that they ought to have taken to make themselves aware of all audit information and to establish that auditors are aware of all such information and, so far as the Directors are aware, there is no relevant audit information of which the auditors are unaware, in accordance with Section 330 (1)-(3) of the Companies Act 2014.

Directors' Compliance Statement

As required by Section 225 of the Companies Act 2014, the Directors acknowledge that they are responsible for securing the Company's compliance with its "relevant obligations" (as defined in that legislation). The Directors further confirm that a compliance policy statement has been drawn up, and that appropriate arrangements and structures have been put in place that are, in the Directors' opinion, designed to secure material compliance with the relevant obligations. A review of those arrangements and structures has been conducted in the financial year to which this report relates.

Statement of Directors' responsibilities in respect of the Directors' Report and the audited financial statements

The directors are responsible for preparing the Directors' Report and the financial statements in accordance with applicable law and regulations.

Company law requires the directors to prepare financial statements for each financial year. Under that law they have elected to prepare the financial statements in accordance with International Financial Reporting Standards as adopted by the European Union.

Under company law the directors must not approve the financial statements unless they are satisfied that they give a true and fair view of the assets, liabilities and financial position of the Company and of its profit or loss for that year. In preparing the financial statements, the directors are required to:

- select suitable accounting policies and then apply them consistently;
- make judgements and estimates that are reasonable and prudent;
- state whether they have been prepared in accordance with IFRS as adopted by the EU, and
- prepare the financial statements on the going concern basis unless it is inappropriate to presume that the Company will continue in business

107/0
WTB.

CITIBANK EUROPE PLC

DIRECTORS' REPORT (continued)

For the year ended 31 December 2017

Statement of Directors' responsibilities in respect of the Directors' Report and the audited financial statements (continued)

The Directors are responsible for keeping adequate accounting records which disclose with reasonable accuracy at any time the assets, liabilities, financial position and profit or loss of the Company and which enable them to ensure that the financial statements of the Company comply with the provision of the Companies Act 2014 and with the requirements of the European Union (Credit Institutions: Financial Statements) Regulations 2015.

They are also responsible for safeguarding the assets of the Company, and hence for taking reasonable steps for the prevention and detection of fraud and other irregularities. The Directors are also responsible for preparing a Directors' Report that complies with the requirements of the Companies Act 2014.

On behalf of the board:

23rd March 2018

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffi Byrne
Director

Fiona Mahon
Secretary

108/a

108/del

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC

1. Opinion: our opinion is unmodified

We have audited the financial statements of Citibank Europe plc ("the Company") for the year end 31 December 2017 which comprise the Income Statement, the Statement of Other Comprehensive Income, the Statement of Financial Position, the Statement of Changes in Equity, the Statement of Cash Flows, and the related notes, including the accounting policies in Note 1 – 'Principal accounting policies'. The financial reporting framework that has been applied in their preparation is Irish Law and International Financial Reporting Standards ("IFRS") as adopted by the European Union.

In our opinion:

- the financial statements give a true and fair view of the assets, liabilities and financial position of the Company as at 31 December 2017 and of its profit for the year then ended;
- the financial statements have been properly prepared in accordance with IFRS as adopted by the European Union;
- the financial statements have been properly prepared in accordance with the requirements of the Companies Act 2014; and
- the financial statements have been properly prepared in accordance with the requirements of the European Union (Credit Institutions: Financial Statements) Regulations 2015.

Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (Ireland) ("ISAs (Ireland)") and applicable law. Our responsibilities under those standards are further described in the *Auditor's Responsibilities* section of our report. We believe that the audit evidence we have obtained is a sufficient and appropriate basis for our opinion. Our audit opinion is consistent with our report to the audit committee.

We were appointed as auditor by the directors on 17 June 2016. The period of total uninterrupted engagement is the 2 years ended 31 December 2017. We have fulfilled our ethical responsibilities under, and we remained independent of the Company in accordance with, ethical requirements applicable in Ireland, including the Ethical Standard issued by the Irish Auditing and Accounting Supervisory Authority ("IAASA") as applied to public interest entities. No non-audit services prohibited by that standard were provided.

2. Key audit matters: our assessment of risks of material misstatement

Key audit matters are those matters that, in our professional judgment, were of most significance in the audit of the financial statements and include the most significant assessed risks of material misstatement (whether or not due to fraud) identified by us, including those which had the greatest effect on: the overall audit strategy; the allocation of resources in the audit; and directing the efforts of the engagement team. These matters were addressed in the context of our audit of the financial statements as a whole, and in forming our opinion thereon, and we do not provide a separate opinion on these matters.

109/2
109/1

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC

2. Key audit matters: our assessment of risks of material misstatement (continued)

In arriving at our audit opinion above, the key audit matters, in decreasing order of audit significance, were as follows:

Allowance for Credit Losses \$250m (2016 - \$135m)

Refer to Note 1 – ‘Principal accounting policies’ and Notes 17 – ‘Risk management’ to 18 – ‘Financial assets and liabilities’
The key audit matter **How the matter was addressed in our audit**

The carrying value of loans and advances to customers and banks held at amortised cost may be materially misstated, if credit provisions are not appropriately identified and estimated.

The identification of impaired loans and the determination of credit provisions involves a significant degree of management judgement particularly in relation to the estimation of future cash flows and the calculation of the collective provision.

Our audit procedures included, among others:

- Testing the design, implementation and operating effectiveness of key controls relating to the credit appraisal, monitoring and provisioning processes.
- Obtaining a selection of loan reviews as performed by credit managers, dispersed across loan gradings, industry segments and geographies and challenging the reasonableness of management’s judgement regarding:
 - The ratings applied by management (which then drive the collective impairment calculation); and
 - The impairment decisions (where a trigger for a specific impairment is met) by forming our own judgement based on the individual facts and circumstances.
- Testing the appropriateness of the collective provision model in conjunction with our modelling specialist by:
 - Testing the inputs of underlying data;
 - Evaluating model methodology, key assumptions and mathematical accuracy of the model; and
 - Comparing the model output to the Company’s observed loss history.
- Reviewing the adequacy of the Company’s specific provisions.
- Critically assessing whether financial statement disclosures appropriately reflect the Company’s exposure to credit risk and are in compliance with IFRS.

Based on evidence obtained, we found that the provision for impairment was acceptable.

Revenue Recognition over Fees and Commissions \$432m (2016 - \$412m)

Refer to Note 1 – ‘Principal accounting policies’ and Note 4 – ‘Net fee and commission income’

The key audit matter

The Company has several revenue streams many with high volumes of low margin transactions.

While the underlying products that generate this income are relatively straightforward, the calculation of revenue on both Worldlink and FXLM transactions is complex.

There is a risk over the existence and accuracy of fees and commissions.

How the matter was addressed in our audit

Our audit procedures included, among others:

- Testing the design, implementation and operating effectiveness of key controls relating to the revenue process from initiation to recording in the financial statements.
- Performing substantive audit procedures over revenue, fees and commissions on a sample basis.
- As part of our substantive procedures, we also utilised detailed data analytical procedures to test material revenue streams.

Based on evidence obtained, we found that fees and commissions revenue was acceptable.

110/
MO
21

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC

3. Our application of materiality and an overview of the scope of our audit

The materiality for the Company financial statements as a whole was set at \$50 million (2016: \$70 million). This has been calculated with reference to a benchmark of profit before tax (of which it represents circa 6 per cent (2016: 6 per cent)), which we consider to be one of the principal considerations for users of the financial statements in assessing the financial performance of the Company.

Our audit process included reporting to the Audit Committee all corrected and uncorrected misstatements we identified through our audit work with a value in excess of \$2.5 million (2016: \$3.5 million), in addition to other audit misstatements below that threshold that we believe warranted reporting on qualitative grounds.

We tailored the scope of our audit to ensure that we performed a sufficient level of audit procedures to be able to give an opinion on the financial statements as a whole, taking into account the structure of the Company, the accounting processes and controls, and the industry in which the Company operates.

The Group team (being KPMG Dublin as statutory auditors) instructed component auditors in the UK, Czech Republic, Hungary and Romania, as to the significant areas to be covered in their testing, including the relevant risks detailed above. The remaining components were covered centrally by the Group team.

The Group team set the component auditors' materiality levels, which ranged from \$15m - \$40m (2016: \$25m to \$50m), having regard to both the size and risk profile of the components.

The components for which an audit of one or more account balances was performed are included in the table below and accounted for the following percentages of the Company's results:

	Revenue	Profit before tax	Total assets
Audits of one or more account balances			
2017	96%	84%	95%
2016	92%	96%	99%

These components were either individually significant or were included in order to provide further coverage over the Company's Income Statement and Statement of Financial Position.

In addition to the above, we sent instructions to KPMG teams in additional locations to perform specified audit procedures of: (a) internal controls and IT controls performed in shared service centres; and (b) IT and valuation models, the testing of which is centralised in the US and the UK.

For the residual components, the Group team performed an analysis at an aggregated group level to re-examine its assessment that there were no significant risks of material misstatement within such components.

111/ok

111
22

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC

4. We have nothing to report on going concern

We are required to report to you if we have concluded that the use of the going concern basis of accounting is inappropriate or there is an undisclosed material uncertainty that may cast significant doubt over the use of that basis for a period of at least twelve months from the date of approval of the financial statements. We have nothing to report in these respects.

5. We have nothing to report on the other information in the annual report

The directors are responsible for the other information presented in the financial statements. The other information comprises the information included in the directors' report. Our opinion on the financial statements does not cover the other information and, accordingly, we do not express an audit opinion or, except as explicitly stated below, any form of assurance conclusion thereon.

Our responsibility is to read the other information and, in doing so, consider whether, based on our financial statements audit work, the information therein is materially misstated or inconsistent with the financial statements or our audit knowledge. Based solely on that work we have not identified material misstatements in the other information.

Based solely on that work, we report that:

- we have not identified material misstatements in the directors' report;
- in our opinion, the information given in the directors' report is consistent with the financial statements;
- in our opinion, the directors' report has been prepared in accordance with the Companies Act 2014.

6. Our opinions on other matters prescribed the Companies Act 2014 are unmodified

We have obtained all the information and explanations which we consider necessary for the purpose of our audit.

In our opinion, the accounting records of the Company were sufficient to permit the financial statements to be readily and properly audited and the Company's statement of financial position and the profit and loss account is in agreement with the accounting records.

7. We have nothing to report on other matters on which we are required to report by exception

The Companies Act 2014 requires us to report to you if, in our opinion, the disclosures of directors' remuneration and transactions required by sections 305 to 312 of the Act are not made.

8. Respective responsibilities

Directors' responsibilities

As explained more fully in their statement set out on pages 7 to 8, the directors are responsible for: the preparation of the financial statements including being satisfied that they give a true and fair view; such internal control as they determine is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error; assessing the Company's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern; and using the going concern basis of accounting unless they either intend to liquidate the Company or to cease operations, or have no realistic alternative but to do so.

1112
1122

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE MEMBERS OF CITIBANK EUROPE PLC

Auditor's responsibilities

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue our opinion in an auditor's report. Reasonable assurance is a high level of assurance, but does not guarantee that an audit conducted in accordance with ISAs (Ireland) will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud, other irregularities or error and are considered material if, individually or in aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of the financial statements. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud or other irregularities is higher than for one resulting from error, as they may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control and may involve any area of law and regulation not just those directly affecting the financial statements.

A fuller description of our responsibilities is provided on IAASA's website at https://www.iaasa.ie/getmedia/b2389013-1cf6-458b-9b8f-a98202dc9c3a/Description_of_auditors_responsibilities_for_audit.pdf

9. The purpose of our audit work and to whom we owe our responsibilities

Our report is made solely to the Company's members, as a body, in accordance with section 391 of the Companies Act 2014. Our audit work has been undertaken so that we might state to the Company's members those matters we are required to state to them in an auditor's report and for no other purpose. To the fullest extent permitted by law, we do not accept or assume responsibility to anyone other than the Company and the Company's members, as a body, for our audit work, for our report, or for the opinions we have formed.

N. Marshall
for and on behalf of
KPMG
Chartered Accountants, Statutory Audit Firm
1 Harbourmaster Place
IFSC
Dublin 1

23 March 2018

113/20

113
82-

CITIBANK EUROPE PLC

INCOME STATEMENT for the year ended 31 December 2017

	Note	2017 \$ 000	2016* \$ 000
Interest income		433,763	417,341
Interest expense		(61,670)	(59,192)
Net interest income	3	372,093	358,149
Net fee and commission income	4	1,053,164	1,109,903
Net trading income	5	211,494	161,248
Net investment income	6	42,563	149,617
Net income from other financial instruments designated at fair value through profit or loss	7	261	32,887
Other operating income	8	387,614	356,995
Operating income		2,067,189	2,168,799
Net credit (losses)/recoveries			5,909
Personnel expenses	17	(168,062)	
Other expenses	10	(643,477)	(614,865)
Profit before income tax		735,438	953,096
Income tax expense	13	(145,741)	(124,743)
Profit for the period from continuing operations		589,697	828,353
Profit from discontinued operations, net of tax	29	10,323	34,198
Profit for the period		600,020	862,551

* Certain captions for comparatives have been updated for presentation purposes only.

The accompanying notes on pages 19 to 98 form an integral part of these financial statements.

The financial statements were approved by the Board of Directors on 23rd March 2018 and signed on their behalf by:

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffi Byrne
Director

Fiona Mahon
Secretary

114/
BY

CITIBANK EUROPE PLC

STATEMENT OF OTHER COMPREHENSIVE INCOME for the year ended 31 December 2017

	Note	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Profit for the period		600,020	862,551
Items that will not be reclassified to profit or loss			
Losses on remeasurement of defined benefit liability/asset	14	(8,207)	(55,699)
Related tax	23	1,027	11,500
Items that may be reclassified to profit or loss			
Foreign currency translation		8,082	(25,734)
Hedge of net investments in foreign operations (effective portion)		14,806	(15,628)
Valuation gains or losses taken to equity		5,153	85,832
Transferred to profit or loss		(41,657)	(115,874)
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)		(36,504)	(30,042)
Related tax		10,613	(8,593)
Other Comprehensive Income for the Period, Net of Tax		(10,183)	(124,196)
Total Comprehensive Income for the Period		589,837	738,355

The accompanying notes on pages 19 to 98 form an integral part of these financial statements.

The financial statements were approved by the Board of Directors on 23rd March 2018 and signed on their behalf by:

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffi Byrne
Director

Fiona Mahon
Secretary

CITIBANK EUROPE PLC

115/xx

115
m

STATEMENT OF FINANCIAL POSITION

As at 31 December 2017

	Note	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	15	14,589,546	16,423,472
Trading assets	16,18	967,414	1,095,380
Derivative financial instruments	18,19	1,603,601	2,147,168
Investment securities	20	2,887,331	3,064,088
Loans and advances to banks	18	7,264,565	7,487,475
Loans and advances to customers	18	17,999,036	14,588,945
Assets associated with disposal group held for sale	29	-	194,389
Shares in subsidiary undertakings	25	14,175	14,876
Current tax asset		39,282	5,883
Other assets	24	3,788,345	3,470,643
Deferred tax assets	23	304,740	289,981
Property and equipment	21	57,075	144,076
Goodwill and Intangible assets	22	102,853	358,682
Total assets		49,617,963	49,285,058
Liabilities			
Deposits by banks	18	7,134,623	7,695,263
Customer accounts	18	26,192,250	24,065,741
Derivative financial instruments	18,19	1,667,005	2,191,961
Debt securities in issue	26	-	71
Liabilities associated with disposal group held for sale	29	-	639,331
Current tax liability		34,639	35,650
Provisions	27	93,885	55,419
Deferred tax liabilities	23	18,084	-
Other liabilities	28	5,560,857	5,197,328
Total liabilities		40,701,343	39,880,764
Equity shareholders' funds			
Share capital	30	10,532	10,532
Share premium account	30	1,962,747	1,962,747
Other reserves (net)	36	843,880	849,394
Retained earnings		6,099,461	6,581,621
Total equity attributable to equity shareholders		8,916,620	9,404,294
Total liabilities and equity shareholders' funds		49,617,963	49,285,058

The accompanying notes on pages 19 to 98 form an integral part of these financial statements.

The financial statements were approved by the Board of Directors on 23rd March 2018 and signed on their behalf by:

Zdenek Turek
Director

Jim Farrell
Director

Breffi Byrne
Director

Fiona Mahon
Secretary

CITIBANK EUROPE PLC

116/
V2.

STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY for the year ended 31 December 2017

										Attributable to equity holders of the Group
	Note	Share capital	Share premium	Capital reserve	Merger reserve	Translation reserve	Fair value reserve	Equity reserve	Retained earnings	Total
		\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Balance at 1 January 2016		10,071	1,593,607	824,123	-	(58,695)	14,111	3,139	5,763,269	8,149,625
Total comprehensive income/(loss):									862,551	862,551
Profit for the period		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Other comprehensive income/(loss), net of tax:	14	-	-	-	-	-	-	-	(44,199)	(44,199)
Remeasurements of defined benefit liability/(asset)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Foreign currency translation differences for foreign operations		-	-	-	-	(25,734)	-	-	-	(25,734)
Net loss on hedge of net investment in foreign operation		-	-	-	-	(15,628)	-	-	-	(15,628)
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)		-	-	-	-	-	(38,635)	-	-	(38,635)
Total other comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	(41,362)	(38,635)	-	(44,199)	(124,196)
Total comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	(41,362)	(38,635)	-	818,352	738,355
Transactions with owners, recorded directly in equity										
Issue of ordinary shares related to merger	461	369,140	-	-	-	-	-	-	-	369,601
Equity increase/decrease resulting from merger		-	-	-	57,578	19,283	69,717	-	-	146,578
Equity settled share-based payment	31	-	-	-	-	-	-	135	-	135
Share options exercised		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total contributions by and distributions to owners		461	369,140	-	57,578	19,283	69,717	135	-	516,314
Balance at 31 December 2016		10,532	1,962,747	824,123	57,578	(80,774)	45,193	3,274	6,581,621	9,404,294
Balance at 1 January 2017		10,532	1,962,747	824,123	57,578	(80,774)	45,193	3,274	6,581,621	9,404,294
Total comprehensive income/(loss):									600,020	600,020
Profit for the period		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Other comprehensive income/(loss), net of tax:	14	-	-	-	-	-	-	-	(7,180)	(7,180)
Remeasurements of defined benefit liability/(asset)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Foreign currency translation differences for foreign operations		-	-	-	-	8,082	-	-	-	8,082
Net gain on hedge of net investment in foreign operation		-	-	-	-	14,806	-	-	-	14,806
Fair value reserve (Available-for-sale financial assets)		-	-	-	-	-	(25,891)	-	-	(25,891)
Total other comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	22,888	(25,891)	-	(7,180)	(10,183)
Total comprehensive income/(loss)		-	-	-	-	22,888	(25,891)	-	592,840	589,837
Transactions with owners, recorded directly in equity										
Contributions by and distributions to owners:										
Issue of ordinary shares related to merger		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equity increase/decrease resulting from merger		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equity settled share-based payment	31	-	-	-	-	-	-	(2,511)	-	(2,511)
Dividends/remittances		-	-	-	-	-	-	-	(1,075,000)	(1,075,000)
Total contributions by and distributions to owners		-	-	-	-	-	-	(2,511)	(1,075,000)	(1,077,511)
Balance at 31 December 2017		10,532	1,962,747	824,123	57,578	(57,886)	19,302	763	6,099,461	8,916,620

The accompanying notes on pages 19 to 98 form an integral part of these financial statements.

117/10
117
PL

CITIBANK EUROPE PLC

STATEMENT OF CASH FLOWS

for the year ended 31 December 2017

	Note	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Cash flows from operating activities			
Profit after tax		600,020	862,551
<i>Adjustments for:</i>			
Income tax charged	13 12, 21,	145,741	129,590
Depreciation and amortisation	22	105,236	162,766
Net impairment losses/(recoveries) on loans and advances	17	168,062	(5,909)
Loss on disposal of property and equipment		49	975
Provision released and other movements during the year	27	49,286	8,647
Expenses related to share based payment	10	9,801	14,584
Expenses related to post-employment defined benefit plans	14	6,915	5,894
Interest income	3	(433,763)	(417,341)
Interest expense	3	61,670	59,192
Gains on investment securities		(28,548)	(82,404)
Change in trading assets	16	127,966	328,093
Change in derivative financial instrument assets	19	543,567	(488,802)
Change in loans and advances to banks (more than 3 months)		1,188,512	5,062,091
Change in loans and advances to customers	17	(3,410,091)	(532,671)
Operating cash flow from discontinued operation	29	-	102,514
Change in other assets	24	(317,702)	21,565
Change in deposits from banks	18	(560,640)	(6,506,393)
Change in customer account balances	18	2,126,509	806,783
Change in derivative financial instrument liabilities	19	(524,956)	402,023
Change in investment securities	20	605,063	658,623
Change in debt securities in issue	26	(71)	(554,699)
Change in other liabilities	28	363,529	249,042
Provision utilized during the year	27	(10,820)	(13,734)
		815,335	272,980
Interest received	3	433,763	417,341
Interest paid	3	(61,670)	59,192
Income tax paid		(97,132)	(92,150)
Share based payment related payment		(10,327)	(9,937)
Defined benefit related payment	14	(2,502)	(2,940)
Effect of exchange translations and other adjustments		35,767	(23,924)
Net cash from operating activities		1,113,234	620,562
Cash flows from investing activities			
Acquisition of investment securities		2,429,034	(3,167,693)
Disposal of investment securities		(2,828,791)	4,084,856
Acquisition of property and equipment	21	(42,706)	(79,027)
Proceeds from disposal of property and equipment		(49)	-
Acquisition of intangible assets	22	(19,106)	(104,213)
Dividends received from investments		-	1,327
Addition from business transfer		-	-
Proceeds from sale of discontinued business		(444,942)	(443,641)
Net Cash and cash equivalents gained during the merger		-	12,966,267
Net cash (used in)/from investing activities		(906,560)	13,257,876
Financing activities			
Dividends paid to parent		(1,075,000)	-
Redemption of issued debt		-	(22,347)
Net cash (used in) financing activities		(1,075,000)	(22,347)
Net increase in cash and cash equivalents		(868,324)	13,856,090
Cash and cash equivalents at beginning of period	15	20,893,892	7,037,802
Cash and cash equivalents at end of period	15	20,025,568	20,893,892

CITIBANK EUROPE PLC

118/02
(19) JN.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies

The Company has consistently applied the accounting policies as set out below to all periods presented in these financial statements

a) Basis of presentation

The financial statements have been prepared in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS) as adopted by the EU and the company law of Republic of Ireland.

These financial statements are prepared on a going concern basis and have been prepared under the historical cost convention as modified to include the fair value of certain financial instruments to the extent required or permitted under the accounting standards and as set out in the relevant accounting policies.

b) Functional and presentation currency

These financial statements are presented in USD, which is the functional currency of the Company.

c) Changes in accounting policy and disclosures

Standards issued but not yet effective

There are a number of accounting standards that have been issued by the International Accounting Standards Board ("IASB"), but which are not yet effective for the Company. The Company does not plan on early adoption of these standards. They are as follows:

- IFRS 9 – Financial Instruments

Introduction

IFRS 9 – Financial Instruments. IFRS 9 includes a new model for classification and measurement of financial assets, a forward-looking 'expected loss' impairment model for debt instruments and a substantially reformed approach to hedge accounting. The standard replaces the existing guidance in IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. IFRS 9 is effective from 1 January 2018, with early adoption permitted and adopted by the EU as at 22 November 2016.

- Based on current estimates, the adoption of IFRS 9 is expected to result in an increase to retained earnings, as at 1 January 2018, in a range between \$55 and \$65 million. This is primarily driven by decreases in the allowance for credit losses under the new impairment requirements. The Company will continue to monitor and refine the impact of IFRS 9 in 2018.

The assessment above may not be fully representative of the impact as at 1 January 2018 because, although at an advanced stage, the Company is still finalising its implementation efforts and assessments.

Transition

The impairment, classification and measurement requirements of IFRS 9 will be applied retrospectively by adjusting the Company's Balance Sheet at 1 January 2018, the date of initial application of IFRS 9, with the difference between previous carrying amounts and carrying amounts at initial application recognised in retained earnings. There is no requirement to restate comparative periods other than for hedge accounting.

To manage the transition to IFRS 9, the Company has implemented a comprehensive enterprise-wide program led jointly by Finance and Risk Management that focuses on key areas of impact, including financial reporting, data, systems and processes, as well as communication and training.

The Company has put in place dedicated Governance to monitor, continuously assess and prepare for the impact of the new standard on internal processes and systems. The Company has leveraged from global project initiatives with local governance to ensure that the approach is appropriate for the Company.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

c) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

Standards issued but not yet effective (continued)

- IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Classification and measurement

From a classification and measurement perspective, the new standard will require all financial assets, except equity instruments and derivatives, to be assessed based on a combination of the entity's business model for managing the financial assets and their contractual cash flow characteristics (whether the contractual cash flows are solely payments of principal and interest ("SPPI").

The IAS 39 measurement categories will be replaced by: fair value through profit or loss ("FVTPL"), fair value through other comprehensive income ("FVOCI"), and amortised cost. IFRS 9 will also allow entities to continue to irrevocably designate instruments that qualify for amortised cost or FVOCI measurement as FVTPL, if doing so eliminates or significantly reduces an accounting mismatch.

The Company believes that the classification and measurement outcomes will be similar to IAS 39, although some differences may arise. The expected impact on the Company due to the changes to classification and measurement of financial instruments from the adoption of IFRS 9 as at 1 January 2018 is highlighted below:

- Held-for-Trading financial assets will be classified and measured as FVTPL.
- Financial assets designated at fair value will continue to be classified as measured at FVTPL due to the business model assessment or the fact that the designation eliminates or significantly reduces an accounting mismatch.
- Loans and advances to banks and to customers currently classified and measured at amortised cost will continue to be measured and classified at amortised cost unless they fail the business model or SPPI test.
- Investment in debt securities currently classified as Available-for-Sale and measured at FVOCI consist of government and corporate bonds that are held for an indefinite period of time as they may be sold in response to need for liquidity or changes in interest rates or exchange rates. These debt securities will be classified and measured as FVOCI as they are held under a business model whose objective is achieved by both collecting contractual cash flows and selling financial assets, unless they fail the SPPI criterion.
- Investment securities currently classified as Held-to-Maturity and measured at amortised cost will be classified and measured at amortised cost as the financial assets are held within a business model whose objective is to collect contractual cash flows that satisfy the SPPI criterion.
- Investment in equity securities currently classified as Available-for-Sale and measured at FVOCI will be classified as FVTPL under IFRS 9. The Company has made an accounting policy choice not to irrevocably elect to classify and measure non-trading equity instruments at FVOCI as all amounts recognised in OCI can never be reclassified to profit or loss.
- As at the date of approval of these financial statements, no significant impact has been identified on the classification and measurement of financial assets resulting from the business model or SPPI tests. The transitional adjustments in relation to classification and measurement are therefore not expected to be significant to the financial statements.

For financial liabilities, IFRS 9 largely retains the pre-existing requirements for classification and measurement previously included in IAS 39. However, under IFRS 9 fair value changes on financial liabilities which are designated at fair value through profit or loss that are attributable to changes in the credit risk of the liability will be presented in other comprehensive income.

120/12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

c) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

Standards issued but not yet effective (continued)

- IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Impairment

IFRS 9 introduces an expected credit loss (“ECL”) impairment model that differs significantly from the incurred loss model under IAS 39 and is expected to result in earlier recognition of credit losses going forward.

Scope

Under IFRS 9, the same impairment model is applied to all financial assets, except for financial assets classified or designated as at FVTPL and equity securities designated as at FVOCI, which are not subject to impairment assessment. The scope of the IFRS 9 expected credit loss impairment model includes amortized cost financial assets, debt securities classified as FVOCI, and off-balance sheet loan commitments and financial guarantees which were previously provided for under IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*.

Expected credit loss impairment model

Under IFRS 9, credit loss provisions will be measured on each reporting date according to a three-stage expected credit loss impairment model under which each financial asset is classified in one of the stages below:

- Stage 1 – From initial recognition of a financial asset to the date on which the asset has experienced a significant increase in credit risk relative to its initial recognition, a loss allowance is recognized equal to the credit losses expected to result from defaults expected up to 12 months. Interest is calculated based on the gross carrying amount of the asset.
- Stage 2 – Following a significant increase in credit risk relative to the risk at initial recognition of the financial asset, a loss allowance is recognised equal to the full credit losses expected over the remaining life of the asset. Interest is calculated based on the gross carrying amount of the asset.
- Stage 3 – When a financial asset is considered to be credit-impaired, a loss allowance equal to the full lifetime expected credit losses will be recognized. Interest revenue is calculated based on the carrying amount of the asset, net of the loss allowance, rather than on its gross carrying amount.

Stage 1 and Stage 2 credit loss provisions effectively replace the collectively-assessed allowance for incurred but not identified losses recorded under IAS 39, while Stage 3 credit loss provisions effectively replace the individually assessed provisions for impaired loans.

Consistent with IAS 39, loans are written off when there is no realistic probability of recovery. Accordingly, the Company’s policy on when financial assets are written off will not change significantly upon adoption of IFRS 9.

The recognition and measurement of impairment is intended to be more forward looking than under IAS 39. ECL is required to be unbiased and probability weighted, including information about past events, current conditions and reasonable and supportable forecasts of future events and economic conditions at the reporting date. The estimate will also consider the time value of money.

The measurement of an ECL will primarily be determined by an assessment of the financial asset’s probability of default (“PD”), loss given default (“LGD”), exposure at default (“EAD”) and forward looking macroeconomic indicators. For a financial asset in Stage 1 the Company will utilise up to a 12-month PD whereas a financial asset within Stage 2 will utilise a lifetime PD in order to estimate an impairment allowance. For credit impaired financial assets within Stage 3 the Company will continue to leverage existing processes.

121
121
82

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

c) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

Standards issued but not yet effective (continued)

- IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Wholesale Classifiably Managed Exposures

An impairment allowance will be estimated for credit exposures at an individual level utilising sophisticated models depending on the relative size, quality and complexity of the portfolios.

Delinquency Managed Exposures

Impairment provisions for the small consumer loan portfolios will be estimated utilising a less sophisticated approach that is reasonable and proportionate after considering both entity level and portfolio level factors. In particular, for consumer loan portfolios, where the Company does not have access to detailed historical information and/or loss experience, the Company will adopt a simplified approach using backstops and other qualitative information specific to each portfolio.

Other Financial Assets Simplified Approaches

For other financial assets, being short term and simple in nature, the Company will apply a non-modelled measurement approach that may differ from what is described above. Models will leverage existing models currently used globally for stress-testing and regulatory capital reporting purposes but will incorporate specifically developed components to make the estimates compliant with IFRS 9. These models have been validated and tested during 2017.

Significant increase in credit risk ("SICR")

A financial asset will move from Stage 1 to Stage 2 if there has been a significant increase in credit risk relative to initial recognition. From 1 January 2018, and at each reporting date going forward, the Company shall assess whether the credit risk of a financial instrument has increased significantly since initial recognition. Determining whether there has been a significant increase in credit risk will require judgement. When making this assessment, the Company will consider the increase in the risk of default (both in relative terms and absolute terms) over the expected life of the financial asset. A given change in absolute terms of the risk of a default since initial recognition will be more significant for a financial instrument with a lower initial risk of default compared to one with a higher initial risk of default. A change in the probability of default of the obligor is driven primarily by the obligor risk rating. Internal credit risk rating categories will capture the further qualitative indicators that act as backstops.

Staging

Financial assets can move in either direction through the Stages of the IFRS 9 impairment model. Transfer can take place if there has been a significant increase of credit risk since initial recognition or if the asset's credit impairment subsequently changes.

In order to determine the ECL reporting stage for an obligation, the Company will check whether the asset is already impaired (Stage 3) or not (Stage 1 and 2). Stage 2 will be determined by the existence of a significant credit deterioration (or credit improvement) compared with the credit rating at initial recognition. Stage 1 assets do not have significant credit deterioration compared with that at initial recognition.

Changes in the required credit loss allowance, including the impact of movements between Stage 1 (up to a 12-month ECL) and Stage 2 (lifetime ECL) will be recorded in profit or loss as an adjustment of the provision for credit losses.

122
122
31 ..

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

c) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

Standards issued but not yet effective (continued)

- IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Expected life

When measuring ECL, the Company must consider the maximum contractual period over which the Company is exposed to credit risk, including possible drawdowns and the expected maturity of the financial asset. For certain revolving credit facilities that do not have a fixed maturity, the expected life is estimated based on the period over which the Company is exposed to credit risk and where the credit losses would not be mitigated by management actions.

Stage 3 definition of default

As mentioned above, to determine whether an instrument should move to a lifetime ECL, the change in the risk of a default occurring over the expected life of the financial instruments must be considered. IFRS 9 does not define the term "default," but instead requires each entity to do so. Under IFRS 9, the Company must apply a default definition that is consistent with that used for internal credit risk management purposes for the relevant financial instrument and consider qualitative indicators (for example, financial covenants) when appropriate. The definition of default used for this purpose must be applied consistently to all financial instruments unless information becomes available that demonstrates another default definition is more appropriate for a particular financial instrument.

The Company classifies an exposure as a Non-Performing Exposure ("NPE") if it satisfies either or both of the following criteria:

1. There are material exposures which are more than 90 days past-due;
2. The obligor is assessed as unlikely to pay its credit obligations in full without realisation of collateral, regardless of the existence of any past-due amount or of the number of days past due.

Forward Looking Information ("FLI") and multiple economic scenarios

Estimates must consider information about past events, current conditions and reasonable and supportable forecasts around future events and economic conditions. The application of FLI will require judgment. The Company has developed models that will include multiple economic scenarios that consider the variability and uncertainty in expected losses including factors such as GDP growth rates and unemployment rates, provided by the economists in Citi's Global Country Risk Management ("GCRM"). These estimates are based on portfolio data that reflect the current risk attributes of obligors and debt instruments combined with loss projections derived from the rating migration, PD and loss models built for estimating stress credit losses for wholesale portfolios. As mentioned above, these models have incorporated specifically developed components to make the estimates compliant with IFRS 9. The PD, LGD and Credit Conversion Factor ("CCF") models are calibrated to the observed historical patterns of defaults and losses over several years and linked to economic drivers. The model reflects different loss likelihood and loss severity as a function of different economic forecasts.

The Company will not use the best case or worst case scenario, but will assess a representative number of scenarios (at least 3 when applying a sophisticated approach and where multiple scenarios are deemed to have a material non-linear impact) and probability weight these scenarios to determine the ECL.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

c) Changes in accounting policy and disclosures (continued)

Standards issued but not yet effective (continued)

- IFRS 9 – Financial Instruments (continued)

Hedge accounting

The new hedge accounting requirements aim to simplify hedge accounting, align accounting with the entity's risk management strategy and permit hedge accounting to be applied to a greater variety of hedging instruments and risks. However, due to the fact that the IASB is still addressing the accounting of macro hedging activities through a separate project, IFRS 9 includes an accounting policy choice to continue accounting for hedge accounting under IAS 39 until the macro hedging project is finalised. The Company will elect the accounting policy choice to continue to apply hedge accounting under IAS 39.

- IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers. In May 2014, the International Accounting Standards Board issued IFRS 15, which establishes principles for reporting about the nature, amount, timing and uncertainty of revenue and cash flows arising from an entity's contracts with customers. The standard provides a single, principles based five-step model for revenue recognition to be applied to contracts with customers except for revenue arising from items such as financial instruments, insurance contracts and leases. IFRS 15 is effective from 1 January 2018, and was adopted by the EU on 22 September 2016. The new standard established the principals for reporting about the nature, amount, timing and uncertainty of revenue and cash flows arising from an entity's contracts with customers. The standard provides a single, principals based five-step model for revenue recognition to be applied to contracts with customers except for revenue arising from items such as those financial instruments covered under IFRS 9. To manage the implementation, the Company has initiated a project program led by the Finance Team that focus on key areas of impact, including financial reporting, systems and process, training as well as communications. Apart from the limited changes necessary to comply with the enhanced presentation and disclosure requirements, we do not expect any material impact of IFRS 15 on the Company financial results.
- IFRS 16 – Leases. In January 2016, the IASB issued IFRS 16, which sets out the principles for the recognition, measurement, presentation and disclosure of leases. The standard removes the current requirement for lessees to classify leases as finance leases or operating leases by introducing a single lessee accounting model that requires the recognition of lease assets and lease liabilities on the balance sheet for most leases. Lessees will also recognise depreciation expense on the lease asset and interest expense on the lease liability in the income statement. There are no significant changes to lessor accounting aside from enhanced disclosure requirements. IFRS 16 will be effective from 1 January 2019 and subject to EU adaptation. The Company is assessing the potential impact on its financial statements resulting from this standard.
- Amendments to IFRS 2 – Share-based Payment. The amendments covers (i) the measurement of cash-settled share-based payments, (ii) the classification of share-based payments settled net of tax withholdings and (iii)accounting for a modification of a share-based payment from cash-settled to equity settled. The amendments are effective for annual periods beginning on or after 1 January 2018, with early adoption permitted. The amendments are not expected to have a significant impact on the Company.
- IFRIC 23 – Uncertainty over Income Tax Treatments. The interpretation provides requirements that add to the requirements in IAS 12 – Income Taxes by specifying how to reflect the effects of uncertainty in accounting for income taxes. The interpretation applies for annual reporting periods beginning on or after 1 January 2019 with early adoption permitted. The interpretation is not expected to have a significant impact on the Company.

124/12
124
31.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

d) Net interest income and expense

Interest income and expense on financial assets and liabilities is recognised in the income statement using the effective interest rate method ("EIR"). Under this method, fees and direct costs directly attributable to loan origination, re-financing or restructuring and to loan commitments are deferred and amortised to interest earned on loans and advances over the life of the instrument.

The EIR is the rate that exactly discounts estimated future cash payments or receipts through the expected life of the financial instrument to:

- The gross carrying amount of the financial asset; or
- The amortised cost of the financial liability

When calculating the EIR, the Company estimates future cash flows considering all contracted terms of the financial instrument, but no future credit losses.

Interest income and expense presented in the income statement includes:

- Interest on financial assets and liabilities at amortised cost on an effective interest basis;
- Interest on available-for-sale investment securities; and
- Interest on cash balances.

e) Net fee and commission income

Fee and commission income and expenses that are integral to the EIR on a financial asset or liability are included in the measurement of EIR (see Note 1 (d) above)

Other fee and commission income, including transaction processing fees, account servicing fees, sales commission, placement fees and syndication fees, are recognised as the related services are performed. These fees are recorded in fee income as they are earned. To the extent that upfront fees are capitalised but subsequently there is a partial sell down of the related asset, the fees are released to the income statement in proportion to the amount of the loan sold down.

If a loan commitment is not expected to result in the drawdown of a loan then the related loan commitment fee is recognised on a straight line basis over the commitment period.

Other fee and commission expenses relate mainly to transaction and service fees, which are expensed as the services are received.

f) Net trading income and expense

Net trading income comprises all gains and losses related to trading assets and liabilities, and include all realised fair value changes, together with related interest, dividends and foreign exchange differences.

125/125
125
21

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

g) Net income on financial instruments designated at fair value through profit or loss

Net income from financial instruments designated at fair value through profit or loss comprises all gains and losses related to financial assets and liabilities designated at fair value through profit or loss, and include all realised fair value changes, together with related interest, dividends and foreign exchange differences.

h) Dividend income

Dividend income is recognised when the right to receive income is established. Dividends are presented in 'Net trading income' when the dividend income has arisen from trading assets.

i) Financial assets and liabilities

Recognition

The Company initially recognises loans and advances and deposits on the date at which the cash flow occurs (i.e. settlement date). All other financial assets and liabilities are initially recognised on the trade date at which the Company becomes a party to the contractual provisions of the instrument.

A financial asset or liability is measured initially at fair value plus, for an item not measured at fair value through profit or loss, transaction costs that are directly attributable to acquisition or issuance.

Trading assets

The trading book of the Company consists of all positions in financial instruments and commodities held either with trading intent or in order to hedge other elements of the trading book and which are free from any restrictive covenants on their tradability or are able to be hedged. Positions held with trading intent are those held intentionally for short-term resale and/or with the intention of benefitting from actual or expected short-term price differences between buying and selling prices or from other price or interest rate variations. The term 'positions' shall include positions arising from client servicing and market making. Trading intent is evidenced on the basis of the strategies, policies and procedures established by the Company to manage the position or portfolio.

Loans and receivables and other assets

Loans and receivables and other assets are non-derivative financial assets with fixed or determinable payments that are not quoted in an active market and that the Company does not intend to sell immediately or in the near term. They comprise Cash, Loans and Advances to Banks, Loans and Advances to Customers and Other Assets.

Loans and advances are initially recognised at fair value, which is the cash given to originate the loan, net of transaction costs and subsequently measured at amortised cost using the EIR method, less any impairment charges. Where substantially all the risk and rewards relating to amounts receivable under loan agreements are transferred to another party, neither the amounts receivable under the loans nor the amounts payable to the other party are recognised in the financial statements as assets and liabilities and only the excess of interest received over interest paid is dealt with in the income statement.

Financial instruments designated at fair value

The Company may designate financial instruments at fair value through profit and loss when:

- this will eliminate or significantly reduce measurement or recognition inconsistencies that would otherwise arise from measuring financial assets or financial liabilities, or recognising gains and losses on them, on different bases;
- groups of financial assets, financial liabilities or combinations thereof are managed, and their performance evaluated, on a fair value basis in accordance with a documented risk management or investment strategy, and where information about groups of financial instruments is reported to management on that basis; or
- financial instruments containing one or more embedded derivatives that significantly modify the cash flows resulting from those financial instruments.

126/2
126
31

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

i) Financial assets and liabilities (continued)

Derivative contracts

Derivatives are initially recognised at fair value on the date on which a derivative contract is entered into and are subsequently re-measured at their fair value. Fair values are obtained from quoted market prices in active markets or using valuation techniques, including discounted cash flow models and option pricing models, as appropriate. All derivatives are carried as assets when fair value is positive and as liabilities when fair value is negative. Changes in fair value are recognised in the income statement.

Derivatives may be embedded in another contractual arrangement (a "host contract"). The Company accounts for embedded derivatives separately from the host contract when the host contract is not itself carried at fair value through profit or loss, and the characteristics of the embedded derivative are not closely related to the host contract. Separated embedded derivatives are accounted for depending on their classification, and are presented in the statement of financial position together with the host contract.

When a derivative instrument or a non-derivative financial liability is designated as the hedging instrument in a hedge of a net investment in a foreign operation, the effective portion of changes in the fair value of the hedging instrument is recognised in other comprehensive income in the translation reserve. Any ineffective portion of the change in the fair value of the derivative is recognised immediately in the income statement as a reclassification adjustment on disposal of the foreign operation.

Investment securities

Available for Sale

Available-for-sale ("AFS") investment securities are those non derivative financial assets intended to be held for an indefinite period of time, which may be sold in response to need for liquidity or changes in interest rates, exchange rates or equity prices.

Financial assets that are not classified as at fair value through profit or loss or as loans and receivables are classified as AFS. A financial asset classified as AFS is initially recognised at its fair value plus transaction costs that are directly attributable to the acquisition of the financial asset. AFS financial assets are carried at fair value with the changes in fair value reported in other comprehensive income. For AFS debt instruments, changes in carrying amounts relating to changes in foreign exchange rates are recognised in the income statement and other changes in carrying amount are recognised in other comprehensive income as indicated above. For financial assets classified as AFS that are nonmonetary items (equity instruments), the gain or loss that is recognised in other comprehensive income includes any related foreign exchange component.

When available-for-sale investment securities are sold or impaired the cumulative gain or loss previously recognised in equity is transferred to the income statement and disclosed within net investment income.

When the Company sells a financial asset and simultaneously enters into an agreement to repurchase the asset (or a similar asset) at a fixed price on a future date, the arrangement is accounted for as a deposit, and the underlying asset continues to be recognised in the Company's financial statements. Unquoted equity securities whose fair value cannot be measured reliably are carried at cost

127/2
127/3c

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

i) Financial assets and liabilities (continued)

Investment securities (continued)

Held-to-maturity investment securities

These are financial assets with fixed or determinable payments and fixed maturities that the Company's management has the intention and ability to hold to maturity. Held-to-maturity investment securities are initially recognised at fair value, including directly attributable costs, and subsequently measured at amortised cost using the effective interest method less any impairment losses. Any foreign currency transaction gain or loss on held to maturity investment securities is recognised in the income statement. A sale or reclassification of any held-to-maturity investments would result in the reclassification of all held-to-maturity investments as available for sale, and would prevent the Company from classifying investment securities as held to maturity for the current and the following two financial years. Sales or reclassifications are allowed in any of the following circumstances:

- sales or reclassifications that are so close to maturity that changes in the market rate of interest would not have a significant effect on the financial asset's fair value;
- sales or reclassifications after the entity has collected substantially all of the asset's original principal; or
- sales or reclassifications attributable to non-recurring isolated events beyond the entity's control that could not have been reasonably anticipated.

Reverse repurchase agreements

When the Company purchases a financial asset and simultaneously enters into an agreement to resell the asset or a substantially similar asset at a fixed price on a future date, the arrangement is accounted for as a loan or advance, and the underlying asset is not recognised in the Company's financial statements.

Financial liabilities

Deposits by banks, customer accounts, accruals and deferred income, debt securities in issue and other liabilities are measured at amortised cost. Other liabilities are primarily made up of amounts payable to both intercompany and third party organisations. Where financial liabilities arising from short sale transactions, are also initially recognised at fair value with the related transaction costs taken directly to the income statement. Gains and losses arising from subsequent changes in fair value are recognised directly in the income statement within net trading income.

Offsetting

Financial assets and liabilities are offset and the net amount presented in the statement of financial position when, and only when, the Company has a currently enforceable legal right to set off the recognised amounts and it intends either to settle on a net basis, or to realise the asset and settle the liability simultaneously. Income and expenses are presented on a net basis only when permitted under IFRS, or for gains and losses arising from a group of similar transactions such as in the Company's trading activity.

Fair Value Measurement

"Fair Value" is the price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an orderly transaction between market participants at the measurement date in the principal or, in its absence, the most advantageous market to which the Company has access at that date. The fair value of a liability reflects its non-performance risk.

When available, the Company measures the fair value of an instrument using the quoted price in an active market for that instrument. A market is regarded as active if transactions for the asset or liability take place with sufficient frequency and volume to provide pricing information on an on-going basis.

If there is no quoted price in an active market, then the Company uses valuation techniques that maximise the use of relevant observable inputs and minimise the use of unobservable inputs. The chosen valuation technique incorporates all of the factors that market participants would take into account in pricing a transaction.

128/82
128/82

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

i) Financial assets and liabilities (continued)

Fair Value Measurement (continued)

The best evidence of the fair value of a financial instrument at initial recognition is normally the transaction price – i.e. the fair value of the consideration given or received. If the Company determines that the fair value at initial recognition differs from the transaction price and the fair value is evidenced neither by a quoted price in an active market for an identical asset or liability nor based on a valuation technique that uses only data from observable markets, then the financial instrument is initially measured at fair value, adjusted to defer the difference between the fair value at initial recognition and the transaction price. Subsequently, that difference is recognised in profit or loss on an appropriate basis over the life of the instrument.

The value of a demand deposit is not less than the amount payable on demand, discounted from the first date on which the amount could be required to be paid.

The Company recognises transfers between levels of the fair value hierarchy as of the end of the reporting period during which the change occurred.

j) Impairment of financial assets

Impairment of loans and advances

The Company assesses at each statement of financial position date whether there is objective evidence that loans and advances are impaired. Loans and advances are impaired and impairment losses are incurred if, and only if, there is objective evidence of impairment as a result of one or more loss events that occurred after the initial recognition of the asset prior to the statement of financial position date (“a loss event”) and that loss event or events has/have had an impact on the estimated future cash flows of the financial asset or the portfolio that can be reliably estimated.

Objective evidence of impairment includes observable data that comes to the attention of the Company such as:

- Significant financial difficulty of the issuer or obligor;
- A breach of contract, such as a default or delinquency in interest or principal payments;
- It becomes probable that the borrower will enter bankruptcy or other financial reorganisation;
- The disappearance of an active market for that financial asset because of financial difficulties; or
- Observable data indicating that there is a measurable decrease in the estimated future cash flows from a portfolio of financial assets since the initial recognition of those assets, although the decrease cannot yet be identified with the individual financial assets in the portfolio, including:
 - adverse changes in the payment status of borrowers in the portfolio; and
 - national or local economic conditions that correlate with defaults on the assets in the portfolio.

The Company first assesses whether objective evidence of impairment exists individually for loans and advances that are individually significant and individually or collectively for financial assets that are not individually significant. If the Company determines that no objective evidence of impairment exists for an individually assessed loans and advances, whether significant or not, it includes the asset in a group of loans and advances with similar credit risk characteristics and collectively assesses them for impairment. Loans and advances that are individually assessed for impairment and for which an impairment loss is or continues to be recognised are not included in a collective assessment of impairment.

For loans and advances the amount of impairment loss is measured as the difference between the assets carrying amount and the present value of estimated future cash flows considering collateral, discounted at the asset's original EIR. The amount of the loss is recognised using an allowance account or offset against the loan balance and the amount of the loss is included in the income statement.

Following impairment, interest income is recognised using the original EIR. The Company discounts future cash flows for the purpose of measuring the impairment loss, using the original EIR, applied to the revised carrying amount.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

i) Impairment of financial assets (continued)

Write-off of loans and advances

Loans (and the related impairment allowance accounts) are normally written off, either partially or in full, when there is no realistic prospect of recovery. Where loans are secured, this is generally after receipt of any proceeds from the realisation of security. In circumstances where the net realisable value of any collateral has been determined and there is no reasonable expectation of further recovery, write-off may be earlier. Subsequent recoveries of amounts previously written off are recorded against net credit losses in the income statement.

Reversals of impairment

If, in a subsequent period, the amount of the impairment loss decreases and the decrease can be related objectively to an event occurring after the impairment was recognised, the previously recognised impairment loss is reversed by adjusting the allowance account. The amount of the reversal is recognised against net credit losses in the income statement.

Impairment of available-for-sale financial assets

Available-for-sale financial assets are assessed at each balance sheet date for objective evidence of impairment. If such evidence exists as a result of one or more events that occurred after the initial recognition of the financial asset (a 'loss event') and that loss event has an impact, which can be reliably measured, on the estimated future cash flows of the financial asset an impairment loss is recognised.

Impairment losses on available-for-sale investment securities are recognised by transferring the cumulative loss that has been recognised directly in equity to the income statement. The cumulative loss that is removed from equity and recognised in the income statement is the difference between the acquisition cost, net of any principal repayment and amortisation, and the current fair value, less any impairment loss previously recognised in the income statement. Changes in impairment provisions attributable to application of the effective interest method time are reflected as a component of interest income.

The impairment methodologies for available-for-sale financial assets are set out as follows:

- Available-for-sale debt securities: In assessing objective evidence of impairment at the reporting date, the Company considers all available evidence, including observable data or information about events specifically relating to the securities which may result in a shortfall in the recovery of future cash flows. Financial difficulties of the issuer, as well as other factors such as information about the issuers' liquidity, business and financial risk exposures, levels of and trends in default for similar financial assets, national and local economic trends and conditions, and the fair value of collateral and guarantees may be considered individually, or in combination, to determine if there is objective evidence of impairment.
- Available-for-sale equity securities: Objective evidence of impairment may include specific information about the issuer as detailed above, but may also include information about significant changes in technology, markets, economics or the law that provides evidence that the cost of the equity securities may not be recovered.

A significant or prolonged decline in the fair value of the equity below its cost is also objective evidence of impairment. In assessing whether it is significant, the decline in fair value is evaluated against the original cost of the asset at initial recognition.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

j) Impairment of financial assets (continued)

Impairment of available-for-sale financial assets (continued)

Once an impairment loss has been recognised, the subsequent accounting treatment for changes in the fair value of that asset depends on the type of asset:

- for an available-for-sale debt security, a subsequent decline in the fair value of the instrument is recognised in the income statement when there is objective evidence of impairment as a result of further decreases in the estimated future cash flows of the financial asset. Where there is no further objective evidence of impairment, the decline in the fair value of the financial asset is recognised in other comprehensive income. If the fair value of a debt security increases in a subsequent period, and the increase can be objectively related to an event occurring after the impairment loss was recognised in the income statement, or the instrument is no longer impaired, the impairment loss is reversed through the income statement;
- for an available-for-sale equity security, all subsequent increases in the fair value of the instrument are treated as a revaluation and are recognised in other comprehensive income. Impairment losses recognised on the equity security are not reversed through the income statement. Subsequent decreases in the fair value of the available-for-sale equity security are recognised in the income statement, to the extent that further cumulative impairment losses have been incurred.

k) De-recognition of financial assets and liabilities

Financial assets are derecognised when the right to receive cash flow from assets has expired or the Company has transferred substantially all the risks and rewards of ownership. Financial liabilities are derecognised when they are extinguished, that is, when the obligation is discharged, cancelled or expires.

l) Finance and operating leases

Where the Company leases out equipment and there is a transfer of substantially all of the risks and rewards of ownership to the lessee, the lease is accounted for as a finance lease. Operating leases are leases other than finance leases.

Finance and operating leases – as lessee

Assets held under finance leases and hire purchase contracts are capitalised and depreciated as described in Note 1 (m) below. Finance charges are allocated to accounting periods so as to produce a constant periodic rate of interest on the remaining balance of the obligation for each accounting period. Rentals payable under operating leases are charged to the income statement on a straight line basis over the lease term and are included within “General and administrative expenses”.

Finance and operating leases – as lessor

The net investment in finance leases is included in “Loans and advances to customers”. The gross earnings over the period of the lease are allocated to give a constant periodic rate of return on the net investment. Direct costs of initiating leases are added to the initial recognition amount of the lease receivable. Rentals receivable are included within “Interest and similar income”.

Assets held for the purpose of leasing to third parties under operating leases are included in “Property, plant and equipment” and depreciated on a straight-line basis over their estimated useful life. Rentals receivable are accounted for on a straight-line basis over the period of the lease and are included within “Other operating income”.

Residual values

Residual value exposure occurs due to the uncertain nature of the value of an asset at the end of an agreement. Throughout the life of an asset its residual value will fluctuate because of the uncertainty of the future market and technological changes or product enhancements as well as general economic conditions.

Residual values are set at the commencement of the lease based upon management’s expectations of future values. During the course of the lease residual values are reviewed on an annual basis so as to identify any potential impairment. Any reduction in the residual value that leads to an impairment of a leased asset is identified within such reviews and recognised immediately.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

m) Property and equipment

Items of property and equipment, including freehold and leasehold improvements are stated at cost, less accumulated depreciation and impairment losses (see below). Depreciation is provided to write off the cost, less the estimated residual value of each asset, on a straight-line basis over their estimated useful lives. Estimated useful lives of vehicles, furniture and equipment are between one and ten years.

Freehold buildings	50 years
Leaschold property	lease term
Leasehold improvements	shorter of lease term and 10 years
Vehicles, furniture and equipment	between 1 and 10 years
Leased assets	between 1 and 20 years

Subsequent costs are included in the asset's carrying amount or recognised as a separate asset, as appropriate, only when it is probable that future economic benefits associated with the item will flow to the Company and the cost of the item can be measured reliably. All other repairs and maintenance are charged to the income statement during the financial period in which they are incurred.

n) Intangible assets

Goodwill

Acquired goodwill represents the excess of the cost of an acquisition over the fair value of the Company's share of the net identifiable assets of the acquired subsidiary undertaking at the date of acquisition. Gains and losses on the disposal of an entity include the carrying amount of goodwill relating to the entity sold. Goodwill is stated at cost less any accumulated impairment losses.

Computer software

Expenditure on internally developed software is recognised as an asset when the Company is able to demonstrate its intention and ability to complete the development and use the software in a manner that will generate future economic benefits, and can reliably measure the costs to complete the development. The capitalised cost of internally developed software includes all internal and external costs directly attributable to developing the software and are amortised over its useful life.

Amortisation is charged to the income statement and presented in the other expenses line using the methods that best reflect the economic benefits over their estimated useful economic lives and residual values are reviewed at each financial year end and adjusted if appropriate. The estimated useful lives are as follows.

Acquired computer software licenses	3 - 5 years
Computer software development	1 - 10 years

Other intangibles - Client intangibles

Intangible assets that are acquired by the Company are stated at cost less accumulated amortisation and impairment losses.

Other intangibles relate to client intangibles that are identifiable assets and are recognised at their present value based on cash flow forecasts on acquired contractual rights over customer relationships.

Amortisation is charged to the income statement and presented in the other expenses line using the methods that best reflect the economic benefits over their estimated economic lives and residual values are reviewed at each financial year end and adjusted if appropriate. The estimated useful lives are as follows.

Client intangibles	3 - 5 years
--------------------	-------------

o) Impairment of non-financial assets

At each reporting date, the Company assesses whether there is any indication that its goodwill and intangible assets or property and equipment are impaired. These non-financial assets are tested for impairment annually or more frequently if events or changes in circumstance indicate that they might be impaired. Goodwill is allocated to cash-generating units for the purpose of impairment testing. Impairment losses in respect of goodwill are not reversed. Impairment losses are recognised in the income statement.

132/2
132
Y1.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

p) Income taxes

Income tax payable on profits is recognised as an expense based on the applicable tax laws in each jurisdiction in the period in which profits arise. The tax effects of income tax losses available for carry-forward are recognised as a deferred tax asset if it is probable that future taxable profit will be available against which the losses can be utilised.

Deferred tax assets and liabilities are recognised for taxable and deductible temporary differences between the tax base of assets and liabilities and their carrying amounts in the financial statements. Deferred tax assets are recognised to the extent that it is probable that there will be suitable profits available against which these differences can be utilised. Deferred tax assets and liabilities are measured at the tax rates that are expected to apply in the period in which the asset will be realised or the liability will be settled based on tax rates that are enacted or substantively enacted at the statement of financial position date.

Deferred tax assets are reviewed at each reporting date and are reduced to the extent that it is no longer probable that the related tax benefit will be realised. Current and deferred taxes are recognised as an income tax benefit or expense in the income statement.

q) Levies

Levies are imposed by governments to the Company in accordance with the legislation, other than income taxes, fines or other penalties that are imposed for breach of the legislation. The Company recognises a liability to pay a levy on the date identified by the legislation that triggers the obligation. Levies are recorded under general administrative expenses in the Company's income statement.

r) Foreign currencies

Transactions in foreign currencies are recorded using the rate of exchange at the date of transaction. Monetary assets and liabilities denominated in currencies other than US Dollars are translated into US Dollars using the year end spot exchange rates. Non-monetary assets and liabilities denominated in currencies other than US Dollar that are classified as "held for trading" or "designated at fair value" are translated into US Dollars using the year end spot rate. Non-monetary assets and liabilities, denominated in currencies other than US Dollars, that are not measured at fair value, have been translated at the relevant historical exchange rates. Any gains or losses on exchange are taken to the income statement as incurred except gains and losses on financial assets classified as AFS equity investments which are recognised in OCI that are non-monetary items.

The assets and liabilities of overseas branches are translated into the Company's presentation currency at the rate of exchange as at the statement of financial position date, and their income statements are translated at the average exchange rates for the year. Exchange differences arising on translation are taken directly to a separate component of equity.

s) Employee benefits

Defined benefit plans

The Company participates in and continues to operate defined benefit pension schemes for employees in Greece, Netherlands, Belgium, Spain, Austria, Ireland, France and Norway. Staff do not make contributions for basic pensions. For its overseas defined benefit plans, the net liability recognised in the statement of financial position is the actuarially calculated present value of the defined benefit obligation at the Statement of financial position date, less the fair value of the plan assets.

The defined benefit obligation is calculated annually by independent actuaries using the projected unit credit method. The present value of the defined benefit obligation is determined by discounting the estimated future cash outflows using interest rates of high-quality corporate bonds that are denominated in the currency in which the benefits will be paid and that have terms to maturity approximating to the terms of the related pension liability.

Remeasurement gains and losses are recognised immediately in the statement of comprehensive income. For defined benefit obligations, the current service cost and any past service costs are included in the profit and loss account within operating expenses and the interest income on pension scheme assets, net of the impact of the interest cost on the pension scheme liabilities, is included within other finance income.

A surplus is recognised on the statement of financial position where an economic benefit is available as a reduction in future contributions or as a refund of monies to the Company.

133/ox
133
JL.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

s) Employee benefits (continued)

Defined contribution plans

The Company operates a number of defined contribution pension schemes. The Company's annual contributions are charged to the income statement in the period to which they relate. The pension scheme's assets are held in separate trustee administered funds.

Short term benefits

Short-term employee benefit obligations are measured on an undiscounted basis and are expensed as the related service is provided. A provision is recognised for the amount expected to be paid under short-term cash bonus if the Company has a present legal or constructive obligation to pay this amount as a result of past service provided by the employee and the obligation can be estimated reliably.

Termination benefits

Termination benefits are recognised as an expense when the Company is demonstrably committed, without realistic possibility of withdrawal, to a formal detailed plan to either terminate employment before the normal retirement date, or to provide termination benefits as a result of the offer made to encourage voluntary redundancy. Termination benefits for voluntary redundancies are recognised as part of a restructuring programme, if the Company has made an offer of voluntary redundancy, it is probable that the offer will be accepted, and the number of acceptances can be estimated reliably.

t) Share based incentive plans

The Company participates in a number of Citigroup share-based incentive plans under which Citigroup grants shares to the Company's employees. Pursuant to a separate Stock Plans Affiliate Participation Agreement ("SPAPA") the Company makes a cash settlement to Citigroup for the fair value of the share-based incentive awards delivered to the Company's employees under these plans.

The Company uses equity-settled accounting for its share-based incentive plans, with separate accounting for its associated obligations to make payments to Citigroup. The Company recognises the fair value of the awards at grant date as a compensation expense over the vesting period with a corresponding credit in the equity reserve as a capital contribution from Citigroup. All amounts paid to Citigroup and the associated obligation under the SPAPA is recognised in the equity reserve over the vesting period. Subsequent changes in the fair value of all unexercised awards and the SPAPA are reviewed annually and any changes in value are recognised in the equity reserve, again over the vesting period.

For Citigroup's share-based incentive plans that have a graded vested period each "tranche" of the award is treated as a separate award, where a plan has a cliff vest the award only has a single "tranche". The expense is recognised in the first year of deferral.

Vesting Period of Award	% of expense recognised			
	Year 1	Year 2	Year 3	Year 4
2 Years (2 Tranches)	75%	25%		
2 Years (1 Tranche)	50%	50%		
3 Years (3 Tranches)	61%	28%	11%	
3 Years (1 Tranche)	33%	33%	33%	
4 Years (4 Tranches)	52%	27%	15%	6%
4 Years (1 Tranche)	25%	25%	25%	25%

However, employees who meet certain age plus years of service requirements (retirement eligible employees) may terminate active employment and continue vesting in their awards provided they comply with specified non-compete provisions. The cost of share based incentive plans are recognised over the requisite service period. For awards granted to retiree eligible employees, the services are provided prior to grant date, and subsequently the costs are accrued in the year prior to the grant date.

CITIBANK EUROPE PLC

134 /
 734
 D1.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. Principal accounting policies (continued)

u) Accounting for government grants

Grants are credited to the income statement to offset the matching expenditure. Grants received, which are repayable if defined conditions are not met, are credited to the income statement on a straight-line basis over that period.

v) Cash and cash equivalents

For the purposes of the cash flow statement, cash and cash equivalents comprise balances with original maturity of less than three months, including: non-restricted and restricted cash balances with central banks, treasury bills and other eligible bills and loans and advances to banks.

w) Provisions

Provisions are recognised when it is probable that an outflow of economic resources will be required to settle a current legal or constructive obligation as a result of past events, and a reliable estimate can be made of the amount of the obligation.

x) Subsidiary undertakings

Shares in subsidiary undertakings, comprising unlisted securities, are shown at cost less allowance for impairment.

y) Common control transactions

The Company accounts for business combinations between entities under common control at book value. Comparatives have not been restated nor prepared on a pro forma basis unless otherwise indicated.

z) Discontinued operation

A discontinued operation is a component of the Company's business that represents a separate major line of business or geographical area of operations that meet the definition of criteria to be classified as held for sale.

The results of discontinued operations have been disclosed separately as a single amount in the income statement for the relevant periods presented, comprising the post-tax profit or loss of discontinued operations and the post-tax gain or loss recognised on measurement to fair value less costs to sell. Prior period disclosures have been updated to distinguish between continuing and discontinued operations. Please refer to Note 29 – 'Discontinued operations' for further information.

aa) Fiduciary activities

The Company commonly acts as trustee and in other fiduciary capacities that result in the holding or placing of assets on behalf of individuals, trusts, retirement benefit plans and other institutions.

bb) Issued debt securities

The Company has designated at fair value through profit and loss a number of issued debt securities that contain embedded equity, interest rate and credit derivatives that would otherwise be required to be split and separately accounted for at fair value. The fair value of issued debt securities also takes into account an allowance for the Company's own credit risks. See Note 18 – 'Financial assets and liabilities' for further details.

135/12
135
M

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

2. Use of assumptions and estimates

The results of the Company are sensitive to the accounting policies, assumptions and estimates that underlie the preparation of its financial statements. The accounting policies used in the preparation of the financial statements are described in detail above.

The preparation of financial statements requires the use of judgements, estimates and assumptions that affect the application of accounting policies and the reported amounts of assets, liabilities, income and expenses. Actual results may differ from these estimates.

Estimates and underlying assumptions are reviewed on an ongoing basis. Revisions to accounting estimates are recognised in the period in which the estimate is revised and in any future periods affected.

When preparing the financial statements, it is the Directors' responsibility under Irish Company law to select suitable accounting policies and to make judgments and estimates that are reasonable and prudent. The accounting policies that are deemed critical to the Company's IFRS results and financial position, in terms of the materiality of the items to which the policy is applied, or which involve a high degree of judgment or estimation are:

Impairment of loans

In determining whether an impairment loss should be recorded in the income statement, the Company makes judgements as to whether there is any observable data indicating that there is a measurable decrease in the estimated future cash flows from individually significant loans or from a loan portfolio. Estimates are based on historical loss experience for assets with credit risk characteristics and objective evidence of impairment similar to those in the portfolio when estimating its future cash flows. Impairments are discussed and presented further in Note 17 – 'Risk management'.

Valuation of intangible assets

Assumptions may be required in the valuation of certain material intangible assets and management may use external professional advice to assist with this process.

Share-based incentive plans

The Company participates in a number of Citigroup Inc's share-based incentive plans. Awards granted through Citigroup Inc's Stock Option Program are measured by applying an option pricing model, taking into account the terms and conditions of the program. Analysis of past exercise behaviour, Citigroup Inc's dividend history and historical volatility are key inputs to the valuation model. See Note 31 – 'Share-based incentive plans' for further details.

Retirement benefit obligation

The Company participates in locally operated defined benefit schemes for its European branches. Defined benefit schemes are measured on an actuarial basis, with the key assumptions being inflation, discount rate and mortality. Under the revised IAS 19 the expected return on plan assets is calculated by applying the AA corporate bond yield discount rate. Inflation rates are selected by reference to the European Central Bank target for inflation. Mortality assumptions are based upon the relevant standard industry and national mortality tables. Discount rates are based on specific corporate bond indices which reflect the underlying yield curve of each scheme. Management judgement is required in estimating the rate of future salary growth. All assumptions are unbiased, mutually compatible and based upon market expectations at the reporting date. The sensitivity of key assumptions is discussed in Note 14 – 'Retirement benefit obligations.'

Valuation of financial instruments

The fair values of financial instruments that are not quoted in active markets are determined by using valuation techniques. To the extent practical, models use only observable data and where this is not possible may be required to make estimates. Note 18 – 'Financial assets and liabilities' further outlines the approach to valuation of financial instruments.

Deferred tax

The Company's accounting policy for the recognition of deferred tax assets is described in Note 1(p) – 'Principal accounting policies'. A deferred tax asset is recognised to the extent that it is probable that suitable future taxable profits will be available against which deductible temporary differences can be utilised. The recognition of a deferred tax asset relies on management's judgements surrounding the probability and sufficiency of suitable future taxable profits, future reversals of existing taxable temporary differences and planning strategies.

The amount of the deferred tax asset recognised is based on the evidence available about conditions at the balance sheet date, and requires significant judgements to be made by management, especially those based on management's projections of business growth, credit losses and the timing of a general economic recovery.

Management's forecasts support the assumption that it is probable that the future results of the Company will generate sufficient suitable taxable income to utilise the deferred tax assets.

136/ok
136
31.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

2. Use of assumptions and estimates (continued)

Credit value adjustment ("CVA"), funding valuation adjustment ("FVA") and debt valuation adjustment ("DVA")

CVA and FVA are applied to over-the-counter ("OTC") derivative instruments in which the base valuation generally discounts expected cash flows using the relevant base interest rate curve for the currency of the derivative (e.g. LIBOR for uncollateralised U.S. dollar derivatives). As not all counterparties have the same credit risk as that implied by the relevant base curve, a CVA is necessary to incorporate the market view of both counterparty credit risk and Citi's own credit risk in the valuation. FVA reflects a market funding risk premium inherent in the uncollateralised portion of derivative portfolios, and in collateralised derivatives where the terms of the agreement do not permit the reuse of the collateral received.

Citi's CVA methodology is composed of two steps. First, the credit exposure profile for each counterparty is determined using the terms of all individual derivative positions and a Monte Carlo simulation or other quantitative analysis to generate a series of expected cash flows at future points in time. The calculation of this exposure profile considers the effect of credit risk mitigants, including pledged cash or other collateral and any legal right of offset that exists with counterparty through arrangements such as netting agreements. Individual derivative contracts that are subject to an enforceable master netting agreement with a counterparty are aggregated for this purpose, since it is those aggregate net cash flows that are subject to non-performance risk.

This process identifies specific, point-in-time future cash flows that are subject to non-performance risk, rather than using the current recognised net asset or liability as a basis to measure the CVA. Second, market-based views of default probabilities derived from observed credit spreads in the credit default swap ("CDS") market are applied to the expected future cash flows determined in step one. Citi's own-credit CVA is determined using Citi-specific CDS spreads for the relevant tenor. Generally, counterparty CVA is determined using CDS spread indices for each credit rating and tenor. For certain identified netting sets where individual analysis is practicable (e.g., exposures to counterparties with liquid CDSs), counterparty-specific CDS spreads are used.

The CVA and FVA are designed to incorporate a market view of the credit and funding risk, respectively, inherent in the derivative portfolio. However, most unsecured derivative instruments are negotiated bilateral contracts and are not commonly transferred to third parties. Derivative instruments are normally settled contractually or, if terminated early, are terminated at a value negotiated bilaterally between the counterparties. Thus, the CVA and FVA may not be realised upon a settlement or termination in the normal course of business. In addition, all or a portion of these adjustments may be reversed or otherwise adjusted in future periods in the event of changes in the credit or funding risk associated with the derivative instruments.

Own debt valuation adjustments ("DVA") are recognised on debt securities in issue that are designated at fair value using Citigroup's credit spreads observed in the bond market. Accordingly, the fair value of debt securities in issue is impacted by the narrowing or widening of Citigroup's credit spreads.

CVA and DVA may not be realised upon a settlement or termination in the normal course of business. In addition, all or a portion of the credit valuation adjustments may be reversed or otherwise adjusted in future periods in the event of changes in the credit risk of Citigroup or its counterparties, or changes in the credit mitigants (collateral and netting agreements) associated with the derivative instruments.

The Company has designated various debt instruments at fair value through profit or loss. Under IFRS 13, the Company is required to incorporate its own-credit risk in the fair value for these liabilities.

During 2017, the Company recorded CVA/FVA/DVA gain of approximately \$7.6 million (2016: loss of \$4.5 million).

137/14
M -

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

3. Net interest income

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Interest and similar income		
Cash and cash equivalents	470	1,132
Loans and advances to banks	73,805	77,258
Loans and advances to customers	305,491	293,719
Investment securities - available for sale	31,469	44,116
Other interest income	22,528	1,116
Total interest income	<u>433,763</u>	<u>417,341</u>
Interest expense and similar charges		
Deposits by banks	11,983	11,929
Customer accounts	14,100	25,880
Debt securities in issue	-	740
Other interest paid	35,587	20,643
Total interest expense	<u>61,670</u>	<u>59,192</u>
Net interest income	<u>372,093</u>	<u>358,149</u>

Included in interest income is a total of \$14.5 million (2016: \$1.2 million) received on impaired loans.

138/~~ac~~
138
n.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

4. Net fee and commission income

	2017 \$ 000	2016* \$ 000
Securities	-	8,448
Clearing and settlement	43,665	51,728
Asset management	1,752	1,750
Custody and Fiduciary transactions	208,094	187,241
Payment services	309,661	319,767
Customer resources distributed but not managed	133,164	150,329
Structured Finance	94,832	96,028
Loan commitments given	100,329	109,745
Other	262,964	266,114
Total fee and commission income	1,154,461	1,191,150
Clearing and settlement	(43,023)	(36,296)
Custody	(25,942)	(19,834)
Other	(32,332)	(25,117)
Total fee and commission expense	(101,297)	(81,247)
Net fee and commission income	1,053,164	1,109,903

* Certain captions for comparatives have been updated for presentation purposes only.

Included in fee and commission income are fees earned by the Company on fiduciary activities where the Company holds assets on behalf of its customers. This fee income totalled \$148 million in 2017 (2016: \$149 million).

5. Net trading income

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Derivatives	175,040	85,585
Debt securities	25,872	74,123
Loans and advances	10,582	1,540
Total net trading income	211,494	161,248

The increase in the net trading income is driven through affiliate derivative transactions.

139/12

139
22 -

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

6. Net investment income

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Net gain of available-for-sale financial assets	41,657	148,290
Dividends on available-for-sale financial assets	906	1,327
Total net investment income	42,563	149,617

7. Net income from other financial instruments designated at fair value through profit or loss

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Loans and advances	261	33,039
Debt securities issued	-	(152)
Total net income from other financial instruments designated at fair value through profit or loss	261	32,887

8. Other operating income

	2017 \$ 000	2016* \$ 000
Intercompany recoveries	387,614	356,995
Total other operating income	387,614	356,995

* Certain captions for comparatives have been updated for presentation purposes only.

A significant portion of expenses within the Company originates from services provided by the Citi Service Centre ("CSC") to other Citi entities, both globally and regionally. These costs are allocated out to businesses and legal entities based on a number of drivers. All of these transfer pricing agreements are reviewed regularly for appropriateness. These recoveries are recognised in other operating income.

9. Auditor's remuneration

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Audit fee	742	699
Other assurance	349	270
Tax advisory services	2	33
Other non-audit services	-	-
	1,093	1,002

Additional fees paid to other KPMG member firms outside Ireland for services include local audit fees of \$1.2 million (of which \$1 million were to offices involved in the statutory audit of the Company), other assurance fees of \$0.1 million, tax advisory fees of \$0.04 million and any other non-audit service fees of \$0.2 million.

140/
140
JL -

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

10. Personnel expenses

The average number of persons employed by the Company during the year was 8,915 (2016: 9,158). This comprises 8,805 Direct Staff Full Time and 110 Direct Staff Part-time. The average number of persons employed through the Company's continuing operations during the year was 8,915 (2016: 8,604). The average number of persons employed through the Company's discontinued operations during the year was nil (2016: 554).

The following table shows the average number of employees by function for 2017 and 2016:

	2017	2016
Investment Banking	619	600
Retail Banking	315	805
Corporate Functions	2,952	2,411
Independent Control Functions	293	256
All Other	4,736	5,086
Total number of staff	8,915	9,158

"All Other" relates primarily to Operation and Technology headcount which are based in the Company's Service Centres.

The Company operates 11 defined contribution pension schemes of which seven are defined benefit schemes. In 2017 contributions of \$26 million (2016: \$22 million) were made to the schemes.

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Wages and salaries	505,840	452,944
Social security costs	91,705	89,454
Share based payment expenses	9,801	14,584
Pensions and post retirement benefits	25,736	22,082
Restructuring costs	10,395	35,801
Total personnel expenses	643,477	614,865

11. Directors' emoluments

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Directors' emoluments are as follows:		
For qualifying services	3,157	2,615
For long term incentive schemes	-	-
Pension schemes	98	112
- Defined contribution scheme	98	112
Compensation for loss of office	-	1,392
	3,255	4,119

As of 31 December 2017 retirement benefits were accruing to two directors (2016: three).

141/26
141/26.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

12. Other expenses

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Research and development	5,502	4,926
Depreciation	36,072	48,257
Amortisation	69,164	114,509
Communications and technology	111,438	97,596
Contractors	45,545	47,014
Tax charges and levies	51,191	57,157
Premises	48,532	48,616
Other administrative expenses	152,768	188,672
Total other expenses	520,212	606,747

13. Tax on profit on ordinary activities

(a) Analysis of tax charge in the year:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Current tax:		
Corporation tax on profits of the period	(101,202)	(149,944)
Total current tax	(101,202)	(149,944)
Deferred tax:		
Current year deferred tax	(45,913)	20,354
Total deferred tax (note 23)	(45,913)	20,354
Total income tax expense	(147,115)	(129,590)
- of this continuing operation	(145,741)	(124,743)

(b) Reconciliation of effective tax rate:

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Profit before income tax from continued operations	735,438	953,096
Profit before income tax from discontinued operations	11,697	39,045
Total profit before income tax	747,135	992,141
Income tax at Irish corporation tax rate of 12.5%	(93,392)	(124,018)
Effects of:		
Income taxes paid in foreign jurisdictions	4,979	(644)
Capital allowances and other timing differences	5,070	29,674
Non deductible expenses	(17,859)	(32,998)
Taxes paid at higher rate	-	(21,958)
Total current income tax expense	(101,202)	(149,944)
- of this continuing operation	(99,828)	(145,097)
- of this discontinuing operation	(1,374)	(4,847)

142 / 2
142 / 2

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation

The Company participates in locally operated defined benefit and defined contribution schemes for its European branches. The overseas branches in Greece, Netherlands, Belgium, Spain, Austria, Ireland, France and Norway operate defined benefit schemes locally. In some of the European countries employers pay contributions towards the state pension scheme. The Company fulfils its duties in this regard as required by local statute. Across the Company various countries participate in defined contribution schemes.

Employer contributions to the defined benefit schemes in 2017 were \$3 million (2016: \$3 million). The Company expects to make contributions of approximately \$2 million in 2018. The defined benefit obligation includes benefits for current employees, former employees and current pensioners. The weighted average duration of the obligation is 18.4 years. The main plans provide benefits related to salary close to retirement or earlier withdrawal from service.

Material amendments, curtailments and settlements within the during 2016 and 2017 encompassed the following:

Following the merger of Citibank International Limited with Citibank Europe Plc, an internal agreement which enhanced the retirement indemnities required by collective agreement was terminated in France. This reduced the plan obligation by \$1.4 million (€1.2 million) in 2017, and will result in small expense reduction going forward.

The retirement age in the Netherlands was changed in late 2017 from 67 to 68, without a change in accrual rate. The transfer of the accrued benefits with retirement age 67 into benefits with retirement age 68 led to a small increase in the plan obligation of \$0.2 million (€0.2 million).

In 2016 a restructuring took place in Greece leading to the departure of a number of employees from the pension and medical plans. The impact of these departures was a reduction to the defined benefit obligation of \$1.7 million which has been recognized as a past service credit in 2016.

The amounts recognised in the balance sheet are determined as follows:

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Present value of funded defined benefit obligation	(537,821)	(466,681)
Fair value of plan assets	315,302	282,858
Deficit	<u>(222,519)</u>	<u>(183,823)</u>
Present value of unfunded defined benefit obligation	(17,103)	(14,703)
Net liability recognised on the balance sheet (note 28)	<u>(239,622)</u>	<u>(198,526)</u>
Deferred tax asset (note 23)	29,953	49,980
Net pension liability	<u>(209,669)</u>	<u>(148,546)</u>

The analysis of the income statement charge is as follows:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Operating costs:		
Current service cost	3,383	2,847
Past service credit (incl. curtailments)	(1,176)	(1,743)
Administration expenses	1,071	1,057
Financing costs:		
Interest cost on defined benefit obligations	8,692	10,767
Interest income on scheme assets	<u>(5,055)</u>	<u>(7,034)</u>
Expense recognised in the income statement	6,915	5,894
of which attributable to discontinued operations	-	-
Expense recognised in the income statement for continuing operations	<u>6,915</u>	<u>5,894</u>

143
143
81 -

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation (continued)

The changes to the present value of the defined benefit obligation during the year are as follows:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Opening defined benefit obligation	(481,384)	-
Defined benefit obligation on date of merger	-	(428,871)
Exchange rate adjustments	(67,219)	16,549
Current service cost	(3,383)	(2,847)
Interest cost on defined benefit obligations	(8,692)	(10,767)
Remeasurement losses due to changes in financial assumptions	(4,956)	(71,986)
Remeasurement losses due to changes in demographic assumptions	(835)	(1,241)
Remeasurement gains due to changes in liability experience	(6,216)	1,189
Contributions by plan participants	(45)	(44)
Net benefits paid out	16,630	14,891
Past service cost (including curtailments)	1,176	1,743
 Closing defined benefit obligation	 <u>(554,924)</u>	 <u>(481,384)</u>

The changes to the fair value of plan assets during the year are as follows:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Opening fair value of plan assets	282,858	-
Fair value of plan assets on date of merger	-	281,697
Exchange rate adjustments	38,743	(9,248)
Interest income on plan assets	5,055	7,034
Return on plan assets excluding interest income	3,800	16,339
Contributions by the employer	2,502	2,940
Contributions by the participants	45	44
Net benefits paid out	(16,630)	(14,891)
Administration costs incurred	(1,071)	(1,057)
 Closing fair value of plan assets	 <u>315,302</u>	 <u>282,858</u>

The actual return on plan assets is as follows:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Interest income on plan assets	5,055	7,034
Return on plan assets excluding interest income	3,800	16,339
Total return on plan assets	<u>8,855</u>	<u>23,373</u>

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation (continued)

The interest income on scheme assets is set using the discount rate assumption. In 2017 there was a small increase in asset values leading to a remeasurement gain of \$4 million. In 2016, asset values grew by more than assumed, leading to an overall remeasurement gain of \$16 million, as bond yields decreased during the period.

The analysis of amounts recognised outside the income statement, and disclosed in the statement of comprehensive income are as follows:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Total remeasurement losses	(8,207)	(55,699)
Total losses in the statement of comprehensive income	<u>(8,207)</u>	<u>(55,699)</u>
Cumulative amount of losses recognised in the statement of comprehensive income	<u>(63,906)</u>	<u>(55,699)</u>

History of asset values, defined benefit obligation, deficit in plan and experience gains and losses for the Company are as follows:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Fair value of plan assets	315,302	282,858
Defined benefits obligation	(554,924)	(481,384)
Deficit in plan	<u>(239,622)</u>	<u>(198,526)</u>
	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Remeasurement gains on plan assets	3,800	16,339
Experience (loss)/gain on obligation	(6,216)	1,189
Assumption loss on obligation	<u>(5,791)</u>	<u>(73,227)</u>
Total remeasurement loss on scheme liabilities	<u>(12,007)</u>	<u>(72,038)</u>
Total remeasurement loss	<u>(8,207)</u>	<u>(55,699)</u>

The assumptions which have the most significant effect on the results of the valuation are those relating to the discount rate on scheme liabilities and mortality assumptions. The future life expectancy of scheme members is a key assumption. However, mortality assumptions are expected to vary from country to country, due to variations in underlying population mortality as well as in variations of the profile of typical membership of the company pension scheme. The average life expectancy of an individual retiring at age 65 is 22 for males and 23 for females.

Through its defined benefit pension plan, the Company is exposed to a number of risks, the most significant of which are detailed below:

- The possibility that bond yields will change which will affect the size of the obligations and the level of pension cost.
- The possibility that asset returns will be lower than expected.
- The risk of changes in mortality rates as the majority of the Company's defined benefit obligations are to provide benefits for the life of the member, increases in life expectancy will result in an increase in the liabilities.
- As the Greek pension plan is integrated with Greek social security any further amendments to the Greek Social Security Pension could potentially lead to higher benefits.

CITIBANK EUROPE PLC

14/12
145/21

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

14. Retirement benefit obligation (continued)

The financial weighted average assumptions used in calculating the liabilities as at 31 December are as follows:

	2017	2016
Discount rate for assessing scheme liabilities	1.70%	1.70%
Future salary increases	2.10%	2.10%
Rate of increase for pensions in payment	2.00%	1.80%
Inflation rate assumption	1.90%	1.70%

The fair values of the plan assets are as follows:

Fair values of the plan assets

	\$ 000			
	2017	Of which not quoted in active market		2016
Total fair value			Total fair value	
Equities	74,033	-	48,045	-
Property	132	-	-	-
Government bonds	85,361	-	119,547	-
Corporate bonds	106,124	-	98,351	-
Other	49,652	3,613	16,914	3,392
Total fair value of assets	315,302	3,613	282,857	3,392

The key assumption used for IAS 19 is the discount rate although the results are also sensitive, but to a lesser extent to other assumptions. If different assumptions were used, there could be a material effect on the results disclosed. The sensitivity analyses are based on a change in one assumption while holding all other assumptions constant.

The sensitivity of key assumptions used to value the obligation is as follows:

	2017 \$ 000	2016 \$ 000
Effect of decreasing the discount rate assumption by 1% on liabilities	(110,080)	(93,751)
Effect of participants living one extra year than expected on liabilities	(18,475)	(14,803)
Effect of increasing the pension increase rate by 1% on liabilities	(40,285)	(34,405)

Future benefits expected to be paid from pension plans is as follows:

	2018 \$ 000	2019 \$ 000	2020 \$ 000	2021 \$ 000	2022 \$ 000	2023-2027 \$ 000
Expected benefit payments	15,579	16,928	17,924	16,935	16,714	95,437

CITIBANK EUROPE PLC

146
146
31.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

15. Notes to the cash flows statement

a) Cash and cash equivalents

Cash and cash equivalents comprise the following balances, maturing within three months. The Company does not include government bonds of non OECD countries as cash equivalents, even where their maturity is within three months.

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Cash and balances with central banks	11,138,682	12,272,858
Other demand deposits	3,450,864	4,150,614
Cash and cash equivalents	14,589,546	16,423,472
Loans and advances to banks with maturity less than 3 months	5,436,022	4,470,420
Total	20,025,568	20,893,892

b) Change in liabilities arising from financing activities

	Repurchase agreements \$ 000
31 December 2016	-
Proceeds from repurchase agreement (net)	120,240
31 December 2017	120,240

16. Trading assets

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Government bonds	709,448	404,458
Corporate bonds	6,219	6,688
European commercial paper	-	455,359
Loans	251,747	228,875
Total trading assets	967,414	1,095,380

CITIBANK EUROPE PLC

147/2

147
31.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management

17.1 Risk management missions, organisation and governance

Risk management framework

The Company operates a comprehensive risk management framework to ensure that risks are identified, well-understood, accurately measured, controlled and pro-actively managed at all levels of the organisation so that the Company's financial strength is safeguarded.

The framework applies to the Company in its entirety, including all businesses, functions and branches. To support this, a number of Board-approved frameworks and policies are in place which set out the key principles, roles and responsibilities and governance arrangements through which the Company's material risks are managed.

The core aspects of the risk management approach are described below.

Risk governance

The risk management framework is based on a 'three lines of defence' governance model, whereby each line has a specific role and defined responsibilities in such a way that the execution of tasks is separated from the control of the same tasks. The three lines of defence also collaborate with each other in structured fora and through formalised processes to bring various perspectives together and to lead the Company toward outcomes that are in clients' and shareholders' interests, create economic value and are systemically responsible.

Each of the Company's businesses (the first line of defence) owns and manages the risks inherent in or arising from the business, and is responsible for establishing and operating controls to mitigate key risks, performing manager assessments of the design and effectiveness of internal controls, and promoting a culture of compliance and control.

The Company's independent control functions (the second line of defence), including Independent Risk Management, Fundamental Credit Review ("FCR"), Finance, Compliance, Legal, and Human Resources ("HR"), set standards against which business, operations and control functions are required to manage and oversee risks, including compliance with applicable laws, regulatory requirements, and policies and standards of ethical conduct. These functions are involved in identifying, measuring, monitoring, or controlling aggregate risks, and are independent from front line units.

The Company's Internal Audit function (the third line of defence) independently reviews activities of the first two lines of defence, based on a risk-based audit plan and methodology approved by the Audit Committee.

This governance framework ensures that risk is managed in line with the risk appetite and is cascaded throughout the Company.

Risk appetite

The Company's Risk Appetite Statement is the formal articulation of the aggregate levels and types of risk that the Company is willing to accept in order to achieve its strategic objectives which includes the maintenance of a strong financial position. It includes qualitative statements and associated risk review thresholds, and quantitative statements and associated risk limits.

The objective is to ensure that those risks are consistent with Company's Mission, Value Proposition, and Principle of Responsible Finance and that they are identified, understood, quantified, mitigated, communicated and captured.

Risk Management reviews and reports the Company's Risk Appetite usage against the established thresholds on a regular basis to the Board Risk Committee, which annually recommends approval of Risk Appetite in the form of the Risk Appetite Statement to the Board.

CITIBANK EUROPE PLC

148/
RC
148
✓.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.1 Risk management mission, organisation and governance (continued)

Risk identification and assessment process

Risk Identification in the Company is a continuous process. The Company has a formalized process for the identification and assessment of material risks across the bank, which is consistent with the Three Lines of Defence model.

This is an evolving process that provides the Company with the opportunity to consider the risks facing the Company, while raising awareness of those risks through broad participation from within the Company.

This process ensures that the Company's view of identified, assessed and emerging risks evolves in conjunction with changes in Company's risk profile and with changing market conditions.

The Material Risk Identification and Assessment process informs the Company's Strategic Plan and, in turn, Risk Appetite setting and other formal risk processes, among others ICAAP, ILAAP, and recovery planning.

Stress testing

The stress testing programme is an integral part of the Company's risk management framework and is supported by an effective infrastructure. Stress testing is integrated into the Company's risk management processes.

The stress testing programme is actionable and informs decision making at all appropriate management levels of the Company. The stress testing programme, as part of a range of risk management tools, supports different business decisions and processes including strategic decisions.

The effectiveness and robustness of stress tests is assessed regularly, qualitatively as well as quantitatively, in light of changing external conditions to ensure that they are up-to-date. The frequency of assessment of different parts of the stress testing programme is set as annually. The stress testing programme is sound and robust including the design, scenarios, use of judgement and results.

The Company's Board has the ultimate responsibility for ensuring an appropriate stress testing framework is in place. The Board reviews stress test scenarios prior to the stress tests being conducted, and the results of stress tests are reported to the Board.

17.2 Credit Risk

Definition

Credit risk is the potential for financial loss resulting from the failure of a borrower or counterparty to honour its financial or contractual obligations. Credit risk arises in many of the Company's business activities, including:

- lending;
- sales and trading;
- derivatives;
- payment services;
- settlement;
- securities transactions; and
- when the Company acts as an intermediary on behalf of its clients and other third parties.

Governance and Organisation

Credit Risk Management within the Company is part of the second line of defence (the front office being the first, internal audit the third) and aligns the credit risk taking with the strategic planning of the Company.

From a Company credit approval perspective, new and existing credit approvals adhere to Citi global and CEP policies. The Company has put in place specific Credit Risk and Remedial Management Policies.

In line with the above framework, the Company has a Credit portfolio reporting process. Company credit risk is presented to the Credit Risk Committee at each scheduled meeting, which subsequently is reported to the Company's Board Risk Committee for review.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Risk Measurement

Credit risk measurement is primarily based on internal systems introduced and developed within the Basel framework. Each counterparty is assigned an internal rating by credit risk analysts, using dedicated rating tools. This internal rating corresponds to an evaluation of the level of default risk borne by the counterparty, expressed by means of an internal rating scale. Rating assessment is a key factor in the credit approval process. Ratings are reviewed at least once a year, making it possible to identify counterparties requiring the close attention.

To manage the general credit risk profile and limit concentration of risk, credit risk limits are set for each counterparty, establishing the maximum acceptable level for each one. Limits by economic sector and by product may also be imposed by the Risk Management. The Risk Management may freeze specific limits at any time in order to take the latest events into account.

Impairment Provisioning

Specific and Collective Provisions are calculated for financial assets that are measured at amortised cost (Loans and Receivables, Held-to-Maturity Investments), where deemed necessary/where impairment triggers have been met.

Financial assets are assessed for the exhibition of objective evidence of impairment whether or not they are individually significant. A financial asset is considered impaired and impairment losses are incurred if and only if there is objective evidence of impairment as a result of one or more events that occurred after the initial recognition of the exposure (a 'loss event') and that loss event (or events) has an impact on the estimated future cash flows of the financial asset or group of financial assets that can be reliably estimated.

The Company first assesses whether objective evidence of impairment exists individually for financial assets that are individually significant and individually or collectively for financial assets that are not individually significant.

- A Specific provision arising from a non-performing exposure is an individual assessment of impairment when there is objective evidence that a financial asset is defaulted as result of one or more prescribed impairment triggers. In such case, the Company assigns a risk rating of 8, 9 or 10. Specific provisions are calculated if the exposure to a Borrower exceeds the threshold amount, which varies per business unit. A provision is calculated based on several scenarios and assumptions. Provisions level is up to date given the quarterly reviews; Discounted cash flow ("DCF") is measured when this is a significant risk driver which can be calculated. The future cash flow is based on best estimate of when/if recoveries will occur. Recoveries can be from any source, such as the sale of collateral, on-going cash flows, sale of a business/subsidiary, etc. If the exposure to a Borrower is below the threshold amount, a provision is calculated by risk managers using their judgement in selecting from the most appropriate method such as: discounted cash flow model; fair value of collateral; or observable market price of loan.
- A Specific provision will be recorded on a non-performing non-defaulted exposure. This arises when an obligor presents criteria as being assessed as non-performing, but which have not defaulted on the contractual obligations regarding the performance of the exposure. These obligors are assigned a risk rating of 7- and an average PD based on empirical data from the Company's portfolio.
- A Collective assessment of impairment is made for the 'performing' loan portfolio as an estimate or proxy for the losses/defaults that may have already occurred in the portfolio, but which the Company has not yet determined or recognised. The PD time horizon used in the calculation of Collective provisions refers to the period during which an asset is impaired (in default), but not yet recognised as such - due to lack of objective evidence – and the moment that objective evidence of impairment occurs and becomes available to the Company ('emergence period').

An analysis is produced by Risk Management on a quarterly basis in order to determine the appropriate level of Collective Provision and Risk Costs, and provided to the Impairment Working Group for review.

CITIBANK EUROPE PLC

150/bk
150
20

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Risk Exposure

Loans outstanding

The total carrying amounts in this table include loans and advances to banks and loans and advances to customers as per Note 18 – ‘Financial assets and liabilities’. See table below for split by category.

	Note	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Loans and advances to banks			
Loans and advances - 3rd party	18	3,509,836	2,326,248
Loans and advances to customers			
Commercial loans	18	17,663,177	14,067,871
Loans held at fair value through the profit and loss	18	322,861	507,836
Loans and advances to customers		17,986,038	14,575,707
Loans and advances to third parties		<u>21,495,874</u>	<u>16,901,955</u>
Loans and advances - Related party		3,767,727	5,174,465
Loans and advances		<u>25,263,601</u>	<u>22,076,420</u>

At the Company level, there are regular, focussed reviews of individual obligors and portfolios by the Credit Risk Committee. A breakdown of the Company's total credit exposure including commitments is as follows:

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Gross exposure		
- Commitments and guarantees (third party)	37,768,131	35,170,990
- Balance sheet exposures (third party)	41,418,070	36,679,618
Total exposure	<u>79,186,201</u>	<u>71,850,608</u>

Loans held at fair value through profit and loss

Details of changes in the fair value of loans and advances attributable to credit risk are set out below.

Changes in fair value attributable to changes in the credit risk	For the year 2017 \$ 000	Cumulative 2017 \$ 000	For the year 2016 \$ 000	Cumulative 2016 \$ 000
Loans held at fair value through profit and loss	270	10,674	(16,251)	(16,251)
Traded loans	36,570	9,915	-	-

151/02
151
81.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Exposure to credit risk - Loans and advances to third parties

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Gross amount	21,668,582	17,003,138
<i>Individually impaired</i>		
Not past due or less than 90 days	1,121,500	78,951
91 - 179 days past due	16,335	5,419
180 days or more past due	31,612	125,960
Gross amount	1,169,447	210,330
Impairment provision on individually impaired loans	<u>(94,263)</u>	<u>(30,472)</u>
Carrying amount of individually impaired loans	1,075,184	179,858
<i>Collectively assessed</i>		
Not past due or less than 90 days	20,499,135	16,792,808
91 - 179 days past due	-	-
180 days or more past due	-	-
Gross amount	20,499,135	16,792,808
Impairment provision on collectively assessed loans	<u>(78,445)</u>	<u>(70,712)</u>
Carrying amount of collectively assessed loans	20,420,690	16,722,096
Carrying amount of loans neither past due, nor impaired	-	-
Total impairment provision	<u><u>(172,708)</u></u>	<u><u>(101,184)</u></u>
Total carrying amount	<u><u>21,495,874</u></u>	<u><u>16,901,955</u></u>
Impairment provision on undrawn commitments	(77,437)	(33,987)
Total impairment on drawn and undrawn commitments	(250,145)	(135,171)

The increase of individually impaired loans is primarily driven by change in the impaired loan classification methodology.

152
152
31.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Net credit losses charged to the current period income statement

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Net change to individual provisions taken in the year	(102,576)	31,016
Net change to collective provisions taken in the year	(11,222)	(4,701)
Credit recoveries recognised directly in the income statement	11,861	13,484
Write-offs recognised directly in the income statement	(66,125)	(33,890)
Net credit (losses)/recoveries	(168,062)	5,909

Move in provisions for impairment balances

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Allowance for impairment		
Individual allowance for impairment		
Opening balance	(30,472)	(24,465)
Transfer in	-	(39,854)
Charge for the year	(129,634)	(8,923)
Release	1,619	8,046
Effect of foreign currency movements	(325)	2,830
Write offs	24,938	31,894
Other movements	189	-
Closing balance	(133,685)	(30,472)
Collective allowance for impairment		
Opening balance	(104,699)	(46,157)
Transfer in	-	(52,365)
Charge for the year	(19,676)	(27,257)
Release	7,530	22,557
Effect of foreign currency movements	385	(1,477)
Closing balance	(116,460)	(104,699)
Total allowance for impairment	(250,145)	(135,171)

The restructuring of a facility is considered to be a Troubled Debt Restructuring, when the debtor is experiencing financial difficulties and the Company grants a concession to the debtor that it would not otherwise consider. A Troubled Debt Restructuring may result from a variety of actions taken by the Company such as the receipt of security or a new or restructured facility in partial or full satisfaction of a facility or a modification of the terms of the existing facility.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

The following table analyses the credit quality of Restructured and Non-restructured corporate loans and the associated provisions by type as detailed on page 52 *Impairment Provisioning*.

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016* \$ 000
Total corporate loans and advances to banks and customers	25,436,309	22,177,604
Total provision on corporate loans and advances to banks and customers	172,708	101,184
Total net corporate loans and advances to banks and customers	<u>25,263,601</u>	<u>22,076,420</u>
Restructured loans		
Gross corporate loans	<u>38,509</u>	<u>133,230</u>
Performing	-	-
Non-performing non-default	-	-
Non-performing in default	38,509	133,230
Collective provision	-	-
Performing	-	-
Non-performing non-default	-	-
Non-performing in default	-	-
Specific provision	<u>4,321</u>	<u>24,207</u>
Performing	-	-
Non-performing non-default	-	-
Non-performing in default	4,321	24,207
Net corporate loans	<u>34,188</u>	<u>109,023</u>
Non-restructured loans		
Gross corporate loans	<u>25,397,800</u>	<u>22,044,374</u>
Performing	24,283,613	22,026,411
Non-performing non-default	797,664	-
Non-performing in default	316,523	17,963
Collective provision	<u>78,445</u>	<u>70,712</u>
Performing	78,445	70,712
Non-performing non-default	-	-
Non-performing in default	-	-
Specific provision	<u>89,942</u>	<u>6,265</u>
Performing	-	-
Non-performing non-default	32,949	-
Non-performing in default	56,993	6,265
Net corporate loans	<u>25,229,413</u>	<u>21,967,397</u>

* Certain captions for comparatives have been updated for presentation purposes only.

154/
154
82

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Credit quality – Trading portfolio

The credit quality of the Company's financial assets is maintained by adherence to the Company's policies on the provision of credit to counterparties. The Company monitors the credit ratings of its counterparties with the table below presenting an analysis of the Company's trading portfolio of European Commercial Paper, Corporate Bonds and Government Bonds by rating agency designation based on Standard & Poor's or Moody's ratings as at 31 December:

Trading portfolio

	Traded loans % 2017	European commercial paper		Government bonds		Total % 2017
		%	2017	%	2017	
AAA to AA-	-	-	-	-	-	-
A+ to A-	-	-	-	8	8	8
Lower than A-	22	-	-	65	87	87
Unrated	5	-	-	-	-	5
Total	27	-	73	-	100	
		2016	2016	2016	2016	2016
AAA to AA-	-	40	-	14	-	54
A+ to A-	-	3	-	1	-	4
Lower than A-	11	-	-	24	-	35
Unrated	7	-	-	-	-	7
Total	18	43	39	-	100	

155/22
155
22.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Credit quality – Available for sale financial assets

Available for sale financial assets

	Government bonds %	Corporate bonds %	Equity securities measured at fair value %	Total %
	2017	2017	2017	2017
AAA to AA-	31	14	-	45
A+ to A-	2	-	-	2
Lower than A-	51	-	-	51
Unrated	-	-	2	2
Total	84	14	2	100
	2016	2016	2016	2016
AAA to AA-	45	12	-	57
A+ to A-	3	-	-	3
Lower than A-	39	-	-	39
Unrated	-	-	1	1
Total	87	12	1	100

156/02
56
M.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Concentration Risk

The Company's statement of financial position (on balance sheet) credit risk concentrations by industry are as follows:

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Mining and quarrying	382,225	672,888
Manufacturing	6,861,512	5,663,774
Electricity, gas, water, steam and air conditioning supply	526,339	500,074
Construction	184,236	196,830
Wholesale and retail trade	2,149,311	1,786,445
Transport and storage	882,613	1,013,922
Accommodation and food service activities	71,006	61,090
Information and communication	2,047,780	1,670,870
Credit and insurance institutions	17,711,524	17,932,457
Real estate activities	552,231	528,869
Professional, scientific and technical activities	389,465	190,313
Administrative and support service activities	1,303,643	544,111
Public administration and defence, compulsory social security	3,818,346	2,197,064
Household/Retail	1,391,302	1,289,226
General governments	35,392	1,334,154
Other services	3,111,145	1,097,531
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	41,418,070	36,679,618

Included in credit risk exposures are cash and cash equivalents, trading assets, derivative financial instruments, loans and advances, investment securities and other assets.

The table below shows statement of financial position credit concentrations by region:

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Central Europe	2,134,252	2,604,621
Western Europe	35,010,970	30,420,459
Middle East / Africa	1,336,869	1,153,653
Central / South America	781,667	923,961
North America	1,068,987	991,672
Asia	1,085,325	585,252
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	41,418,070	36,679,618

157/08
152
361.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Analysis of encumbered and unencumbered assets

This table summarises Encumbered and Un-Encumbered assets by asset categories.

Assets	Encumbered \$million	Un-Encumbered \$million	Total \$million
Cash and cash equivalents	2,038	12,551	14,589
Equity Instruments	-	48	48
Investment Securities & Debt Trading Instruments	152	3,396	3,548
- of which: covered bonds	-	-	-
- of which: asset-backed securities	-	7	7
- of which: by general governments	116	3,021	3,137
- of which: by financial corporations	37	386	423
- of which: by non-financial corporations	-	3	3
Loans and advances other than loans on demand	1,039	24,245	25,284
Other Assets	616	5,551	6,167
Assets subtotal	3,845	45,791	49,636
 Collateral Received	 Encumbered \$million	 Un-Encumbered \$million	 Total \$million
Cash and cash equivalents			-
Equity Instruments			-
Investment Securities	1,299	3,120	4,419
- of which: covered bonds			-
- of which: asset-backed securities			-
- of which: by general governments	1,299	3,120	4,419
- of which: by financial corporations	-	-	-
- of which: by non-financial corporations	-	-	-
Loans and advances other than loans on demand	-	-	-
Other collateral received	-	715	715
Collateral received subtotal	1,299	3,835	5,134
Total assets and collateral received	5,144	49,626	54,770

Collateral held by the Company for securing loan transaction includes:

- Financial collateral such as marketable securities;
- Physical collateral such as Property, Plant and Equipment, Furniture and Fixtures, Shipping Vessels;
- Other types of lending collateral such as trading receivables.

The credit quality of assets is monitored regularly and reported to senior management and the Board on a quarterly basis. In addition, high risk exposures are reported to senior management monthly. Any sudden credit events are promptly escalated to senior risk and business managers.

CITIBANK EUROPE PLC

158/ax
158/m

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

Financial instruments subject to offsetting

Details of financial instruments which are subject to offsetting in accordance with IAS 32, enforceable master netting arrangements and similar agreements are as follows:

Types of financial assets

Description	As at 31 December 2017		(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		(e)=(c)-(d)
	Gross amount	Gross amount of recognised financial liabilities set off in the SOFP	\$000	\$000	\$000	Related amounts not set off in the statement of financial position	Net amount	
	(d) i. Financial instruments	(d) ii. Cash collateral received						
Derivatives	1,876,714	(273,113)		1,603,601		-	-	1,603,601
Reverse repurchase securities borrowing and similar agreements	-	-		-		-	-	-
Other financial instruments	-	-		-		-	-	-
Total	1,876,714	(273,113)		1,603,601		-	-	1,603,601

Types of financial liabilities

Description	As at 31 December 2017		(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		(e)=(c)-(d)
	Gross amount	Gross amount of recognised financial assets set off in the SOFP	\$000	\$000	\$000	Related amounts not set off in the statement of financial position	Net amount	
	(d) i. Financial instruments	(d) ii. Cash collateral pledged						
Derivatives	1,940,118	(273,113)		1,667,005		-	-	1,667,005
Other financial instruments	-	-		-		-	-	-
Total	1,940,118	(273,113)		1,667,005		-	-	1,667,005

CITIBANK EUROPE PLC

159/82
159
82

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.2 Credit Risk (continued)

As at 31 December 2016	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		(e)=(c)-(d)
	Gross amount	Gross amount of recognised financial liabilities set off in the SOFP	Net amount presented in the SOFP	Related amounts not set off in the statement of financial position	Net amount	
Description				(d) i. Financial instruments	(d) ii. Cash collateral received	
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Derivatives	2,128,130	-	2,128,130	364,216	9,832	1,754,082
Reverse repurchase securities borrowing and similar agreements	3,416,803	-	3,416,803	-	-	3,416,803
Other financial instruments	3,759	-	3,759	3,759	-	-
Total	5,548,692	-	5,548,692	367,975	9,832	5,170,885

Types of financial liabilities

As at 31 December 2016	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)		(e)=(c)-(d)
	Gross amount	Gross amount of recognised financial assets set off in the SOFP	Net amount presented in the SOFP	Related amounts not set off in the statement of financial position	Net amount	
Description				(d) i. Financial instruments	(d) ii. Cash collateral pledged	
	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000	\$000
Derivatives	2,105,083	-	2,105,083	364,216	18,867	1,722,000
Other financial instruments	-	-	-	-	-	-
Total	2,105,083	-	2,105,083	364,216	18,867	1,722,000

CITIBANK EUROPE PLC

160/
160
W

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk

Definition

Market risk is the potential for losses arising from changes in the value of the Company's assets and liabilities resulting from changes in market variables such as interest rates, foreign exchange rates and other market prices. Currency risk is the risk that the fair value or future cash flows of a financial instrument will fluctuate because of changes in foreign exchange rates. Interest rate risk is the risk that the fair value or future cash flows of a financial instrument will fluctuate because of changes in market interest rates. Other price risk is the risk to fair value or future cash flows because of changes in market factors other than currency risk and interest rate risk.

Sources of Market Risk

Trading Portfolio

The trading portfolio comprises positions held with short term trading intent, where the business seeks to capture the differences between buying and selling prices. These positions arise mainly from customer flows. The products traded include Foreign Exchange ("FX") Spot, Swaps and Forwards and Sovereign Bonds.

The primary sources of market risk within the trading portfolio, include, but are not limited to:

- Interest Rate Risk: The valuation risk resulting from direct or indirect interest rate changes.
- Currency Risk: The valuation risk resulting from direct or indirect currency price changes.
- Credit Spread Risk: The valuation risk resulting from a direct or indirect change in the credit spread.

Non-Trading Portfolio:

The non-trading portfolio comprises positions which are not held with a trading intent and arise mainly from customer flows. The primary products in the non-trading portfolio include loans held at amortised cost, deposits, available for sale ("AFS") securities and held to maturity securities. The main sources of market risk within the non-trading portfolio, include, but are not limited to:

- Interest rate changes giving rise to a potential pre-tax impact on Net Interest Margin ("NIM").
- Fair value changes to the instrument due to a given change in the underlying market risk factor.

Governance and Organisation

As part of the Market Risk Framework, the following Committees and Sub-Committees perform an oversight role for market risk related items:

- Board Risk Committee
- Asset & Liability Committee ("ALCO")
- Executive Committee
- Market Risk Sub-Committee
- Product Review Committee

The Asset & Liability Committee and its sub-Committee, the Market Risk Committee are the two primary Committees tasked with governing Market Risk in the Company. Any new businesses/products being introduced in the Company or material changes to existing businesses/products must be approved by the Product Review Committee. The Executive Committee ensures that appropriate risk considerations are incorporated in the strategic planning process. The Board Risk Committee oversees the implementation of the Company's market risk strategy and the market risk management function.

The Head of Market Risk reports directly to the Company's Chief Risk Officer ("CRO") and is responsible for second line of defence oversight and management of the market risk portfolio of the Company.

The Head of Market Risk relies on a number of business specific market risk managers to manage day to day market risk related responsibilities in line with the Framework and policy guidelines.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk (continued)

Risk Measurement

Market risk in the Company is measured in accordance with industry standard methodologies which are designed to:

- Promote the transparency and comparability of market risk-taking activities;
- Provide a consistent framework to measure market risk exposures in order to facilitate business performance analysis.

From a Company perspective, key measurement approaches by source of risk include, but are not limited to the following:

Trading Portfolio:

The primary measurement approach for market risk in the trading book is Value at Risk.

Value at Risk ("VaR")

VaR estimates the potential decline in the value of a position or a portfolio, under normal market conditions, within a defined confidence level, and over a specific time period.

VaR is calculated using a Monte Carlo approach where 10,000 simulations of market rates or prices are generated. Volatilities and correlations are updated at least quarterly based on three years' worth of market data.

The key parameters used to calculate VaR include:

- The historical 'look-back' period used to calculate historical volatilities and correlations;
- The holding period, i.e., the number of days of changes in market risk factors the portfolio is subjected to; and
- A confidence interval is determined to estimate the potential loss, for Company's risk management purposes.

VaR cannot necessarily provide an indication of the potential size of loss when an extreme event occurs. Hence a comprehensive set of factor sensitivity limits are used in addition to VaR limits. These limits are supplemented by VaR and sensitivity triggers that ensure that increased levels of risk are discussed in a timely fashion between risk management and business management.

Non-trading Portfolio:

The critical measurement concepts associated with the non-trading book are outlined below:

- **Income Metrics:** Measures the potential pre-tax impact on net interest revenue, for accrual positions, due to defined shifts in interest rates over a specified reporting period.
 - **Interest Rate Exposure ("IRE"):** measures the potential earnings impact, over a specified reporting period, from a defined standard set of parallel shifts in the curve. IRE is calculated separately for each currency and reflects the re-pricing gaps in the position, as well as option positions, both explicit and embedded. Limits are set for particular countries and business activities which are monitored by Market Risk Management.
- **Valuation Metrics:** Measure the impact of interest rate changes on the Company's capital.
 - **Factor sensitivities:** Factor sensitivities are used to measure an instrument's sensitivity to a change in a 1 basis point move in interest rates for Available For Sale bonds ("AFS").
 - **Economic Value of Equity:** The net of the present value of all relevant on and off balance sheet assets, less the present value of all relevant on and off balance sheet liabilities.
 - **Economic Value Sensitivity:** The change in Economic Value of Equity for a pre-defined change in the yield curve.
- **Risk Capital:** Interest rate risk in the banking book ("IRRBB") capital is measured using an asset and liability management Risk Capital Model, which uses interest rate factor sensitivities for the underlying accrual balance sheet exposures.

CITIBANK EUROPE PLC

162 /
162
M.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk (continued)

Risk Measurement (continued)

Interest rate risk

The Company measures interest rate risk using both income and valuation metrics. These metrics provide complementary views of the impact of interest rate risk on the balance sheet over varying time horizons. The Interest Rate Exposure measure used in the table below is a static measure based on existing positions, computed as a change in expected NIM in each currency resulting solely from unanticipated changes in interest rates. Factors such as changes in volumes, margins and the impact of prior-period pricing decisions are not captured by this measure and it assumes that businesses make no additional changes in pricing or balances in response to the unanticipated rate changes.

Currency risk

It is the policy of the Company to reduce foreign currency risk that may arise in the normal course of business. The Company deals in financial instruments in a number of currencies, and open currency positions arise for funding mismatches and accruals of interest and expense provisions in currencies other than USD. Treasury monitors open foreign currency positions on a daily basis ensuring that exposures are less than agreed allocated limits.

Risk Exposure

Trading price risk

The following table summarises the Company's trading price risk, disclosing the Company's highest, lowest, and average exposure of its trading book to VaR during the reporting period, together with the exposure as at 31 December:

VAR	31 December		31 December		
	2017		000's	000's	000's
	Outstanding	MAX	MIN	AVG	Outstanding
Portfolio VAR	2,187	4,005	1,423	2,317	1,571

Non-trading price risk

Interest rate risk

The table below represents the expected profit / (loss) from a 100 basis point increase in interest rates on all tenors.

Interest rate exposure report

Currency	31 December 2017		31 December 2016	
	12 Month	2 Year	12 Month	2 Year
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
USD	2,301	9,949	(11,432)	(5,099)
EUR	(3,961)	448	(9,438)	(12,044)
RON	226	1,488	(413)	(259)
CZK	3,062	7,033	2,608	5,868
HUF	(7,926)	(15,673)	(7,446)	(14,424)
GBP	10,139	22,967	10,728	23,060
JPY	(8)	(8)	(8)	(8)
Other	(1,473)	(1,662)	(967)	(1,175)

CITIBANK EUROPE PLC

167/xx

163
21.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.3 Market Risk (continued)

Risk exposure (continued)

Currency risk

Based on the net exposures at period end, the following table shows the impact on these net exposures of a reasonably possible movement of the respective currencies against the US dollar, with all other variables held constant, on the income statement:

	Net exposure \$ 000	31 December 2017	
		(%)	Income statement impact \$ 000
EUR	76,504	1.71%	1,305
HUF	5,056	2.42%	122
RON	82,838	1.80%	1,487
GBP	73,712	1.21%	893

	Net exposure \$ 000	31 December 2016	
		(%)	Income statement impact \$ 000
EUR	72,117	2.06%	1,489
HUF	236,402	2.41%	3,833
RON	97,711	2.50%	637
GBP	14,306	2.78%	659

17.4 Liquidity Risk

Definition

Liquidity risk is defined as the risk that the Company will encounter difficulty in meeting obligations associated with financial liabilities that are settled by delivering cash or other financial assets. Liquidity risk arises because of the possibility that the Company might be unable to meet its payment obligations when they fall due under normal and stress circumstances.

Company's funding and liquidity objectives aim to maintain liquidity to fund the existing asset base and grow the core business, while at the same time maintaining sufficient liquidity, structured appropriately, to continue operating under a variety of market conditions, including both short and long-term stresses.

Governance and Organisation

Management of liquidity is the responsibility of the Company Treasurer who aims to ensure that all funding obligations are met when due.

The forum for liquidity issues is the Asset and Liability Committee ("ALCO"), which includes senior executives within the Company. The ALCO reviews the current and prospective funding requirements for the Company, as well as the capital position and statement of financial position. The ultimate responsibility for liquidity rests with the Board.

A liquidity plan is prepared annually and the liquidity profile is monitored on an on-going basis and reported daily.

164 /
164
M.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

Risk Measurement

The internal liquidity management framework includes indicators enabling the assessment of the Company's resilience to liquidity risk.

The Company is required to comply with the liquidity requirements of the Regulator.

The Company also runs internal liquidity metrics, including liquidity ratios, which compare liquidity reserves with liquidity deficits. All these indicators are assessed according to a variety of scenarios, in the major currencies.

CRDIV related liquidity metrics are monitored and reported, namely the Liquidity Coverage Ratio ("LCR") and Net Stable Funding Requirement ("NSFR"). LCR measures the stock of liquid assets against net cash outflows arising in a 30 day stress scenario. NSFR is intended to ensure that a firm has an acceptable amount of stable funding to support its assets and activities over the medium term (one year period).

Risk Exposure

Analysis of financial assets and liabilities by remaining contractual maturities

The table below shows an analysis of financial assets and liabilities analysed according to when they are contractually expected to be recovered or settled.

As at 31 December 2017	Less than 12 months \$ 000	Over 12 months \$ 000	Total \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	14,589,546	-	14,589,546
Loans and advances to banks	7,013,341	251,224	7,264,565
Loans and advances to customers	12,016,952	5,982,084	17,999,036
Derivative financial instruments	616,806	986,795	1,603,601
Trading assets	30,386	937,028	967,414
Investment securities	270,862	2,616,469	2,887,331
Non current assets - held for sale	-	-	-
Other financial assets	3,312,750	-	3,312,750
Total financial assets	37,850,643	10,773,600	48,624,243
Liabilities			
Deposits by banks	7,116,577	18,046	7,134,623
Customer accounts	26,192,150	100	26,192,250
Derivative financial instruments	673,935	993,070	1,667,005
Debt securities in issue	-	-	-
Non current liabilities - held for sale	-	-	-
Other financial liabilities	5,089,103	-	5,089,103
Total financial liabilities	39,071,765	1,011,216	40,082,981

165/16

165
Dr.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

Risk Exposure (continued)

Analysis of financial assets and liabilities by remaining contractual maturities (continued)

As at 31 December 2016	Less than 12 months \$ 000	Over 12 months \$ 000	Total \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	16,423,472	-	16,423,472
Loans and advances to banks	5,650,198	1,837,277	7,487,475
Loans and advances to customers	9,990,819	4,598,126	14,588,945
Derivative financial instruments	972,492	1,174,676	2,147,168
Trading assets	680,642	414,738	1,095,380
Investment securities	1,339,272	1,724,816	3,064,088
Non-current assets held for sale	194,389	-	194,389
Other financial assets	3,148,833	-	3,148,833
Total financial assets	38,400,117	9,749,633	48,149,750
Liabilities			
Deposits by banks	7,695,263	-	7,695,263
Customer accounts	24,043,271	22,470	24,065,741
Derivative financial instruments	1,006,936	1,185,025	2,191,961
Debt securities in issue	71	-	71
Non current liabilities - held for sale	639,331	-	639,331
Other financial liabilities	4,739,598	-	4,739,598
Total financial liabilities	38,124,470	1,207,495	39,331,965

166/ok

166
21

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

Risk Exposure (continued)

Contractual maturities of undiscounted cash flows of financial liabilities

The table below analyses the Company's undiscounted contractual cash flows from financial liabilities into relevant maturity groupings.

As at 31 December 2017	1 year and less \$ 000	>1 year and < 5 years \$ 000	Greater than 5 years \$ 000	Total \$ 000
Liabilities				
Deposits by banks	7,219,419	8,684	10,400	7,238,503
Customer accounts	26,570,653	102	-	26,570,755
Derivative financial instruments	683,673	401,436	654,067	1,739,176
Debt securities in issue	-	-	-	-
Non current liabilities - held for sale	-	-	-	-
Other financial liabilities	5,162,648	-	-	5,162,648
Total undiscounted financial liabilities	39,636,393	410,222	664,467	40,711,082
As at 31 December 2016	1 year and less \$ 000	>1 year and < 5 years \$ 000	Greater than 5 years \$ 000	Total \$ 000
Liabilities				
Deposits by banks	7,779,505	-	-	7,779,505
Customer accounts	24,306,480	16,757	6,431	24,329,668
Derivative financial instruments	1,017,960	823,813	402,325	2,244,098
Debt securities in issue	72	-	-	72
Non current liabilities - held for sale	646,330	-	-	646,330
Other financial liabilities	4,791,483	-	-	4,791,483
Total undiscounted financial liabilities	38,541,830	840,570	408,756	39,791,156

167/02

167
B.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.4 Liquidity Risk (continued)

The following table analyses the Company's commitments and guarantees into relevant maturity groupings based on the remaining period at the statement of financial position date to the contractual maturity date. These instruments can be called at any time prior to their contractual maturity.

31 December 2017	1 year and less	>1 year and < 5 years	Greater than 5 years	Total
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Letters of credit	12,090,077	2,708,551	342,711	15,141,339
Undrawn commitments to lend	4,372,548	15,977,754	817,504	21,167,806
Other commitments and guarantees	-	1,733,004	97,503	1,830,507
Total commitments and guarantees	16,462,625	20,419,309	1,257,718	38,139,652

31 December 2016	1 year and less	>1 year and < 5 years	Greater than 5 years	Total
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Letters of credit	11,541,260	3,181,721	64	14,723,045
Undrawn commitments to lend	3,595,058	14,905,101	609,538	19,109,697
Other commitments and guarantees	1,668,462	623,403	-	2,291,865
Total commitments and guarantees	16,804,780	18,710,225	609,602	36,124,607

17.5 Operational Risk

Definition

Operational risk is the risk of loss resulting from inadequate or failed internal processes, human factors or systems or from external events. It includes reputational and franchise risk associated with business practices or market conduct that the Company undertakes. It also includes the risk of failing to comply with applicable laws, regulations, ethical standards, regulatory administrative actions or Company policies. Operational Risk does not encompass strategic risk or the risk of loss resulting solely from authorised judgments made with respect to taking credit, market, liquidity, or insurance risk.

Operational risk is inherent in the Company's business activities and, as with other risk types is managed through a control framework comprising of three lines of defense:

- Decentralized ownership of the risk with business management accountability;
- Oversight by independent risk management and control functions; and
- Independent assessment by Internal Audit

Operational Risk Framework

To anticipate, mitigate and control operational risk, the Company maintains a system of policies and has established a consistent framework for monitoring, assessing and communicating operational risks and the overall effectiveness of the internal control environment.

The Operational Risk Management framework comprises of the following components to identify, assess and manage operational risk:

- Annual Risk Assessment
- Operational Risk Scenario analysis
- Capture of Operational Risk Event Data
- Formal Assurance Programme
- Issue/Corrective Action Plan

168/~~ok~~

168
B21

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. Risk management (continued)

17.5 Operational Risk (continued)

Operational Risk Framework (continued)

Management Control Assessment ("MCA") is a diagnostic tool used in the management of operational risks as a key component of the Business Environment and Internal Control Factors ("BEICFs") required under Basel Capital Standards. It uses input of the components of the operational risk management framework to provide an overall view of the operational risk profile of an entity be that a Business, Country, Legal Entity view.

Governance and Organisation

The Company's operational risk management framework relies on strong governance, with clearly defined roles and responsibilities.

The following committees are responsible for operational risk at Company level:

- Risk Committee: Has oversight of the prospective aspects of operational risk, including, but not limited to: parameters of the operational risk management framework, the Operational Risk Capital Model and the Operational Risk component of Internal Capital Adequacy Approval Process. The committee also receives updates from the Group Operational Risk Committee regarding these topics.
- Audit Committee: Has oversight of the forensic aspects of operational risk, including the individual operational losses, the causes and remedies and the MCA results.
- Operational Risk Committee ("ORC"): is the principal forum maintaining oversight over the adequacy and effectiveness of the operational risk framework and associated policies towards the anticipation and mitigation of operational risks and appropriate management of outsourcing and information technology, across of the Company's businesses.

17.6 Capital Management

The Company's Regulator sets and monitors capital requirements for the Company.

In implementing current capital requirements, the Regulator requires the Company to maintain a prescribed ratio of total capital to risk weighted assets.

The Company's policy is to maintain a strong capital base so as to maintain investor, creditor and customer confidence and to sustain future development of the business. The impact of the level of capital on shareholders' return is also recognised and the need to maintain a balance between the higher returns that might be possible with greater gearing and the advantages and security afforded by a sound capital position.

Regulatory capital (unaudited)

The Company's unaudited regulatory capital position at 31 December 2017 was as follows:

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Regulatory capital	7,470,315	7,473,993
Tier 1 capital ratio	16.5%	17.5%

The Company is required by the Regulator to maintain adequate capital and the Company is subject to the risk of having insufficient capital resources to meet minimum regulatory capital requirements. The Company's minimum capital requirement is calculated in accordance with CRDIV regulatory capital requirements. The Company has complied with its capital requirements throughout the period.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities

The below tables outline the total financial assets and liabilities held as at 31 December 2017 and as at 31 December 2016.

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Derivative financial instruments	1,603,601	2,147,168
Trading assets	967,414	1,095,380
Financial investments available-for-sale	2,880,640	3,056,092
Loans designated at fair value through profit or loss	322,861	507,836
Total financial assets held at fair value	5,774,516	6,806,476
 Cash and cash equivalents	 14,589,546	 16,423,472
Loans and advances at amortized cost	24,940,740	21,568,584
Other financial assets	3,319,441	3,148,834
Total financial assets not held at fair value	42,849,727	41,140,890
 Total financial assets	 48,624,243	 47,947,366
 	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Derivative financial instruments	1,667,005	2,191,961
Debt securities	-	71
Financial liabilities at fair value through profit or loss	290,838	231,454
Total financial liabilities held at fair value	1,957,843	2,423,486
 Deposits by banks	 7,134,623	 7,695,263
Customer accounts	26,192,250	24,065,741
Other liabilities and debt securities in issue	4,798,265	5,147,545
Total financial liabilities not held at fair value	38,125,138	36,908,549
 Total financial liabilities	 40,082,981	 39,332,035

Fair Value Definition

IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, defines fair value, establishes a framework for measuring fair value and requires disclosures about fair value measurements. Fair value is defined as the price that would be received to sell an asset or paid to transfer a liability in an orderly transaction between market participants at the measurement date. Among other things, the standard requires the Company to maximise the use of observable inputs and minimise the use of unobservable inputs when measuring fair value.

Under IFRS 13, the probability of default by the counterparty is factored into the valuation of derivative positions and includes the impact of the Company's own credit risk on derivatives and other liabilities measured at fair value.

Fair Value Hierarchy

IFRS 13 specifies a hierarchy of inputs based on whether the inputs are observable or unobservable. Observable inputs reflect market data obtained from independent sources, while unobservable inputs reflect the Company's market assumptions.

170/02

120
m

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Fair Value Hierarchy (continued)

These two types of inputs have created the following fair value hierarchy:

- Level 1: Quoted prices for *identical* instruments in active markets.
- Level 2: Quoted prices for *similar* instruments in active markets; quoted prices for identical or similar instruments in markets that are not active; and model-derived valuations in which all significant inputs and significant value drivers are *observable* in active markets.
- Level 3: Valuations derived from valuation techniques in which one or more significant inputs or significant value drivers are *unobservable*.

This hierarchy requires the use of observable market data when available. The Company considers relevant and observable market prices in its valuations where possible. The frequency of transactions and the size of the bid-ask spread when comparing similar transactions are all factors in determining the liquidity of markets and the relevance of observed prices in those markets.

The Company's policy with respect to transfers between levels of the fair value hierarchy is to recognise transfers into and out of each level as of the end of the reporting period.

Determination of Fair Value

The Company generally uses quoted market prices in an active market to calculate the fair value of a financial asset or liability and classifies such items as Level 1. In some cases, where a market price is available, the Company will make use of acceptable practical expedients (such as matrix pricing) to calculate fair value, in which case the items are classified as Level 2.

If quoted market prices are not available, fair values are based upon internally developed valuation techniques that use, where possible, current market-based or independently sourced market parameters such as interest rates, currency rates and option volatilities. Items valued using such internally generated valuation techniques are classified according to the lowest level input or value driver that is significant to the valuation.

Where available, the Company may also make use of quoted prices for recent trading activity in positions with the same or similar characteristics to that being valued. The frequency and size of transactions and the amount of the bid-ask spread are among the factors considered in determining the liquidity of markets and the relevance of observed prices from those markets. If relevant and observable prices are available, those valuations would be classified as Level 2. If prices are not available, other valuation techniques would be used and the item would be classified as Level 3.

Fair value estimates from internal valuation techniques are verified, where possible, to prices obtained from independent vendors or brokers. Vendors and brokers' valuations may be based on a variety of inputs ranging from observed prices to proprietary valuation models.

The Company uses the following procedures to determine the fair value of financial assets and financial liabilities irrespective of whether they are "held for trading" or have been "designated at fair value" including an indication of the level in the fair value hierarchy in which each financial instrument is generally classified. Where appropriate, the description includes details of the valuation models, the key inputs to those models and any significant assumptions.

Market valuation adjustments

Liquidity adjustments are applied to items in Level 2 and Level 3 of the fair value hierarchy to ensure that the fair value reflects the liquidity or illiquidity of the market. The liquidity reserve may utilise the bid-ask spread for an instrument as one of the factors.

CITIBANK EUROPE PLC

171/12
174
BL

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Determination of Fair Value (continued)

Market valuation adjustments (continued)

Counterparty credit-risk adjustments are applied to derivatives, such as over-the-counter uncollateralised derivatives, where the base valuation uses market parameters based on the relevant base interest rate curves. Not all counterparties have the same credit risk as that implied by the relevant base curve, so it is necessary to consider the market view of the credit risk of a counterparty in order to estimate the fair value of such an item.

Bilateral or "own" credit-risk adjustments are applied to reflect the Company's own credit risk when valuing derivatives and liabilities measured at fair value. Counterparty and own credit adjustments consider the expected future cash flows between the Company and its counterparties under the terms of the instrument and the effect of credit risk on the valuation of those cash flows, rather than a point-in-time assessment of the current recognised net asset or liability. Furthermore, the credit-risk adjustments take into account the effect of credit-risk mitigants, such as pledged collateral and any legal right of offset (to the extent such offset exists) with a counterparty through arrangements such as netting agreements.

Generally, the unit of account for a financial instrument is the individual financial instrument. The Company applies market valuation adjustments that are consistent with the unit of account, which does not include adjustment due to the size of the Company's position, except as follows. IFRS 13 permits an exception, through an accounting policy election, to measure the fair value of a portfolio of financial assets and financial liabilities on the basis of the net open risk position when certain criteria are met. Citi has elected to measure certain portfolios of financial instruments, such as derivatives, that meet those criteria on the basis of the net open risk position. The Company applies market valuation adjustments, including adjustments to account for the size of the net open risk position, consistent with market participant assumptions and in accordance with the unit of account.

Derivatives

The majority of derivatives entered into by the Company are executed over the counter and are valued using a combination of external prices and internal valuation techniques, including benchmarking to pricing vendor services. The valuation techniques and inputs depend on the type of derivative and the nature of the underlying instrument. The principal techniques used to value these instruments are industry wide approaches including discounted cash flows, modelling and numerical approaches.

The type of inputs may include interest rate yield curves, credit spreads, foreign exchange rates, volatilities and correlations.

The Company uses the overnight indexed swap ("OIS") curves as fair value measurement inputs for the valuation of certain collateralised interest-rate related derivatives. Citi uses the relevant benchmark curve for the currency of the derivative (e.g., the London Interbank Offered Rate for U.S. dollar derivatives) as the discount rate for uncollateralized derivatives. Citi incorporates FVA into the fair value measurements due to what it believes to be an industry migration toward incorporating the market's view of funding risk premium in OTC derivatives. Citi's FVA methodology leverages the existing CVA methodology to estimate a funding exposure profile. The calculation of this exposure profile considers collateral agreements where the terms do not permit the firm to reuse the collateral received, including where counterparties post collateral to third-party custodians.

Trading assets

Where available, the Company uses quoted market prices to determine the fair value of trading assets; such items are classified as Level 1 of the fair value hierarchy. Examples include government bonds. For corporate bonds, European commercial papers and loans the Company generally determines the fair value utilising internal valuation techniques. Fair value estimates from internal valuation techniques are verified, where possible, to prices obtained from independent vendors. Vendors compile prices from various sources and may apply matrix pricing for similar bonds or loans where no price is observable. If available, the Company may also use quoted prices for recent trading activity of assets with similar characteristics to the bond or loan being valued. Government bonds, corporate bonds, European commercial papers or loans priced using such methods are generally classified as Level 2.

However, when less liquidity exists, a quoted price is stale or prices from independent sources vary, they are generally classified as Level 3.

CITIBANK EUROPE PLC

172/
72

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Determination of Fair Value (continued)

Investment securities

Investment securities classified as available-for-sale are measured at fair value by reference to quoted market price. In these instances, they may be classified as Level 1.

If quoted market prices are not available, then fair values are estimated based on other recognised valuation techniques. The key inputs depend upon the type of investment security and the nature of inputs to the valuation technique. The item is placed in either Level 2 or Level 3 depending on the observability of the significant inputs to the model.

Loans and advances and other lending

The fair value for loans and advances and other lending are estimated using internal valuation techniques such as discounted cash flow analyses. Cash flows are discounted using LIBOR and EURIBOR rates. If available, the Company may also use quoted prices for recent trading activity of assets with similar characteristics to the loan being valued. The items are placed in Level 2 or Level 3 depending on the observability of the significant inputs to the model. In certain cases, the fair value approximates carrying value because the instruments are short term in nature or reprice frequently.

Debt securities in issue

The fair value of debt securities in issue is estimated using discounted cash flows applying LIBOR and EURIBOR rates. The items are placed in Level 2 or Level 3 depending on the observability of the significant inputs to the model.

Own debt valuation adjustments are recognized on the Company's liabilities for which the fair value option has been elected using Citi's credit spreads observed in the bond market. The fair value of liabilities for which the fair value option is elected (other than non-recourse and similar liabilities) is impacted by the narrowing or widening of the Citigroup credit spreads.

Other financial assets and liabilities

Fair values of customer account deposit liabilities, subordinated loans, other assets and other liabilities are estimated using discounted cash flows, applying market rates where practicable. Where market rates are used an adjustment is made for the Citigroup credit spread.

The carrying amount of cash and balances at central banks is a reasonable approximation of fair value due to the short term nature of the balances.

173/22
173
22.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Financial Instruments at Fair Value

The following table shows an analysis of financial instruments recorded at fair value by level of the fair value hierarchy:

31 December 2017	Fair value			
	Level 1 \$ 000	Level 2 \$ 000	Level 3 \$ 000	Total \$ 000
Financial assets				
Derivative financial instruments	-	1,603,601	-	1,603,601
Trading assets	-	929,945	37,469	967,414
Investment securities	1,080,881	1,751,588	48,171	2,880,640
Loans held at fair value through profit or loss	-	322,861	-	322,861
Financial assets held at fair value	1,080,881	4,607,995	85,640	5,774,516

Financial liabilities				
Derivative financial instruments	-	1,667,005	-	1,667,005
Debt securities issued	-	-	-	-
Other financial liabilities held for trading	-	290,838	-	290,838
Financial liabilities held at fair value	-	1,957,843	-	1,957,843

31 December 2016	Fair value			
	Level 1 \$ 000	Level 2 \$ 000	Level 3 \$ 000	Total \$ 000
Financial assets				
Derivative financial instruments	-	2,147,168	-	2,147,168
Trading assets	-	889,641	205,739	1,095,380
Investment securities	1,520,388	1,500,677	35,027	3,056,092
Loans held at fair value through profit or loss	-	491,166	16,670	507,836
Financial assets held at fair value	1,520,388	5,028,652	257,436	6,806,476

Financial liabilities				
Derivative financial instruments	-	2,191,961	-	2,191,961
Debt securities issued	-	71	-	71
Other financial liabilities held for trading	-	231,454	-	231,454
Financial liabilities designated at fair value through profit or loss	-	-	-	-
Financial liabilities held at fair value	-	2,423,486	-	2,423,486

CITIBANK EUROPE PLC

174/2
174
82

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Financial Instruments at Fair Value (continued)

Loans held at fair value through profit or loss, totalling \$323 million (2016: \$447 million) are included in the Statement of Financial Position within loans and advances to customers.

The fair values in this note are stated at a specific date and may be significantly different from the amounts which will actually be paid on the maturity or settlement dates of the instruments.

As discussed above, the Company classifies financial instruments as Level 3 of the fair value hierarchy when there is reliance on at least one significant unobservable input to the valuation model. In addition to these unobservable inputs, the valuation models for Level 3 financial instruments typically also rely on a number of inputs that are readily observable either directly or indirectly. The gains and losses presented below include changes in the fair value related to both observable and unobservable inputs.

The Company often hedges positions with offsetting positions that are classified in a different level. For example, the gains and losses for assets and liabilities in the Level 3 category presented in the tables below do not reflect the effect of offsetting losses and gains on hedging instruments that have been classified by the Company in the Level 1 and Level 2 categories. In addition, the Company hedges items classified in the Level 3 category with instruments also classified in Level 3 of the fair value hierarchy.

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements

For fair value measurements of substantially all assets and liabilities held by the Company, individual business units are responsible for valuing the trading account assets and liabilities, and Product Control within Finance performs independent price verification procedures to evaluate those fair value measurements. Product Control is independent of the individual business units and reports into the Global Head of Product Control. Fair value measurements of assets and liabilities are determined using various techniques, including, but not limited to, discounted cash flows and internal models, such as option and correlation models.

Based on the observability of inputs used, Product Control classifies the inventory as Level 1, Level 2 or Level 3 of the fair value hierarchy. When a position involves one or more significant inputs that are not directly observable, additional price verification procedures are applied. These procedures may include reviewing relevant historical data, analysing profit and loss, valuing each component of a structured trade individually, and benchmarking, among others.

Reports of Level 3 inventory of each business line of the Company are distributed to senior management in Finance, Risk and the individual business lines. Reports are distributed to the EMEA Risk Committee and in monthly meetings with Senior Management. Whenever a valuation adjustment is needed to bring the price of an asset or liability to its exit price, Product Control reports it to management along with other price verification results.

In addition, the pricing models used in measuring fair value are governed by an independent control framework. Although the models are developed and tested by the individual business units, they are independently validated by the Model Validation Group within Model Risk Management and reviewed by Finance with respect to their impact on the price verification procedures. The purpose of this independent control framework is to assess model risk arising from models' theoretical soundness, calibration techniques where needed, and the appropriateness of the model for a specific product in a defined market. To ensure their continued applicability, models are independently reviewed annually. In addition, Risk Management approves and maintains a list of products permitted to be valued under each approved model for a given business.

CITIBANK EUROPE PLC

17/02
17/02

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements (continued)

Movement in level 3 financial instruments measured at fair value

The Company classified financial instruments as Level 3 of the fair value hierarchy when there is a reliance on at least one significant unobservable input to the valuation model. The gains and losses presented below include changes in the fair value related to the observable and unobservable inputs.

	31 December 2017				31 December 2016			
	Trading assets	Loans and advances to customers	Investment securities available for sale	Total	Trading assets	Loans and advances to customers	Investment securities available for sale	Total
Assets								
Balance at 1 January	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Balance at 1 January	205,739	16,670	35,027	257,436	8,845	386,030	20,623	415,498
Additions due to merger	-	-	-	-	105,309	428,583	59,727	593,619
Reclassification to trading assets from loans and advances designated at FVTPL	16,670	(16,670)	-	-	-	-	-	-
Purchases	87,433	-	-	87,433	297,735	-	18,079	315,814
Issues	-	-	-	-	-	-	-	-
Sales	(259,370)	-	(626)	(259,996)	(197,373)	(371,817)	-	(569,190)
Settlements	(6,241)	-	-	(6,241)	10,994	(55,897)	(92,508)	(137,411)
Transfer into Level 3	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfer out of Level 3	-	-	-	-	-	(342,099)	-	(342,099)
Total gains/(losses)	-	-	-	-	-	-	-	-
- in Profit or loss	(6,762)	-	3,798	(2,964)	(19,771)	(28,130)	92,508	44,607
- in OCI	-	-	9,972	9,972	-	-	(63,402)	(63,402)
Balance at 31 December	<u>37,469</u>	<u>-</u>	<u>48,171</u>	<u>85,640</u>	<u>205,739</u>	<u>16,670</u>	<u>35,027</u>	<u>257,436</u>

During the year the Company did not have any Level 3 instruments which were transferred to Level 2 or Level 1 category.

CITIBANK EUROPE PLC

176/20
176
21.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements (continued)

Total gains or losses for the year are presented in the income statement as follows:

	31 December 2017			31 December 2016			
	Trading assets	Investment securities available for sale	Total	Trading assets	Loans and advances to customers	Investment securities available for sale	Total
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Interest income	-	-	-	1,540	-	-	1,540
Total gain and losses	(6,762)	3,798	(2,964)	(19,771)	(28,130)	92,508	44,607
Realised gain and losses							
- Net trading income	(6,762)	-	(6,762)	(19,283)	(28,058)	-	(47,341)
- Net investment income	-	3,798	3,798	-	-	92,317	92,317
Unrealised gain and losses							
- Net trading income	-	-	-	(488)	-	-	(488)
- Net investment income	-	-	-	-	-	191	191
- Net income on other financial instruments at fair value thorough profit and loss	-	-	-	-	(72)	-	(72)
Total	(6,762)	3,798	(2,964)	(18,231)	(28,130)	92,508	46,147

A key contributor to level 3 inventory movements were trading assets, where the Company has intention to sell in the near term. These assets contributed to \$259 million of sales.

Qualitative discussion of the ranges of significant unobservable inputs

The following section describes the ranges of the most significant unobservable inputs used by the Company in Level 3 fair value measurements. The level of aggregation and the diversity of instruments held by the Company lead to a wide range of unobservable inputs that may not be evenly distributed across the Level 3 inventory.

Yield

Ranges for the yield inputs vary significantly depending upon the type of security. For example, securities that typically have lower yields, such as municipal bonds, will fall on the lower end of the range, while more illiquid securities or securities with lower credit quality, such as certain residual tranche asset-backed securities, will have much higher yield inputs.

CITIBANK EUROPE PLC

177/a
177
B21

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Valuation process for Level 3 Fair Value Measurements (continued)

Qualitative discussion of the ranges of significant unobservable inputs (continued)

Credit Spread

Credit spread is relevant primarily for fixed income and credit instruments; however, the ranges for the credit spread input can vary across instruments. For example, certain fixed income instruments typically have lower credit spreads, whereas certain instruments with high-risk counterparties are typically subject to higher credit spreads when they are uncollateralised or have a longer tenor. Other instruments, which are dependent upon or derived from one or more underlying instrument, also have credit spreads that vary with the attributes of the underlying obligor. Stronger companies have tighter credit spreads, and weaker companies have wider credit spreads.

Price

The price input is a significant unobservable input for certain fixed income instruments. For these instruments, the price input is expressed as a percentage of the notional amount, with a price of 100 meaning that the instrument is valued at par. For most of these instruments, the price varies between zero and slightly above 100. Relatively illiquid assets that have experienced significant losses since issuance, such as certain asset-backed securities, are at the lower end of the range, whereas most investment grade corporate bonds will fall in the middle to the higher end of the range. The price input is also a significant unobservable input for certain equity securities; however, the range of price inputs varies depending on the nature of the position, the number of shares outstanding and other factors.

2017	Fair value	Input			Low	High
		\$ '000	Methodology			
Assets						
Trading assets	37,469	Price-based	Price		0.0	246.0
Investment equity securities	48,171	Quoted market price if available to which a discount has been applied for the illiquidity and the conversion rate variability.	Final conversion rate has been applied for Series B Preferred Stock into Class A Common Stock.	No discount for conversion rate variability with a discount for illiquidity only	100% discount for conversion rate variability	

Investment equity securities contain mainly Visa Inc. Series B Preferred Stock.

173/α
178
82.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Sensitivity to unobservable inputs and interrelationships between unobservable inputs

The impact of key unobservable inputs on the Level 3 fair value measurements may not be independent of one another. In addition, the amount and direction of the impact on a fair value measurement for a given change in an unobservable input depends on the nature of the instrument as well as whether the Company holds the instrument as an asset or a liability. For certain instruments, the pricing hedging and risk management are sensitive to the correlation between various inputs rather than on the analysis and aggregation of the individual inputs.

The following section describes the sensitivities and interrelationships of the most significant unobservable inputs used by the Company in Level 3 fair value measurements.

Yield

Adjusted yield is generally used to discount the projected future principal and interest cash flows on instruments, such as loans. Adjusted yield is impacted by changes in the interest rate environment and relevant credit spreads.

In some circumstances, the yield of an instrument is not observable in the market and must be estimated from historical data or from yields of similar securities. This estimated yield may need to be adjusted to capture the characteristics of the security being valued. In other situations, the estimated yield may not represent sufficient market liquidity and must be adjusted as well. Whenever the amount of the adjustment is significant to the value of the security, the fair value measurement is classified as Level 3.

Credit Spread

Credit spread is a component of the security representing its credit quality. Credit spread reflects the market perception of changes in prepayment, delinquency and recovery rates, therefore capturing the impact of other variables on the fair value. Changes in credit spread affect the fair value of securities differently depending on the characteristics and maturity profile of the security. For example, credit spread is a more significant driver of the fair value measurement of a high yield bond as compared to an investment grade bond. Generally, the credit spread for an investment grade bond is also more observable and less volatile than its high yield counterpart.

Valuation uncertainty is computed on a quarterly basis across all financial instruments. The methodology used to derive the impact across each product is determined by applying sensitivity adjustments to the price or significant model input parameters used in the valuation. The adjustments are typically computed with reference to proxy analysis using third party data. Examples of the approach used to derive sensitivity adjustments are outlined below:

- Rates: Valuation uncertainty is gauged from a combination of consensus market data and proxy analysis using third party data providers.
- Credit and Securitised Markets: Valuation uncertainty is gauged from a combination of consensus market data, brokers and proxy analysis using third party data providers.

CITIBANK EUROPE PLC

179/OK
177
82

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Estimated fair value of financial instruments not carried at fair value

Set out below, is a comparison by class of the carrying amounts and fair values of the Company's financial instruments that are not carried at fair value in the financial statements. This table does not include the fair values of non-financial assets and non-financial liabilities.

Other financial assets are primarily made up of receivables balances from the Company's treasury and trade solutions and markets and securities services business.

The following summarises the major methods and assumptions used in estimating the fair value of the financial assets and financial liabilities used in the above tables:

- Derivative financial instruments, trading assets, and debt securities in issue are measured at fair value by reference to quoted market prices in active markets. If quoted market prices are not available then fair values are estimated on the basis of other valuation techniques, including discounted cash flow models and options pricing models. The market price includes credit value adjustments where appropriate.
- Investment securities classified as available-for-sale or designated at fair value through profit or loss are measured at fair value by reference to quoted market prices when available. If quoted market prices are not available, then fair values are estimated based on other recognised valuation techniques.
- The fair value for loans and advances and other lending are estimated using internal valuation techniques such as discounted cash flow analysis. If available, the Company may also use quoted prices for recent trading activity of assets with similar characteristics to the loan being valued. In certain cases, the carrying value approximates fair value because the instruments are short term in nature or reprice frequently.
- The fair value of debt securities in issue that are classified at amortised cost is measured using discounted cash flows.
- Fair values of customer account deposit liabilities, other assets and other liabilities are estimated using discounted cash flows, applying either market rates where practicable, or rates currently offered by the Company for deposits of similar remaining maturities. Where market rates are used no adjustment is made for counterparty credit spreads.
- The carrying amount of cash and balances at central bank is a reasonable approximation of fair value due to the short term nature of the balances.

CITIBANK EUROPE PLC

180/
80
81

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. Financial assets and liabilities (continued)

Estimated fair value of financial instruments not carried at fair value (Continued)

The table below sets out the estimated fair value, at level 1, 2 and 3 of those assets and liabilities not held at fair value in the statement of financial position. The numbers presented below are unaudited.

	31 December 2017		Estimated fair value		
	Carrying value \$000	Estimated fair value \$000	Level 1	Level 2	Level 3
			\$000	\$000	\$000
Assets					
Cash and cash equivalents	14,589,546	14,589,546	14,589,546	-	-
Loans and advances to banks	7,264,565	7,264,298	-	7,264,298	-
- of which intercompany	3,754,729	3,754,729	-	3,754,729	-
Loans and advances to customers	17,676,175	17,567,090	-	-	17,567,090
- of which intercompany	12,998	12,998	-	-	12,998
Other financial assets	3,319,441	3,319,440	-	-	3,319,440
Total financial assets	42,849,727	42,740,374	14,589,546	7,264,298	20,886,530

	31 December 2017		Estimated fair value		
	Carrying value \$000	Estimated fair value \$000	Level 1	Level 2	Level 3
			\$000	\$000	\$000
Liabilities					
Deposits from banks	7,134,623	7,106,013	-	7,106,013	-
Customer accounts	26,192,250	26,087,219	-	26,087,219	-
Other financial liabilities	4,798,265	4,779,024	-	3,033,527	1,745,497
Total financial liabilities	38,125,138	37,972,256	-	36,226,759	1,745,497

	31 December 2016		Estimated fair value		
	Carrying value \$000	Estimated fair value \$000	Level 1	Level 2	Level 3
			\$000	\$000	\$000
Assets					
Cash and cash equivalents	16,423,472	16,423,472	16,423,472	-	-
Loans and advances to banks	7,487,475	7,246,793	-	7,246,793	-
- of which intercompany	5,161,227	5,006,390	-	5,006,390	-
Loans and advances to customers	14,081,109	13,465,092	-	-	13,465,092
- of which intercompany	13,238	12,841	-	-	12,841
Other financial assets	3,148,834	3,049,822	-	476,513	2,573,310
Total financial assets	41,140,889	40,185,179	16,423,472	7,723,306	16,038,402
Liabilities					
Deposits from banks	7,695,263	7,637,826	-	7,637,826	-
Customer accounts	24,065,741	23,886,118	-	23,886,118	-
Other financial liabilities	5,147,547	5,109,126	-	581,676	4,527,450
Total financial liabilities	36,908,551	36,633,070	-	32,105,620	4,527,450

B1/D2

101
Dr.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

19. Derivative financial instruments

	31 December 2017			31 December 2016		
	Notional amount	Fair value		Notional amount	Fair value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
Derivatives held for trading	88,138,081	1,600,257	1,667,005	65,605,141	2,147,168	2,182,385
Derivatives held for risk management	179,895	3,344	-	158,115	-	9,576
Total	88,317,976	1,603,601	1,667,005	65,763,256	2,147,168	2,191,961
 Derivatives - Trading						
Foreign exchange	44,090,480	1,184,186	1,234,144	51,448,287	1,832,730	1,844,758
- <i>OTC</i>	44,090,480	1,184,186	1,234,144	51,448,287	1,832,730	1,844,758
- <i>Organised market</i>	-	-	-	-	-	-
Interest rate	43,329,277	411,499	419,563	13,480,405	299,542	314,627
- <i>OTC</i>	43,329,277	411,499	419,563	13,480,405	299,542	314,627
- <i>Organised market</i>	-	-	-	-	-	-
Equity	491,012	3,833	3,833	415,580	7,820	7,891
- <i>OTC</i>	491,012	3,833	3,833	415,580	7,820	7,891
- <i>Organised market</i>	-	-	-	-	-	-
Credit	204,202	-	8,726	237,014	88	8,122
Commodity	23,110	739	739	23,855	6,988	6,987
Other	-	-	-	-	-	-
 Total	88,138,081	1,600,257	1,667,005	65,605,141	2,147,168	2,182,385

See Note 17 – ‘Risk management’ for more details on how the Company uses derivative financial instruments as part of its risk management policies and procedures.

182 /ac
182
m

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

19. Derivative financial instruments (continued)

	31 December 2017			31 December 2016		
	Notional amount	Fair value		Notional amount	Fair value	
		Assets \$ 000	Liabilities \$ 000		Assets \$ 000	Liabilities \$ 000
Derivatives held for risk management						
<i>Instrument type:</i>						
Foreign exchange	179,895	3,344	-	158,115	-	9,576
Total	179,895	3,344	-	158,115	-	9,576

The Company has a net investment hedge in place to reduce its foreign currency exposure risk with the Company's EUR functional currency branches. The hedge contracts are renewed every 3 months at maturity and the gain or loss on the contract is recognised in the fair value reserve and will be released to the Income Statement upon the disposal of the investments.

20. Investment securities

Investment securities are primarily composed of government securities.

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Held to maturity	6,691	7,996
Available for sale	2,880,640	3,056,092
Total investment securities	2,887,331	3,064,088
(a) Held to maturity		
Corporate bonds	6,691	7,996
Total	6,691	7,996
(b) Available for sale investment securities		
Government bonds	2,416,804	2,618,713
Corporate bonds	415,665	402,351
Subtotal	2,832,469	3,021,064
Equity securities measured at fair value	48,171	35,028
Total Available for sale investment securities	2,880,640	3,056,092

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

21. Property and equipment

	Leasehold improvements \$ 000	Vehicles, furniture and equipment \$ 000	Total \$ 000
Cost			
At 1 January 2016	15,413	25,743	41,156
Additions from merger	30,128	797,954	828,082
Additions	8,345	72,434	80,779
Disposals	(3,630)	(129,470)	(133,100)
Write-offs	(1,865)	(3,882)	(5,747)
Foreign exchange	(1,382)	(126,389)	(127,771)
At 31 December 2016	47,009	636,390	683,399
Additions	6,157	34,081	40,238
Acquisitions	689	1,780	2,469
Disposals	(7,224)	(650,820)	(658,044)
Write-offs	(481)	(1,048)	(1,529)
Foreign exchange	5,804	61,202	67,006
At 31 December 2017	51,954	81,585	133,539
Depreciation			
At 1 January 2016	10,034	18,610	28,644
Additions from merger	10,084	647,914	657,998
Charged in year	5,800	42,457	48,257
Disposals	(3,397)	(79,698)	(83,095)
Write-offs	(1,660)	(3,316)	(4,976)
Foreign exchange	(1,648)	(105,857)	(107,505)
At 31 December 2016	19,213	520,110	539,323
Charged in year	5,760	30,312	36,072
Acquisitions	-	43	43
Disposals	(5,504)	(548,618)	(554,122)
Write-offs	(239)	(221)	(460)
Foreign exchange	3,204	52,404	55,608
At 31 December 2017	22,434	54,030	76,464
Net book value			
At 31 December 2017	29,520	27,555	57,075
At 31 December 2016	27,797	116,280	144,076

There were no capitalised borrowing costs related to the acquisition of property and equipment during the year (2016: \$nil).

CITIBANK EUROPE PLC

184/OC
134/1.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

22. Intangible assets

	Goodwill	Computer software	Other Intangibles	Total
Cost	\$ 000	\$ 000	\$ 000	\$ 000
1 January 2016	-	169,075	10,846	179,921
Additions from merger	49,669	651,032	23,507	724,208
Additions	-	104,213	-	104,213
Disposals	-	(103,726)	-	(103,726)
Write-offs	-	(1,180)	-	(1,180)
Foreign exchange	(7,442)	(108,332)	(1,075)	(116,849)
At 31 December 2016	42,227	711,082	33,278	786,587
 Additions	-	19,106	-	19,106
Disposals	-	(638,600)	-	(638,600)
Write-offs	-	(1,315)	338	(977)
Foreign exchange	5,546	59,285	1,297	66,128
At 31 December 2017	47,773	149,558	34,913	232,244
 Amortisation and impairment losses				
1 January 2016	-	78,763	1,694	80,457
Additions from merger	28,183	334,103	23,507	385,793
Amortisation	-	113,376	1,132	114,508
Disposals	-	(83,262)	(11)	(83,273)
Write-offs	-	(640)	-	(640)
Foreign exchange	(3,718)	(64,374)	(848)	(68,940)
At 31 December 2016	24,465	377,966	25,474	427,905
 Amortisation	-	68,000	1,164	69,164
Disposals	-	(406,692)	-	(406,692)
Write-offs	-	659	338	997
Foreign exchange	2,702	35,006	309	38,017
At 31 December 2017	27,167	74,939	27,285	129,391
 Net carrying value				
At 31 December 2017	20,606	74,619	7,628	102,853
At 31 December 2016	17,762	333,116	7,804	358,682

For the purpose of testing goodwill for impairment, the Company determines the recoverable amount of its cash generating units on the basis of value in use and management's review of the recoverable amount. The recoverable amount is determined using a model based on the discounted cash flow method. The cash flow projections are based on business plans approved by management covering a five year period, or greater if deemed appropriate by management.

Goodwill was allocated to the Netherlands and the United Kingdom. The cash flow projections in respect of the Netherlands (Direct Custody and Clearing business) cover a ten year period and the cash flow projections in respect of the UK (Fund administration business) management assess the discounted cash flows of the Market and Securities Services business over a five year period.

The cash flows used to estimate the operating profit projections reflect the current market assessment of the risk of the cash generating units. Operating profit represents the operating profit in the business plans, approved by management and as such reflects the best estimate of future profits based on both historical experience and expected growth rates.

The discount rate used to estimate the Netherlands cash flows is the EURIBOR rate. The discount rate used to estimate the UK Fund administration business cash flows is based on a review of comparable companies and relevant market data. The 10 year average of 10 year UK Gilt rate acts as the risk free rate and the stock price volatility of comparable companies acts as market risk rate. The key assumptions reflect past experience or, if appropriate, consider external sources of information.

185/12
185/12

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

22. Intangible assets (continued)

There was no evidence of impairment arising from the review of the goodwill for the Netherlands and the UK. A summary of the allocation of goodwill within the units is presented below:

Cash generating unit	Goodwill	Growth rate	2017	2016
	\$ 000			
Institutional Clients Group				
- Netherlands (Direct custody and clearing business)	13,733	-3%	-0.186	-0.083
- UK Fund administration business	6,500	-	-	-
- Greece (Direct custody and clearing business)	372	-3%	-0.186	-0.083

The model is sensitive to changes in the growth rate. The negative growth rate is a conservative management assessment of client attrition. The Target2-Securities ("T2S") settlement platform was implemented in 2016 and while clients have the option to self-clear the impact on the business is mitigated by the slow take up and the unbundling of fee schedules to price for asset servicing activities outside of T2S.

The results of the test indicated that no impairment of the goodwill is necessary. Management believes that reasonable changes in key assumptions used to determine the recoverable amounts would not result in a material impairment.

23. Deferred tax

The movement on the deferred tax is as follows:

	Balance at 1 January 2017 \$ 000	Recognised in the Income statement \$ 000	Recognised in other comprehensive income \$ 000	Balance at 31 December 2017 \$ 000
Accelerated Tax Depreciation/Group relief	279,960	(15,344)	-	264,616
Available for sale securities	(12,726)	-	10,613	(2,113)
Pension and other retirement benefits	49,980	(21,054)	1,027	29,953
Allowances for loan losses	1,520	-	-	1,520
Tax loss carry-forward	116	-	-	116
Other Temporary Differences	17,118	(9,515)	-	7,603
Fx Translation	(45,987)	-	30,948	(15,039)
 Total Deferred Tax	 289,981	 (45,913)	 42,588	 286,656
- of which Deferred Tax Asset				304,740
- of which Deferred Tax Liability				18,084

	Balance at 1 January 2016 \$ 000	Transfer because of business combination \$ 000	Recognised in the Income statement \$ 000	Recognised in other comprehensive income \$ 000	Balance at 31 December 2016 \$ 000
Accelerated Tax Depreciation/Group relief	3,500	254,560	21,900	-	279,960
Available for sale securities	(4,833)	700	-	(8,593)	(12,726)
Pension and other retirement benefits	-	38,480	-	11,500	49,980
Allowances for loan losses	1,520	-	-	-	1,520
Tax loss carry-forward	116	-	-	-	116
Other Temporary Differences	2,384	16,280	(1,546)	-	17,118
Fx Translation	-	6,500	-	(52,487)	(45,987)
 Total Deferred Tax	 2,687	 316,520	 20,354	 (49,580)	 289,981

CITIBANK EUROPE PLC

186/
186
Dr.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

24. Other assets

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Receivables from unsettled regular way trades	254,984	1,328,580
Settlement Clearing lines	563,053	646,827
Margin account receivables	621,235	493,637
Secondary loan trading	1,873,477	679,789
Other balances	475,596	321,810
	<u>3,788,345</u>	<u>3,470,643</u>

“Receivables from unsettled regular way trades” and “Secondary loan trading” balances are short term receivables from European commercial papers or other trading security transactions where settlement takes place within two or three days after the trade date.

Settlement clearing lines arise from the timing of short term transactions between the point of funding and the settlement period in the Company’s transaction services business. Other balances represent receivables due and other financial assets recorded.

25. Shares in subsidiaries

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Beginning of period	14,876	1,378
Increase due to merger	-	14,876
Disposal	(701)	(1,378)
End of period	14,175	14,876

The Company has an investment in the following subsidiary:

Name	Country of incorporation	Nature of business	Year end	Registered office	Percentage ownership
CitiCapital Leasing (March) Limited	England	Lease finance	31 March	United Kingdom	100%

Following the merger with CIL on 1 January 2016, CIL’s 17 nominee subsidiaries have also become subsidiaries of the Company.

26. Debt securities in issue

The Company historically issued debt for the purpose of risk mitigation. These instruments were listed through the Irish Stock Exchange. The one remaining note matured on 12th April 2017.

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Designated as at fair value through profit or loss (at initial recognition)	-	71
Total debt securities	-	71

187/OK

1st Dr.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

27. Provisions

Provisions recorded for restructuring largely relate to termination benefits. Termination benefits are payable when employment is terminated before the normal retirement date or whenever an employee accepts voluntary redundancy in exchange for these benefits.

Provision for property costs are mainly related to provision for onerous contracts. Provisions for onerous contracts are recorded when the unavoidable costs of meeting the obligation under the contract exceed the economic benefits expected to arise from that contract, taking into account impairment of property, plant and equipment assets first.

Provision for commitments and guarantees given are recorded for committed loans, when the Company has contractual obligation to provide funds for clients, or for any contractual commitments which are not recorded in the balance sheet.

Provisions are recognised when there is a present obligation as a result of a past event, it is probable that an outflow of resources embodying economic benefits will be required to settle the obligation and a reliable estimate can be made of the amount of the obligation. Provisions are measured at the present value of management's best estimate of the expenditure required to settle the present obligation at the balance sheet date.

	Restructuring provision \$ 000	Provision for property costs \$ 000	Other provisions \$ 000	Commitments and guarantees \$ 000	Total \$ 000
31 December 2017					
Opening balance	15,742	1,837	3,853	33,987	55,419
Increase/decrease related to business combination	-	-	-	-	-
Provisions made during the year	10,949	2,994	3,073	50,980	67,996
Provisions used during the year	(7,551)	(2,740)	(529)	-	(10,820)
Provisions released during the year	(10,550)	(125)	(1,331)	(7,530)	(19,536)
Exchange Adjustments	549	(41)	6	-	514
Other movements	141	(12)	183	-	312
Closing balance	9,280	1,913	5,255	77,437	93,885

	Restructuring provision \$ 000	Provision for property costs \$ 000	Other provisions \$ 000	Commitments and guarantees \$ 000	Total \$ 000
31 December 2016					
Opening balance	3,149	379	1,761	12,924	18,213
Increase/decrease related to business combination	238	1,041	14,968	26,047	42,294
Provisions made during the year	24,660	980	655	2,984	29,279
Provisions used during the year	(11,251)	(24)	(2,459)	-	(13,734)
Provisions released during the year	(2,628)	(552)	(10,890)	(8,592)	(22,662)
Exchange Adjustments	(112)	(8)	(519)	(24)	(663)
Other movements	1,686	21	337	648	2,692
Closing balance	15,742	1,837	3,853	33,987	55,419

CITIBANK EUROPE PLC

188/
xx

188
xx

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

28. Other liabilities

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Other liabilities		
Accounts payable	3,672,983	3,593,985
Margin Account Obligations	889,267	648,422
Short sales	287,231	204,850
Retirement obligations (note 14)	239,622	198,526
Other	471,754	551,545
Total other liabilities	5,560,857	5,197,328

Accounts payable predominantly relates to obligations arising from the Company's transaction services business. The other balances include amounts payable to other financial institutions, corporates and other group entities, primarily relating to prepaid risk participations, items in the process of settlement and margin account obligations. Settlement of these accounts are short term in nature, balances can fluctuate depending on the underlying business activity.

Margin Accounts Obligations reflects the Company's obligation to pay collateral back to clients upon their own settlement of margin calls as they arise.

Short Sales represent payables arising from short sale transactions where securities and money market instruments are sold but not owned at the time of the transaction.

29. Discontinued operations and asset and liabilities held for sale

In March 2017 the Hungarian Branch reported a gain on disposal of \$20.4 million in relation to the disposal of its Consumer Business.

In line with the Company's policy in relation to 'non-current assets held for sale and discontinued operations', the results of the Consumer business in Hungary are now shown as discontinued operations in the Company's financial statements.

The table overleaf details the income statement and cash flows relating to the Discontinued Operations.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

29. Discontinued operations and asset and liabilities held for sale (continued)

A. Income statement

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Results of discontinued operation		
Total revenues	7,900	60,393
- of this: Interest income	7,546	39,211
- of this: Net fee and commission income	354	13,067
Total expenses	(17,202)	(52,532)
- of this: Interest expense	(116)	(48)
- of this: Personnel expense	2,190	(21,784)
Net credit recoveries	(69)	11,780
Gain on sale of discontinued operation	21,068	19,404
Profit before income tax	<u>11,697</u>	<u>39,045</u>
Income tax expense/(credit)	(1,374)	(4,847)
Total comprehensive income/(expense) for the year	<u>10,323</u>	<u>34,198</u>

Total revenues represent the sum of interest income, net fee and commission income, dividend income, net trading income, net investment income and other operating income.

B. Cash flows and statement of financial position

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Cash flows from (used in) discontinued operation		
Net cash from operating activities	-	102,514
Net increase in cash and cash equivalents	-	102,514

The table below details the assets and liabilities in relation to assets held for sale for the period in 2017.

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Statement of Financial Position		
Assets		
Loans and advances to customers	-	185,505
Deferred tax assets	-	382
Other assets	-	8,502
Total Assets	<u>-</u>	<u>194,389</u>
Liabilities		
Customer accounts	-	621,087
Deferred tax liabilities	-	-
Other liabilities	-	18,244
Total Liabilities	<u>-</u>	<u>639,331</u>

CITIBANK EUROPE PLC

190/
140
21

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

30. Called up share capital

Authorised

	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
5,000,000,000 Ordinary shares of €1 each	4,691,500	4,691,500

Allotted, called-up and fully paid

Opening balance: 9,741,290 (2016: 9,318,254) Ordinary shares of €1 each	10,532	10,071
Issuance of Ordinary Shares	-	461
Closing balance 9,741,290 (2016: 9,741,290) Ordinary shares of €1 each	10,532	10,532

Share premium

Opening balance	1,962,747	1,593,607
from Issuance of Ordinary Shares	-	369,140
Closing balance	1,962,747	1,962,747

On 1 January 2016, the Company as part of the merger with Citibank International Limited ("CIL") issued 423,036 additional €1 ordinary shares as part consideration to Citi Overseas Holdings Bahamas Limited ("COHBL") which contributed those shares to Citibank Holding Ireland Limited ("CHIL"). No additional shares have been issued in the current reporting period.

31. Share-based incentive plans

As part of the Company's remuneration programme it participates in a number of Citigroup share-based incentive plans. These plans involve the granting of stock options, restricted or deferred share awards and share payments. Such awards are used to attract, retain and motivate officers and employees to provide incentives for their contributions to the long-term performance and growth of the Company, and to align their interests with those of the shareholders. The award programmes are administered by the Personnel and Compensation Committee of the Citigroup Inc. Board of the Directors, which is composed entirely of non-employee Directors.

In the share award programme Citigroup issues common shares in the form of restricted share awards, deferred share awards and share payments. For all stock award programmes during the applicable vesting period, the shares awarded are not issued to participants (in the case of a deferred stock award) or cannot be sold or transferred by the participants (in the case of a restricted stock award), until after the vesting conditions have been satisfied. Recipients of deferred share awards do not have any shareholder rights until shares are delivered to them, but they generally are entitled to receive dividend-equivalent payments during the vesting period. Recipients of restricted share awards are entitled to a limited voting right and to receive dividend or dividend-equivalent payments during the vesting period. Once a share award vests the shares become freely transferrable, but in the case of certain employees, may be subject to transfer restriction by their terms or share ownership commitment.

(a) Stock award programme

The Company participates in Citigroup's Capital Accumulation Programme ("CAP") programme, under which shares of Citigroup common stock are awarded in the form of restricted or deferred stock to participating employees.

Generally, CAP awards of restricted or deferred stock constitute a percentage of annual incentive compensation and vest rateably over a three or four-year period beginning on or about the first anniversary of the award date. Continuous employment within Citigroup is generally required to vest in CAP and other stock award programmes.

191/ax
191
D-

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

31. Share-based incentive plans (continued)

(a) Stock award programme (continued)

The programme provides that employees who meet certain age plus years-of-service requirements (retirement-eligible employees) may terminate active employment and continue vesting in their awards provided they comply with specified non-compete provisions. Awards granted to retirement-eligible employees are accrued in the year prior to the grant date in the same manner as cash incentive compensation is accrued as effectively there are no vesting conditions.

For all stock award programmes, during the applicable vesting period, the shares awarded cannot be sold or transferred by the participant, and the award is subject to cancellation if the participant's employment is terminated. After the award vests, the shares become freely transferable (subject to the stock ownership commitment of senior employees). From the date of award, the recipient of a restricted stock award can direct the vote of the shares and receive regular dividends to the extent dividends are paid on Citigroup common stock. Recipients of deferred stock awards receive dividend equivalents to the extent dividends are paid on Citigroup common stock, but cannot vote.

Information with respect to current year stock awards is as follows:

	2017	2016
Shares awarded	163,116	258,105
Weighted average fair market value per share	\$59.56	\$37.35
	\$ 000	\$ 000
Compensation cost charged to earnings	9,801	14,584
Fair value adjustments recorded to equity	2,511	(135)
Total carrying amount of equity-settled transaction liability	22,920	22,051

	2017 \$ Million	2016 \$ Million
<u>Stock Awards</u>		
Granted in 2017	8.5	-
Granted in 2016	1.4	9.7
Granted in 2015	0.7	1.9
Granted in 2014	0.2	0.7
Granted in 2013	0.0	0.2
Granted in 2012 and prior	-	0.0
<u>Cash Accrued</u>	-	2.0
<u>Total Expense</u>	<hr/> 9.8	<hr/> 14.5

192/2
192/2 -

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

31. Share-based incentive plans (continued)

(b) Stock option programme

The Company has historically offered a number of Citigroup stock option programmes to its employees. Stock options have been granted only to CAP participants who elect to receive stock options in lieu of restricted or deferred stock awards. All stock options are granted on Citigroup common stock with exercise prices equal to the fair market value at the time of grant.

Since 2009 the Company has made discretionary grants of options to eligible employees pursuant to the broad-based Citigroup Employee Option Grant ("CEOQ") Programme under the Citigroup Stock Incentive Plan. Under CEOQ, the options generally vest equally over three years, the option term is 6 years from the grant date and the shares acquired on exercise are not subject to a sale restriction.

The stock option activity with respect to 2017 and 2016 under Citigroup stock option plans is as follows:

	2017		2016	
	Options	Weighted average exercise price	Options	Weighted average exercise price
	\$	\$		\$
Outstanding, beginning of year	-	-	-	-
Exercised	-	-	-	-
Transfers	-	-	-	-
Expired	-	-	-	-
Outstanding, end of year	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Exercisable, end of year	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

No options were reported by the Company for the year ended 31 December 2017.

Fair value assumptions

Reload options have been treated as separate grants from the related original grants. The result of this programme is that employees generally will exercise options as soon as they are able and, therefore, these options have shorter expected lives. Shorter option lives result in lower valuations using a binomial option model. However, such values are expensed more quickly due to the shorter vesting period of reload options. In addition, since reload options are treated as separate grants, the existence of the reload feature results in a greater number of options being valued.

Shares received through option exercises under the reload programme, as well as certain other options granted, are subject to restrictions on sale. Discounts have been applied to the fair value of options granted to reflect these sale restrictions.

Additional valuation and related assumption information for Citigroup option plans is presented below. Citigroup used a binomial model to value stock options. Volatility has been estimated by taking the historical volatility in traded Citigroup options and adjusting where there are known factors that may affect future volatility.

CITIBANK EUROPE PLC

193/
193
Dr.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

31. Share-based incentive plans (continued)

(b) Stock option programme (continued)

	2017	2016
Weighted average fair value at year end of options granted during the year	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>
Weighted average expected life		
Option life	<u>All expired</u>	<u>All expired</u>
Valuation assumptions		
Expected volatility	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>
Risk-free interest rate	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>
Expected dividend yield	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>
Expected annual forfeitures	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>

32. Contingent liabilities and commitments

The following tables give the nominal principal amounts and risk weighted amounts of contingent liabilities and commitments. The nominal principal amounts indicate the volume of business outstanding at the statement of financial position date and do not represent amounts at risk.

	Contract amount	Contract amount
	31 December 2017 \$ 000	31 December 2016 \$ 000
Undrawn credit lines	21,167,806	19,109,697
Other commitments		
- less than 1 yr	12,090,077	13,209,722
- 1 yr and over	4,881,769	3,805,188
Total	<u>38,139,652</u>	<u>36,124,607</u>

Other commitments primarily relate to the Trade business in Ireland. The Company held a collective impairment provision of \$77.4 million as at 31 December 2017 (2016: \$33.9 million), with respect to its commitments.

CITIBANK EUROPE PLC

154/
194
Dr.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

33. Involvement with unconsolidated structured entities

Nature, purpose and extent of the Company's interests in unconsolidated structured entities

The Company engages in various business activities with structured entities which are designed to achieve a specific business purpose. A structured entity is one that has been set up so that any voting rights or similar rights are not the dominant factor in deciding who controls the entity. An example is when voting rights relate only to administrative tasks and the relevant activities are directed by contractual arrangements.

Structured entities are consolidated when the substance of the relationship between the Company and the structured entities indicate that the structured entities are controlled by the Company. The entities covered by this disclosure note are not consolidated because the Company does not control them through voting rights, contract, funding agreements, or other means. The extent of the Company's interests to unconsolidated structured entities will vary depending on the type of structured entities.

Asset Based Financing

The Company provides loans and other forms of financing to structured entities that hold assets. Those loans are subject to the same credit approvals as all other loans originated or purchased by the Company.

The Company does not have the power to direct the activities that most significantly impact these structured entities economic performance, and thus it does not consolidate them. These vehicles are funded usually via a syndicate of lenders.

The table below sets out an analysis of carrying amounts of interests held by the Company in unconsolidated structured entities and the maximum exposure to loss. All exposures are included in loans and advances to customers and are funded.

Carrying amount	31 December	31 December
	2017	2016
	\$ 000	\$ 000
Asset-Based Financing	994,840	1,012,860
Total	994,840	1,012,860

The above exposure is made up of 32 entities (2016: 32) with a total SPE asset of \$4,246 million (2016: \$3,980 million) and further commitments of \$1 million (2016: \$3 million).

During the year the Company did not provide financial support to unconsolidated structured entities, and does not have any current intentions to provide financial or other support to an unconsolidated structured entity nor to assist them in obtaining financial support.

The maximum funded exposure represents the balance sheet carrying amount of the Company's investment in the structured entities. It reflects the initial amount of cash invested in the structured entities adjusted for any accrued interest and cash principal payments received. The carrying amount may also be adjusted for increases or declines in fair value or any impairment in value recognised in the income statement. The maximum exposure of unfunded positions represents the remaining undrawn committed amount, including liquidity and credit facilities provided by the Company.

34. Operating lease commitments

Expiring:	31 December	31 December
	2017	2016
	\$ 000	\$ 000
- within one year	8,515	7,826
- between one and five years	15,533	12,831
- in five years or more	3,470	994
	27,518	21,651

195/08
195
Dr.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

35. Related party transactions

The Company is a wholly owned subsidiary undertaking of Citibank Holdings Ireland Limited, which is incorporated in Ireland. The largest Group in which the results of the Company are consolidated is that headed by Citigroup Inc., which is incorporated in the United States of America. The Company defines related parties as the Board of Directors, senior management, their close family members, parent and fellow subsidiaries and associated companies. The Company considers the key management of the Company to be the Board of Directors.

At 31 December 2017 there were no outstanding exposures to Directors including loans (2016: \$nil).

A number of arm's length transactions are entered into with other Citigroup companies. These include loans and deposits that provide funding to other Citigroup companies as well as derivative contracts used to hedge residual risks that are included in the other assets and other liabilities balances. Various services are provided between related parties and these are all also provided at arm's length. The table below summarises balances with related parties.

	31 December 2017		
	Parent company undertakings \$ 000	Other Citigroup undertakings \$ 000	Total \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	-	3,165,464	3,165,464
Loans and advances to banks	-	3,754,729	3,754,729
Loans and advances to customers	-	12,998	12,998
Prepayments and accrued income	-	-	-
Other assets	-	132,390	132,390
Derivatives	-	616,190	616,190
Liabilities			
Deposits by banks	-	6,134,311	6,134,311
Customer accounts	-	249,722	249,722
Accruals and deferred income	-	-	-
Provisions	-	-	-
Other liabilities	-	223,571	223,571
Derivatives	-	1,213,382	1,213,382
Commitments and guarantees	-	371,521	371,521
Income statement			
Interest and similar income	-	31,873	31,873
Interest payable	-	-	-
Net fee and commission income	-	221,934	221,934
Other operating income	-	377,311	377,311
Net trading income	-	611,449	611,449
Other expenses	-	(149,703)	(149,703)

196/02
196
Dn.

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

35. Related party transactions (continued)

	31 December 2016		
	Parent company undertakings \$ 000	Other Citigroup undertakings \$ 000	Total \$ 000
Assets			
Cash and cash equivalents	-	4,017,617	4,017,617
Loans and advances to banks	-	5,161,227	5,161,227
Loans and advances to customers	-	13,238	13,238
Prepayments and accrued income	-	-	-
Other assets	-	1,288,752	1,288,752
Derivatives	-	1,116,719	1,116,719
Liabilities			
Deposits by banks	-	6,089,302	6,089,302
Customer accounts	-	557,644	557,644
Accruals and deferred income	-	-	-
Provisions	-	18,275	18,275
Other liabilities	-	190,763	190,763
Derivatives	-	1,116,719	1,116,719
Commitments and guarantees			
Income statement			
Interest and similar income	-	35,569	35,569
Interest payable	-	(12,169)	(12,169)
Net fee and commission income	-	330,314	330,314
Other operating income	-	273,010	273,010
Net trading expense	-	(213,921)	(213,921)
Other expenses	-	(174,548)	(174,548)

197/05
197
D21

CITIBANK EUROPE PLC

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

36. Reserves

The nature of the reserve balances presented in the Statement of Changes in Equity are described below:

Translation reserve

The translation reserve represents the cumulative gains and losses on the translation of the Company's net investment in its foreign operations, excluding any ineffectiveness, of investment hedge derivatives. Gains and losses accumulated in this reserve are reclassified to the income statement when the Company loses control, joint control or significant influence over the foreign operation or on disposal or partial disposal of the operation.

Fair value reserve

The fair value reserve represents the net unrealised gain or loss, net of tax, arising from the recognition in the statement of financial position of available for sale financial investments at fair value.

Equity reserve

The Equity reserve represents amounts expensed in the income statement in connection with share based payments, net of transfers to retained earnings on the exercise, lapsing or forfeiting of share awards.

Capital Reserve

The capital reserve represents capital contributions received from parent companies.

Merger Reserve

The merger reserve represents the difference between the fair value and book value and any transferred over reserve balances from the merger with CIL.

37. Parent companies

The Company is a subsidiary undertaking of Citibank Holding Ireland Limited ("CHIL"), incorporated in Ireland.

The largest Group in which the results of the Company are consolidated is Citigroup Inc. The audited consolidated financial statements of Citigroup Inc. are made available to the public annually in accordance with Securities and Exchange Commission regulations and may be obtained from http://www.citigroup.com/citi/investor/corporate_governance.html

The smallest Group in which the results of the Company are consolidated is CHIL. Copies of the Group accounts will be available to the public and may be obtained from its offices at 1 North Wall Quay, IFSC, Dublin 1.

38. Subsequent Events

On the 5th of March 2018, the Company purchased the Direct Custody and Clearing ("DCC") business from Citigroup Global Markets Deutschland AG ("CGMD") for \$33.5 million in consideration.

39. Approval of financial statements

The financial statements of the Company were approved by the Board of Directors on the 23rd March 2018.